Caderno de Resumos

IV Seminário Pretas Acadêmicas

Pesquisadoras Pretas na Academia: Trajetórias

Organizadoras
Silvia Maria Amorim Lima
Edicleia Furlanetto
Flávia Rodrigues Lima da Rocha
Jussara Marques de Medeiros
Sara da Silva Pereira

Curitiba/PR
26 e 27 de julho de 2024
UFPR Campus Rebouças

Edufac

Caderno de Resumos do IV Seminário Pretas Acadêmicas – Pesquisadoras Pretas na Academia: Trajetórias
Edicleia Furlanetto, Flávia Rodrigues Lima da Rocha, Jussara Marques de Medeiros, Sara da Silva Pereira, Silvia Maria A. Lima (org.)

ISBN 978-85-8236-147-4 • Feito Depósito Legal
Copyright©Edufac 2025

Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac)
Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial
69920-900 • Rio Branco • Acre // edufac@ufac.br

Editora Afiliada

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Diretor da Edufac
Gilberto Mendes da Silveira Lobo
Coordenadora Geral da Edufac
Ângela Maria Poças
Conselho Editorial (Consedufac)
Adcleides Araújo da Silva, Adelice dos Santos Souza, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria dos Santos Rufino, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Alexsandra Pinheiro Cavalcante Costa, Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Claudia Vanessa Bergamini, Délcio Dias Marques, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Naildo Cardoso Leitão, Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente), Jáder Vanderlei Muniz de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Cristina de Souza, Sheila Maria Palza Silva, Valtemir Evangelista de Souza, Vinícius Silva Lemos
Coordenadora Comercial • Serviços de Editoração
Ormifran Pessoa Cavalcante

A revisão textual e das normas técnicas é de responsabilidade dos autores.

Universidade Federal do Acre
Biblioteca Central
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C122 Caderno de Resumos do IV Seminário Pretas Acadêmicas - Pesquisadoras Pretas na Academia: Trajetórias [recurso digital] / Edicleia Furlanetto (org.). – Rio Branco: Edufac, 2025.
164 p. : il.

ISBN 978-85-8236-147-4

1. Mulheres negras – Educação superior. 2. Pesquisadoras negras – Trajetórias acadêmicas. 3. Diversidade racial na ciência. 4. Seminários – Anais. I. Furlanetto, Edicleia. II. Universidade Federal do Acre. III. Título.

CDD: 305.48896081

Bibliotecária: Tábata Nunes Tavares Bonin - CRB 11°/935

IV SEMINÁRIO PRETAS ACADÊMICAS PESQUISADORAS PRETAS NA ACADEMIA: TRAJETÓRIAS - 2024

Organizadoras

Silvia Maria A. Lima
Coordenadora do evento
Doutora em Educação (SIPAD/UFPR)

Edicleia Furlanetto
Vice coordenadora do evento
Mestranda em Educação (PPGE/UFPR)

Flávia Rodrigues Lima da Rocha
Equipe da Coordenação e Comitê Científico
Doutora em Educação (NEABI/UFAC)

Jussara Marques de Medeiros
Equipe da coordenação e comitê científico
Doutora em Educação (UTFPR)

Sara da Silva Pereira
Equipe da coordenação e Comitê Científico
Doutoranda em Educação (PPGE/UFPR)

Revisão dos Resumos

Cleidiane Colins Gomes
Jéssica Blaine Salgado de Souza Santos

Colaboração:

Giovanne da Costa Silva

Diagramação:

Beatriz Vieira de Oliveira

Propositoras/Coordenadoras de Grupos de Trabalho

Alexandra Miguel Ribolt da Silva
Alexsandra Nascimento da Silva
Amanda Crispim Ferreira
Ana Lúcia da Silva
Ana Lucia Mathias Fernandes Coelho
Ana Luísa Pereira
Ana Maria Pereira
Andréa Maila Voss Kominek
Andressa Ignácio da Silva
Beatriz Domingos da Silva
Cleidiane Colins Gomes
Cristiana de Oliveira Gomes
Débora Maria Proença
Gabriela Figueiro
Greg A. Malaquias
Ivanilce S. Oliveira
Juciane da Luz Alves Branco
Juliana dos Santos Barbosa
Juliana Nascimento Da Silva
Jussara Marques de Medeiros
Keu Araujo
Lais Regina Silva Melo
Lariane Casagrande
Luana Stephanie Aparecida Gomes Costa
Lucimar Rosa Dias
Mariamo Lopes Alberto Camacho
Patrícia Silveira da Silva
Regina Castro Ramos e Juciane da Luz
Renata de Paula dos Santos
Samara Rosa da Costa
Sara da Silva Pereira
Silvia Maria Amorim Lima
Sofia Castro Teixeira

Apoiadores

Carol Dartora | Deputada Federal
UFPR | Universidade Federal do Paraná
SIPAD | Superintendencia de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade
NEAB | Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
ERÊYÀ | Grupo de Estudos e Pesquisas em Relações Étnico-raciais
NEABI UFAC | Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da UFAC
NUCA | Núcleo de Políticas de Comunicação, Tecnologias de Acessibilidade Digital e Pedagógico
PPGTS | Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade
APP | Associação dos Professores do Paraná
IABR | Instituto Afro Brasil do Paraná
Feira Afro da Zumbi | **Curitiba PR**

Sumário

6 **Apresentação**

8 **GT1:** Políticas Afirmativas Raciais nas Universidades na Perspectiva de Direitos

22 **GT2:** Comunicação, Raça e Interseccionalidades

35 **GT3:** For.ti.tu.de Olhares da alma

39 **GT4:** A mulher preta na gestão: desafios e possibilidades

45 **GT5**: Possibilidades de Promoção de Igualdade Racial

76 **GT6:** Possibilidades e desafios referentes às discussões de gênero, raça e sexualidade na literatura africana e afro-brasileira no contexto educacional

83 **GT7:** Psicologia e Tecnologia: mulheres Negras Pautam o Futuro?

85 **GT8**: Educação antirracista e pedagogias culturais nos batuques, sambas, carnavais e nas religiões de matriz africana e afro-brasileira

96 **GT9:** Racismo Algorítmico: Relações e desafios étnicos-raciais em sistemas de Inteligência Artificial

100 **GT10**: Poéticas negro-brasileiras em debate: textos, oralidades, mídias e visualidades

109 **GT11**: Enfrentamento à branquitude hegemônica e ao racismo epistêmico na produção do conhecimento

125 **GT12:** Sa(benças) e afroepistemologias femininas de axé

130 **GT13**: Literatura negra para as infâncias: narrativas insubmissas

143 **GT14**: Mulheres Negras e o Acesso à Educação: Uma Discussão acerca da Interseccionalidade, Políticas Públicas e Oportunização

154 **GT15:** Moda e Decolonialidade – Perspectivas interseccionais

Apresentação

As pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), comprovam uma elevação significativa da presença de mulheres negras dentro das universidades, essa presença significativa se tornou possível pela adoção de diversas ações afirmativas adotadas na educação superior em todo o Brasil.

A publicação da presente obra é fruto de um esforço coletivo de visibilizar as produções de mulheres negras que têm se debruçado em suas pesquisas sobre os diversos aspectos que envolvem a questão das relações étnico-raciais. O Seminário Pretas acadêmicas: Pesquisadoras pretas na academia é um evento que se propõe a criar espaços para o desenvolvimento acadêmico de mulheres negras. Por isso a importância dessa obra.

Falando um pouco do contexto do Seminário que foi criado em 2019, quando as então universitárias da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Ana Carolina Dartora e Fernanda Lucas Santiago tiveram a iniciativa de criar o **Seminário Pretas Acadêmicas: Pesquisadoras Pretas na Academia**, o evento já contava à época com a colaboração da Secretaria de Mulheres do Sindicato dos(as) professores(as) e funcionários(as) de escola do Paraná e de pesquisadoras associadas ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UFPR). Em 2023, a partir de uma demanda das primeiras organizadoras, a Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD/UFPR) assumiu a organização desse seminário, que está se incluindo entre os principais eventos referente a comunidade acadêmica negra feminista no Brasil. O evento acontece todo mês de julho, período do ano que marca a celebração e homenagem da

mulher negra latino-americana e caribenha. O seminário é parte integrante do Julho das Pretas Paraná, uma ação conjunta e propositiva criada em 2013 que é composta por organizações e movimentos brasileiros de mulheres negras de todo Brasil, no fortalecimento da atuação política coletiva e autônoma delas em diversas esferas sociais.

A edição do ano de 2024 recebeu como temática "Trajetórias" e aconteceu nos dias 26 e 27 de julho em formato híbrido, o que possibilitou um alcance muito mais amplo. Nesse ano foi aberta a possibilidade de participação de pesquisadoras de todas as regiões do Brasil. A edição contou com um total de **266 participantes** (entre palestrantes e ouvintes) e **15 grupos de pesquisas**, que abrangeram as mais diversas temáticas. Políticas Afirmativas na universidade; mulheres negras na gestão; desenvolvimento socioemocional para mulheres negras atuantes na área da tecnologia; literatura negra para as infâncias e decolonialidade na moda foram apenas algumas entre elas. As temáticas podem ser apreciadas em leitura desses resumos que trazem um vislumbre das pesquisas apresentadas.

Esperamos que aprecie a obra realizada por diversas mãos, como fruto de um momento rico de aquilombamento!

Dra. Silvia Maria Amorim Lima
Coordenadora do Seminário Pretas Acadêmicas: Pesquisadoras Pretas na Academia

GT1: Políticas Afirmativas Raciais nas Universidades na Perspectiva de Direitos

Propositoras: Jussara Marques de Medeiros, Silvia Maria Amorim Lima e Flávia Rocha

O grupo receberá trabalhos voltados as políticas afirmativas raciais nas universidades públicas ou privadas, ou no ensino médio, partilhando experiências que podem ser de permanência de estudantes cotistas, de trabalhos voltados a cotistas raciais considerando relações de gênero, movimentos sociais que militam pelas políticas afirmativas nas universidades, experiências de bancas de heteroidentificação.

A LEI DE COTAS 12.711/12 COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EFETIVAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO PARA MOBILIDADE SOCIAL DE MULHERES NEGRAS: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

Laienifer Pintos Vieira

Tecnóloga em Gestão Pública. Pós Graduanda em Especialização em Direitos Fundamentais, Fronteiras e Justiça da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA Campus Santana do Livramento. Pesquisadora do NEABI QUILOMBO DO PAMPA - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - UNIPAMPA Campus Santana do Livramento.

Quando a Lei Áurea garante a "liberdade" aos escravizados, depois de mais de 300 anos dos corpos negros sustentando a economia do país, estes mesmos corpos são jogados para as periferias da sociedade, sem acesso a saúde, educação, moradia, dignidade, ocasionando desigualdades que permanecem na sociedade até os dias atuais.

Diante deste cenário, ao decorrer do século XX, com a ascensão das discussões sobre Direitos Humanos, Dignidade da pessoa humana e os próprios Direitos Fundamentais elencados no Artigo 5° da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro passou a pensar políticas públicas que pudessem ressarcir as desigualdades criadas pelo período da colonização. Com isso, surgem políticas públicas de Cotas Raciais nas Universidades do Brasil, que nascem do intuito de inserir corpos negros no ensino superior. No entanto, é somente em 2012 que o Brasil oficializa a Lei 12.711/2012, instituindo a Lei de Cotas Raciais em todas as Universidades e Institutos Federais do país.

Nesse sentido, esta pesquisa possuirá como objetivo geral identificar se a Lei 12.711 tem de fato gerado a efetivação do direito à educação para a mobilidade social de mulheres negras, a partir de um estudo na Universidade Federal do Pampa - Campus Santana do Livramento (RS).

Considerando o fato de que a Lei de Cotas Raciais não surge da mera "empatia do Estado", mas sim, da luta de Movimentos Negros durante todo o século XX, este estudo pretende com um dos objetivos específicos, discorrer sobre a historicidade da Lei de Cotas Raciais no Brasil, dando ênfase na atuação do Movimento Negro Unificado (MNU) na luta pela sua institucionalização. Como segundo objetivo específico, buscará salientar a constitucionalidade dessa política, a qual foi declarada constitucional com unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2012. Como terceiro e último objetivo específico, procurará analisar os impactos da Lei de Cotas Raciais na inserção de mulheres negras no ensino superior, a partir da já citada Universidade Federal do Pampa.

Como metodologia, essa pesquisa caracteriza-se com abordagem qualitativa de caráter exploratório, e utilizará a pesquisa bibliográfica e documental, através de estudos sobre a temática, assim como a própria jurisprudência da lei, para a coleta de dados, e entrevistas narrativas com questionário semi estruturado. Para análise dos dados, pretende-se usar neste estudo a técnica de análise interpretativa.

Esta pesquisa justifica-se por sua possível importância nos estudos sobre raça e ensino superior no Brasil, promovendo o recorte de gênero na discussão e contribuindo para o movimento de pesquisadores e pesquisadoras negras que trabalham para a promoção de conceitos epistêmicos dentro das universidades, tais conceitos como epistemicídio, racismo epistêmico e epistemologia desobediente, estes que surgem com a inserção de novos corpos no ensino superior, após 10 anos da Lei de Cotas, e que rompem com as estruturas coloniais da epistemologia.

Palavras-chaves: Lei de Cotas Raciais, Direitos Fundamentais, mulheres negras.

AÇÃO AFIRMATIVA RACIAL NA PERSPECTIVA DE DIREITOS: CAMINHANDO COM ANTONIETA DE BARROS E JULIA CHRISPINA DO NASCIMENTO

Maria Helena Tomaz

Mestrado em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC; Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC.

Nas narrativas históricas do Brasil, as mulheres negras por muitas vezes foram e são invisibilizadas ou representadas por estereótipos variados ligados à submissão, escravização, pobreza, analfabetismo, erotização e sexualização de seus corpos compostos por "assimetrias de gênero motivadas pela questão racial" (BORGES, 2005, p. 67). Essas opressões, cruzadas com algumas outras, convergem para a reprodução de desigualdades, as dinâmicas de dominação e a invisibilidade de protagonismos e autorias dessas mulheres. Em ações conjugadas de pesquisa e extensão, que estão comprometidas com a investigação e problematização sobre essa discussão, propomos o fortalecimento da

subversão dos mecanismos de regulação e as rupturas com os silenciamentos históricos produzidos na sociedade brasileira sobre as mulheres afro-brasileiras, destacando protagonismos, histórias de resistências e processos de (re)significação no mundo.

Propor "outras" narrativas sobre a população de Santa Catarina adensa a Política de Ações Afirmativas em instituições de ensino; estimula a representatividade na construção de identidades numa perspectiva interseccional; a transformação da história e historiografia do Brasil e a constituição de aquilombamentos universitários como estratégia de permanência e ocupação de lugares por estudantes negras que rompem com o imaginário da subalternidade.

Como epicentro de reflexão e ação nesse sentido, o campo das ações extensionistas e culturais é uma das estratégias possíveis para problematizar a gestão da informação e de conhecimentos da história, cultura africana e afro-brasileira, em função dos obstáculos apresentados pelo racismo estrutural. Com a população negra ainda sub representada, o imaginário e memória catarinense são constantemente estratégias de apagamento de ocupação de espaços, produção intelectual e cultural, fortalecendo os "saberes sepultados" que possuem múltiplos repertórios que geram ricas narrativas. Sueli Carneiro (2005) destaca a perspectiva metodológica do "paradigma do Outro" para (re)construir um outro lugar de fala para aqueles que foram subvalorizados na história oficial. Segundo a autora, esse paradigma "expressa a vivência pessoal da discriminação racial e ativista negra no combate ao racismo e às estratégias de subjugação racial" (CARNEIRO, 2005, p. 25), além de conter as experiências compartilhadas da escravização, da memória ancestral, da afirmação ao pertencimento étnico-cultural e da resistência à dominação e opressão, as quais vivenciam.

Essa proposta de trabalho aponta a perspectiva decolonial sobre as referências de vida de Julia Chrispina do Nascimento e Antonieta de Barros, mulheres negras, descendentes de escravizadas que, no município de Laguna e Florianópolis, em Santa Catarina, no início do século XX, foram professoras e reconhecidamente articuladoras em seus espaços ocupados. A proposta do trabalho baseou-se em estudos bibliográficos e de pesquisa realizados sobre o tema, assim como os trabalhos de/sobre Antonieta de Barros e Julia Chrispina do Nascimento, a partir do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/NEAB da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC. O trabalho é oriundo das ações conjugadas do Programa Permanente de Extensão Memorial Antonieta de Barros com a Ação de Extensão "Caminhando com Antonieta de Barros: Narrativas de resistências e ancestralidades", a qual reúne atividades que recuperam o protagonismo, os modos de resistência, participação política e social, as vivências de religiosidades e as produções literárias de mulheres afro-brasileiras no seu processo de afirmação como sujeito político e sócio histórico na constituição da história de Santa Catarina e do Brasil.

Apontamos um caminho de luta contínua em que é possível identificar, visibilizar e incentivar construções de (re)existências de corpos negros, estabelecendo o diálogo teórico com as produções de Carla Akotirene (2018); Grada Kilomba (2021); Katiuscia Ribeiro (2011) e Sueli Carneiro (2005) para fundamentar as discussões sobre mulheres negras e suas constituições epistêmicas, atravessadas pela teoria política e emancipação da voz de Bell Hooks e outras intelectualidades negras.

Palavras-chaves: ações afirmativas, aquilombamento universitário, mulheres negras em Santa Catarina, Antonieta de Barros, Julia Chrispina do Nascimento.

AÇÕES AFIRMATIVAS E O PERCURSO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Genecir dos Santos Barreto Josviak e **Bruna Moraes Battistelli**

• Professora e atualmente na rede municipal de São José dos Pinhais compõe a equipe de assessoramento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, no Departamento de Educação Infantil da Rede Municipal de São José dos Pinhais, Mestranda em Educação - UFPR, Pós-graduanda do curso de Pós-Graduação ANE4 - UFPR - Litoral.
• Professora da Universidade Federal PPGE da linha de pesquisa diversidade, diferença e desigualdade social em Educação, M.Dr. em Pscicologia - UFRS, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Bell Hooks UFRS.

Debruçar-se sobre questões das políticas de ações afirmativas e suas implicações na vida dos docentes negros/as; este é o objetivo do presente projeto. Para além de compreender de forma prática como se efetiva essa política pública, torna-se necessário compreender como se dá o ingresso de tais profissionais no município, assim como os efeitos das ações afirmativas nas vidas desses professores. O objetivo geral da pesquisa é fazer um recorte temporal para otimizar a coleta de dados. Portanto, pretende-se identificar e analisar a trajetória de vida dos profissionais que ingressaram como docentes entre os anos de 2010 a 2020.

Os objetivos específicos são: identificar os/as docentes (magistério) que se autodeclaram como negros/as; entender o impacto do racismo na história de vida

do/as profissionais docentes entrevistados; investigar a trajetória de acesso como profissional do magistério no município.

A pesquisa pretende identificar e dialogar com esses profissionais, buscando compreender seus percursos de acesso, possibilidades e desafios que os possibilitaram assumir tal posição de protagonismo. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa (auto) biográfica, aplicaremos uma metodologia que acolhe em minúcia as histórias de vida dos professores negros/as. Nos utilizamos aqui da teoria de Clandinin (2011), a qual destaca a importância das relações que se constroem e estabelecem com o outro e com o mundo num movimento dinâmico. Segundo Clandinin e Connelly (2011), as relações não se dão no vazio, mas são imbuídas de significação e representação das próprias experiências das pessoas interlocutoras, traduzidas por meio da narrativa, do exercício do contar, recontar e reviver.

Para aprofundar as análises e discussões, empregamos também outros aportes teóricos que dialogam com a pesquisa, entre os quais as obras de Conceição Evaristo (2017) e Bell Hooks (1997) se apresentam enquanto primordiais.

Embora a pesquisa ainda esteja em andamento e não haja resultados concretos para serem compartilhados, a expectativa é que ela forneça uma compreensão abrangente e detalhada das experiências dos professores negros/as no contexto das políticas de ações afirmativas. Através da análise das trajetórias de vida e do impacto dessas políticas, espera-se contribuir significativamente para o debate da inclusão racial e educação no Brasil.

Palavras-chaves: ações afirmativas, trajetória de vida, professores negros

REFERÊNCIAS:

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011. 250 p.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002.

In:Babiuk, Graciele Alves: **Políticas de Ações afirmativas para acesso à pós-graduação** :Perfil e Narrativas auto biográfica de mulheres negras concluintes do Curso de formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (pré-Pós)/Graciele Alves Babiuk--Curitiba, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Pallas Editora, 2017.

HOOKS, Bell. **from Bone Black: Memories of girlhood**. Critical Quarterly, v. 39, n. 3, p. 80-83, 1997.

AÇÃO AFIRMATIVA DE RESERVA DE VAGAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC

Flávia Rodrigues Lima da Rocha, Andressa Queiroz da Silva e **Athina Magalhães Alves**

• Doutora em Educação. Mestra em Letras: linguagem e identidade. Licenciada em História. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre, onde é docente desde 2007.
• Mestre em Letras: linguagem e identidade pela Universidade Federal do Acre, onde cursa Doutorado. Professora de Língua Portuguesa da Educação Básica do Estado do Acre.
• Licencianda em História, na Universidade Federal do Acre.

O movimento negro brasileiro sempre foi ativo na luta por políticas de ações afirmativas que pudessem reparar as desigualdades históricas da qual é vítima. Tomando como conceito de ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo (JÚNIOR, CAMPOS, DAFLON, VENTURINI, 2018).

Gomes (2018) afirma que o movimento negro escolhe, de maneira estratégica, o campo educacional como importante espaço-tempo para emancipação social, assim a política de ação afirmativa de reserva de vagas no ensino superior marca positivamente como um avanço objetivando uma sociedade mais equânime. Desse modo, pensando a política de reserva de vagas na pós-graduação, mesmo ainda não sendo obrigatória no Brasil, o presente trabalho tem como lócus a Universidade Federal do Acre (UFAC), que possui 18 Programas de Pós-Graduação (PPGs), entre mestrados e doutorados, acadêmicos e profissionais, internos e em rede. O objetivo geral é analisar o alcance das ações afirmativas nos PPGs/UFAC e entre os sujeitos desta política.

No texto, indentificaremos o número de vagas previstas nos editais entre 2016 e 2022 para pessoas pretas, pardas e indígenas (PPI) e o número destes sujeitos chamados para as matrículas. A pesquisa segue uma

perspectiva teórico-metodológica de estudos decoloniais que, como nos afirma Quijano (2010) e Walsh (2007), abrem espaço para que outros sujeitos e outras histórias sejam pensadas para além da hegemonia colonizadora. Além disso, também é uma metodologia acolhedora desta pesquisa a Teoria Racial Crítica, uma vez que traz a raça como ponto central para a análise e também se expressa por meio da interdisciplinaridade.

Como explica Ferreira (2014), a Teoria Racial Crítica (TRC) desafia a ideologia dominante, ao passo que se contrapõe às reivindicações de neutralidade em relação à raça, as quais desconsideram as divergências de oportunidade na sociedade. De acordo com a TRC, tais crenças não refletem a realidade social, mas mascaram a forte desigualdade que muito afetam as minorias étnicas, temática associada com o poder e privilégio dos grupos dominantes.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão de literatura especializada e de análise documental de editais, assim como das chamadas para matrículas dos PPGs/UFAC. Dentre os resultados encontrados no que se refere a identificar vagas nos editais entre 2016 a 2022 destinadas a PPI, foi a princípio desafiador, tendo em vista que os editais de 2016 em sua maioria não possuía vagas de ações afirmativas ou estavam indisponíveis, sendo que apenas 03 de 18 cursos reservaram vagas para PPIs. No decorrer da observação dos editais dos anos seguintes, foi possível constatar um exponencial aumento do número de reserva de vagas em todos os PPGs/UFAC, a ponto de que no ano de 2022 todos os PPGs/UFAC possuíam reserva de vagas para ações afirmativas com percentuais distintos.

No que se refere ao número total de reserva de vagas, entre os anos de 2016 a 2022, identificou-se o total de 168 vagas nos editais analisados, porém o número de PPIs convocados para a matrícula foi apenas de 62 pessoas, demonstrando uma grande discrepância entre vagas ofertadas e vagas ocupadas. Este resultado direciona a compreensão de que mesmo quando as ações afirmativas ocorrem dentro dos PPGs, a população negra e indígena ainda tem dificuldade em acessá-las, trazendo a realidade do racismo estrutural que interdita e exclui estes sujeitos. Devendo-se assim haver um esforço ainda maior, ou seja, para além da oferta de vagas, na inclusão de quem fora historicamente excluído.

Palavras-Chaves: ações afirmativas, reserva de vagas para PPI, programa de pós-graduação, Universidade Federal do Acre.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio Luiz de Almeida. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Veronica Toste; VENTURINI, Anna. **Ação Afirmativa: História, Conceito e Debates**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: Narrativas e Contranarrativas de Identidade Racial de Professores de Línguas**. Revista da ABPN, V. 6, N. 14, P. 236-263, 2014. Disponível em: *https://smeduquedecaxias.rj.gov.br/smeportal/wp-content/uploads/2020/07/TEORIA-RACIAL-CR%C3%8DTICA-E-LETRAMENTO-RACIAL-CR%C3%8DTICO.pdf*. Acesso em: 09 de mar. 2023.

GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. **Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios**. Educação & Sociedade, v. 42, 2021.

IBGE. Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. **Informações Demográficas e Socioeconômicas. n. 41**. Disponível em: *https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais- porcor-ou-raca.html*. Acesso em: 09 Mar. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialismo do poder e classificação social** In: SANTOS, Boaventura S. e MENESES, Maria Paula (orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista e BORBA, Carolina. **As Políticas Afirmativas na Pesquisa Educacional**. Educar em Revista, v. 34, p. 151-191, 2018. Disponível: *https://www.scielo.br/j/er/a/LtqZXrjkxqzcD44zzJJ9kmS/abstract/?lang=pt*. Acesso em: 09 de mar. 2023.

VANALI, Ana C. ; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Ações afirmativas na pós-graduação Stricto Sensu: análise da Universidade Federal do Paraná**. Cadernos de Pesquisa, v. 49, p. 86-108, 2019.

WALSH, Catherine; RODRIGUES, Juliana Fogiato. **"Outros" saberes,"outras" críticas: reflexões sobre as políticas e as práticas de filosofia e decolonialidade na "outra" América**. Revista X, v. 16, n. 1, p. 54-79, 2021.

AÇÕES AFIRMATIVAS: COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Edicleia Furlanetto

Graduada em Bacharel em Estatística pela Universidade Federal do Paraná. Mestranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.

No Brasil, os dispositivos de racialidade assumem novas tecnologias de "tempos em tempos" para se ajustar ao contexto histórico e continuar a violentar os corpos negros (CARNEIRO, 2023). Estes dispositivos perpetuam-se por diversas formas, instâncias, instituições e espaços de tomada de decisão. Neste contexto, vale ressaltar a importância da luta dos movimentos negros e implementações de ações afirmativas, entre outros, para reduzir os impactos deste mecanismo.

Desde a cartilha apresentada ao Governo Federal pelo movimento Zumbi dos Palmares em 1995, cerca de dez anos depois, algumas ações afirmativas foram implementadas nas Universidades Federais. Dado esse fator, é fundamental verificar os números alcançados com tais políticas afirmativas e a Lei 12.711/12. O presente estudo visa observar os dados gerais sobre os estudantes de ensino superior em Instituições Federais do Brasil, utilizando os levantamentos da Sinopse do Censo da Educação Superior de 2019 e da Defensoria Pública da União – DPU em parceria com a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN: Pesquisa sobre a Implementação da Política de Cotas Raciais nas Universidades Federais com a coleta de dados para o período de 2013 a 2019.

Na Sinopse do Censo do Ensino Superior de 2019 é apresentado o total de ingressantes e concluintes no período de dez anos. Do total de matriculados, 42,2% ingressam no ensino superior, mas apenas 14,5% concluem a graduação. No Brasil, em 2019 houve 11.761.062 inscritos, neste mesmo ano as vagas ofertadas, caso preenchidas totalmente, atenderiam 34% (3.960.531) destes inscritos. Contudo, o percentual de ingressantes chegou a 15% (1.751.122) do total de inscritos e estima-se que deste total apenas 6% (73.897.348) estão matriculados no ensino superior (público e privado). Segundo a pesquisa realizada pela DPU/ABPN em relação a projeção de vagas ofertadas de 528.659, aproximadamente 33% (174.007) dos estudantes das IFES estão matriculados e, deste total, 32% atingiram a diplomação, apresentando impactos sociais significativos para o país.

Uma das considerações importantes ao observar os dados, é pensar para além das políticas de acesso, ou seja, em políticas de permanência para estes estudantes cotistas. Faz-se necessário sistemas unificados, que sejam preenchidos pelas IFES periodicamente e que possibilitem consultas a qualquer tempo para monitoramento, a fim de subsidiar ações internas e entre Instituições Federais.

Ao analisar os dados e observar as possíveis correlações, torna-se viável mensurar os impactos de políticas de ações afirmativas na redução da desigualdade social, educacional, de gênero e econômicas no Brasil.

Palavras-chave: ações afirmativas, Lei 12.711/12, Universidades Federais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Institui o Código Civil**. Presidência da República Casa Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. São Paulo: Zahar, 2023.

AMAURO N. Q. e ROCHAS, N. G., **CRESPURA: beleza negra sem química**, Curitiba, UFPR, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Pesquisa sobre a Implementação da Política de Cotas Raciais nas Universidades Federais, **Defensoria Pública da União**, Associação dos Pesquisadores Negros, 2022

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: *<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>*. Acesso em: 25/02/2022.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela igualdade e pela Vida**. Brasília, 20 de novembro de 1995. Disponível em: *<http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-embrasilia/docset/910>*. Acesso em: 21/04/2022

SILVA, P. V. B e MIRANDA, S. A. **Educação das Relações Étnico-Raciais: O estado da arte**. NEAB--UFPR, Curitiba, 2018.

Programa Conexões de Saberes: II Seminário Nacional. Brasília: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

ESTUDANTES NEGROS E PERIFÉRICOS: UNIVERSIDADE, ESCREVIVÊNCIA, PERMANÊNCIA

Franciele Costa Silva

Mestra em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília.

Fruto da dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e Cultura, pela Universidade de Brasília, a presente pesquisa tem como tema a permanência de estudantes negros/as e periféricos/as na universidade pública. Entende-se que a presença mais expressiva dessas e desses novas e novos atores no âmbito da educação superior tem se ampliado a cada dia, graças as lutas históricas dos movimentos negros e sociais que reverberaram em políticas federais também no âmbito das universidades, apesar de iniquidades e violências como o racismo.

Verifica-se a relevância da Lei 12.711 de 2012, que institui a obrigatoriedade de todas as universidades e institutos públicos de reservar 50% das vagas para estudantes oriundos/as de escolas públicas, de baixa renda e que se encontrem nos critérios de raça para estudantes negros/as, indígenas e pessoas com deficiência. Diante dessa grande vitória, faz-se o questionamento de que políticas e ações favorecem a permanência desses e dessas estudantes.

Utilizou-se inicialmente o método de revisão integrativa dos artigos que tivessem como descritores estudantes negros, universidade e permanência, para em seguida apresentar o decreto que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil e a legislação referente a essa medida, com política específica, recentemente aprovada e publicada no âmbito da Universidade de Brasília - UnB. A análise foi realizada a partir da busca de articulação dos fatores que sejam necessários para a permanência de estudantes negros/as e periféricos na universidade, dentro de uma perspectiva interseccional que visa a compreensão das dinâmicas institucionais e desafios dessas pessoas para a conclusão de seus cursos e presença saudável na universidade para além da assistência a permanência material, que é essencial.

Os resultados foram problematizados a partir da utilização do método da escrevivência, cunhada por Conceição Evaristo, de relatos pessoais da autora, assim como de estudantes que apontam para a necessidade de pesquisas de campo no objetivo de se chegar à singularidade e particularidade do fenômeno. Nesse método de coleta de dados, foi realizada a escuta direta dessas e desses estudantes que vivenciam a realidade da universidade, sendo alvos das políticas de assistência e, infelizmente, dessas violências que atravessam as instituições de ensino superior, tal qual o racismo, sexismo, silenciamento e epistemicídio. Deste modo, os acadêmicos se tornam também participantes e protagonistas nessa construção, validando assim as ações que têm sido importantes nesse processo e, consecutivamente, propondo novas atuações e áreas nos projetos/políticas públicas universitárias que apresentam lacunas de ação. Esta análise crítica se posiciona como crucial no combate ao racismo e na fomentação de ambientes e vivências acadêmicas saudáveis a essas e esses estudantes negros/as periféricos/as.

Palavras-chaves: estudantes negros e periféricos, universidade, escrevivência, permanência.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais**. Brasília, DF: Presidência da República: [2012]. Disponível em: h*ttp://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm*. Acesso em junho de 2024.

BRASIL, Decreto Presidencial n. 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília, DF: Presidência da República:[2010]. Disponível em: *https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm*. Acesso em junho de 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita**. In: ALEXANDRE, M. A. (org.) Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p. 16-21

ESTUDO SOBRE SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA DAS PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL

Silvia Maria Amorim Lima

Nesse estudo apontamos a síntese do levantamento bibliográfico de artigos, teses e dissertações sobre políticas afirmativas, bem como de algumas pesquisas e livros que são pertinentes para o estudo focados nos egressos/as da política. O objetivo é demonstrar como a pesquisa bibliográfica é importante, pois, "coloca o pesquisador em contato direto com toda a produção escrita sobre a temática que está sendo estudada" (PRODANOV; FREITAS 2013, p. 54).

Em 2018 foi lançado um livro que traz os estudos do grupo de pesquisa Nacional, organizado pelas professoras Doutoras Katia Regis, Shierley Aparecida de Miranda e o professor Doutor Paulo Vinícius B. da Silva. O livro intitulado: Educação das Relações Étnico-raciais: O Estado da Arte (MIRANDA; REGIS; SILVA, 2018). A obra, traz rico levantamento bibliográfico sobre a temática, abordando as dissertações, teses e artigos elaborados e divulgados até 2014. Essa pesquisa foi realizada como parte da comemoração de 10 anos da Lei n° 10.639/2003.

Neste estudo realizamos a comparação do estado da arte do período de 2003 até 2014, avançando com a pesquisa em levantamento bibliográfico para os anos de 2015 a 2020. As palavras chaves utilizadas para identificar os textos foram: políticas afirmativas, cotas raciais, educação superior, estudantes negros/as, acesso, permanência, egressos/as.

Verificamos que, nos anos iniciais, a temática que tomava conta das produções em artigos, dissertações e teses estava relacionada muito fortemente a questão do contexto de implementação da política e de opiniões contrárias e favoráveis. Com o passar dos anos de pesquisa, o que se observa são temáticas relacionadas a contextos de estudos de casos, ou seja, o/a pesquisador/a relata a realidade de uma universidade ou faz estudos comparativos entre as instituições de educação superior e sobre os dados de estudantes que participam da política. Percebemos que no primeiro momento o estudo sobre o acesso simbolizava o grande mote de pesquisas, mas com o tempo o interesse voltou-se para conhecer a permanência desses estudantes em suas respectivas universidades e atualmente os olhares têm se direcionado cada vez mais para a produção de dados de estudantes após a experiência acadêmica, mesmo que de forma ainda incipiente. Analisando a produção de teses, dissertações e artigos, podemos perceber que o montante de pesquisas em forma de teses e dissertações corroboram de que há ainda um expressivo interesse acadêmico posto sobre políticas afirmativas nas academias brasileiras (SANTOS, 2013). Os dados das pesquisas são importantes para, além de fomentar a discussão, trazer comprovações que vão dar suporte argumentativo e comprobatório da realidade que tal ação afirmativa trouxe para a população negra.

Ao analisar a produção de artigos referentes à temática de políticas afirmativas, podemos perceber que a elaboração de 105 produções, em relação a políticas afirmativas na educação superior, é um avanço considerável; chama a atenção a quantidade de artigos produzidos em 2020. A despeito do momento pandêmico vivenciado, a produção acadêmica foi materializada em produções de pesquisas que extrapolaram a temática pandêmica e reverberaram em outras temáticas. O fato de termos uma produção em seis anos que ultrapassa em números a produção levantada na pesquisa anterior, que foi de 95 artigos, reforça que o interesse pela temática está longe de estagnar, muito pelo contrário, o interesse vem aumentando. Diante dessa projeção, a expectativa é de que aumentem as pesquisas nesta área, principalmente ao considerarmos a já levantada questão da avaliação da política.

Palavras Chave: políticas afirmativas, cotas raciais, educação superior, negros/as

REFERÊNCIAS:

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SANTOS, Jocélio Telles dos (Org.); QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012)**. Salvador: CEAO, 2013.

MIRANDA, Shirley Aparecida; REGIS, Katia; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; orgs. **Educação das relações étnico-raciais: O estado da arte**. – Curitiba/PR: NEAB- UFPR e ABPN, 2018.

LEI 12.990/14 COMO POLÍTICA PÚBLICA DE AÇÃO AFIRMATIVA: OS SERVIDORES NEGROS TÉCNICO-ADMINSTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUAS TRAJETÓRIAS

Cibele Vieira Passos dos Santos

Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPR.

Este presente resumo é um recorte da dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPR, um estudo de caso realizado na instituição com os servidores negros que entraram por cotas raciais em concursos públicos da universidade entre 2014 e 2023. O objetivo geral é apresentar a Lei 12.990/14, bem como discutir os impactos sociais percebidos pelos servidores negros ao acessarem à política de ação afirmativa. Os objetivos específicos são: discutir sobre o desenho e o processo de implementação da Lei 12.990; apresentar o estudo de caso na UFPR com os Técnico-Administrativos em Educação (TAE's) que entraram por cotas raciais nos concursos. A justificativa se faz por enxergar a imensa desigualdade social que há no país e tem a população negra a parcela social que mais sofre este impacto quando está nos piores indicadores socioeconômicos do Brasil, sobretudo quando se trata de renda média e desemprego.

A metodologia utilizada tem como estratégia de pesquisa o estudo de caso único, é também uma pesquisa descritiva. Fez-se uso de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas.

O processo de escravização pelo qual os negros passaram não foi o suficiente para que no pós-abolição a população negra tivesse atendida as suas necessidades. Os ex-escravizados não tiveram qualquer apoio social ao terem sua mão-de-obra substituída pelos imigrantes e assim ficarem fora do sistema de trabalho (FERNANDES, 1989). Propor ações afirmativas de caráter racial, como são as cotas para concursos e cotas raciais para as universidades é repensar e revisitar o passado vergonhoso do país.

Os dados documentais apresentaram que 153 servidores negros entraram na UFPR por meio da lei de cotas raciais entre 2014 e 2023. Desse total, 63% são mulheres e 37% homens. A classificação dos cargos, a maioria está entre o nível superior com 76 servidores e o nível médio são 72. Há 116 servidores negros ativos e 37 solicitaram vacância. Outro dado relevante aponta que 10 mulheres negras e 8 homens também negros exercem cargos de chefia. Quanto à apreciação dos dados das 10 entrevistas realizadas, ela ocorreu sob o enfoque da análise de conteúdo, apresentada por Bardin (1977). As categorias de análises obtidas nos relatos dos respondentes se referem à representatividade negra, cota racial, identidade racial, reparação histórica, discriminação racial ou preconceito racial, equidade racial. No tocante aos impactos e as mudanças, os respondentes relataram questões acerca da qualidade de vida, autoconfiança, oportunidade de estudar, migração – dado o fato de que alguns vieram de outros estados e cidades. A questão financeira, independência sobre sair da casa dos pais e poder viver sozinho, estabilidade e um melhor salário foram recorrentes nas falas.

A pesquisa atinge seu objetivo na medida que identifica a implementação da Lei 12.990 na UFPR. Nas entrevistas, os respondentes puderam relatar os impactos em suas trajetórias de vida. Dessa forma, a partir da análise das categorias propostas, os dados revelaram elementos que apontaram para mudanças na realidade social dos indivíduos participantes. Ainda assim, é preciso levar em consideração que falta o cumprimento do percentual de 20% determinado pela lei na entrada de técnicos, sobretudo dos docentes.

Palavras-chaves: cotas raciais, ação afirmativa, política pública, Lei 12.990, técnico-administrativo em educação.

REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 225.1977.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez Editora, 111. 1989.

NA CIDADE, MAS NÃO EM TODOS OS LUGARES

Franciely Ferreira Cruz e **Marcos Rogério dos Santos**

• Graduanda em Arquitetura e Urbanismo (UFPR) e bolsista no Programa Institucional de Apoio à Pesquisa e Extensão (PIBIS).
• Doutor em Educação (UFSC) e Pesquisador no Laboratório de Pesquisas Sociológicas Pierre Bourdieu (LAPSB).

No quadro demográfico apresentado pelo IBGE (2022), a cidade de Curitiba desponta dentre as capitais do sul do país como sendo a cidade que tem o maior percentual de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, o que faz da capital paranaense um lugar potencializado por uma multietnicidade e interculturalidade. O presente estudo situa-se nesse contexto e é

parte de uma pesquisa maior que teve como objetivo analisar a percepção de estudantes terceiranistas de 33 escolas públicas de Curitiba e região metropolitana sobre o vestibular da UFPR. Para tanto, no plano metodológico, recorremos ao método descritivo e, como esboço teórico levou-se em conta considerações de autores nacionais e internacionais.

No cômputo geral, o quadro de estudantes apresentou um status de maioria étnica branca, com destaque para as meninas, seguidas, em menor escala, pelos grupos dos meninos brancos, pardos, pretos e com menor representação entre as meninas pretas. A homogeneidade do perfil de estudantes encontrada nas escolas, pode contribuir para que estudantes não brancos ou de outras minorias étnicas passem a ser incluídos no conjunto dos diferentes, de modo que passem a serem considerados como os outros, como aqueles que precisam se adequar a uma realidade historicamente naturalizada. A predominância de meninas brancas no grupo de concluintes do ensino médio, além de sugerir estudos para identificar a baixa incidência de meninas pardas e pretas no grupo de possíveis formandas, motivou-nos a analisar o perfil dos estudantes matriculados no curso de Arquitetura da UFPR, um curso que historicamente foi considerado elitizado, mas que com o advento da Lei de Cotas (n° 12.711) passou a ter parte das vagas reservadas para pretos e pardos. Para tanto, recorreu-se ao relatório de estudantes ativos disponível no SIGA/UFPR e a metodologia descritiva para poder analisar o resultado dos dados. No cômputo geral, o curso de Arquitetura tem 399 estudantes ativos, dentre os quais 18% são estudantes autodeclarados pardos, pretos e indígenas, sendo que apenas 13% são meninas. A lacuna encontrada na escola básica também é perceptível no curso de Arquitetura, assim o estudante que consegue passar por todas as barreiras do ensino médio e ingressa no ensino superior, se depara com turmas onde a representatividade negra é extremamente baixa.

Palavras-chaves: escola pública, ensino médio, meninas, raça/cor.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, M. P. **Mau aluno/aluna, boa? Como as professoras avaliam meninos e meninas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 554-574, 2001.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Rio Grande do Sul. Ed. Inijuí, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos**. Brasil, 2022.

NASCIMENTO, G. P. (2021). **A racialização do espaço urbano da cidade de Curitiba - PR**. Geografia Ensino & Pesquisa, 25, e24. https://doi.org/10.5902/2236499446911

PLURAL. **Capital mais negra do Sul, Curitiba passou por branqueamento estratégico, aponta pesquisa**. Plural, 2023. Disponível em: *https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/capital-mais-negra-do-sul-curitiba-passou-por-branqueamento-estrategico-aponta-pesquisa/*. Acesso em: 4 jul. 2024.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS RACIAIS E RECORTE DE INTERSECCIONALIDADE NA ÁREA DAS EXATAS

Jussara Marques de Medeiros

Doutora em Educação pela UFPR.

As políticas afirmativas no Brasil têm como objetivo promover a justiça social e reduzir as desigualdades históricas e sociais, especialmente aquelas baseadas em raça, gênero e classe social. Essas políticas são desenhadas para garantir que grupos historicamente marginalizados tenham acesso a oportunidades educacionais, de emprego, assim como outras áreas sociais e econômicas.

Uma das políticas afirmativas mais conhecidas no Brasil é o sistema de cotas nas universidades públicas. Implementado em muitas instituições de ensino superior, esse sistema reserva um percentual de vagas para estudantes negros, pardos, indígenas e de baixa renda. A Lei de Cotas, sancionada em 2012, determina que 50% das vagas em universidades federais sejam reservadas para alunos de escolas públicas, com vagas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. A Lei n° 14.723, de 13 de novembro de 2023, altera a Lei de Cotas, mudando a renda per capita para um salário-mínimo, além de incluir os quilombolas nas cotas e políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação stricto sensu.

Estas políticas não preveem recortes de gênero, mas os estudos dentro das políticas afirmativas raciais são fundamentais para entender como as interseccionalidades de raça e gênero influenciam as experiências e oportunidades de mulheres, especialmente em contextos educacionais e profissionais. Esses estudos analisam como as mulheres negras, indígenas e de outras

etnias marginalizadas enfrentam desafios específicos que são diferentes daqueles enfrentados por homens das mesmas comunidades ou por mulheres brancas.

A teoria da interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw, é central para entender as políticas afirmativas de uma perspectiva de gênero. A interseccionalidade examina como diferentes formas de discriminação (raça, gênero, classe, etc.) interagem para criar condições únicas de opressão e privilégio.

Estudos mostram que as mulheres negras frequentemente enfrentam uma dupla discriminação – por raça e por gênero – além de um grande número dessas mulheres se encontrarem em trabalhos domésticos.

De acordo com os estudos do IBGE, em 2022, a proporção de mulheres brancas que frequentaram o ensino superior (29,0%) era o dobro em relação ao observado para as pretas e pardas (14,7%). Os homens pretos ou pardos tinham o menor percentual entre o grupo (10,3%), menor número em relação aos brancos (24,9%). Os dados do Censo de Educação Superior de 2022 apontam que as mulheres são maioria entre os cursos de graduação presenciais de forma geral (60,3%), mas representavam apenas 22% nas áreas de Ciências, Tecnologias, Engenharias, Matemática e programas interdisciplinares que abrangem essas áreas.

Na minha tese de doutorado realizada no Programa de Pós-graduação em Educação, realizei uma pesquisa quantitativa, nas áreas das engenharias. Na análise dos gráficos, as mulheres foram tratadas como "anafêmeas" e os homens como "anamachos" nas análises de tabelas e gráficos, de acordo com o conceito de Oyêwùmí (2018), que forjou estes termos para se referir a anatomia do corpo, sem oposições binárias. Foi utilizada a categoria de amefricanos utilizada por Lélia Gonzalez, se referindo a "todos nós" enquanto descendentes de africanos e apontando o resgate específico de uma unidade racial, para se referir a pretos(as) e pardos(as).

Concluiu-se na pesquisa realizada nas engenharias da Universidade Tecnológica Federal do Paraná que, de 37.529 estudantes de engenharia na UTFPR após 2012, 22,8% são de mulheres e 77,2% são de homens. Destes, 2,8% são mulheres cotistas raciais e o percentual de 10,8% são de mulheres da ampla concorrência, com um número exíguo de mulheres, e mais ainda, das cotistas raciais. Esses estudos não apenas reforçam a importância das políticas afirmativas, mas também apontam para a necessidade de políticas de permanência efetiva voltada às mulheres cotistas raciais

.

REFERÊNCIAS:

MEDEIROS, Jussara Marques de. **Lugar de Mulheres Negras é nas engenharias? Um estudo nas duas Universidades Federais do Paraná**. 2023. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação/ UFPR-Curitiba/PR, 2023.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. MARÇAL, José Antônio. TRIGO, Rosa Amália Espejo. **Políticas de ações afirmativas no Brasil: Educação e Políticas Públicas.** In KOMINEK, Andrea Maila VOSS e VANALI, Ana Crhistina (Orgs). Roteiros temáticos da Diáspora: Caminhos para o enfrentamento do Racismo no Brasil. Porto Alegre, RS, Editora Fi, 2018

OYÊWÚMI, Oyèrónké. **Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSFOGUEL, R (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

POLÍTICA DE INGRESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC: ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NA GRADUAÇÃO (2008- 2017)

Janine Soares da Rosa

Mestranda PPGE/UFPR. Bolsista PRPPG/UFPR. Membra do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFPR.

Este estudo está vinculado ao Grupo de Pesquisa "Ações Afirmativas na América Latina: Brasil, Argentina, México, Colômbia, Bolívia e Uruguai", que faz parte de uma proposta mais ampla do PrInt UFPR intitulado "Relações de Poder, Assimetrias e Direitos Humanos". O estudo é desenvolvido dentro da linha de pesquisa "Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação" do PPGE/UFPR. A pesquisa foca nas políticas afirmativas aplicadas à Educação Superior, com o objetivo de analisar o processo de implementação dessas políticas para acesso e permanência nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) entre 2008 e 2017. Problematizo nesta investigação quais os entraves e desafios enfrentados pela UDESC para implementação de sua política afirmativa para acesso e permanência. Analiso também como os processos de exclusão operam na

instituição, impedindo que a diversidade étnico-racial, sexual e socioeconômica, presentes na sociedade catarinense, esteja representada na comunidade acadêmica da UDESC.

Como método, apresento uma análise documental das políticas para democratização do acesso e permanência à graduação da UDESC, a partir da Resolução n. 017/2009 - Política de Inclusão (PI), Resolução n. 017/2011 - Programa de Ações Afirmativas (PAA) e o Programa de Auxílio Financeiro aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica (PRAFE).

É também tomando como base teórica Nilma Lino Gomes, Adilson Pereira dos Santos e Wilson Roberto de Mattos que reflito as políticas e ações afirmativas enquanto um conjunto de medidas/diretrizes compensatórias, de origem pública ou privada, aplicadas por tempo determinado, que visam mitigar desigualdades sociais impostas a grupos historicamente discriminados (GOMES, 2001; GOMES, 2006, 2007; MATTOS, 2007; FERES et al., 2018; SANTOS, 2020).

Como perspectiva de análise deste estudo, em relação à formulação e implementação de políticas afirmativas na educação superior, opto por analisar documentos institucionais, com o objetivo de organizar um estudo base sobre o tema, mobilizando as pesquisas produzidas por SANTOS e GOMES (2020) e entendendo que as políticas públicas são resultados de demandas e revindicações de diferentes atores sociais, como, por exemplo, os movimentos negros, que por meio de tensionamentos e negociação inserem suas demandas na agenda pública. É na esfera estatal que estas reivindicações se transformam ações concretas para garantir equidade de direitos.

Os resultados da investigação incluem o mapeamento e a estrutura da política afirmativa de inclusão, a necessidade de atualização dos percentuais de cotas para a população negra, de acordo com os dados mais atualizados do IBGE, e a revisão dos processos de operacionalização das políticas, que atualmente são homogeneizantes, assimilacionistas e universalistas. Proponho um modelo contemporâneo de relações raciais, com uma nova concepção de ações afirmativas e justiça, fundamentada na ética Ubuntu, uma filosofia africana.

Concluímos reconhecendo os esforços da UDESC em construir uma política afirmativa que contemple a diversidade de estudantes presentes na sociedade catarinense. Esses esforços são realizados por servidores, setores, direções e, principalmente, pelos movimentos negros que atuam dentro da universidade, reforçando o caráter educativo das ações desses movimentos em diferentes níveis.

Palavras-chaves: educação superior, políticas afirmativas, UDESC, Ubuntu.

REFERÊNCIAS:

FERES Júnior, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9786599036477. Acesso em: 28 jan. 2021.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento social de transformação social**. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

MATTOS, Wilson Roberto. **Contribuição historiográfica ao debate sobre ações afirmativas: exclusão racial na Bahia do século XIX**. NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM., orgs. Memória e formação de professores [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. 310 p. Disponível em: *http://books.scielo.org* Acesso em: 22 jan. 2020.

SANTOS, Adilson Pereira dos. **Gestão Universitária e a Lei de Cotas**. 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2020.

PRIMEIROS PASSOS DA SEMANA ACADÊMICA NEGRA E INDÍGENA DA UDESC

Paula Delfino Martin
e **Tereza Mara Franzoni**

• Graduanda em Bacharel em Design Industrial da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.
• Dra em Antropologia Social, professora do curso de Artes Cênicas da UDESC.

O presente estudo aborda a organização da primeira Semana Acadêmica Negra e Indígena da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), também conhecida como SAGRAI, idealizada por estudantes negros e indígenas de diferentes Centros de Ensino. A semana pretendeu promover momentos de integração, formação, letramento racial e troca de experiências dentro e fora da universidade.

Foi apenas em 2011 que a UDESC iniciou seu Programa de Ações Afirmativas e só muito recentemente

criou alguns mecanismos para a permanência estudantil. Segundo o IBGE (2022), Santa Catarina é o estado com menor percentual de população negra sendo que apenas 4,07% das pessoas pesquisadas se autoidentificaram como tal, e 19,22% se autoidentificaram como pessoas pardas. O estado é considerado um dos mais brancos do Brasil, o que dificulta ainda mais o reconhecimento e identificação da população negra e parda. O estudo do IPEA (2020) sobre a população negra no ensino superior comprovou que, em 2017, "a população negra ainda correspondia 32% das pessoas com ensino superior completo". Essa realidade aponta para a importância de eventos e encontros estudantis na universidade que promovam reconhecimento e valorização dos estudantes. O objetivo da pesquisa sobre a I SAGRAI é documentar e avaliar a realização deste evento, desde seu processo de organização até os desdobramentos institucionais, servindo como subsídio para futuras políticas voltadas a questões negras e indígenas na universidade, valorizando o protagonismo do movimento negro e indígena.

A metodologia envolve análises bibliográficas sobre o tema abordado, estudo dos documentos institucionais, pesquisa de dados estáticos sobre as populações negras e indígenas em Santa Catarina, e seu acesso e permanência nas universidades. Abrange a realização de entrevistas com participantes e organizadores da SAGRAI, além da organização da documentação fotográfica e fílmica do evento. Considerando que a primeira autora é uma das organizadoras da SAGRAI, é adotada a metodologia de pesquisa participante a partir de uma perspectiva crítica.

A pesquisa está em andamento e o referencial teórico atual aborda algumas questões. Sobre a questão da construção das territorialidades negras e seus pagamentos em Santa Catarina, utilizamos o trabalho de Azania Mahin (2020). Sobre coletivos negros e a importância de suas metodologias pedagógicas, utilizamos Aline Dias (2021). Especificamente sobre coletivos negros no Centro de Artes, Design e Moda na UDESC temos o trabalho de Thuanny Paes (2017).

Para elaboração de um texto que leve em conta as vozes daquelas e daqueles que participaram da construção do evento, nos inspiramos no conceito de escrevivências de Conceição Evaristo (2016). E com o objetivo de abordar o protagonismo das estudantes negras no processo de construção da SAGRAI, vamos dialogar com Bell Hooks (2019).

A análise e os resultados ainda estão em andamento, contudo, já é possivel afirmar que a SAGRAI, reunindo estudantes de 12 Centros de Ensino, constituiu-se em um evento multidisciplinar, onde estudantes negros e indígenas puderam ser vistos. O evento poderia ter sido organizado com maior antecedência, mas entendemos que sua urgência impôs as condições de sua realização. A UDESC, num contexto geral, está atrasada nesse tipo de debate. Muitos aspectos podem ser melhorados, mas considerando o propósito da SAGRAI, podemos dizer que tivemos avanços. Não concentrar as atividades em um único centro foi um dos acertos, as parcerias com núcleos da instituição também. Ressaltamos a parceria como o AYA[1] e o NUDHA[2], que foram fundamentais para garantir as atividades e fortalecer o evento, mostrando o apoio não somente estudantil, mas de setores institucionais. A pesquisa segue e a organização da II SAGRAI também.

Palavras-chaves: SAGRAI, negros e indígenas, coletivos estudantis, políticas afirmativas, movimento social.

REFERÊNCIAS:

DOS SANTOS, Aline Dias. **Coletivo NEGA: Pedagogia das Mulheres Negras em Cena no Teatro Negro de Santa Catarina**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, em Florianópolis, 2020. Disponível em: *<https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1613690321_ARQUIVO_ac87e4729cc4cc4bdf3063468f85cb3f.pdf>*

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências: identidade, gênero e violência**. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2016.

Nogueira, A. M. R. (2020). **A CONSTRUÇÃO E APAGAMENTO DE TERRITÓRIOS NEGROS**. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 12(34), 157–181. Recuperado de *https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1135*

PAES, Thuanny Bruno Rodrigues. **Teatro é Coisa de Preto e Preta Sim! O surgimento do Teatro Negro do Coletivo NEGA em Florianópolis, Santa Catarina**. Florianópolis: Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Teatro, CEART-UDESC, 2017.

SUPERANDO BARREIRAS: ESTRATÉGIAS PARA O SUCESSO ACADÊMICO E PROFISSIONAL DE MULHERES NEGRAS COTISTAS

Sara Antônia Ferreira Alves

Mestranda em Direitos Humanos e Cidadania na Universidade de Brasília (UnB).

A inclusão de mulheres negras cotistas nas universidades brasileiras representa um avanço crucial na luta contra as desigualdades raciais e de gênero. Este estudo, derivado de uma pesquisa em fase final sobre questões raciais em concursos públicos, analisa os desafios enfrentados por esses estudantes e visa desenvolver programas de apoio acadêmico e profissional que integrem perspectivas antirracistas e de gênero. A justificativa do estudo reside na necessidade de formar lideranças negras altamente aprimoradas para ocupar cargos de gestão, poder e administração em instituições públicas. O objetivo geral é promover a defesa de gênero e raça nas universidades brasileiras. Especificamente, busca-se identificar os desafios enfrentados por mulheres negras cotistas e propor ações educacionais baseadas nos dados coletados, iniciando projetos experimentais na Universidade de Brasília. A metodologia do estudo inclui uma revisão da literatura sobre políticas afirmativas, interseccionalidade, movimentos sociais e feminismo negro. Além disso, foram realizadas entrevistas em grupos focais com mulheres negras cotistas para identificar desafios específicos. Também serão desenvolvidas parcerias com movimentos sociais que promovem políticas afirmativas.

A base teórica do projeto apoia-se nas discussões sobre interseccionalidade de Crenshaw (1989), que argumenta que "as experiências das mulheres negras demonstram que a 'raça' e o 'gênero' interagem para moldar as múltiplas dimensões das experiências sociais das mulheres negras". Collins (2000) destaca que "mulheres negras possuem uma visão única sobre o cruzamento entre raça e gênero, o que as coloca em uma posição privilegiada para entender os mecanismos de poder e opressão". No contexto brasileiro, Akotirene (2019) reforça que "a interseccionalidade propõe uma análise que considera as opressões de raça, classe e gênero não como fenômenos isolados, mas como processos que se cruzam e se reforçam mutuamente". Sueli Carneiro, Mario Lisboa Theodoro e Silvio Almeida (2023, 2022, 2019) destacam a importância de políticas afirmativas na luta contra o racismo estrutural e contra as desigualdades sociais. O projeto visa promover suporte acadêmico, profissional e financeiro específico para a preparação de mulheres negras, para que se tornem aptas a atuar em todos os espaços de poder. A implementação das ações propostas, com base nos dados coletados, poderá contribuir significativamente para a inclusão e empoderamento dessas mulheres no contexto universitário e demais Instituições públicas, notadamente naquelas pertencentes ao Sistema de Justiça Brasileiro, como o Ministério Público.

Palavras-chave: interseccionalidade, cotas raciais, desigualdades sociais, racismo, feminismo negro.

REFERÊNCIAS:

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a Partir de uma Perspectiva de Gênero**. São Paulo: Geledés, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. 2nd ed. New York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

THEODORO, Mário Lisboa. **Sociedade Desigual: Racismo e Branquitude na Formação do Brasil**. Brasília: Publicação, 2022.

GT2: Comunicação, Raça e Interseccionalidades

Propositoras: Ana Luísa Pereira, Renata de Paula dos Santos e Ivanilce S. Oliveira

O Grupo de Trabalho Comunicação, Raça e Interseccionalidades pretende reunir pesquisas voltadas para o aprofundamento teórico e metodológico no estudo dos mais variados campos da comunicação e nas interfaces imagem/mídia, sobretudo com foco nos marcadores de gênero, raça e classe. Assim, a expressão midiática deverá ser debatida a partir de eixos como semiótica, cinema, imaginário, representação, cultura, educação, ideologia, comunicação política, estudos de recepção, processos comunicacionais, teorias e movimentos decoloconiais de comunicação, feminismos, ativismos, história e estética, tornando clara a natureza complexa e interdisciplinar da comunicação contemporânea.

DISPUTAS EM TORNO DA IDENTIDADE RACIAL: A RÉGUA ENTRE OS NEGROS E PARDOS

Ana Paula Pereira Ferreira

Mestranda em Letras na Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Esta pesquisa se propõe a compreender o funcionamento discursivo em torno dos discursos sobre o colorismo, especificamente no que diz respeito ao processo de identificação e de legitimação de uma identidade pessoal, que definem a experiência de ser negro no contexto brasileiro, a partir do recente caso de Alisson dos Santos Rodrigues, que teve sua matrícula recusada já que a banca de heteroidentificação da USP considerou que o estudante não atendia os critérios definidos pela instituição para ingressar como cotista racial. Consideramos, a partir de Fanon (2020), que o processo de identificação é atravessado pelo dizer do olhar do outro, isto é, pela maneira de como é realizada a leitura racial de si, do mesmo modo que a leitura realizada de si mesmo é perpassada pelo olhar do outro. O caso do candidato cotista Alisson dos Santos Rodrigues repercutiu na mídia abrindo um espaço de disputa entre diferentes posições sujeito, entre aqueles que contestaram a identidade racial do aluno que se autodeclarou pardo e entre aqueles que contestaram a decisão da banca por não identificarem o aluno cotista como um sujeito não-branco. Olhares diferentes interpelam o outro.

Nesse cenário contraditório de divisão de posições dentro do movimento negro, surge uma dinâmica complexa entre os discursos que enfatizam supostos privilégios das pessoas de pele negra mais clara em comparação com aqueles que advogam pela inclusão de todas as pessoas negras (pretos e pardos) na luta contra o racismo. Esses grupos, embora abordem questões semelhantes (senão iguais), se encontram em constante conflito, resultando em divisões que ocupam espaços difíceis de categorizar ou nomear.

A partir da Análise de Discurso materialista, esta pesquisa pretende compreender os mecanismos de disputas sobre o efeito dos discursos polarizados em torno dessa polêmica que circulou nas plataformas de mídias sociais. Ademais, consideramos as maneiras pelas quais o "eu" é constituído discursivamente e como ocorre o processo de sentidos em relação à percepção da racialidade de si e do outro, mobilizando o conceito de lugar de enunciação (FONTANA, 2017) para explorar como a colocação pronominal "eu" se ancora em determinadas posições sujeitos que ressoam uma representação de um "nós", de modo que os discursos não dizem mais de um caráter pessoal do dizer do sujeito, mas refletem uma denúncia que expressa um coletivo.

Palavras-chave: colorismo, análise de discurso, lugar de enunciação, negro, pardo.

REFERÊNCIAS:

BERNARDO, Jessica. **Alunos cotistas processam USP após ter matrícula negada por comissão**. Jornal Metrópoles. Março, 2024. Disponível em: *<https://www.metropoles.com/sao-paulo/alunos-cotistas-processam-usp-apos-ter-matricula-negada-por-comissao>*. Acesso em: 11 de março de 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FONTANA, Larissa da Silva. **O colorismo em Alice Walker e a construção interseccional de feminilidades negras**. Revista Letras, Curitiba, ufpr, n. 105, pp. 140-161, jan./jun. 2022.

_____. **O discurso do colorismo no Brasil: processos de racialização e genderização nos dizeres da identidade nacional e das mídias negras**. 2021. 288 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: *<http://acervus.unicamp.br/index.asp?codigo_sophia=1166986>*. Acesso em: 7 setembro de 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2020.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. – 13°.edição – Campinas, SP: Pontes, 2020.

_____; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (org.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. SP: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. (org.). **Gestos de Leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 55-64.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. **"Lugar de fala": enunciação, subjetivação, resistência**. Revista Conexão Letras. v. 12, n. 18, p. 63-71. 2017.

A NECROPOLÍTICA RETRATADA NA PRIMEIRA TEMPORADA DO PODCAST "VOZES DA COMUNIDADE"

Isabely Ramos e **Reginaldo Moreira**

- Jornalista e mestranda da Universidade Estadual de Londrina (UEL).
- Docente Adjunto da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Introdução

Este artigo investiga a teoria da necropolítica de Achille Mbembe e faz uma análise entre o conceito com a primeira temporada do podcast londrinense "Vozes da Comunidade", lançado em 2022. A metodologia envolve estudo aprofundado da necropolítica e análise de conteúdo das entrevistas, destacando a presença da necropolítica nas falas dos entrevistados, evidenciando padrões de opressão e resistência. Este estudo contribui para uma compreensão mais profunda das interseções entre teoria acadêmica e realidades sociais.

Necropolítica

A necropolítica explora quem tem o poder de decidir sobre a vida e a morte, destacando como certos contextos políticos permitem não apenas a administração da vida e também a determinação ativa de quem deve morrer. Esta teoria enfatiza a soberania do Estado em impor a morte e gerenciar a violência, moldando e regulando populações.

> "Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros." (Mbembe, 2018)

O racismo "justifica" e legitima a morte de pessoas não brancas, além de privar condições básicas para uma vida digna, como acesso à saúde, educação e moradia, resultando em uma "morte em vida" para grupos marginalizados.

> "A saúde pública, o saneamento básico, as redes de transporte e abastecimento, a segurança pública, são exemplos do exercício do poder estatal sobre a manutenção da vida, sendo que sua ausência seria o deixar morrer [...] a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também é entendida como a exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição" (Almeida, 2021)

Análise das entrevistas

Episódio 01 - Rosa do Café

"Na década de 80 nós passamos fome aqui na comunidade... sobrevivi assim, graças a Deus" (Vozes da Comunidade #01, 2022, 3min40s - 4min01s).

"Tem fatores que a gente guarda 'cê entendeu?' que é coisa de polícia que já entrou aqui e já matou pessoas..." (Vozes da Comunidade #01, 2022).

Relata fome nos anos 80 e violência policial, destacando a vulnerabilidade alimentar e a repressão estatal.

Episódio 02 - MC's Teseu e VH

MC Teseu:

"A gente morava numa casa de 4 cômodos... com a minha vó, minha mãe, minhas tias, todos os meus irmãos, meus primos..." (Vozes da Comunidade #02, 2022).

"Quando eu tinha 11, 12 anos, a gente já presenciou até troca de tiros da gente correr e a bala comendo" (Vozes da Comunidade #02, 2022).

Descrevem condições precárias de moradia e presenciam tiroteios, ilustrando controle social e medo.

Episódio 03 - Marcelly Marquezinny

"O trabalho pro homossexual é super mais fácil, tem muita diferença em ser gay e ser trans..." (Vozes da Comunidade #03, 2022).

"Só de estar ali não é fácil, né, a gente ser trans é diferente, tudo que é diferente estranha..." (Vozes da Comunidade #03, 2022).

Mostra a vivência da mulher trans, enfrentando discriminação no trabalho e marginalização, evidenciando a desigualdade e exclusão diária.

Conclusão

A análise das entrevistas no podcast "Vozes da Comunidade" revela narrativas permeadas pela necropolítica. Relatos de fome nos anos 80 e experiências atuais de violência policial evidenciam uma realidade de vulnerabilidade alimentar e repressão estatal persistente. MCs como Teseu e VH compartilham histórias de moradia precária e violência cotidiana, refletindo um ambiente de controle social opressivo.

A experiência de Marcelly Marquezinny como mulher trans destaca a discriminação no mercado de trabalho e a marginalização social, revelando a necropolítica como um fator estrutural que molda sua vida. O podcast não só amplifica vozes marginalizadas, mas também mostra como a necropolítica funciona como um mecanismo de controle e exclusão, influenciando profundamente a existência e a resistência dos moradores.

Palavras chave: podcast, necropolítica, racismo, violência, comunicação.

REFERÊNCIAS:

AKOTIRENE. **Interseccionalidade**. São Paulo. Editora Polén. 2019.

CARNEIRO. Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo. Selo Negro, 2011.

GONZALÉZ. Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino- Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org.: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2020.

NASCIMENTO. Eliane Quintiliano. **As Características do "Empreendedorismo por necessidade" e "empreendedorismo por oportunidade" no Afroempreendedorismo**. In: Trabalho e Práxis: novas configurações, velhos dilemas. Org.: Vinicius Tomaz Fernandes; Arelys Esquenazi e Lívia de Cássia Godoi Moraes. Marilia. Editora Lutas Anticapital, p. 135-153, 2021.

RIBEIRO. Djamila. **Lugar de Fala**. Editora Polén. 2019.

SANTOS. Maria Angélica dos. **O Lado Negro do Empreendedorismo: afroempreendedorismo e black money**. Belo Horizonte. Editora Letramento, 2019.

AFROFUTURISMO COMO INSTRUMENTO ANTIRRACISTA NA COMUNICAÇÃO

Alana Augusto da Cunha e **Juliana dos Santos Barbosa**

• Graduada em Relações Públicas em 2023 pela Universidade Federal do Paraná.
• Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná.

O interesse em realizar esta pesquisa surgiu de uma motivação empírica enquanto mulher negra, resultante do incômodo em relação à ausência de representação de pessoas negras nas produções audiovisuais, assim como da escassez de abordagens que valorizem a estética, cultura e história da comunidade negra.

O objetivo geral deste trabalho consistiu em investigar o conceito de afrofuturismo como uma ferramenta antirracista na comunicação audiovisual, utilizando as obras "AmarElo - É Tudo Pra Ontem" (AMARELO, 2019) e "Medida Provisória" (MEDIDA PROVISÓRIA, 2021). Busca-se, através dessa análise, comprovar a importância dessas obras no contexto da representação e valorização das pessoas negras no âmbito da comunicação audiovisual, pois "o afrofuturismo é uma ferramenta que empodera e auxilia na identificação negra, porque instiga a pensar numa perspectiva de futuro negro, um futuro onde a cultura e a estética não são menosprezadas nem apagadas" (VAZ; BONITO, 2019, p.13).

A relevância desta pesquisa encontra-se na constatação alarmante de dados que evidenciam a sub-representação das pessoas negras nas produções audiovisuais. A pesquisa "TODXS 10 - O mapa da representatividade na publicidade brasileira" (ONU MULHERES, 2022) aponta que as mulheres negras, por exemplo, representam apenas 27% de representação em papel protagonista contra 62% de mulheres brancas.

Aqui foram mobilizadas duas metodologias complementares: análise de conteúdo de Penafria (2009) e a caracterização do afrofuturismo por Souza (2019), utilizando como objetos de estudo o documentário "AmarElo - É Tudo Pra Ontem" (2019) e o filme "Medida Provisória" (2022). As obras foram escolhidas por sua relevância na representação e valorização da história e cultura negra, proporcionando exemplos significativos de comunicação audiovisual afrocentradas. Para a análise dessas obras foram selecionadas três cenas de cada filme, levando em consideração o potencial dessas cenas dentro da perspectiva do afrofuturismo discutida neste estudo.

O aporte teórico utilizado para embasar a análise deste trabalho foi fundamentado em diversos autores destacados a seguir. Vaz e Bonito (2019) discutem o papel essencial da comunicação na construção da identidade de pessoas negras, ressaltando a predominância da linguagem nesse processo. Almeida (2019) argumenta que o racismo constitui um complexo imaginário social reforçado pela mídia, indústria cultural e educação, e destaca que o racismo estrutural cria barreiras para a representatividade da população negra em diversas esferas, incluindo a indústria audiovisual. Ribeiro (2017) contribui com o conceito de lugar de fala, que enfatiza a importância da vivência, posição social e contexto histórico na análise, sublinhando a silenciosa opressão histórica sofrida por grupos inferiorizados. Hall (2016) e Canclini (1990) complementam a discussão ao afirmar que as representações culturais moldam identidades e que a comunicação é fundamental na recriação e resgate das identidades culturais. O afrofuturismo, conforme alinhado às ideias de Hall, propõe uma ruptura com a cultura hegemônica, reconstruindo significados e identidades da comunidade afro-diaspórica através de narrativas de futuro afrocentradas.

Como conclusão, os resultados obtidos a partir da metodologia utilizada indicaram que a obra pode ser classificada como gênero afrofuturista, conforme os critérios propostos por Waldson (2019). A partir da análise detalhada dos 3 (três) atos "Plantar", "Regar" e "Colher", o cantor constrói uma narrativa que conta o processo de criação do seu álbum ao mesmo tempo que faz um resgate da cultura musical negra no Brasil e apresenta uma maioria de personagens negros que não são retratados de maneira estereotipada ou inferior, adotando uma narrativa não eurocêntrica e antirracista, considerando a experiência negra no mundo real.

A obra é desenvolvida por uma estética que utiliza narração, imagens, vídeos, ilustrações originais, fotos antigas, falas e entrevistas de personalidades convidadas para compor a produção.

REFERÊNCIAS:

MEDIDA PROVISÓRIA. Direção: Lázaro Ramos. Produção da Lereby Produções, Lata Filmes, Globo Filmes e Melanina Acentuada. Produtores: Daniel Filho e Tânia Rocha. Local: Brasil. Distribuidora do filme: Elo Company e H2O Films. 2021. Cinema.

ONU Mulheres, Aliança sem Estereótipos. TODXS - **O Mapa da Representatividade na Publicidade Brasileira**. 2 fev. 2023. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/03/UA_TODXS10_Final-PORT.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PENAFRIA, M. **Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s)**. VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM), Lisboa, pp. 1-10, 2009.

SOUZA, W. G. **Afrofuturismo: o futuro ancestral na literatura brasileira contemporânea**. Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Dissertação de mestrado.

CIBERATIVISMO NEGRO INTERSECCIONAL: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO RACISMO ALGORÍTMICO E DO DISCURSO DE ÓDIO ENTRE MULHERES NEGRAS

Ana Dindara Rocha Novaes

Mestranda em comunicação na Universidade Federal Fluminense. Participa do CoLAB-Laboratório de Pesquisa em Comunicação, Culturas, Políticas e Economia da Colaboração.

O ciberativismo negro interseccional desempenha o papel de analisar como raça, gênero, racismo e algoritmo estão articulados com outras estruturas montadas na sociedade, tal como o discurso de ódio, que revela as consequências prejudiciais desses sistemas por meio das plataformas digitais. O projeto de pesquisa tem como objetivo investigar como as discriminações algorítmicas e o discurso de ódio desencadeados nas plataformas digitais afetam as mulheres negras no ambiente virtual, com um enfoque nas dimensões de gênero e raça. Assim, visa destacar o papel fundamental do ciberativismo na luta contra a discriminação, sublinhando como as mulheres negras utilizam as plataformas digitais para resistir e redefinir narrativas, promovendo um ambiente mais equitativo e inclusivo.

Dada a finalidade da pesquisa, proponho uma abordagem qualitativa, construída a partir de análise de conteúdo e revisão bibliográfica.

O intento é de que o trabalho revele a extensão e o impacto das discriminações algorítmicas e do discurso de ódio nas vidas digitais das mulheres negras, evidenciando como o ciberativismo negro interseccional pode atuar na promoção de um ambiente digital mais inclusivo.

Os resultados conjecturados incluem a identificação de padrões de discriminação algorítmica e discurso de ódio que afetam desproporcionalmente as mulheres negras, bem como a documentação das estratégias de ciberativismo utilizadas para combater esses problemas. Espera-se também que a pesquisa contribua para um entendimento mais profundo da interseccionalidade no contexto digital, demonstrando como gênero e raça interagem para moldar as experiências das mulheres negras no online. A pesquisa também visa inspirar futuras investigações sobre o papel do ciberativismo negro interseccional na luta contra as diversas formas de discriminação online, reforçando a necessidade contínua de resistir e redefinir narrativas em um mundo digital cada vez mais complexo.

Palavras-chave: ciberativismo, racismo algorítmico, discurso de ódio, mulheres negras, interseccionalidade.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Marco Antônio de. **Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos**. Informação & Informação, v. 19, n. 2, p. 191-214, out. 2014. Disponível em: *<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/20000/pdf_24>* Acesso em: 1 de setembro de 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

HOOKS, bell. **Intelectuais Negras**. Revista Estudos feministas. No2, 1995. vol.3. 1995, p. 464-478.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. SAFERLAB

SAFERLAB. **O que é discurso de ódio**. Disponível em: *<http://saferlab.org.br/o-que-e-discurso-de-odio/index.html>* Acesso em: 10 de maio de 2021.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código**. In: SILVA, Tarcízio (org.). Comunidades, Algoritmos e Ativismo Digitais: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020, p. 127-146.

SILVA, Tarcízio. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2021.

TRINDADE, Luiz Valerio P. **Mídias Sociais e a Naturalização de Discursos Racistas no Brasil**. In SILVA, Tarcizio (org.). Comunidades, algoritmos e ativismos digitais. Olhares afrodiaspóricos. SP: LiteraRua, 2020, p.27-44.

SARAVÁ PODCAST E ATINA PRA ISSO! COMO OS PODCASTS FALAM DE UMBANDA

Debora Chacarski de Mello e **Graziela Soares Bianchi**

- Mestranda no Programa de Pós Graduação em Jornalismo (PPGJor)na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
- Professora Dra do PPG Jor e Orientadora de Pesquisa.

O tema abordado no artigo é a produção de dois podcasts, "Saravá Podcast" e "Atina Pra Isso!", que falam sobre a Umbanda. O objetivo do trabalho é mapear como esses programas se estruturam e entender como a religião é abordada nesses espaços: se é mais voltada para a comunidade religiosa e/ou se é direcionada a um público externo aos praticantes da religião e como isso se dá na estrutura do podcast. Uma vez que os conhecimentos sobre essa religião são perpassados de forma ritualística e oral, a tentativa deste trabalho foi delinear uma categorização de como essas informações são estruturadas nesse programa, dentro da estrutura jornalística para essas produções.

A metodologia de pesquisa para este trabalho é a análise de conteúdo, visto que esse método de pesquisa é bastante utilizado nas pesquisas jornalísticas porque possibilita entender as informações disseminadas de uma forma mais aprofundada e sistematizar essa análise de acordo com os objetivos propostos neste artigo.

Foram analisados os 5 primeiros episódios de cada podcast e a partir disso foram feitas reflexões propostas no objetivo do trabalho. O problema de pesquisa que o artigo aborda é o de quais são as construções relativas à comunicação sobre a umbanda realizadas pelos podcasts, ou seja, como o 'Saravá Podcast' e o 'Atina pra Isso' disseminam informações sobre a religião.

A fundamentação teórica deste artigo se dá a partir dos textos Teoria e Metodologia de Luiz Beltrão (2024) e Vínculos Epistemológicos Fundamentais entre Comunicação e Folclore (2024, COSTA), no intento de conceituar o jornalismo cultural, suas metodologias e sua especificidade ao falar do sagrado afro-brasileiro, assim como também o debate e reflexões propostos por André Figueiredo Stangl (2016) sobre as novas formas de difusão do jornalismo cultural no âmbito digital. Para corroborar no escopo teórico, é utilizada a análise feita por Ângela Cristina Trevisan Felippi e Vanessa Costa de Oliveira (2023), sobre a nova configuração da forma cultural. Busca-se também fazer uma relação com a crítica proposta pela Pastora Moreno Espinosa , Julieti-Sussi de Oliveira, Juan C. Figuereo Benitez e Rosalba Mancinas Chávez (2022) acerca do papel do jornalismo cultural no fomento à cultura local, fazendo relação com a comunidade religiosa e demais textos que sejam pertinentes para discussão, assim como o texto de Maurício Ferreira Santana sobre as Mediações no Axé, do offline ao online (2023), para pensar também a recepção do público com essas novas abordagens.

O resultado da análise mostrou que o Saravá Podcast tem característica de crônica, uma vez que sua realizadora e apresentadora Daya Lima traz nos episódios reflexões sobre a sua vivência com a Umbanda, onde ela fala das entidades e como sua perspectiva de vida passou a ser diferente ao frequentar a religião. Lima se

apresenta como jornalista e sacerdotisa de terreiro. O primeiro episódio de seu podcast foi ao ar no dia 23 de junho de 2020, durante a pandemia de COVID-19, como uma tentativa de dividir suas percepções durante o isolamento social. Já o Atina Pra Isso! teve seu primeiro episódio lançado no dia 26 de Abril de 2021 e é apresentado por David Dias que é Pai de Santo e mestre em Ciência da Religião. O programa surgiu da iniciativa de falar sobre Umbanda, e principalmente sobre as pautas ligadas direta ou indiretamente às comunidades de terreiro. Ambos trazem como proposta falar sobre a religião de matriz afro-brasileira, contudo, depois da análise dos 5 primeiros episódios, foi possível constatar que o podcast que traz mais informações para o público, tanto no compartilhar com a própria comunidade religiosa como também no disseminar informações de forma mais abrangente, é o Atina Pra Isso, porque desde o primeiro episódio já deixa nítido que tem um caráter mais político, abordando temas com o intuito de valorizar a cultura dos terreiros no que tange a vida fora desses espaços também, enquanto o Saravá Podcast traz reflexões mais pessoais e individuais de sua apresentadora.

Ambos os programas são muito importantes para a disseminação de conhecimento sobre a Umbanda, entretanto, pelo formato e linguagem, torna-se mais abrangente e informativo o podcast Atina Pra Isso!, realizado pelo Pai de Santo David Dias.

Palavras-chaves: umbanda, podcast, jornalismo, jornalismo alternativo.

REFERÊNCIAS:

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: teoria e metodologia**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2004. p.27-56.

CARDOSO, Marcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. **Análise de Conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa**. Metodologias, Técnicas e Estratégias de Pesquisa: estudos introdutórios. Uberlândia, MG: FUCAMP, 2021. Disponível em: *www.unifucamp.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/LIVRO-13-Metodologias-Tecnicas-Estrategias-de-Pesquisa* Acesso em 25 jun. 2024

COSTA, A. **Folkcomunicação: Vínculos epistemológicos fundamentais entre Comunicação e Folclore**. Revista Internacional de Folkcomunicação, v. 21, n. 47, p. 170–191, 2024. Disponível em: *https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/21751*. Acesso em 25 jun. 2024

MORENO ESPINOSA, P., OLIVEIRA, J.S.d., FIGUEREO BENÍTEZ, J.C. y MANCINAS-CHÀVEZ, R. **representación de la cultura a través de la prensa local: los casos de Sevilla y Porto Alegre (2013- 2018)**. Estudios sobre el Mensaje Periodístico, 28 (4), 2022, p. 933-943. *https://doi.org/10.5209/esmp.80741*. Disponível em: *https://idus.us.es/handle/11441/140754* Acesso em 25 jun. 2024

OLIVEIRA, Vanessa Costa de; FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. **Jornalismo independente latino-americano: a configuração de uma forma cultural.** Chasqui: Revista Latinoamericana de comunicación, N. 154, 2023 (Ejemplar dedicado a: Los vaivenes del periodismo en cosistemas digitales), págs. 119-137. Disponível em: *https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9274153* Acesso em 25 jun. 2024

SANTANA, Maurício Ferreira. **Mediações para o Axé do off-line ao online**. INTERCOM. 46. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUCMinas – 2023. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0807202313230364d11a67f368d Acesso em 25 jun. 2024

STANGL, A. F. **Jornalismo cultural em tempos de cultura nas redes, interatividade e pós-cultura**. Lumina, vol. 10, n. 2, 2016. Disponível em: *https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21267* Acesso em 25 jun. 2024

CORPOS FEMININOS NEGROS EM CENA: VILANIA OU RESISTÊNCIA?

Marília Gabriela Fechio

Mestranda no curso do PPGCOM Comunicação e Práticas de Consumo e pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq Juvenália: questões estéticas, geracionais, raciais e de gênero na comunicação e no consumo.

A proposta principal é avaliar a trajetória da vilania feminina negra na teledramaturgia brasileira, articulando tal problemática às dinâmicas sociais e de formatação identitária e partindo das representações midiáticas e de comunicação, considerando os contextos presumidos de recepção da mensagem. Como um guia analítico, que também sustenta uma avaliação crítica sobre um contexto macrossocial e estrutural, a problemática surge das narrativas em cena que influenciam a construção e entendimento das representações de mulheres negras, especialmente pensadas através do espectro de vilania. Examinando sistemicamente os

formatos e conteúdos destas representações, o objetivo é atentar para as histórias ali narradas, de modo a cruzá-las analiticamente com as subjetividades que envolvem a construção moral, o valor social e a vivência da solidão por parte de mulheres negras, dentro e fora da teledramaturgia brasileira. O principal foco é dar a ver, mediante as análises das cenas de novelas brasileiras na era contemporânea, uma reflexão sobre a sintomática que caracteriza a formatação imagética brasileira diante de corpos diversos e o como isso se articula perante a ótica racista e sexista que excluem mulheres negras de todo processo de desenvolvimento, evolução na indústria cultural e influência no que tangibiliza hábitos de consumo, emocional e transferência do meio.

A construção teórico-metodológica, em primeiro lugar, orientará a metodologia de análise empírica do objeto, validando a observação contextual a partir de cenas selecionadas. Em seguida, a análise das imagens será empregada para identificar e problematizar os elementos plásticos, discursivos e cenográficos que compõem as novelas com representação de corpos femininos pretos. Por fim, o conceito de "roleta interseccional", servirá como instrumento de leitura para explorar as identidades e as assimetrias de poder presentes nos materiais coletados.

Como base fundamental do referencial teórico, será utilizada uma abordagem integrativa que combina conceitos como os defendidos por Bell Hooks (2020) e Grada Kilombo (2019) para identificar e problematizar os elementos discursivos das novelas; o âmbito da intersecção de raça e gênero, feminismo e linguagem; e a formação de identidade endossada pelo padrão de branquitude, habilmente articulada por Cida Bento (2021) e Stuart Hall (1997) ao considerar a cultura de massa e a caracterização de personas no contexto sócio-cultural.

Deste modo, há, aí, uma questão de fundo relevante, que se coloca como cerne do artigo: quando surgem corpos femininos negros em papéis que fogem às lógicas sistêmicas definidas branquitude, seria de fato vilania ou apenas um método de resistência? A resposta se dá, a partir da possibilidade de evidenciar as hierarquias sociais, as lutas e as resistências, sublinhando a importância da comunicação ativa na abordagem da representatividade e dos aspectos psíquicos e afetivos na trajetória das mulheres negras. Utilizando como referência personagens frequentemente retratadas como vilãs na teledramaturgia, buscamos transformar percepções imagéticas, promovendo a visualização das mulheres negras como personalidades plurais que vão além de estereótipos pré definidos. Questionar a falta de visibilidade e de pertencimento das mulheres negras nos meios de comunicação, destacando suas lutas e resistências, permite valorizar sua importância na representatividade e no âmbito emocional. Isso também possibilita compreender a trajetória das vilanias negras, dentro e fora de cena, como um aspecto subjetivo de resistência, no qual as violências enfrentadas por elas são devidamente questionadas e reconhecidas e, partindo disso, criar a possibilidade de explorar as potencialidades no uso da influência e da tecnologia para amplificar as vozes subalternizadas no consumo e no entretenimento de massa, incentivando deste modo o desenvolvimento da autoestima de corpos femininos pretos e na representatividade para gerações futuras.

REFERÊNCIAS:

BENTO, Cida. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade/Stuart Hall**; tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro - 11, ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

HOOKS, Bell. **Anseio: Raça, Gênero e Políticas Culturais**. 1. edição. Idioma, Português; Editora Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**/ Grada Kilomba:tradução Jess Oliveira - 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

DELINEAMENTOS SOBRE "IMAGENS DE CONTROLE" NA PRODUÇÃO ARTÍSTICA DE CARYBÉ: UMA LEITURA CULTURAL DE REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES AFRO-BAIANAS

Lílian Bastos Alves

Doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista CAPES.

A finalidade do projeto em desenvolvimento no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos é realizar uma leitura cultural das representações de mulheres afro-baianas presentes na produção artística de Carybé, em consonância com os estudos sobre racismo e sexismo desenvolvidos por Lélia Gonzalez, correlacionados aos conceitos de "cosmopercepção", estabelecido pela socióloga nigeriana Oyèrónke Oyewùmí, e "imagem de controle", desenvolvido por Patricia Hill Collins e discutido pela pesquisadora e ativista antirracista bra-

sileira Winnie Bueno. Ademais, serão convocadas teorias da educação e ensino da arte. Visto que, o principal objetivo é compreender as múltiplas identidades das mulheres negras a partir da realização de oficinas de arte, com a elaboração de releituras das obras de Carybé escolhidas para este estudo, buscando o contraponto entre o imaginário simbólico oferecido pelo artista e as vivências representadas pelas mulheres negras, estas que participarão das oficinas.

A arte de Carybé apresenta-se como um importante recorte da "baianidade", sendo os artistas Jorge Amado e Dorival Caymmi, assim como o francês Pierre Verger, responsáveis pela reverberação da identidade baiana, no Brasil e no mundo. Destarte, o seu legado artístico torna-se material relevante para a compreensão da afrobrasilidade, sobretudo, no viés da iconografia dos orixás e da representação social de negras e negros baianos. Na atualidade, tal produção tem instigado investigações acadêmicas, além de discussões sobre a renovação de narrativas em contraposição à reprodução e manutenção de estereótipos associados à cultura afro-brasileira. A representação de figuras femininas em aspectos sexualizado e erotizado também tem sido ponto nevrálgico nos debates sobre a obra do artista e é o que motiva este projeto de pesquisa.

Nessa perspectiva, uma inquietação circunda a pesquisa: até que ponto a arte/representação é ficcional e qual a sua obrigação com uma determinada verdade? Tendo em conta que, cada vez mais, os números do turismo reforçam a escolha da Bahia como local para absorção de cultura e prática de lazer, a identidade baiana representada por Carybé (firmada na afrodescendência do povo) dialoga com muitos baianos e turistas, fazendo-os entrar em contato com um determinado "saber" sobre a cultura afro-brasileira, que é exportado cotidianamente e carregado de estereótipos.

Quando se refere às mulheres negras baianas, esse ideário apresenta-se ainda com mais vigor, sendo reforçado pelas políticas culturais do Estado e dificultando, muitas vezes, o desenvolvimento cultural e socioeconômico dessas mulheres, ao determinar no imaginário lugares específicos que elas podem ocupar em todas as áreas de atuação das suas vidas: no campo do trabalho, da religiosidade, das relações afetivas e familiares, entre outros.

Desta forma, o presente projeto será realizado a partir da revisão de literatura sobre os conceitos referidos anteriormente; da apresentação de acepções de termos como identidade, gênero e cultura, considerados de extrema relevância à compreensão da pesquisa; da seleção das obras de Carybé, que formarão a base da pesquisa, e da discussão de teorias relacionadas à imagem, ao imaginário e à arte como uma produção sensível que representa (simbolicamente) o povo e uma pluralidade de narrativas possíveis. Por fim, da efetivação do "processo criativo", com a proposição de uma mediação cultural entre mulheres afro-baianas e as obras de Carybé, em uma metodologia ativa com a realização de releituras das obras, por meio da linguagem da fotografia ou do *happening*.

REFERÊNCIAS:

BUENO, Winnie de Campos. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro:** Uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle. Dissertação de mestrado em Direito, pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 167 p., 2019. Disponível em: *http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8966/Winnie%20de%20Ca%20mpos%20Bueno_.pdf?sequence=1&isAllowed=y* Acesso em: agosto de 2022.

GONZÁLEZ, Lélia. **Primavera para rosas negras**. Diáspora Africana, 2018.

OYEWÙMÍ, Oyèrónke. **Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects** in: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 391-415. Tradução para uso didático de Wanderson Flor do Nascimento.

ESCREVIVÊNCIA: UM FIO CONDUTOR ATRAVÉS DE DUAS NARRATIVAS

Iasmyn Cavalcante

Considerando as diversas camadas do racismo histórico presente no Brasil, a tendência machista da nossa sociedade e a desigualdade social existente em nosso território é possível afirmar que dentre todos os grupos populacionais mais vulneráveis, as mulheres negras são as mais negligenciadas. Ao nos debruçarmos em pesquisas voltadas para a trajetória de mulheres afro-brasileiras e questões de identidade para a produção deste trabalho, identificamos um conceito que perpassa todas as categorias que envolvem a realização desta pesquisa, dando voz e protagonismo a essas mulheres; Escrevivência, baseado em Conceição

Evaristo. Neste aspecto, iremos apresentar duas perspectivas de trabalho que envolvem esse conceito.

O primeiro visa analisar os desafios presentes no processo de formação e atuação de professoras negras no Brasil. Com o objetivo de evidenciar e discutir os obstáculos encontrados, e como objetivo específico verificar se o espaço de formação contribui para o letramento racial crítico dessas profissionais. Essa análise foi realizada através do artigo "oh, aqui também estamos chegando!". A justificativa para este estudo está fundamentada na compreensão do racismo estrutural, conforme conceituado por Silvio Almeida, e na importância da Escrevivência, segundo os preceitos de Conceição Evaristo. Através da análise do artigo, é possível concluir que as dificuldades enfrentadas por mulheres negras durante seu processo de formação, perduram também durante sua atuação.

O outro discute como as escrevivências de mulheres negras trazem o assunto trança e cabelo afro. Tendo como objetivo entender como a trança afro pode participar do processo de construção de identidade sendo uma linguagem necessária na sociedade, e como objetivo específico, refletir o conceito de interseccionalidade e racismo genderizado, e compreender a contribuição do conceito de escrevivência por meio dos contos da Conceição Evaristo para uma análise social.

Como uma mulher negra de pele clara e cabelo crespo, o silenciamento e a não validação de fala sempre estiveram presentes em minha vida. Após me tornar trancista e desenvolver cada vez mais o letramento racial, tive acesso a concepções que explicavam com detalhes como algumas situações em que eu passava não eram normais, mas aconteciam de uma maneira banalizada com um recorte específico racial e de gênero. Enquanto trancista, já tive acesso a diversas histórias, entre os atendimentos de mulheres negras, histórias que se entrelaçam e se trançam. A importância da escuta e validação dessas histórias está em quem conta a história de nossas vidas, sendo um espaço particular, delicado e muitas vezes invisibilizado. A Escrevivência é uma escrita que descoloniza a história e a literatura, a escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonhos injustos (EVARISTO, 2020).

Palavras-chave: escrevivência, trança(s), educação, mulheres negras

O HUMOR RACISTA DE JAIR BOLSONARO: A VIOLÊNCIA VERBAL JUSTIFICADA COMO PIADA NO CAMPO POLÍTICO

Renata de Paula dos Santos

Doutora em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp – Bauru). Docente na Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, em Londrina (PR).

O humor é um gênero comum no Brasil, ocupando o espaço midiático de diversas formas e configurando-se como uma prática cultural (EAGLETON, 2020). Por mais que o humor possa ser lido como protagonista em movimentos por rupturas e transformação social, Possenti (1998, p. 109) ressalta que ele nem sempre está disposto à crítica ou à defesa de valores progressistas. Segundo o linguista, "os chistes são formas de veicular discursos conservadores, ou mesmo reacionários. Os campos da sexualidade e do racismo fornecem os exemplos mais óbvios."

Quando esses argumentos reproduzem estereótipos negativos sobre minorias raciais, estamos diante do que o advogado Adilson Moreira (2020) definiu como racismo recreativo. Recentemente, presenciamos essa modalidade de discurso de ódio não apenas em humorísticos televisivos ou sessões de *stand-up* comedy, mas também no campo político, considerando que estamos inseridos em uma sociedade onde o racismo é estrutural (ALMEIDA, 2021). Esta pesquisa pretende compreender, a partir de referenciais teóricos do humor e da análise do discurso, as declarações discriminatórias proferidas por Jair Bolsonaro contra os quilombolas em 2017, quando ainda era deputado, e em 2021, já como presidente, ao associar o cabelo *black power* de um apoiador negro, símbolo de identidade e resistência do movimento negro, à sujeira.

A pesquisa problematiza as implicações discursivas de tais expressões racistas em um país onde, segundo o Censo Demográfico de 2022, 55,5% da população se identifica como preta ou parda, respondendo às questões: Como o humor no Brasil pode ser usado para veicular discursos racistas? Qual é o impacto dessas manifestações, especialmente nas declarações públicas de Jair Bolsonaro, sobre a percepção e reprodução do racismo em uma sociedade majoritariamente composta por pessoas pretas e pardas?

Consideramos que a presente proposta é relevante para a comunidade acadêmica, baseando-se na relação entre humor, riso e racismo. De acordo com Sandra Leal de Melo Dahia (2008, p. 698-699), no cotidiano brasileiro, "o riso pode ser apontado como uma via frequente e significativa de expressão e consolidação do racismo, uma das muitas facetas do 'racismo à bra-

sileira'."

Embora a pesquisa ainda esteja em desenvolvimento, tomamos por base que o discurso nunca é neutro, pois está sempre imbuído de valores, ideologias e intenções que refletem e reforçam as estruturas de poder existentes na sociedade. Dessa forma, as pretensas piadas de Jair Bolsonaro estão diretamente relacionadas às políticas excludentes de sua gestão de extrema direita. Segundo Eni Orlandi (2001), toda produção discursiva, incluindo a humorística, é influenciada por contextos históricos, culturais e sociais, implicando que qualquer enunciado carrega consigo mais do que apenas a mensagem explícita. O discurso é uma prática social que pode tanto perpetuar preconceitos quanto desafiar normas estabelecidas, funcionando como um campo de disputa onde significados são constantemente negociados e redefinidos.

Palavras-chave: Humor racista; Racismo recreativo; Jair Bolsonaro; Análise do discurso.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

DAHIA, Sandra Leal de Melo. A mediação do riso na expressão e consolidação racismo no Brasil. In: Sociedade e Estado. Brasília, vol.23 no.3, Set./Dez. 2008.

DAHIA, Sandra Leal de Melo. Riso: uma solução intermediária para os racistas no Brasil. In: Estudos e Pesquisas em Psicologia. Rio de Janeiro, ano 10, n.02, p.373-389, Maio/Ago. 2010.

MOREIRA, Adilson José. Racismo recreativo. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

POSSENTI, Sírio. Cinco ensaios sobre o humor e a análise do discurso. 1. edição. São Paulo: Parábola, 2018.

POSSENTI, Sírio. Humor, língua e discurso. 1edição. São Paulo: Contexto, 2014.

POSSENTI, Sírio. Os humores da língua: análises lingüísticas de piadas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

POSSENTI, Sírio. Piadas são relevantes em estudos do funcionamento da linguagem. Ciência Hoje, São Paulo, Vol. 30, n.176, outubro 2001.

"PELES NEGRAS, MÁSCARAS BRANCAS": UMA ANÁLISE LITERÁRIA DA CONSTRUÇÃO RACIAL DE FANON

Laura Beatriz Wustro Flenik

Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Como as experiências individuais de racismo e opressão moldam a formação da identidade negra? A obra "Peles Negras, Máscaras Brancas" de Frantz Fanon é um marco na crítica racial e na psicologia social, oferecendo uma profunda análise das dinâmicas de identidade e poder que permeiam as relações entre negritude e branquitude. Publicado em 1952, este livro desafia as estruturas coloniais e discute as consequências psicológicas da opressão racial sobre os indivíduos colonizados.

O objetivo deste artigo é realizar uma análise literária e crítica da obra de Fanon, focando na construção racial e nas dinâmicas de identidade exploradas pelo autor. Pretende-se examinar a abordagem das experiências individuais e coletivas de colonização e racismo, utilizando a psicanálise para desvelar as máscaras psicológicas que os indivíduos negros são compelidos a adotar sob a influência do colonialismo. Além disso, o artigo busca contextualizar as contribuições de Fanon para os estudos pós-coloniais e para a compreensão contemporânea das dinâmicas raciais, oferecendo uma análise crítica atualizada da relevância contínua de sua obra. Inicialmente, será contextualizada a formação intelectual do autor, destacando seu papel como psiquiatra e ativista anticolonial, cujas experiências pessoais influenciaram profundamente suas teorias sobre a identidade negra. Em seguida, será explorada a dicotomia entre a pele negra e a máscara branca, utilizando metáforas poderosas que ilustram as complexidades da identidade e da subjetividade negra sob o jugo colonial.

A metodologia adotada neste artigo se baseia em uma abordagem interdisciplinar que combina análise literária, estudos pós-coloniais e teorias críticas da raça. O estudo começará com uma revisão da literatura sobre Frantz Fanon, explorando interpretações críticas anteriores e situando sua obra no contexto histórico e intelectual do movimento anticolonial. Além da revisão, serão considerados estudos de caso e exemplos históricos relevantes para ilustrar e contextualizar as teorias apresentadas por Fanon. Isso incluirá experiências coloniais descritas pelo autor, bem como exemplos contemporâneos que demonstram a continuidade e relevância de suas análises para os debates atuais sobre raça e identidade. Isso proporcionará um quadro mais amplo para entender as contribuições

únicas de Fanon para o campo dos estudos culturais e pós-coloniais, bem como sua influência contínua sobre pensadores contemporâneos.

Este estudo adota a metodologia de Análise de Conteúdo conforme proposta por Bardin (2011). Os materiais selecionados serão organizados meticulosamente e passarão por três etapas distintas: Pré-Análise, Exploração do Material e Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação. O objetivo dessas etapas é identificar conceitos essenciais, lacunas de conhecimento, abordagens teóricas pertinentes, dados relevantes e outros elementos significativos para fornecer uma análise detalhada e abrangente do conteúdo examinado.

O referencial teórico deste artigo se fundamenta em uma variedade de perspectivas teóricas relevantes que exploram as dinâmicas de raça. Em primeiro lugar, as teorias pós-coloniais de autores como Edward Said e Homi Bhabha oferecem uma compreensão crítica das formas como as identidades são construídas e contestadas em contextos coloniais e pós-coloniais. Esses teóricos destacam a relação intrínseca entre poder, representação e resistência cultural, temas centrais na obra de Fanon.

Por fim, a interseção entre teorias literárias e estudos culturais, especialmente através do trabalho de Stuart Hall e Judith Butler, proporciona um quadro conceitual para entender como as identidades são performadas e contestadas através de práticas discursivas e representações culturais.

Este estudo almeja não apenas examinar as teorias de Frantz Fanon sobre a influência psicológica da colonização na formação da identidade negra, mas também contextualizar essas teorias dentro do panorama teórico mais amplo dos estudos pós-coloniais, teorias críticas da raça e estudos culturais. Ao fazê-lo, o objetivo é contribuir para um entendimento mais profundo das dinâmicas de poder, resistência cultural e auto-representação dentro dos contextos coloniais e pós-coloniais, destacando a relevância contínua das ideias de Fanon para as discussões contemporâneas.

Além disso, ao situar as teorias de Fanon dentro de um contexto teórico mais amplo, este estudo demonstra a relevância duradoura de suas ideias para compreender as lutas contemporâneas por justiça social, identidade e emancipação. A obra de Fanon continua a inspirar não apenas como um documento histórico, mas como um chamado à ação para desafiar e transformar estruturas de opressão racial em todo o mundo.

Portanto, ao refletir sobre "Peles Negras, Máscaras Brancas", somos lembrados da urgência de continuar a investigar e confrontar as questões complexas e interligadas de raça, poder e resistência, que permanecem cruciais para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

Palavras-chaves: Identidade Racial; Racismo; Psicologia; Colonialismo; Frantz Fanon.

REFERÊNCIAS:

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Minas Gerais: Editora UFJF, 2010.

FANON, F. (2008). **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba.

Dovidio, J.F. & Hebl, M. R. (2005) **Discrimination at the Level of the Individual:Cognitive and Affective Factors**. In.: Robert L. Dipboye e Adrienne Colella(ed). Discrimination at Work; The Psychological and Organizational Bases. 2 (11).

GUIMARÃES, A.S. (2003). **Como trabalhar com "raça" em sociologia**1. Educação e Pesquisa, São Paulo, 29 (1) 93-107

Fanon's **Black Skin, White Masks** on Race Consciousness. (2007). *AmeriQuests*, 4

UMA ANÁLISE SOBRE O PAPEL DOS PERSONAGENS NEGROS E NEGRAS NAS OBRAS DA LITERATURA INFANTO JUVENIL E SUA CONTRIBUIÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E REPRESENTATIVIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA

Maraiza Nayara Mancio

Graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pesquisa vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) financiado com bolsa PUCPR.

Analisando os materiais midiáticos do final do século XX e início do século XXI, é possível perceber uma mudança no contexto histórico da literatura infanto juvenil. Contudo, os materiais que possuem representações negras com o objetivo de enaltecer a beleza negra ainda são minoria. Frequentemente, a presença da população negra é vinculada a personagens menos representativos. Ocupando papéis agressivos, subalternos e exercendo a função de empregados domésticos, braçais ou então marginalizados. Influenciando assim a sociedade e, nesse caso, as crianças e os adolescentes a não se sentirem representados. Portanto, o objetivo do trabalho foi analisar os estereótipos ra-

ciais contidos nas obras da literatura infanto-juvenil e as consequências psicossociais geradas a partir da falta de representatividade de negros(as) neste meio midiático, ressaltando a estruturação da sociedade baseada nos princípios do embranquecimento.

Como recurso metodológico utilizou-se a Hermenêutica da Profundidade (HP) proposta por Thompson (1995) por meio da análise da ideologia. Para ele, esta é uma forma particular de HP, visto que seu foco está direcionado às inter-relações entre significado e poder. Portanto, foram utilizados os modos gerais e as estratégias de operação da ideologia. Cabe ressaltar que a HP, neste trabalho, compreende três fases: a) Análise sócio-histórica; b) Análise formal ou discursiva; c)Interpretação e reinterpretação da ideologia.

Foram analisados 12 livros da literatura infanto juvenil, sendo seis obras dos Irmãos Grimm; as quatro primeiras obras da série Harry Potter de J.K. Rowling; Alice no País das Maravilhas de Lewis Carroll e as obras do O Sítio do Picapau Amarelo de Monteiro Lobato. Nesta análise foi observado: a) Universalização e narrativização nas obras dos Irmãos Grimm; b) Dissimulação e Legitimação nas obras da J. K. Rowling; c) Fragmentação e Expurgo do Outro na obra de Lewis Carroll; d) Legitimação, Fragmentação e Diferenciação nas obras do Monteiro Lobato.

Ao realizar a pesquisa foi possível observar que há uma ausência na representação da população negra na literatura infanto-juvenil, em que contribui negativamente na construção da identidade dessas crianças, já que não encontram referências que possuam aspectos semelhantes a elas, contribuindo numa interiorização de um modelo de identidade muito distinto, fazendo com que, em muitos casos, a criança não se sinta pertencente a aquele ambiente ou situações.

Palavras-chaves: racismo, literatura infanto-juvenil, ideologia, identidade, representatividade.

REFERÊNCIAS:

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social na era dos Meios de Comunicação de Massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GT3: For.ti.tu.de Olhares da alma

Propositoras: Juciane da Luz Alves Branco e Regina Castro Ramos

O Grupo oferece espaço para narrativas pessoais e coletivas em uma ampla tessituras de complexidades: da alma, do corpo e do saber na qual a fotografia assume em sua essência a perspectiva da interseccionalidade criando novas linguagens, reconfigurando as relações de empoderamento da mulher negra em que sua biografia não seja reduzida ao corpo, à beleza. Por meio de imagens propõem nuances de potências das mulheres negras em uma nova linguagem da estética entendida como a coragem – em materializar a diversidade , a resistência ao silenciamento e ao pertencimento.

TERMINOLOGIAS IDENTITÁRIAS DE MULHERES HOMOAFETIVAS NO CONTEXTO LUSÓFONO: ANGOLA, BRASIL E GUINÉ-BISSAU

Gabriela Oliveira

Mestranda em estudos de linguagem em contexto lusófono CCMEL/ UNILAB.

Este trabalho aborda o tema "Terminologias Identitárias de Mulheres Negras Homoafetivas no Contexto Lusófono: Angola, Brasil e Guiné-Bissau", com o objetivo de compreender as terminologias identitárias nos diferentes contextos socioculturais e regionais desses países. O estudo investiga como a construção identitária de mulheres negras homoafetivas se dá através da linguagem, buscando criar um léxico dos neologismos regionais que são sinônimos à terminologia "lésbica".

O estudo busca responder como o imaginário social é construído nos países estudados e como a língua lusófona, estabelecida através da colonização, influenciou as dimensões de gênero e sexualidade. Especificamente, analisamos como os tabus, como o Tabu de Decoro, resultaram na criação de neologismos pejorativos para identificar mulheres homoafetivas.

A hipótese é que as mulheres homoafetivas são frequentemente categorizadas em terminologias exógenas fundamentadas em pilares ocidentais. A palavra "lésbica", por exemplo, origina-se do latim "lesbius", referenciando a ilha de Lesbos, onde a poetisa Safo escreveu sobre amor entre mulheres. Essa identidade foi universalizada e exportada, mas as classificações universais não são integradas ao vocabulário regional, que criou neologismos pejorativos para classificar mulheres negras, frequentemente pobres, de forma ridicularizante e sexualizante. Gloria Anzaldua (2009) expressa que as lésbicas são vistas como predominantemente brancas e de classe média, com mulheres de cor assimilando o termo por osmose, mas não sendo igualmente reconhecidas.

A construção da identidade lésbica no Ocidente baseou-se em práticas culturais greco-romanas, compreendendo identidades pela prática sexual, vista como lasciva e repulsiva. Kabwila (2013) argumenta que a polarização do debate sobre sexualidade origina-se na colonização, com termos e debates sobre sexualidade sendo realizações culturais do Ocidente. Essa polarização nega a identidade de mulheres negras homoafetivas em âmbitos raciais e de sexualidade. Matebeni (2020) afirma que lésbicas negras vivem sob condições duras que tentam acabar com suas subjetividades sexuais. Somé (2007) descreve a tradição africana do povo Dagara, onde as palavras "gay" e "lésbicas" não existem, sendo substituídas por "guardião", que vive entre dois mundos. Isso desloca as vivências homoafetivas de práticas sexuais para dimensões espirituais. Somé destaca como práticas homofóbicas ocidentais apagaram o poder dos "guardiões", principalmente pela concepção cristã de pecado. Kilomba (2019) ressalta a problemática das relações de poder e violência na língua portuguesa, onde identidades não existem na própria língua ou são identificadas como erros.

A socialização das lésbicas negras é marcada por categorização e palavras pejorativas que apontam uma "deformidade" social desde a infância. Não se trata apenas de identidade, mas de identificação exógena da sexualidade baseada em comportamentos centrados em feminilidade e masculinidade binárias enraizadas em princípios religiosos. Angela Figueiredo (2015) observa que, no Brasil, as relações identitárias de gênero e sexualidade são variadas e não permitem uma classificação universal, sendo a mobilização política eficaz através de articulações coletivas em termos identitários. O objetivo geral é analisar as construções morfológicas das terminologias identitárias de mulheres homoafetivas nas variações linguísticas dos países lusófonos e compreender como as identidades são forjadas por essas terminologias. Especificamente, observamos as variantes linguísticas, analisamos morfologicamente os termos e evidenciamos relatos de como essas terminologias afetam a socialização das mulheres homoafetivas.

O projeto adotará uma abordagem metodológica qualitativa e interpretativa, utilizando o método de análise de narrativas proposto por Bastos e Biar (2015). A prática da entrevista será o principal meio de produção de dados, com o objetivo de compreender as terminologias dos territórios estudados e como elas forjam as identidades das participantes. Serão exploradas as terminologias fundamentadas na perspectiva do tabu linguístico e seu papel no processo de socialização e na construção das identidades de mulheres homoafetivas nos respectivos países.

Lorde (2019) destaca que mulheres negras têm o compromisso e o poder de transformar e ressignificar a linguagem, originalmente criada para negar suas identidades. Mbembe (2014) mostra que o signo racial foi criado pela branquitude para classificar e subalternizar corpos negros. Nascimento (2019) afirma que negros foram obrigados a usar a língua de seus opressores para produzir significados de defesa e sobrevivência. Da mesma forma, o signo "lésbico" e neologismos regionais como "sapatão" no Brasil foram ressignificados pela comunidade homoafetiva, apesar de marginalizarem identidades de mulheres negras periféricas. Crenshaw (2002) observa que as experiências especí-

ficas de mulheres de grupos étnicos ou raciais são frequentemente obscurecidas dentro de categorias mais amplas de raça e gênero.

Palavras-chaves: mulher negra, sexualidade, linguagem, lusofonia, identidade.

REFERÊNCIAS:

Anzaldua, Glória. **Queer(izar) a escritora – Loca, escritora y chicana**. Trad. De Tatiana nascimento. To(o) queer the writer – loca, escritora y chicana. In: KEATING, Ana Louise (Ed.). The Gloria Anzaldúa Reader. Durham: Duke University Press, 2009. p. 163-175.

FIGUEIREDO, Angela. **Carta de uma ex-mulata à Judith Butler**. Periódicus, ISSN 2358-0844, n. 3, v. 1, p. 152-169, mai.-out. 2015

FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. **Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 398, set./dez. 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LABOV, William. 1963. **The social motivation of a sound change**, Word, 19: 273-309

LORDE, Audre. I**rmã Outsider: Ensaios e Conferências**. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Tradução de Stephanie Borges.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014

Nascimento, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte : Letramento, 2019.

KABWILA, Jessie. **Seeing beyond colonial binaries: unpacking Malawi's homosexuality dis course**. In: ABBAS, Hakima; EKINE, Sokari (Ed.). Queer African Reader. Dakar: Pambazuka Press, 2013.

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade**. São Paulo: Odysseus Editora, 2003.

SAUNDERS, Tanya. **Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária**. Periódicus, Salvador, v.1, n.7, p. 102-116, Maio, 2017.

UM OLHAR CRÍTICO E REFLEXIVO DA PRÁTICA DOCENTE SOBRE O USO DA LITERATURA PRETA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Eliana Bastos Lopes dos Santos e **Patricia dos Santos de Jesus Félix**

O presente trabalho tem como foco um olhar crítico e reflexivo dos professores sobre o uso da Literatura Preta na Educação Infantil, desenvolvido por uma dupla de professoras da rede municipal de ensino de Candeias, BA. Nesse aspecto, foram realizadas diversas discussões na instituição para provocar uma mudança de perspectiva e promover uma visão da literatura preta livre de preconceitos e estereótipos.

De fato, a literatura infantil preta enfrenta muitas desvantagens, sendo frequentemente regada de estereótipo e isso desperta uma reflexão sobre o conceito da "Literatura Infantil Preta" e a importância de uma abordagem afrocentrada desde a tenra infância, além disso, durante a pesquisa surgiram diversos questionamentos que direcionaram nosso caminho. O objetivo geral deste trabalho é propor uma discussão sobre o olhar crítico e reflexivo da prática docente no uso da Literatura Preta na Educação Infantil. Os objetivos específicos são: identificar como os docentes envolvidos compreendem a urgência de desenvolver ações diferenciadas sobre a temática e analisar de que maneira a prática docente afrocentrada acontece no processo de ensino nas salas de educação infantil. A partir desse panorama, a problemática dessa pesquisa visa investigar quais são os empecilhos da prática docente no uso da Literatura Preta na Educação Infantil. De comum acordo, realizamos oficinas de contação de histórias pretas e paradas pedagógicas para discutir sobre as práticas educativas afrocentradas, com o objetivo de entender as lacunas no processo de aquisição da literatura afro-referenciada no âmbito escolar. Oficinas foram desenvolvidas com critérios baseados nos materiais disponíveis na escola, os diversos livros de literatura preta foram selecionados e, em seguida, realizamos rodas de conversa para identificar as dificuldades no ensino da temática. Ficou decidido que, durante a unidade, a leitura da literatura preta faria parte da rotina escolar da educação infantil. De acordo com Vygotsky (1995, p. 110), ele defende a ideia que quando a criança chega aos espaços escolares, ela traz consigo seus conhecimentos prévios, os chamados conhecimentos de mundo. Ao se deparar com atividades escolares, a criança acessa todo o conhecimento

previamente construído e guardado, mesmo que esse conhecimento não tenha comprovação científica. Pautados nos conhecimentos adquiridos pela leitura dos teóricos Abramovich (1993), Araújo e Morais (2014, p. 01), é compreendido a literatura como agente colaborador quando usada desde bem cedo nas salas de aula de educação infantil, servindo como instrumento para desenvolvimento da aprendizagem.

Diante dos dados construídos nessa pesquisa, foi possível identificar os resultados onde se torna urgente a postura do docente como pesquisador e ao mesmo tempo é necessário a realização de mais pesquisas sobre a temática, outrossim, a criação de um currículo antirracista, pois a grade curricular atual tem sido uma grande problemática para o sistema educacional brasileiro, sendo preciso diálogos que reflitam a realidade da clientela escolar e que promovam a descolonização dos espaços de construção do saber. Em virtude dos fatos mencionados, esse estudo investigou os caminhos essenciais para construir uma educação preta e afrocentrada na educação Infantil, fundamentada nos referenciais teóricos pertinentes, promovendo uma compreensão e prática da inclusão de perspectivas literárias preta, garantindo a representatividade e a valorização da cultura preta no contexto escolar.

Palavras Chave: Literatura; preta; educação; estereótipos; afrocentrada.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil**. São Paulo: Scipicione, 1993.

ARAÚJO, J. A; MORAIS, R. S. **A relevância em se trabalhar a literatura infantil afrobrasileira na Educação Infantil**. Africanias.com, n. 05, p. 1-17, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v. 12, p. 05, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6 ed São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GT4: A mulher preta na gestão: desafios e possibilidades

Propositora: Alexsandra Nascimento da Silva

Pensar a Administração para além das organizações tradicionais, queremos discutir possibilidades que usualmente são deixadas em segundo plano na discussão do management: pequenos negócios, pequenos empreendimentos, MEI, dentre outras. propomos neste GT: discutirmos a gestão em um sentido amplo, a gestão pensada e executada por mulheres negras, em suas diversas possibilidades, considerando que a estas mulheres, historicamente foram destinadas posições mais subalternas também no mundo do trabalho, o que se refletia muitas vezes em posições de menor destaque no mundo organizacional, ou mesmo em dificuldades adicionais para aquelas que tentaram empreender.

DE SPRAY NA MÃO: REFLEXÕES SOBRE O QUE É SER MULHER E GRAFITEIRA NA CIDADE

Alexsandra Nascimento da Silva

Doutoranda em Administração na UFMG.

Escrever em paredes é um ato que remete aos primórdios da civilização com as pinturas rupestres e que passou por inúmeras modificações em relação às suas significações ao longo dos tempos. Em momentos históricos mais recentes temos o recorte das revoltas de maio de 1968, na França, como marco moderno do surgimento do grafite, acompanhado de uma grande carga de significado de revolta, significado este que também se desdobrou em miríade de outros ao longo do tempo.

No bojo de pesquisa de mestrado em Administração da autora, foi realizada uma investigação preliminar sobre o tema na cidade de Belo Horizonte – MG, onde foram observadas diversas peculiaridades da atividade na cidade. Dentre elas, escolho aqui apontar que verificamos que ser grafiteiro revelou-se distinto de ser grafiteira, ou seja, que havia ali um atravessamento de gênero que alterava significativamente a vivência da atividade, a depender do gênero.

Para investigar melhor esse fenômeno, foi conduzida uma pesquisa qualitativa que objetivava compreender melhor esses processos de discriminação de gênero, tendo como bojo, além das teorias feministas, a perspectiva das subjetividades capitalísticas.

Para cumprir tal objetivo, foi realizada uma pesquisa de campo composta por entrevistas semiestruturadas, observação participante e diários de campo. Os principais resultados apontam para um cotidiano repleto de discriminação às grafiteiras, que muitas vezes encontravam lastro apenas no fato delas serem mulheres. Além disto, essas assimetrias de gênero, em boa parte dos casos, se desdobram em narrativas que questionam a competência profissional dessas mulheres, distorcendo suas habilidades com argumentos misóginos.

A discriminação contra elas também encontra vazão em dispositivos que visam amedrontá-las e que objetificam seus corpos, como se a existência da mulher e, neste caso, a grafiteira nas ruas da cidade, realizando seu ofício, fosse um eterno convite para o prazer masculino, numa espécie de radiografia do que é ser mulher grafiteira na cidade.

Pensando nesta dinâmica em termos da relação capital-trabalho, à mulher tem sido destinado, já há muito, um papel que vem da ordem do privado. Considerando aqui o recorte histórico relativo ao surgimento do capitalismo, às mulheres foi reservado o papel de reprodução da mão de obra, tanto em termos objetivos, quando falamos da maternidade, quanto de aspectos mais subjetivos como, por exemplo, da manutenção do lar e dos homens – e a estes sim o domínio do público.

Dessa forma, ao analisarmos a dinâmica da mulher grafiteira, que toma o espaço das ruas, não podemos perder de vista a ordem que estabelece um status quo e que, ao ser desafiado, urge por tornar a ser hegemônico, como se a ordem natural do mundo fosse.

Este, no bojo de um leque de resultado de pesquisas muito mais amplo, do qual aqui apresentamos apenas um recorte, é um dos motivos pelos quais a presença das grafiteiras nas ruas suscita tanto estranhamento e tantas reações misóginas, o que aponta para a necessidade de luta não só para a conquista deste e quaisquer outros espaços que a mulher queira ocupar, como também para a continuidade dos movimentos emancipatórios, a exemplo do movimento feminista, para denunciar e combater essa situação.

Palavras-chaves: Grafite, Feminismo, Misoginia

DESAFIOS DE UMA MULHER NEGRA NA GESTÃO ESCOLAR

Silmair Aparecida Oliveira

O presente ensaio aborda a temática das mulheres negras na gestão escolar pública enfatizando a gestão escolar dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). Este ensaio buscou compreender quais as dificuldades e limitações enfrentadas na gestão por mulheres negras, tendo como objetivo geral analisar as dificuldades ou limitações da gestão pública e, enquanto objetivos específicos, estudar sobre a gestão escolar e identificar gestoras negras na rede municipal de ensino.

No Brasil, há limitações e dificuldades para as mulheres no mercado de trabalho. Ao se tratar de mulheres negras, as possibilidades diminuem consideravelmente em razão da cor da pele. As mulheres negras são discriminadas por suas características físicas, cor de pele e tipo de cabelo. Digo isso, partindo da minha própria trajetória de mulher negra, docente da Educação Infantil durante 7 anos no município de São José dos Pinhais. No ano de 2021, fui eleita a diretora do CMEI Luiz Stocco pela comunidade escolar (pais e servidores da unidade). Durante esta nova jornada, vivenciei muitos desafios, principalmente no início da gestão, quando minha existência muitas vezes foi invisibilizada. Quando procuravam pela diretora, referiam-se a diretora auxiliar (branca e loira) e, mesmo me apresentando como a diretora da unidade, percebia

um olhar, postura de estranhamento, ou falas como a "outra" diretora. Muitas vezes, dirigiam a mim como a servente. Mesmo com a própria equipe de trabalho, foi preciso afirmar a minha competência, a capacidade como profissional para exercer o cargo, não por ser mulher, pois a função sempre foi ocupada por mulheres, mas por ser uma mulher negra inviabilizada pela sociedade. Historicamente, as mulheres negras foram silenciadas durante muitos anos, sendo reservado a nós apenas lugares de subserviência.

Como fundamentação teórica, usarei o conceito de escrevivências de Conceição Evaristo; Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, em relação ao racismo nos espaços escolares; Sueli Carneiro como aporte teórico quanto ao racismo, sexismo e desigualdade no Brasil; além da própria Constituição Federal (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases (1993) que preconizam pela gestão democrática.

Toda a experiência narrada neste ensaio demostra a importância da resistência da mulher negra ao ocupar cargos de liderança e afirmando sua competência em cargos públicos de destaque social para construção de uma sociedade mais justa. Como a mulher e gestora negra quebra um padrão, exercendo mudanças na realidade de vida das crianças que frequentam o CMEI. Por isso, é importante a figura da diretora negra trazendo representatividade e um modelo de exemplo aos meninos e meninas negras que estão todos os dias nas unidades de ensino.

Palavras chaves: Gestão escolar, Mulher negra, educação étnica racial.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: *http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm*. Acesso em: 05.07.2024

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011

EVARISTO, Conceição. **Destaque Conceição Evaristo**. Revista Conexão Literatura, p. 5-10, n. 24, junho – 2017.

GOMES, N. L. **Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação**. In. MUNANGA, K. (Org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. rev. Brasília: MEC/Secadi, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Educação Anti Racista, caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

O NEGÓCIO DO GRAFITE VIVÊNCIAS NAS RUAS E SUBJETIVIDADES CAPITALÍSTICAS

Alexsandra Nascimento da Silva

Doutoranda em Administração na UFMG.

Nosso ponto de partida foi o grafite, manifestação urbana que surge com conotação rebelde e marginal, mas que se transformou ao longo do tempo, alcançando outros significados.

É nesse contexto que a nossa pesquisa se insere. Ao pesquisar o grafite diante de suas multiplicidades, conhecemos diversas grafiteiras na cidade de Belo Horizonte – MG. Acompanhamos essas mulheres durante um tempo em observação participante, associada à confecção de diários de campo e entrevistas semiestruturadas. Assim, tivemos acesso a elementos que nos permitiram delinear como o grafite funciona como um negócio para elas.

De modo geral observamos que ao longo do tempo o grafite, apesar de ainda estar associado a ideais revolucionários, passa a ser uma manifestação melhor aceita nos espaços privilegiados da cidade, principalmente após a modificação da Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9605/1998) que tirou da prática o status de contravenção, diferenciando-a do picho – este sim tido como manifestação indesejada nos espaços qualificados da cidade.

A partir daí, o grafite passou não só a ser realizado às claras, como, ao longo do tempo, passou a ser trabalho feito também sob encomenda e, neste caso, se tornou um produto numa relação comercial.

Ao se inserir nessa lógica, as grafiteiras passam a ter suas obras avaliadas e submetidas a um raciocínio capitalista que, apesar de oferecer-lhes certa remuneração pelo trabalho que antes era destituído de valor financeiro, também as submete a uma precarização, uma vez que este é um trabalho ainda pouco valorizado.

A partir da vivência de acompanhar o cotidiano de sete grafiteiras, foi possível entender como aspectos comerciais passaram a ditar a lógica de suas práticas, mesmo em situações em que parecia que estes não estariam presentes, como quando elas estavam trabalhando de modo não remunerado.

Assim, noções de finanças empresariais, a logística,

gestão de carreiras e a própria forma como o ofício é ensinado e aprendido passam a ser regidas por uma lógica que visa o capital. De obra realizada às escondidas no passado à produtos que atualmente podem ser exibidos em galerias de arte especializadas, é possível avaliar que o grafite passou por transformações profundas e, para se adequar às novas exigências, os profissionais hoje se apropriam de elementos da gestão para situarem-se.

Ainda assim, essa gestão não pode ser a mesma aplicada em grandes negócios ou instituições formais, uma vez que a lógica aqui imbuída é outra. Neste sentido, as grafiteiras realizam uma gestão quase que artesanal de seu oficio – ressaltamos aqui que o uso da palavra artesanal não implica que se trate de gestão menos complexa e sim que segue uma outra lógica, que é própria da atividade, uma gestão ordinária de seus negócios.

Sob a luz da teoria guattariana sobre as subjetividades capitalísticas, podemos analisar esse fenômeno como mais um exemplo de como o sistema capitalista se apropria de objetos e situações que são a priori contra o sistema em um mecanismo que aprisiona as manifestações rebeldes de modo a reforçar ainda mais o sistema, este que se retroalimenta.

No entanto, diante da situação de que o grafite se torna fonte de sobrevivência para muitas destas mulheres, nos questionamos sobre quais seriam os limites dessa relação e se é possível pensar em resistências.

Palavras-chave: grafite, negócio, subjetividades capitalísticas.

O PERCURSO NA EDUCAÇÃO DA NEGRITUDE FEMININA EM CARGOS DE GESTÃO NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ

Deise da Silva Medeiros e **Lucas Rodrigues Lopes**

• Mestranda em Educação e Cultura pela Universidade Federal do Pará (UFPA/PPGEDUC/CUNTINS), Campus de Cametá, Pará, Brasil.
• Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA/PPGEDUC/CUNTINS), Campus de Cametá, Pará, Brasil.

Este trabalho discute sobre a trajetória de mulheres negras em cargos de gestão na educação, elas enfrentam uma luta diária repleta de desafios. É o contexto em que nos situamos para apresentar "O percurso da negritude feminina em cargos de gestão no município de Tucuruí", vinculada à linha de pesquisa Culturas e Linguagens do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, motivada pela relação desta pesquisadora com a problemática: de que modo, pela via analítica do discurso, podemos compreender o processo de reexistência no percurso de mulheres negras em cargos de gestão na cidade de Tucuruí-Pará?

Além de ter vivido uma história significativa para alcançar o cargo que ocupam, nossas entrevistadas têm em suas vivências as similaridades que nos atravessam. É a partir das nossas experiências que justificamos a relevância em se discutir o percurso das mulheres negras na busca por alcançar e exercer cargos de gestão. O objetivo geral busca analisar discursivamente o percurso de mulheres negras em cargos de gestão na cidade de Tucuruí-Pará. Nos específicos buscamos identificar nos dizeres destas mulheres em cargos de gestão, possíveis obstáculos enfrentados e também contribuir com os estudos na área da educação, cultura e linguagem, especificamente com os estudos de narrativas de professoras-negras.

Apresentamos as dinâmicas e desafios enfrentados por mulheres negras em posições de liderança no contexto educacional, utilizando uma abordagem crítica e discursiva. A pesquisa explora como a experiência destas afetam e são afetadas por sua atuação em cargos de gestão. Como procedimentos teórico-metodológicos, a pesquisa adotou uma abordagem analítica, onde foi realizado um levantamento abrangente, abordando as temáticas centrais da investigação.

Destacam-se, entre as contribuições teóricas utilizadas, os trabalhos de Aimé Césaire (1987), Coracini (2010, 2016), Foucault (2006, 2010), Hall (2003, 2005), Lopes (2018), entre outros. Usamos como instrumento entrevistas estruturadas que foram gravadas em áudios e posteriormente transcritas. Após esse momento, foram realizadas as análises discursivas das narrativas das mulheres negras que ocupam cargos de gestão no município de Tucuruí. Para tanto, utilizamos as interpretações da Análise do Discurso, baseando-nos nos estudos de Coracini (2007), Foucault (2010) e Lopes (2018). Esses referenciais nos permitem captar os gestos de interpretação, nos levando a entender seus percursos.

Nas análises discursivas, identificamos a Negritude como um caleidoscópio de incontáveis prismas, esta proposta de pesquisa é uma construção de uma visão de vários ângulos, onde seguem três eixos. O primeiro explora a vida pregressa de cada mulher entrevistada, onde paira o inconsciente sobre o que é esta Negritude. O segundo eixo aborda o que é a vida acadêmica e a trajetória do percurso desta Negritude no processo de resistência. O terceiro destaca a vida profissional, no percurso dessa liderança que surge e que crava na

sociedade um posicionamento de reexistência.

Os resultados indicam que, apesar dos avanços, persistem significativas desigualdades e preconceitos que limitam o crescimento e o reconhecimento de mulheres negras em posições de autoridade. As conclusões sugerem que, para efetivar a mudança, é imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas e a desconstrução de narrativas estereotipadas, promovendo uma representatividade que valorize a diversidade e a competência dessas profissionais no ambiente de trabalho.

Palavras-chaves: Análise do Discurso; Mulheres Negras; Negritude; Percurso.

REFERÊNCIAS:

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a Negritude**. São Paulo: Cadernos do Terceiro Mundo, 1987.

CORACINI, M. J. **Transdisciplinaridade e análise do discurso: migrantes em situação de rua**. In. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v. 11, n. 01, p. 91-112, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPA, 2005.

LOPES, Lucas Rodrigues. **Moradores de rua em vídeos do YouTube: (des)(re)territorializações do espaço-tempo no(s) discurso(s) de si e do(s) outro(s)**. Tese (doutorado), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: [s.n.], 2018.

TRABALHAR PARA (SE) RECRIAR: REFLEXÕES SOBRE O PASSADO LABORAL DE MULHERES NEGRAS E SUAS INTERFERÊNCIAS NO PRESENTE EMPREENDEDOR

Suelen Karini Almeida de Matos

Doutoranda em antropologia pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisa financiada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Diante de alguns anos estudando afroempreendedorismo feminino, pude ter contato com diferentes teorias e perspectivas de vida do que viria a ser tal prática econômica. Acredito que é difícil conseguir encontrar uma definição exata do que é ser uma afroempreendedora, afinal, como diz a música, "cada um compõe a sua história" e as pessoas possuem contextos distintos. A literatura na qual tive contato até hoje traz algumas categorias que permeiam o ato de empreender de pessoas negras. Tem autores que falam de contextos de necessidade (NASCIMENTO, 2021), afinal, mulheres negras são as pessoas que mais sofrem com o desemprego no Brasil. Outra categoria é empreender por oportunidade, ou seja, são aquelas pessoas que acabam identificando lacunas dentro de nichos de negócio. Já em campo, pude ter contato com outros mecanismos que levam mulheres negras a empreender, outro é o caso do empreendedorismo por militância, onde são pessoas que possuem empregos formais, mas que empreendem com foco na formação política e para movimentar ações socais.

Com isso, recentemente, tive contato com alguns relatos e que me levaram a construir esse texto, um deles que foi quando uma das minhas atuais interlocutoras contou sua trajetória laboral antes de abrir seu próprio negócio, onde descreve várias violências que sofreu ao longo de sua carreira profissional, o que fez com que ela visse no afroempreendedorismo um local onde ela não passasse por situações que antes eram comuns no trabalho e que impactaram em sua saúde mental, além disso, construir seu próprio espaço, ao lado de suas irmãs (mesmo que nem todas possuam relação consanguínea) contribuiu para que ela pudesse realizar um dos seus sonhos que era a maternidade, afinal, ela conseguiu ter uma rede de apoio forte que a ajudou tanto no sentindo financeiro, quanto emocional. Diante disso, comecei a refletir sobre o quanto as experiências anteriores ao ato de empreender podem contribuir para a construção do próprio trabalho para além do senso comum do desemprego. Fiquei me questionando sobre os outros motivos que estão por trás do movimento de criar a própria experiência laboral de uma mulher negra, tanto no sentido estrutural, quanto através de relações de vida.

Para isso, trarei relatos colhidos em campo durante minhas observações dentro do Coletivo Brechó da Preta, que fica em Curitiba e onde tenho trabalhado para construção da minha tese de doutorado, e dialogar tais fatos vividos com reflexões de autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro. Assim, mesmo com a pesquisa ainda estando em desenvolvimento, percebe-se que essas mulheres têm ressignificado o ato de empreender, transformando-o em uma estratégia política de existência e construção de um espaço que dê como fruto acolhimento, rede de apoio e independência financeira.

Palavras chave: afroempreendedorismo, feminismo

negro, mulheres negras, economia, trabalho.

REFERÊNCIAS:

AKOTIRENE. **Interseccionalidade**. São Paulo. Editora Polén. 2019.

CARNEIRO. Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo. Selo Negro, 2011.

GONZALÉZ. Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino- Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org.: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2020.

NASCIMENTO. Eliane Quintiliano. **As Características do "Empreendedorismo por necessidade" e "empreendedorismo por oportunidade" no Afroempreendedorismo**. In: Trabalho e Práxis: novas configurações, velhos dilemas. Org.: Vinicius Tomaz Fernandes; Arelys Esquenazi e Lívia de Cássia Godoi Moraes. Marilia. Editora Lutas Anticapital, p. 135-153, 2021.

RIBEIRO. Djamila. **Lugar de Fala**. Editora Polén. 2019.

SANTOS. Maria Angélica dos. **O Lado Negro do Empreendedorismo: afroempreendedorismo e black money**. Belo Horizonte. Editora Letramento, 2019.

GT5: Possibilidades de Promoção de Igualdade Racial

Propositoras: Flávia Rodrigues Lima da Rocha e Beatriz Domingos da Silva

A proposta deste Grupo de Trabalho trata de trazer uma discussão a respeito das inúmeras possibilidades que pessoas antirracistas têm desenvolvido seus trabalhos, em diferentes lugares e espaços da sociedade. Objetiva-se com este tema reunir, compartilhar e aprender com as experiências inscritas e apresentadas no GT, ampliando assim as perspectivas de compreensão das formas de luta contra o racismo.

(DES)CONSTRUINDO A IDENTIDADE NEGRA NA LITERATURA INFANTIL DE TEMÁTICA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Ana Ingridy Silva Rodrigues e **Maria Irinilda da Silva Bezerra**

• Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (Ufac), mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Acre (Ufac), membra do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) e do Grupo de Pesquisa Investigação Docente e Diversidades (GRIDD/Ufac).
• Professora da Universidade Federal do Acre – Campus Floresta (UFAC), Doutora em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), atua no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidade e Linguagens (PPEHL) da Universidade Federal do Acre e no Grupo de Pesquisa Investigação Docente e Diversidades (GRIDD/Ufac).

Este trabalho aborda algumas das reflexões acerca da literatura enquanto objeto relevante no processo de desenvolvimento e formação do sujeito, pois toda produção literária pode vir a ser utilizada como ferramenta humanizadora (CÂNDIDO, 2004). Destaca-se que as primeiras produções literárias voltadas para o público infantil foram frutos das adaptações da literatura geral (ZILBERMAN, 2012). No Brasil, a literatura infantil sofreu forte influência das obras clássicas europeias, onde é notório a disseminação de valores, saberes, costumes e cultura de uma sociedade eurocêntrica que, por atender aos ideais da elite dominante, negou por séculos a existência da população negra no processo de formação social e cultural do Brasil. A literatura de temática africana e afro-brasileira procura romper com projeções coloniais e reposicionar a cultura e a história negra a partir de vertentes que valorizem suas subjetividades e vivências, em consonância com a Lei 10.639/2003 que em seu bojo traz a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.

O objetivo geral deste estudo foi analisar a literatura infantil de temática africana e afro-brasileira e suas implicações para a construção da identidade e da formação cultural dos alunos. Metodologicamente, este estudo trilhou um caminho direcionado por uma abordagem qualitativa. Inicialmente, partiu-se da coleta de dados por meio do levantamento bibliográfico com o intuito de conhecer as questões que envolvem a literatura de temática africana e afro-brasileira. Realizou-se a análise de duas produções literárias que abarcam a temática africana e afro-brasileira. A primeira sendo o livro "Bruna e a galinha d'Angola", publicado no ano 2000 por Gercilga d'Almeida. A obra faz parte do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e retrata o universo mítico africano. A segunda é a obra "As tranças de Bintou". Publicada por Sylviane A. Diouf em 2001, faz parte do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e retrata a afetividade frente à herança cultural negra. A análise das obras se deu por meio de um roteiro elaborado pela pesquisadora, que abarca primordialmente a observação de como a temática negra é desenvolvida no decorrer das narrativas e se ajudam na construção de uma identidade positiva. Como aporte teórico, utilizou-se a autora Eliane Debus (2019), a qual versa sobre as principais definições de literatura de temática africana e afro-brasileira, assim como Eliseu Amaro Pessanha (2019) e Sueli Carneiro (2005) que discorreram acerca da tentativa do extermínio do conhecimento do outro por meio do epistemicídio. Vera Lucia Silva (2002) também é utilizada aqui no debate relacionado ao processo de construção da identidade negra. Baseamo-nos ainda em Costa et al., (2019) no destaque da importância literária infantil ao possibilitar o desenvolvimento integral das crianças, especialmente levando em consideração aspectos intelectuais, cognitivos, emocionais e afetivos, além de oportunizar a valorização da cultura africana e afro-brasileira na sociedade brasileira, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana para a consolidação da Lei 10.639/2003.

Dessa maneira, foi possível perceber que a literatura exerce influência no modo de agir da criança e de enxergar o mundo no qual está inserido, assumindo um caráter pedagógico muito forte quando alinhada pelo docente em seus planejamentos. Essa literatura tem a finalidade de valorização e dar visibilidade para a história do negro, abordar a resistência, os heróis negros e suas tradições culturais e religiosas, bem como contribuir para o reconhecimento de suas características fenotípicas, principalmente com seus recursos visuais. Nesse entorno, evidencia-se a importância da escrita de obras de literatura infantil que se voltem para essas temáticas.

Palavras-chaves: Lei N°10.639/2003, literatura de temática africana e Afro-brasileira, identidade

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Gercilga de. **Bruna e a Galinha d'Angola**. Ilustrações de Valéria Saraiva. Rio de Janeiro: EDC, Pallas, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas cidades, 2004.

DIOUF, Sylviane Anna. **As tranças de Bintou**. São

Paulo: Cosac & Naif, 2004.

COSTA et al., **Literatura Infantil Afro Brasileira e a prática Pedagógica**. RIT – Revista Inovação Tecnológica, Volume 9, número 1 – 2019. Disponível em: em: *https://rit.openjournalsolutions.com.br/index.php/rit/issue/download/2/5#:~:text=A%20literatura%20infantil%20afro%20%C3%A9,cultural%20para%20dentro%20da%20escola*. Acesso em: 24 de julho de 2024.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2012.

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORAS(ES): UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA E O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Beatriz Domingos da Silva

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/Ufac

Ao longo das últimas décadas, inúmeros pesquisadores e estudiosos têm buscado dialogar sobre possibilidades de práticas pedagógicas voltadas à promoção da igualdade racial dentro e fora dos ambientes escolares. As autoras e pesquisadoras sobre a temática étnico-racial Rocha, Carmo e Xavier (2021), ao falar sobre pesquisas produzidas com foco na identificação de práticas pedagógicas relacionadas com a educação das relações étnico-raciais (ERER) no ensino, afirmam existir muitos trabalhos que tem como foco as práticas pedagógicas, mas ainda é muito recente trabalhos sobre práticas pedagógicas voltadas para ERER. Nesse sentido, este trabalho é uma revisão de literatura, que nasceu como fruto de uma proposta de pesquisa de doutorado, ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e ao Programa de Residência Pedagógica (PRP) e suas interações/relações com práticas pedagógicas que envolvam a educação das relações étnico-raciais.

Propõe-se identificar e analisar as produções de mestrado e doutorado que já tenham sido feitas sobre esses programas envolvendo a ERER, assim identificando as instituições, programas aos quais estão vinculados, regiões, anos de publicações, seus suportes teóricos, procedimentos metodológicos, bem como resultados alcançados. A metodologia utilizada foi a de revisão de literatura, que de acordo com Vosgerau e Romanowski (2014) é um tipo de revisão que auxilia na realização de um panorama histórico sobre as produções acerca do tema ou assunto abordado. Diante disso, a presente revisão de literatura, buscando encontrar a existência da relação entre os Programas de PIBID e PRP e as práticas pedagógicas voltadas para ERER, que tem-se mostrado tão importantes, além de ser possível também dar visibilidade às produções que buscaram romper com os silenciamentos e negligências existentes sobre essa temática, criando a oportunidade da realização de mais reflexões e diálogos acerca dessa política educacional que também está de acordo com as autoras Rocha, Carmo e Xavier (2021), ainda não tem uma longa tradição histórica. Para além das autoras supracitadas, também foram utilizadas como referencial teórico Gomes (2003, 2018) e Coelho e Coelho (2018) que dialogam sobre as relações étnico-raciais no Brasil. A pesquisa inicial se deu nas bases da plataforma online Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (plataforma onde estão indexados as teses e dissertações), tendo como ação mapear as produções que relacionam o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e ao Programa de Residência Pedagógica com a educação das relações étnico-raciais nas bases de dados da Capes.

Foram selecionados 3 trabalhos dos 6 resultados com a pesquisa "PIBID" AND "Educação das relações étnico-raciais", 1 trabalho selecionado do único resultado encontrado pela pesquisa dos descritores "Residência Pedagógica" AND "Educação das relações étnico-raciais" e 2 trabalhos dos 14 encontrados da busca "PIBID" AND "Residência Pedagógica". Os trabalhos foram selecionados por meio de algumas leituras dos títulos, dos resumos e das palavras chaves, além de algumas partes das publicações para identificar a relação entre os programas e suas relações com a temática étnico-racial. Foram identificados após o mapeamento dos trabalhos apenas 06 (seis) produções voltadas para a temática aqui abordada, as quais são dissertações e teses, essas por sua vez podem contribuir com a visibilidade de programas que utilizam em suas práticas pedagógicas e metodologias de trabalho ações que contribuem para a aplicabilidade e implementação de uma educação voltada para as relações étnico-raciais ao dialogar sobre o ensino das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas.

Palavras-chaves: Programa de Residência Pedagógica; Programa Institucional de Iniciação à Docência; Educação das Relações Étnico-Raciais.

REFERÊNCIAS:

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **As Licenciaturas Em História e A Lei**

10.639/03 – Percursos De Formação Para O Trato Com A Diferença? Educação em Revista | Belo Horizonte|v.34|e192224|2018. Disponível em: *https://www.scielo.br/j/edur/a/hvnLnRX7NpxPqJ9YqrBBQHG/?format=pdf&lang=pt*. Acessado em 19 de junho de 2024

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Acessado em 20 de abril de 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Apresentação para Educação das Relações Étnico-Raciais: estado da Arte**. p. 13. Curitiba: NEAB_UFPR e ABPN, 2018. Disponível em: *https://www.membros.abpn.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=58*. Acessado em 20 de abril de 2020.

ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da; CARMO, Kaliny Custodio do; XAVIER, Joana Marques de Lima Saar. **Práticas Pedagógicas em Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil: revisitando a literatura acadêmica de promoção de igualdade racial no ambiente escolar das crianças bem pequenas e pequenas**. In: COSTA, Andréa Juliana; OLIVEIRA, Queila Cristina de; LÍRIO, Vinicius da Silva. Práticas Pedagógicas na Educação Infantil: interlocuções, desafios e percursos – 1. Ed. – Curitiba-PR: Editora Bagai, 2021.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 14, n. 41, p.165-189, 12 jul. 2014. Pontificia Universidade Catolica do Parana - PUCPR.

A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Karen Kristina Araújo Vasconcelos e **Flávia Rodrigues Lima da Rocha**

- Licencianda em História, na Universidade Federal do Acre.
- Doutora em Educação, professora na Universidade Federal do Acre.

A seguinte proposta de pesquisa está em estado inicial de desenvolvimento e tem como intuito trabalhar a relação entre História e Literatura, objetivando utilizar a literatura enquanto fonte histórica para o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira, a partir das obras literárias *Úrsula (1859)*, de Maria Firmina dos Reis, *Quarto de despejo – diário de uma favelada (1960)*, de Carolina Maria de Jesus e *Olhos d'água (2014)*, de Conceição Evaristo como principais ferramentas para a execução de sequências didáticas que visam atender a proposta da lei 10.639/2003. É notória a importância de trabalhar o contato frequente com personalidades e/ou personagens negros para assim ampliar as referências positivas e fomentar a identificação no conhecimento da diversidade étnico-cultural do nosso país, a necessidade de um ensino de História que traga elementos da história e cultura africana e afro-brasileira se faz presente a partir da análise de obras literárias que tragam essa temática e que sejam aplicadas em sala de aula.

Será utilizada a metodologia qualitativa para a análise dos textos em suas determinadas temporalidades históricas, onde cada obra se encaixa em um contexto histórico, abordando assim o máximo de conteúdos possíveis. Sua implementação no ensino de História se dará através da preparação de sequências didáticas que terão como material de apoio para aula as obras citadas, destacando sempre a literatura como principal arcabouço histórico para a execução desta pesquisa. Para a análise de fonte histórica este projeto irá se basear nas ideias de Barros (2019) e Nascimento (2021), a análise documental também será utilizada através dos estudos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), assim como o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Brasil. Vemos como de extrema urgência romper com a historiografia positivista, que traz como "história única" do negro (ADICHIE, 2019), aquela contada pela perspectiva do branco, limitada a passividade e inferiorização. Para isto será usado Munanga (2015) que seguirá trazendo a necessidade de se estudar a história do negro no Brasil nos dias atuais, para melhor compreensão do racismo estrutural que vem sendo impregnado em todas as camadas da sociedade e que transparece diretamente na educação. Será necessário debruçar-se sobre os estudos Almeida (2019), trazendo ainda em destaque autores como Gomes (2017) à respeito da importância de uma educação antirracista e a emancipação do conhecimento negro; Gomes e Jesus (2013) na perspectiva de práticas pedagógicas voltadas a ERER (Educação das Relações Étnico-raciais) para se trabalhar a lei 10.639/2003, legislação que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana

e afro-brasileira em toda a educação básica. Apesar de se encontrar em estado inicial e por decorrência disso não possuir resultados, espera-se com esta pesquisa a possibilidade de que os alunos trabalhem a habilidade de aprender e se expressar sobre questões étnico-raciais através do texto literário, mostrando a possibilidade da literatura como ferramenta interdisciplinar, pensando ainda caminhos para que o texto literário possa ser elemento de formação em conteúdos do currículo de história e que, sob outra perspectiva, os alunos possam confrontar sua realidade principalmente no contexto que envolve sua identidade racial. Esse processo exige um trabalho contínuo onde educadores antirracistas criem condições para a efetivação de uma educação que priorize romper com os tradicionais métodos do ensino de história que costumeiramente priorizam a versão daqueles que viram "heróis" e descarta os que por muito tempo morreram lutando contra eles.

Palavras-chaves: Ensino de História; literatura; Lei 10.639/2003; africana; afro-brasileira.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

GOMES, Nilma Nilo (Org.). **Prática Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei 10.639/2003**. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, p. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Organizador Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

A MODA COMO EXPRESSÃO/ ESTÉTICA CULTURAL DE DIFERENTES POVOS AFRICANOS: UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA PARA O ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO ACRE

Ellen Cristina Setubal Brito e **Geovanna Moraes de Almeida**

• Professora de educação básica na Escola Presbiteriana João Calvino, Licenciada e aluna de bacharelado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac), Pós-Graduação em andamento no Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena da Universidade Federal do Acre e membra do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) e da Associação de Mulheres Negras do Acre e seus apoiadores Negritude. E-mail para contato: *ellensetubal.14@gmail.com*.

• Licenciada e aluna de bacharelado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac), mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI) da Universidade Federal do Acre (UFAC), pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac) sendo locada no Programa de Extensão Educação Antirracista na condição de Tutora, e atua como editora de arte da Revista Discente de História da Universidade Federal do Acre (Ufac) Das Amazônias. E-mail para contato: *geovannamdealmeida@gmail.com*.

O presente trabalho busca relatar uma intervenção pedagógica realizada na etapa de Ensino Médio, na Escola Presbiteriana João Calvino, localizada no município de Rio Branco - Acre, nas atividades da disciplina Eletiva Mundo da Moda. O objeto de pesquisa são as expressões e estéticas da moda africana como construto de traços culturais e identitários de povos africanos. A justificativa dessa intervenção parte do princípio preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER, 2004) no que tange à valorização das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, bem como implementa a Lei 10.639/2003. A metodologia deste trabalho tem fins exploratórios, descritivos e intervencionistas, bem como tem sua abordagem partindo de um caráter qualitativo, à medida em que realizou-se a interpretação do fenômeno investigado, sendo ele a moda africana como fator constitutivo das identidades e culturas de alguns povos africanos: Maninga; Fula; Zulus e Akan. Quanto aos meios, utilizou-se a pesquisa bibliográfica para levantamento de dados sobre a questão em pauta e de campo, consolidada no ato da intervenção pedagógica in locus. Como aporte teórico, utilizou-se Ivanira Agnela Semedo António (2021) para abordar questões que tangenciam a influência da cultura africana na moda. Carolina Sanches Lopes de Oliveira (2013) para apoiar a compreensão de moda africana como conceitual que expressa tradições, ideias e posicionamentos. Sylvia Rodrigues (2012), abordando referências étnicas africanas na moda brasi-

leira contemporânea e Rafael Gustavo Trevizan (2021) para discorrer sobre os processos de tecelagem e tingimento de tecidos africanos, comumente usados para confecção das peças. Ademais, utilizou-se a DCNERER (2005) para a adequada efetivação da Lei 10.639/2003.

A intervenção, aqui apresentada, propiciou novas visões sobre o continente africano e estabeleceu a compreensão da diversidade de povos africanos, com seus costumes e expressões estéticas conceituais, culminando na valorização da pluralidade existente no continente africano. Além da discussão da definição de moda africana, sendo ela de caráter conceitual e ligada ao modo de vida de cada povo, ocorreram exposições dos tipos de tecelagens africanas, apresentação dos símbolos adinkras pelo povo akan em seus tecidos, exibição das maquiagens e indumentárias de cada povo, como chapéus, turbantes, lenços e demais acessórios, e as influências dessa moda na cultura afro-brasileira, estando mais presente nas religiões de matriz africana e afro-brasileira. Ao final, os(as) alunos(as) apresentaram o planejamento de organização de um desfile com as diversas formas de expressão estética africana, seja ela tradicional ou mais contemporânea, a ser realizado no dia 20 de novembro como produto da eletiva.

Desde a implementação da Lei N°10.639/2003, práticas e intervenções pedagógicas ocorreram a fim de que fossem atendidos os princípios da DCNERER em escolas de educação básica. Mais recentemente, essas práticas sobreviveram e se adaptaram ao passo que o sistema educacional viveu transformações em suas estruturas. A exemplo disto, observa-se a conjuntura do Novo Ensino Médio. Essas inovações ocorrem por professores e ativistas do movimento negro educador que buscam formas de aplicação da lei, para além do que o currículo e as diretrizes educacionais eurocentricas permitem. Dessa forma, concluiu-se que a aplicação da lei ocorre em conjunto com a transgressão do currículo e das estruturas impostas. Alunos(as) da educação básica necessitam conhecer outros modos de vida e culturas. A educação antirracista, de cunho valorativo, apresenta o povo negro a maneira que ele é, para além dos estereótipos. Essa educação contribui para a exploração de valores atitudinais previstos, como o respeito e o desenvolvimento da tolerância.

Palavras-chaves: Lei N°10.639/2003; Intervenção pedagógica; Cultura Africana; Moda Africana; Educação Básica

REFERÊNCIAS:

ANTÓNIO, Ivanira Agnela Semedo. **A Cultura Africana no Design de Moda Contemporâneo: Moda, Música e Expressão**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Artes e Letras - Departamento de Artes - Universidade Beira Interior 2021 Disponível em *https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/12462* Acesso em 11 Jun. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília: MEC/Seppir, 2004. Disponível em: *https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_c urriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_ de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf*. Acesso em 11 Jun. 2024

OLIVEIRA, Carolina Sanches Lopes de. **Coleção conceitual de moda inspirada no estudo sobre cultura da África Subsaariana**. Trabalho de conclusão de curso – Faculdade de Design de Moda. Porto Alegre, 2013. Disponível em: *http://www.um.pro.br/prod/_pdf/000179.pdf* Acesso em 11 Jun. 2024

RODRIGUES, Sylvia. **Referências Étnicas Africanas na Moda Brasileira Contemporânea em duas leituras: Goya Lopes e Walter Rodrigues**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Design da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho,2012. Disponível em

TREVIZAN, Rafael Gustavo. **A Química das cores dos tecidos africanos: uma transposição didática para valorizar a etnociêcnia africana**. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto de química - Campus de Araraquara /SP, Universidade Estadual Paulista "Julio Mesquita Filho", 2021. Disponível *https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/86f2239c-1083-4517-9ce9-898c99ef573f/content* Acesso em 11 Jun. 2024.

ALÉM DOS MUROS DAS ESCOLAS, NEM TÃO POUCO RESTRITO AO MÊS NOVEMBRO: MEMÓRIAS DE PERTENCIMENTO NEGRO, NA CIDADE DE JOINVILLE

Carine Maria Cabral Costa, Natalia Souza Pereira e **Bruna Moraes Battistelli**

- Pedagoga. Especialista em Psicopedagogia e Educação Digital. Componente de pesquisa no NEAB de Florianópolis e mestranda do curso de pós-graduação em Educação pela UFPR.
- Licenciada em Letras pela UNIVILLE. Representante Quilombola dentro do MN – Maria Laura.
- Psicóloga. Mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional.

Joinville é uma cidade que geograficamente pertence ao norte do estado de Santa Catarina. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentam a população de 616.317 habitantes, tornando-se assim a cidade mais populosa do estado. Economicamente, destaca-se por ser considerada um grande polo industrial. A cidade recebe imigrantes vindos de todas as regiões do nosso país, além de acolher pessoas de outras nacionalidades. Historicamente, Joinville remete sua colonização à descendência europeia fundadora, constituindo uma personalidade empreendedora que "ergueu" nossa cidade. No entanto, a cultura nativa já existia nesse território e a presença de escravizados também se estabeleceu na população joinvillense. É possível constatar a presença desses grupos a partir de algo bastante emblemático da cidade – o hino – este escrito por Alfredo e Elly Herkenhoff na década de 30 (DIAS, 2013). Percebe-se facilmente o apagamento das distintas etnias que aqui se fizeram evidentes na fundação da cidade.

O mês de novembro nos traz a menção de uma data notória para a população negra da cidade. A Lei 10.639 vem garantindo a reverberação da temática dentro dos espaços escolares e além deles. É evidente que, em nossa cidade, a comunidade educacional negra vem promovendo e evidenciando a conscientização de corpos negros para a afirmação identitária de Joinville. A pesquisa pretende resgatar as evidências existentes e muitas das que já foram apagadas da pertença negra da cidade, permitindo que esses dados sejam evidenciados em espaços didáticos e curriculares, não se restringindo apenas à educação formal, mas também possibilitando o contato com espaços, grupos culturais e Movimento Negro que venham alicerçar a identidade desta cidade em ambientes públicos.

Fundamentada a partir da abordagem qualitativa, iniciando com a escrevivência das pesquisadoras e se aprofundando em estudos bibliográficos e documentais sobre inclusão e práticas pedagógicas étnico-raciais. A última etapa envolve entrevistas semiestruturadas com educadores e gestores, cruzando informações coletadas para formar um estudo crítico. E de personalidades que transmitem a identidade indígena e negra presente nesse território e que possam contextualizar a historiografia joinvillense.

A organização de formações continuadas para professores, integrando diferentes áreas de conhecimento e promovendo a cultura afro-brasileira nas escolas, é identificada como uma necessidade emergente. Além de fornecer materiais bibliográficos, a formação inclui debates com representantes da comunidade negra e abordagens transdisciplinares para enriquecer o conhecimento dos educadores. A intenção é estender essas formações ao ambiente escolar, inserindo a valorização da cultura afro-brasileira no Projeto Político Pedagógico das instituições.

A pesquisa destaca a necessidade de uma educação que reconheça e valorize a diversidade étnico-racial, promovendo práticas pedagógicas inclusivas e formando professores conscientes das questões raciais. A implementação efetiva da Lei 10.639/2003 é crucial para combater o racismo e promover a igualdade no ambiente escolar. Busca evidenciar as transformações necessárias para uma educação que inclua todos os alunos, respeitando suas histórias e culturas, e a necessidade de conduzir um processo de aprendizagem contínuo, proporcionando os subsídios necessários de conhecimento para nutrir e fazer reverberar a identidade desta cidade dentro de espaços escolares e provocar e divulgar sua impressão fora dele.

Palavra-chave: Lei 10.639/2003; identidade racial; branqueamento; apagamento cultural.

REFERÊNCIAS:

IBGE. Joinville. Disponível em: *<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/joinville.html>*. Acesso em: 30 jun. 2024.

AS EVIDÊNCIAS DA LEI 10.639/2003 EM UM TERRITÓRIO EDUCACIONAL JOINVILLENSE

Carine Maria Cabral Costa e **Bruna Moraes Battistelli**

• Pedagoga. Especialista em Psicopedagogia e Educação Digital. Componente de pesquisa no NEAB de Florianópolis e mestranda do curso de pós-graduação em Educação pela UFPR.
• Pedagoga. Especialista em Psicopedagogia e Educação Digital. Componente de pesquisa no NEAB de Florianópolis e mestranda do curso de pós-graduação em Educação pela UFPR.

A pesquisa investigou a implementação da Lei 10.639/2003 no ensino fundamental em Joinville, Santa Catarina, entre 2010 e 2020. Apropriando-se do conceito político de "Escrevivência" de Conceição Evaristo, o estudo analisou situações de racismo e exclusão enfrentadas pela população negra, destacando a importância de práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras para a Educação das Relações Étnico-Raciais. A pesquisa utilizou fontes bibliográficas, documentais e entrevistas com professores e gestores da rede municipal de ensino para identificar os instrumentos pedagógicos que evidenciam a Lei 10.639/2003, que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira. O objetivo foi fomentar a formação contínua de educadores e fortalecer a abordagem étnico-racial na educação, promovendo a inclusão e combatendo o racismo. O estudo começa com uma reflexão pessoal sobre suas experiências como educadora negra, enfrentando preconceitos no ambiente escolar. A narrativa destaca a relevância da Lei 10.639/2003 para combater a discriminação racial e promover a história e cultura afro-brasileira nas escolas. Joinville, com sua forte herança europeia, muitas vezes negligencia a contribuição afro-brasileira, perpetuando exclusões históricas e sociais.

Iniciamos com a análise na finalidade de trazer dados metodológicos utilizados no processo de ensino a partir da implementação da Lei 10.639/2003 na educação inclusiva do ensino fundamental de Joinville, que asseguravam e contribuíam em discorrer a relevância histórica e social da cultura afro-brasileira. Fundamentada a partir da abordagem qualitativa, a pesquisa inicia com a escrevivência das pesquisadoras e se aprofunda em estudos bibliográficos e documentais sobre inclusão e práticas pedagógicas étnico-raciais. A última etapa envolve entrevistas semiestruturadas com educadores e gestores, cruzando informações coletadas para formar um estudo crítico.

A organização de formações continuadas para professores, integrando diferentes áreas de conhecimento e promovendo a cultura afro-brasileira nas escolas, foi um dos recursos que se identificou quanto uma necessidade emergente. Além de fornecer materiais bibliográficos, a formação fomenta debates com representantes da comunidade negra e abordagens transdisciplinares para enriquecer o conhecimento dos educadores. A intenção é criar uma extensão dessas formações no ambiente escolar, inserindo a valorização da cultura afro-brasileira no Projeto Político Pedagógico das instituições.

A pesquisa destacou a necessidade de uma educação que reconheça e valorize a diversidade étnico-racial, promovendo práticas pedagógicas inclusivas e formando professores conscientes das questões raciais. A implementação efetiva da Lei 10.639/2003 é crucial para combater o racismo e promover a igualdade no ambiente escolar. Buscou evidenciar as transformações necessárias para uma educação que inclua todos os alunos, respeitando suas histórias e culturas e a necessidade de conduzirmos a partir da forma continuada, com intuito de dar subsídios necessários de conhecimentos que venham nutrir e assim se fazer reverberar com a mediação necessária para o processo de aprendizagem.

Palavras-chaves: Lei 10.639/2003, Formação Continuada, Relações Étnicos-Raciais, branqueamento, combate ao racismo.

CAPOEIRA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03

Adriane Ribeiro

Licencianda em História, na Universidade Federal do Acre (Ufac). Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac).

Este texto é fruto do projeto ensino-pesquisa intitulado "Capoeira: História, Arte e Cidadania" que foi desenvolvido no Programa de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Acre (Pibid/Ufac), da área de História que pretende analisar como a capoeira pode contribuir na promoção da igualdade racial, sobretudo como prática pedagógica. A pesquisa parte do princípio da capoeira enquanto herdeira da diáspora africana, símbolo de resistência que possui uma extensa contribuição para a cultura afro-brasileira e para a construção e valorização da identidade negra, tornando-se um elemento de extrema relevância social, principalmente no campo da educação e cidadania, e agindo como aliada na aplicação da lei 10.639/2003.

O projeto descrito teve como metodologia utilizada a pesquisa bibliográfica, que embasou os estudos a respeito da prática da capoeira enquanto elemento promotor de cidadania através de artigos, dissertações, teses e livros. Posteriormente, foi utilizada a pesquisa

de campo, na qual o projeto foi aplicado e desenvolvido com alunos dos anos finais da Escola Marilda Gouveia Viana, em Rio Branco/Acre, durante oito meses. Em campo, a partir de aulas expositivas-dialogadas, foi possível apresentar para os alunos desde as teorias para o surgimento da capoeira, passando por seu processo de criminalização no Brasil, até à atualidade na qual a capoeira é considerada Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade e instrumento de cidadania e promoção de igualdade racial. Os principais referenciais teóricos que embasam o projeto de ensino-pesquisa são o livro "Capoeira: uma herança cultural afro-brasileira", de Elisabeth Vidor e Letícia Rei[1] [2] s (2013), com seu retrato sobre as origens culturais e sociais da capoeira, bem como sua contribuição para a valorização da cultura afro-brasileira. O livro "Pedagogia da Autonomia" de Paulo Freire (1996), ao falar da cidadania como um instrumento intrinsecamente ligado à educação crítica e libertadora dos sujeitos oprimidos.

Substancialmente, o resultado da aplicação do projeto de ensino-pesquisa com os alunos dos Anos Finais demonstrou-se positiva no que tange a abordar a capoeira prática pedagógica e como aliada da construção da igualdade racial em ambiente escolar e da valorização da cultura afro-brasileira. As aulas na escola Marilda Gouveia Viana possibilitaram aprendizagens e socializações importantes aos alunos alcançados pela pesquisa, como quebra de paradigmas e preconceitos relacionados a cultura negra, sendo possível demonstrar a importância da capoeira como instrumento relevante para o ensino de história e cultura afro-brasileira, como preconiza a Lei n° 10.639/2003. Ao final, conclui-se que a lei possui um papel fulcral no que diz respeito à possibilidade de diminuição da desigualdade racial em ambiente escolar, sendo um pilar na construção de uma educação antirracista, evidenciando a sua importância no que diz respeito à cultura afro-brasileira, além de ser uma prática pedagógica que possui ensinamentos valiosos para exercitar o respeito mútuo e o fortalecimento da Educação das Relações Étnico-Raciais.

Palavras-Chaves: Capoeira; Educação Antirracista; Prática Pedagógica.

REFERÊNCIAS:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

VIDOR, Elisabeth; REIS, Letícia Vidor de Sousa. **Capoeira: Uma herança cultural afro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2013.

CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Joana Maximo da Silva e **Ana Paula Herrera de Souza**

• Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (DHI/UEM); mestranda no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR); membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinar afro-brasileiro da Universidade Estadual de Maringá (NEIAB/UEM); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)
• Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (DHI/UEM); mestranda no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR); membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinar afro-brasileiro da Universidade Estadual de Maringá (NEIAB/UEM); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)

Em 2022 a 2023 o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Maringá – Paraná (NEIAB/UEM), desenvolveu o projeto "Construções didático-pedagógicas para a formação de docentes para o ensino de História e cultura afro-brasileira nos anos iniciais da Educação Básica", realizado por meio do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), em parceria com o Núcleo Regional de Educação de Sarandi–PR. O projeto apresentado em formato de aulas teóricas e sete manuais didático-pedagógicos, buscou auxiliar os docentes do município de Sarandi–PR na implementação da Lei n. 10.639/03, nas salas de aula do Infantil IV até o 5° ano do Fundamental I. Assim, desenvolvemos atividades pedagógicas que discutem a importância da valorização da diversidade no cotidiano do aluno/a, seguido de uma formação com os docentes da cidade, por meio de 4 encontros presenciais, sendo dois com professores/as da Educação Infantil, com apresentação dos materiais destinados a Infantil IV e V. E dois encontros destinados para o Ensino Fundamental I – 1° ao 5° ano – com os/as professores/as específicos/as de cada ano. Além disso, participamos da abertura do 2° Semestre Letivo de 2022 com a mesa redonda intitulada "Construindo Estratégias para as Relações étnico-raciais na Educação Infantil e no Ensino Fundamental - Anos Iniciais".

Para o desenvolvimento do projeto, a equipe de início dedicou-se à formação e a leitura sobre a temática do ensino para as relações étnico-raciais na educação básica, por meio de grupos de estudos e reuniões de trabalho, a fim de estabelecer os caminhos possíveis para o trabalho. Assim estabelecemos que o material

formulado deveria corresponder com cada fase escolar das crianças, possibilitando que os/as professores/as tivessem em mãos um material com atividades que "evoluíssem" ao passar das séries, de caráter interdisciplinar e que tratasse da Lei n. 10.639/03 em diferentes perspectivas, tanto na Educação Infantil, quanto no Ensino Fundamental I.

Desse modo, primeiro realizamos a elaboração dos esboços dos livros do Infantil IV e V, seguindo da leitura e observações das coordenadoras de Sarandi; depois elaboraríamos o esboço dos livros do Fundamental I, seguido, também, da leitura e observações das coordenadas de Sarandi. Com os esboços feitos e as correções necessárias, realizamos as oficinas com os professores/as da rede, seguido dos apontamentos e contribuições dos/as docentes, para que desse modo fossem realizadas as correções finais para finalização dos materiais.

Assim, os materiais ficaram estruturados da seguinte forma: introdução sobre a temática central do livro, como, por exemplo, "meu lugar no mundo" (tema do material do 5º ano do fundamental), seguindo do "Meu querido diário", em que formulamos histórias em que a criança escreve em seu diário a experiência e o que aprendeu com a atividade; o passo a passo da atividade; uma carta aberta para o/a professor/a sobre a importância daquela atividade; e uma sub-sessão com materiais complementares chamada "se liga na ideia" com vídeos, livros infantis, etc.

A discussão a respeito das relações raciais em uma sociedade em que o racismo é estrutural e estruturante não é tarefa fácil, e implica o deslocamento de saberes. Apesar de não termos conseguido realizar a publicação dos materiais - impressos e/ou digitais - por falta de financiamento para que o material fosse disponibilizado, o nosso projeto teve o inegável mérito de capacitar cerca de 80 professores/as da rede básica do município de Sarandi–PR, que trabalham desde a educação infantil até os anos finais da educação básica para o reconhecimento, reparação e valorização do Ensino de História e Cultura afro-brasileira.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003; Formação Docente; Educação para as Relações Étnico-Raciais.

CONSTRUINDO UMA BIBLIOGRAFIA PRETA INSURGENTE PARA DISCUSSÕES TEÓRICO-LITERÁRIAS: CAMINHOS, DESCOBERTAS E DES/RE/CONSTRUÇÕES

Katia Costa-Santos

Doutora em Estudos Culturais pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea – PACC da Universidade Federal do Rio Janeiro

A documentação e investigação da experiência negra no Brasil e na diáspora – quando em contrita obediência a todos os cânones – é sempre recheada de lacunas historicamente justificáveis. Entretanto, isto não quer dizer que nunca tenha havido vozes dissonantes nos mesmos espaços onde imperavam as verdades absolutas referendadas por autoridades constituídas, arquivos e documentos oficiais. Observando este mesmo cenário a partir dos campos de batalha contemporâneos – onde os saberes assimetricamente estabelecidos nas Américas vêm sendo frontalmente confrontados e deslegitimados – tenho pensado em "juntar" as tais vozes de diferentes períodos às vozes pretas insurgentes da atualidade na Diáspora Negra para, então, ter um melhor entendimento da concepção que estes e estas tinham sobre o campo da literatura, minha área de pesquisa. A ideia é partir dos anos de 1930, para que observemos já o cenário modernista brasileiro, quando há um Brasil hegemônico definindo sua brasilidade de cima para baixo.

Com este recorte de período inicial, os demais períodos serão definidos principalmente por eventos relevantes e seus protagonistas. Por exemplo, os períodos do movimento negritude, as lutas de independência dos países africanos, o período das lutas pelos direitos civis nos EUA, o centenário da abolição no Brasil, a conferência de Durban, o avanço dos Estudos Culturais como propostos por Stuart Hall e a desobediência precisa e inegociável aos arquivos oficiais propostos hoje por Saidiya Hartman. Este passeio por estes períodos, pensadoras e pensadores muito provavelmente nos indicarão vestígios de um arcabouço teórico "das margens", como diria bell hooks.

Como imagina-se, muitos são, ou devem ser, as autoras e autores dos períodos privilegiados acima. Entretanto, esta comunicação terá por princípio privilegiar as (negligenciadas) pensadoras negras de cada período. Tais nomes nos serão dados a conhecer no processo, mas há autoras que já têm lugar garantido nesta pesquisa: Carolina Maria de Jesus, Leda Maria Martins, Marilene Felinto, bell hooks, Saidiya Hartman, Ruha Benjamin, Françoise Vergè, entre outras.

Com esta construção, tentaremos também elencar da melhor forma possível as teorias clássicas das quais

não possamos abrir mão (caso estas existam), aquelas que de fato sejam uteis à causa negra no campo dos estudos de literaturas e culturas negras na Diáspora. Fundamental será entender tal relevância, caso esta se confirme.

A principal função deste trabalho de investigação é tentarmos colaborar com informação mais precisa e informada sobre nossos avanços e carências no campo da teoria literária no que se refere à experiência negra nas Américas, tanto quanto à produção crítica quanto à disputa de narrativa sobre esta população. Pensamos ser possível termos ao final alguns indicativos dos caminhos e 'des-re-construção' do imaginário nacional sobre o lugar e papel de mulheres e homens negros neste contexto.

Palavras-chave: diáspora negra, negritude, crítica literária, Saidiya Hartman, estudos culturais, afro-brasileiros.

CULTURA ALIMENTAR QUILOMBOLA: SABERES E FAZERES NA COMENSALIDADE

Joely Coelho Santiago

Doutoranda em Letras: Linguagem e Identidade, na Universidade Federal do Acre. Bolsista Capes, Brasil. Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI/Ufac); Mestrado em História e Estudos Culturais (Unir, 2019); Licenciatura em Letras e suas respectivas Literaturas (Unir, 2016); Licenciatura em História (Faveni, 2020). Membra no Grupo de Estudo e Pesquisas Interdisciplinares Afro e Amazônicos (GEPIAA); Membra no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac); Membra no Grupo de Estudos e Pesquisas Culturalidades e Historicidades Africanas e da Diáspora Negra (CHADE).

A cozinha, de modo geral, foi construída como um espaço subalternizado, doméstico e feminino onde as mulheres foram silenciadas e apagadas, na submissão e subordinação dos homens (NJERI; RIBEIRO, 2019). Nesta perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar elementos relacionados à cultura alimentar quilombola, compreendendo como um dispositivo importante para ampliação de discussão onde a comensalidade seja desmistificada e valorizada na sociedade. É oportuno mencionar que existem, localizados no Vale do Guaporé, estado de Rondônia, sete quilombos, em sua maioria, situados às margens do Rio, com exceção do quilombo Jesus. Os outros quilombos estão assim nomeados: Laranjeiras, Pedras Negras, Real Forte Príncipe da Beira, Santo Antônio, Porto Rolim e Tarumã.

Em relevância à dimensão desta temática, considerando a 10.639/2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatórias a História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nos currículos de ensino, assim como a 11.947/2009 que dispõe sobre alimentação escolar, especificamente o parágrafo V, o qual estabelece o incentivo de gêneros alimentícios diversificados, preferencialmente da agricultura familiar, priorizando comunidades indígenas e quilombolas, é oportuno mencionar que a luta pela sobrevivência exigiude homens e mulheres diaspóricos, historicamente, uma (re)organização de estratégias, técnicas e preparos alimentares específicos, a depender da localização geográfica em que os quilombos foram constituídos (GOMES, 2015).

Dessa forma, o uso do pilão e do fogo são essenciais para garantir certos alimentos até o ponto de consumo, dentre eles o massaco (de banana comprida), chicha (de milho ou amendoim), paçoca (carne seca ou amendoim), biscoito de goma e bolo de arroz. Portanto, é possível interpretar que a cultura alimentar quilombola, muitas vezes tida como exótica, está relacionada ao cultivo, às coletas, às caças, às pescas e às trocas entre os núcleos familiares, sobretudo entre as mulheres. Não obstante, não se trata apenas da marginalização feminina, mas da obliteração de sua presença, seus significados, suas atividades e sua imagem (NJERI; RIBEIRO, 2019). Concluindo, compreendo a cozinha como espaço para sociabilidade e transmissão de conhecimentos (CASCUDO, 1967), nos saberes e fazeres da cultura alimentar quilombola e, portanto, a relevância da temática para discussão em outros espaços, como a instituição de ensino, objetivando a valorização da sociedade em geral e a promoção da igualdade racial.

Palavras-chaves: Lei 10.639/2003, Lei 11.947/2009, cultura alimentar Quilombola, Vale do Guaporé.

REFERÊNCIAS:

CASCUDO, Luis da Câmara. A **história da alimentação no Brasil**. Primeiro Volume. São Paulo: Campanha Editorial Nacional, 1967.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a históra da África e do negro noo Brasil de hoje?** In.: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n.62, 2015. Disponível em: *http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=405642641002* Acesso: 09 junh de 2024.

NJERI, Aza; RIBEIRO, Katiúscia. **Mulherismo Africana: práticas da diáspora brasileira**. In.: Currículo sem Fronteiras, v.19, n. 2, p. 595-608, mai/ago. 2019.

Disponível em: *https://pdfs.semanticscholar.org/2d47/dfa528d9af54df758d0cc6cce91f0afcc9e7.pdf* Acesso em: 11 junh. 2024.

PLANALTO. **Lei N. 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: *https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm* Acesso: 08 junh 2024.

PLANALTO. **Lei N. 11.947**, de 16 de junho de 2009. Disponível em: *https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm* Acesso em: 08 junh. 2024.

DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE O CRESCIMENTO DO RACISMO E PRECONCEITOS NO ESTADO DO ACRE CONTRA O CANDOMBLÉ (2020-2021)

Juliana Nascimento Da Silva

Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre, UFAC.

A diversidade religiosa no Acre é um reflexo da rica tapeçaria cultural da região, onde diferentes crenças coexistem e contribuem para a construção de uma identidade coletiva única (COSTA, 2011, p. 123). Desse modo, o choque cultural é grande, levando muitas pessoas a rejeitarem religiões que não são consideradas um religare com "Deus" ou até mesmo marginalizam por puros estereótipos sociais. É pensando nisso que consideramos importante promover um diálogo para compreender como as pessoas recebem o Candomblé e se o preconceito e racismo ainda está sendo um degrau que essa religião precisa enfrentar. O objetivo geral da pesquisa é comparar o padrão de aumento sobre racismo e preconceitos, na religião de matriz africana nos anos de 2020 e 2021 no município de Rio Branco, Acre. A metodologia desta pesquisa baseia-se na revisão de literatura e pesquisa documental a respeito do tema, orientando-se de uma análise qualitativa. O tema busca entender a questão do racismo e preconceitos que adeptos da religião do Candomblé sofrem. Como aporte teórico para esta discussão, utilizamos Albuquerque e Fraga Filho (2006) e Almeida (2019) para compreendermos como o racismo está estruturado, mesmo após a abolição da escravidão, assim como Costa (2011) e Rufino (2010) para entendermos a pluralidade religiosa, suas influências e resistências na identidade cultural brasileira. Foi através de leituras e análises que permitiram essa pesquisa perceber que o racismo e preconceito religioso continuam presentes nas religiões de matriz africana. Nesse quesito, através deste estudo, chegamos à conclusão de que ações caracterizadas como racismo religioso (NOGUEIRA, 2020) ainda se fazem bem presentes contra as religiões de matriz africana, havendo também pouca movimentação por parte do Estado na finalidade de combater essas ações racistas. O presente estudo fornece a sugestão de que mais trabalhos em torno das temáticas possam ser feitos, colocando o foco principal em como solucionar essas desavenças e ações preconceituosas, querendo um apoio maior do governo, uma voz que fala por todos e que infelizmente não tem se mostrado para as religiões afro-brasileiras. Que haja de fato uma ampliação de informações voltadas para essas religiões, de extrema importância para a história da cultura brasileira e sua formação, não sendo usado apenas com uma expressão de fé, mas também voltado para a preservação da identidade cultural.

Palavras-chave: Candomblé; Preconceito; Racismo; Acre.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio Almeida. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2019.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Centro de estudos Afros-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

COSTA, Manoel Pacífico da. **Muitos são os caminhos de Deus: um pouco de nossa história e de nossas crenças**. Rio branco: Instituto Ecumênico Fé e Política-Acre, Secretaria de Estado de Educação e Esporte, 2011.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa**. Editora Polén. São Paulo, 2020.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Editora Vozes, 2010.

DO PROFISSIONAL AO ACADÊMICO: A IMPORTÂNCIA DA MENTORIA PARA AS MULHERES NEGRAS

Beatriz Pimentel e **Danúbia Silva**

• Mestranda no Programa de Relações Étnico-Raciais (PPRER) - (2022) no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). Bacharela em Comunicação-Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR) - (2017). É bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) sob demanda social. Especialista em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus São Gonçalo (IFRJ-RJ) - (2019).

• Especialista em ESG, Governança Ambiental, Social e Corporativa (UNISE) em 2023. Extensionista do módulo teórico Gestão em Diversidade e Inclusão pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2021). Bacharela em Relações Públicas, Publicidade e Comunicação Aplicada (2020). É liderança Ceo Co-Fundadora do Projeto Ascensão Negra.

Este trabalho objetiva trazer luz à mentoria enquanto meio para que mulheres negras compreendam melhor suas próprias jornadas profissionais/acadêmicas, no sentido de que nossas construções não perpassam por uma composição linear em nossos trabalhos. Por isso, entende-se que as mentorias para estas mulheres são ferramentas estratégias de possibilidades de Promoção de Igualdade Racial.

A mentoria de carreira é uma técnica profissional que possibilita o crescimento e autodesenvolvimento de profissionais, estudantes e pesquisadores que possuem o desejo de solucionar problemas relacionados a sua jornada. A mentoria acontece de tal maneira: uma pessoa com requisitos aprimorados ensina para outra pessoa sobre como se desenvolver e organizar suas qualificações e qualidades. A partir disso, cria-se uma relação entre mentora e mentorada. Nomeamos a mentora como uma liderança especializada, porque é através dela que se cria uma organização estratégica que possibilita suas alunas a desenvolverem e destacar as experiências do setor privado, ou até mesmo aquela que atua ou pesquisa em uma área acadêmica, como em Programas de Mestrado e/ou Doutorado. Sendo assim, toda mentora assume a posição de repassar todos os seus conhecimentos obtidos ao longo de sua trajetória profissional. Quando pensamos em trajetórias profissionais e possibilidades de se fazer a mentoria de carreira, estamos falando de uma realidade distinta, que pode determinar critérios baseados em recortes de raça, gênero, orientação sexual e território. Por isso, entendemos que as disparidades existentes entre estas pessoas atravessam as barreiras que tentamos ultrapassar, seja através de nossas produções acadêmicas ou mesmo situadas em empresas privadas. Nesse sentido, substituir a palavra carreira para a palavra jornada profissional, faz muito mais sentido para mulheres negras, pensando no profissional ao acadêmico.

Este resumo tem como objetivo geral demonstrar os benefícios que mulheres negras obtêm através de mentorias, aliando aos conhecimentos adquiridos em ambientes acadêmicos/universitários. Destacaremos três objetivos específicos: visualizar as potencialidades de mulheres mentoradas; proporcionar conexão e escuta ativa entre mentora-mentorada e a criação de uma rede de afeto e apoio entre mulheres negras.

Entendo que as mentorias são ferramentas essências que possibilitam planejamento estratégico e organizacional de mulheres negras. Salientamos assim a importância de compreendermos que nossas trajetórias nunca serão iguais, pois partimos de pontos diferentes.

Nos aliamos a escritoras negras para entender que "o lixo vai falar, e numa boa" (GONZALEZ, 2020) por entendermos que mulheres negras por muito tempo foram silenciadas e violentadas, por isso, precisamos aprender a falar/escutar a nós mesmas e outras mulheres para entender as nossas particularidades. Outra reflexão importante é quando SOUZA (1983) diz que tornar-se negra/o é um processo onde devemos construir autonomia e protagonismo sobre as nossas próprias histórias. A partir disto, mulheres negras também produzem ciência, saberes e políticas, processo que enobrece a emancipação sociorracial (GOMES, 2017). Portanto, a participação de mentorias é significativa, pois pode promover a Igualdade Racial através de nossos campos de atuação, criando assim conexões espontâneas e responsáveis.

Segundo dados da Oxfam (2024), mulheres negras ganham 55% menos que homens brancos, logo, constata-se que as mentorias auxiliam as mulheres como nós a criar outras possibilidades de existência, escapando da pobreza ou até mesmo da morte. É notório os atravessamentos que acontecem na jornada de uma mulher negra que, ao longo do seu trajeto, precisam parar algum projeto ou até trabalho para cuidar da área familiar, por exemplo. Quando esse tempo é interrompido, dificilmente as instituições vão se importar qual foram os motivos dessa pausa, e na maioria das vezes desconsideram que outras habilidades ou competências essas mulheres adquiriram, mesmo fora das instituições. As mulheres que atuam por muito tempo no contexto acadêmico não são enxergadas como potencialidades e pouco tem oportunidades de migrar suas jornadas, se assim desejarem. Acreditamos no avanço e bem viver de mulheres negras. Sonhos

perdidos nunca mais.

Palavras-chaves: mentoria; mulheres negras; gênero; academia; diferenças salariais.

REFERÊNCIAS:

Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo latino-americano**. Editora: Zahar, primeira edição, 2020.

Gomes, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017

Santos, Neuza Souza. **Tornar-se negro**. As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro. Edições Graal, 1983.

ENFRENTAMENTO AO RACISMO RELIGIOSO: A LUTA POLÍTICA DO POVO DE TERREIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Larissa Silva Jorge e
Miriam Cristiane Alves

• Assistente Social, Mestra em Segurança Cidadã (UFRGS), Doutoranda em Psicologia Social e Institucional no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.
• Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia (PUCRS), Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Presidenta do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS). Diretora da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Psicanalista em formação no Instituto da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre (SBPdePA).

O racismo religioso, deflagrado e estabelecido no Brasil, expressa-se por várias formas de violência física e psicológica, com ameaças, atentados a vida de lideranças, destruição de patrimônio material e de símbolos tradicionais, perseguições que têm levado ao fechamento de comunidades tradicionais de terreiros centenários. Ou seja, territórios que expressam uma dimensão cultural, material e imaterial por meio de organizadores invariantes que constroem um comum sistema de valores, crenças e ideias desde um modo específico de observar, agir e compreender o mundo. Diante de um cenário de violências e opressões, insurge diferentes formas de resistência e de enfrentamento ao racismo religioso, especialmente em um estado em que se estima possuir cerca de trinta mil comunidades tradicionais de terreiros espalhados pelo seu território, o Rio Grande do Sul. Desta forma, a pesquisa abordará o lugar que ocupa social e historicamente a população negra no Brasil. Tendo o objetivo colocar em análise os modos de expressão do racismo religioso no estado do Rio Grande do Sul e a emergência do movimento social do povo de terreiro, uma vez que estes movimentos possuem identidade própria e são fontes geradoras de sabedoria. O caminho metodológico será trilhado na forma qualitativa, a fim de abarcar maior aprofundamento acerca dos fenômenos que cerceiam o racismo religioso.

Para dar corpo, carne, sangue e vida às narrativas que subsidiarão a discussão teórica, lançamos mão da ficcionalização de histórias de lideranças do povo de terreiro que enunciam e marcam o racismo religioso no estado do Rio Grande Sul. Para tanto, abrimos a gira epistemológica dando passagem à Sueli Carneiro, diante dos marcadores criados para racializar e subalternizar povos com cultura e expressão, à Grada Kilomba, entendendo o lugar de silenciamento daqueles(as) que vivenciam o racismo, à escrevivência de Conceição Evaristo e à fabulação crítica de Saidiya Hartman, sendo estes dois dispositivos que agenciam ficção e realidade, evocando nessas palavras pretas de matriz africana em folhas brancas ocidentocêntricas o direito à opacidade enunciado por Édouard Glissant. A categoria política Povo de Terreiro é forjada e consolidada no processo formação do Conselho do Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul, único no país, e acabou por nomear a luta e a resistência de comunidades tradicionais de matriz africana na cena pública do país. O povo de terreiro, além de lutar por seus direitos humanos e fundamentais, busca a promoção da democracia e da justiça civilizatória de matriz africana na cena pública e política do país.

Palavras-Chave: racismo, racismo religioso, povo de terreiro, movimento social, matriz africana.

REFERÊNCIAS:

ANZALDÚA, G. (2000). **"Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo"**. In: Revista Estudos feministas, ano 8, 1 sem, 2000. pp. 229-236.

BENTO, Maria Aparecida Silva. (2002). B**ranqueamento e branquitude no Brasil**. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 5-58. Disponível em: *http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e- branquitude-no-brasil.pdf*

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2013). **Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Resolução n. 466, de 12 de dezembro

de 2012. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. jun 13;150(112 Seção 1):59-62.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Cartilha dos Povos de Matriz Africana**. 2022.DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Órgão: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Portaria N. 507, de 21 de Fevereiro de 2022.

Caneiro, Sueli. 1a. ed. ZAHAR- Editora, 2023. Rio de Janeiro. ISBN 978-65-5979-096-8

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água** / Conceição Evaristo. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.116 p. : il. ; 21 cm.ISBN 978-85-347-0597-4 (Pallas Editora).

FOUCAULT, Michel. (1988). D**ireito de morte e poder sobre a vida**. História da sexualidade, 1, 125-149. Disponível em: *https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault_historia-dasexu alidade.pdf*.

GLISSANT, Édouard (2021). **Poética da Relação**. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2021.

GOHN, MARIA DA GLÓRIA (2011). **Movimentos sociais na contemporaneidade** *1 Universidade Estadual de Campinas Universidade Nove de Julho (Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais** /Saidiya Hartman ;tradução Floresta.- São Paulo: Fósforo, 2022. ISBN:978-65-89733-59-1.

MBEMBE, Achille. (2016). **Necropolítica** In: Revista do PPGAV. EBA/UFRJ, (32). Disponível em: *https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169*.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013.

ORO, Ari Pedro. **O atual campo afro-religioso gaúcho**/The contemporani Afro-American religion field in Rio Grande do Sul. Civitas Porto Alegre v. 12 n. 3 p. 556-565 set.-dez. 2012.

KILOMBA, G. (2019). **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó. 244 p.

POUPART, J. et al. (2014). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes.

SILVA, Rosane Neves (2005). **A invenção da psicologia social**. Porto Alegre: Abrapso Editora, 2021. Disponível em: *https://site.abrapso.org.br/wp- content/uploads/2022/08/a_invencao_da_psico_social.pdf*

VALLADARES, L. **Os dez mandamentos da observação participante**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [s. l.], v. 22, n. 63, p. 153–155, 2007. Disponível em: *<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102- 69092007000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>*. Acesso em: 21 mar. 2019.

Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde – Renafro Saúde, acesso em: **https://renafro.org/a-renafro-saude/**. Acessado dia 17/06/2024 às 14:00.

ESTUDOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE POSITIVA DA CRIANÇA NEGRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD 2024 PARA O INFANTIL 4-5

Solange Maxima da Silva Carvalho e **Adão Aparecido Molina**

• Mestranda do Programa Pós-graduação de Formação Docente Interdisciplinar pela Universidade Estadual do Paraná (PPIFOR/UNESPAR), graduada em Geografia pela mesma universidade e em Pedagogia pela Universidade de Jales. Professora da rede básica nos municípios de Nova Esperança–PR e Alto Paraná–PR.
• Professor Associado do Departamento de Educação da Universidade Estadual do Paraná - Campus de Paranavaí e Professor do Programa de Pós-graduação de Formação Docente Interdisciplinar da Universidade Estadual do Paraná (PPIFOR/UNESPAR).

No Brasil, o racismo ainda é insistentemente negado no discurso do brasileiro, "mas se mantém presente nos sistemas de valores que regem o comportamento da nossa sociedade, expressando-se através das mais diversas práticas sociais" (GOMES, 2005, p.148). Na percepção de Almeida (2020), no Brasil o racismo é estrutural e estruturante das relações, por isso nem as crianças estão anistiadas de sofrerem violências físicas e simbólicas perpetradas pelo racismo. Desse modo, desde pequenas, pessoas negras estão sujeitas a sofrerem com o racismo, em especial no ambiente escolar. Por essa razão, faz-se necessário analisar se as práticas educacionais contribuem para uma educação antirracista, que, na visão de Cavalleiro (2000), possibilitam a promoção da consciência crítica, valoriza a diversi-

dade, desconstrói estereótipos e capacita a ação coletiva contra discriminação racial. Não obstante, pode contribuir para a construção da identidade positiva da criança. Uma vez que, a educação é um processo amplo e complexo da construção de saberes culturais e sociais, e é na educação infantil que, de acordo com Lima (2005), são formulados os primeiros embriões dos valores humanos. Assim, esse trabalho é parte da pesquisa que está em andamento no Programa de Mestrado: Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR) da UNESPAR, tendo como campo de discussão a importância da representatividade positiva da cultura afro-brasileira na educação infantil, conforme determina a Lei 10.639/2003. Para esta análise propomos uma investigação das práticas educacionais voltadas para a promoção da diversidade cultural e étnico-racial na educação infantil, utilizando como objetos de estudo os livros didáticos distribuídos para os Centros de Educação Infantil em Paranavaí-Paraná, no ano de 2024, pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). As discussões serão fundamentadas na abordagem teórica da psicologia histórico-cultural de Vygotsky, que destaca a influência das interações sociais e culturais no desenvolvimento infantil. A metodologia adotada será de revisão bibliográfica e de análise documental, com enfoque qualitativo, visando a compreender a presença e a qualidade dos conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira nos materiais didáticos educacionais. A educação infantil é de extrema importância para a construção dos valores humanos, por essa razão, a fim de combater o racismo estrutural da nossa sociedade, faz-se necessário incluir referências étnico-culturais positivas na formação das crianças, especialmente das afrodescendentes. Todavia, nos deparamos com o despreparo dos profissionais da educação para lidar com a diversidade étnico-racial e a importância de práticas pedagógicas antirracistas. Assim, essa pesquisa busca contribuir para o reconhecimento e a valorização da identidade das crianças negras, promovendo a inclusão e a igualdade no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Infantil, Lei n.10.639/03, racismo na infância

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Educação e Poder; racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil**. São Paulo: Summus, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação**. In. KABENGELE, Munanga (Org.). Alfabetização e diversidade. Brasília: MEC/SEC, 2005.

LIMA, Heloisa Pires. **Personagens Negros: Um breve Perfil na Literatura Infanto- Juvenil**. In. Superando o Racismo na escola. 2. ed. KABENGELE, Munanga (Org.). Alfabetização e diversidade. Brasília: MEC/SEC, 2005.

FESTA CULTURAL: DECOLONIALIDADE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Ana Paula da Silva, Clarice Martins de Souza Batista e **Marilia Costa Jordão**

• Professora da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba. Mestre em Educação pela UFPR. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Tecnologias e Linguagens (GEPETEL/UFPR).
• Professora da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba. Doutora em Educação pela UFPR. Professora pedagoga – SEED/PR. Professora da Rede Inesul. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação das Relações étnico-raciais (ERÊYÁ/UFPR).
• Professora da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba. Pedagoga pela FALEC. Pós-graduada em Educação Especial com ênfase em Inclusão pela PUCPR.

Nos espaços de trabalhos em escolas públicas como professoras antirracistas e que prezam pela educação em direitos humanos ocorrem práticas pedagógicas que envolvem estudantes, pais, familiares e toda comunidade escolar e neste ínterim está o diferencial deste relato de experiência, no qual unindo ações e percepções de três professoras na Escola Municipal Anísio Teixeira, localizada em Curitiba, estado do Paraná trazemos percepções acerca do trabalho desenvolvido desde o planejamento até a vivência de uma Festa Cultural perpassada pela valorização dos povos que constituíram e contribuíram para a formação do povo brasileiro em um processo de (re)descobrimento do Brasil.

Toda a comunidade escolar se envolveu com a organização de tempos e espaços escolares em ações que tiveram como foco realizar práticas que problematizaram o currículo eurocêntrico e, portanto, colonizador, que historicamente se apresenta e é naturalizado na educação brasileira. As atividades culminaram em uma festa cultural construída ao longo de três meses que envolveu os familiares e os/as estudantes da escola. Em um envolvimento coletivo, anualmente a escola vem realizando uma festa cultural que neste ano chegou a sétima edição, festa que surgiu de uma inquieta-

ção sobre a necessidade de efetivação do ensino laico, assim a Festa Cultural substituiu a festa junina que, tradicionalmente, homenageia santos da religião católica e passa a se constituir enquanto tema gerador. Neste ano de 2024 houve um diferencial, pois nas festas desenvolvidas até então - Região Nordeste, Região Sul, Região Sudeste, Região Centro-Oeste, Bairro Atuba - os aspectos geográficos se destacavam, ao refletir sobre o "descobrimento" do Brasil sob o olhar dos povos originários.

As pesquisas, atividades, práticas e conhecimentos construídos se aprofundaram também em aspectos histórico-culturais. Práticas estas que tiveram como suporte teórico autores como Nilma Lino Gomes (2010) e Silvio Almeida (2020), Grada Kilomba (2016) e também os marcos legais como as legislações 10.639/03 e 11.645/08. Somos professoras com vínculo junto à Secretaria Municipal de Educação (SME). A escola em que trabalhamos se localiza na região periférica no município de Curitiba, divisa com o município de Colombo, com estudantes filhos de pais trabalhadores assalariados, inclusive com pais que não puderam estudar na idade certa, para atender este público a escola oferece no período noturno a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na qual temos pais de estudantes que frequentam esta modalidade de ensino. Somos diversos, tanto quanto às representatividades das crianças quanto na representação de profissionais da educação. Esta diversidade precisa ser conhecida e respeitada. Nossas práticas ocorreram na Educação Matemática, no Espaço Maker e na orientação pedagógica e suporte administrativo pela direção e vice direção de escola. As ações proporcionaram o conhecimento e a construção de saberes que valorizaram a cultura indígena e afro-brasileira. Concluímos que desenvolver práticas que reflitam e revisitem a história disseminada e aprendida nos livros é um passo importante para o desenvolvimento da criticidade e a mudança de atitudes em busca de uma sociedade equânime. Destacamos o entusiasmo e a alegria das famílias ao verem seus filhos e filhas se vendo, participando e interagindo com os trabalhos que estavam expostos nas paredes e suportes nos corredores e salas da escola. Parafraseando Angela Davis (2016), que afirma que "quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela", registramos que quando uma equipe escolar se movimenta em direção a educação antirracista, a comunidade local se movimenta junto com ela.

Palavras-chave: educação pública; educação antirracista; festa cultural; comunidade escolar.

REFERÊNCIAS:

DAVIS, A.. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

GOMES, N. L. **Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira**. In: SOUSA-SANTOS, B.; MENESES, M. P. (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba**. 2016. Tradução: Jessica Oliveira. Disponível em: *http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf*. Acessado em: 6 de junho de 2017.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CANDEIAS – BA

Gabriele de Jesus Batista

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bolsista CAPES. Licenciada em pedagogia e Bacharela em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Africana (UNILAB- Campus dos Malês). Pesquisadora do Grupo de estudos e Pesquisa em (Multi) Letramentos, Educação e Tecnologias (GEPLET UEFS), e da Linha 2 (Educação, Diversidade, Diferença e Desigualdade Social) do grupo de Estudo, Extensão e Pesquisa Interdisciplinares em Linguagem e Sociedade (GEPILIS- UNILAB).

A alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394/1996, por meio da Lei n. 10.639/2003, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, tanto públicos quanto privados, de todo o país. No entanto, o texto da referida Lei apresenta limitações significativas ao não estender essa obrigatoriedade a todas as modalidades de ensino, incluindo a Educação Infantil (EI). Por outro lado, a Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004, juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a sua implementação, amplia essa abrangência. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reconhecem a necessidade do ensino desta temática ao estabelecer que a EI deve contemplar a diversidade étnico-racial e a valorização das culturas africanas e afro-brasileiras. Diante disso, consideramos a prática pedagógica da professora e do professor como fundamentais para que este ensino aconteça nas salas de aula desta modalidade de ensino, pois, assim como Cavalleiro (2001), percebemos

essas e esses como fortes aliadas/os para formar cidadãs e cidadãos livres do sentimento do racismo. É a partir deste entendimento que a presente pesquisa de mestrado toma como objeto "a prática pedagógica de professoras e professores da Educação Infantil do município de Candeias-BA para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana".

A pesquisa busca responder a seguinte questão: de que maneira as práticas pedagógicas de professoras e professores do Centro de Educação Gisella Tygel de Candeias-BA têm contemplado o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana? A análise tem como objetivo geral compreender como se dá a inserção de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na prática pedagógica e, de forma específica, identificar a percepção das e dos docentes da escola quanto à relevância do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim como perceber o processo em que vêm ocorrendo as práticas pedagógicas da escola acerca do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em sala de aula e analisar como o Projeto Político Pedagógico da instituição contempla o ensino desse conteúdo.

A pesquisa é qualitativa, ancora-se no estudo de caso e se embasa no ensaio etnográfico. Para geração dos dados, tem-se utilizado entrevistas semiestruturadas, observação participante, análise do Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Gisella Tygel e questionário de perfil. As colaboradoras da pesquisa são 2 professoras, 2 auxiliares de classe do grupo 05 de EI e 03 integrantes da equipe gestora da escola supracitada.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa fundamenta-se nos conceitos de "raça e racismo", voltando-se especificamente para como estes permeiam a EI; explora-se também o objeto deste estudo, assim como aborda-se a legislação que fundamenta essas práticas pedagógicas em sala de aula, destacando a relevância desta temática nas turmas de educação infantil.

A presente pesquisa encontra-se em andamento. A mesma visa contribuir para a visibilização de práticas pedagógicas voltadas para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Infantil, nas produções acadêmicas, assim como contribuir com outros trabalhos que versam sobre a temática.

Palavras-chave: Educação Infantil, Lei.10.639/2003, Educação e Relações Étnico-Raciais, Prática Pedagógica.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2003.

Educação Anti-Racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e Ante-Racismo na Educação: repensando nossa escola. São Paulo: Sumus, 2001.

HISTÓRIAS DE VIDA E CONDIÇÕES DE TRABALHO DE MULHERES NEGRAS QUE ATUAM NOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E NO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Sulamita Rosa da Silva e **Teresa Cristina R. Rego de Moraes**

• Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Professora da Universidade Federal do Acre (Ufac).
• Doutora em Psicologia da Educação. Professora Titular da Faculdade de Educação da USP (FEUSP).

O contexto da escravidão, aliado as discriminações raciais, de gênero e de classe contribuíram para que alguns lugares sociais fossem naturalizados a realidade das mulheres negras, como, por exemplo, o lugar de trabalhadoras domésticas e o de babás (EUCLIDES, 2017). Essas opressões estruturais de modo interseccional, se reverberam também nas comunidades escolares, no qual são visualizadas a presença maior de mulheres negras, isto é, pretas e pardas, como merendeiras e serventes nos estabelecimentos de ensino (CHAVES, 1998).

Pensando no contexto acadêmico, no que tange ao lugar das mulheres negras na universidade, essa tese de doutorado em andamento tem como objeto: as histórias de vida e as experiências cotidianas de trabalho de mulheres negras que atuam na limpeza da Universidade Federal do Acre e na cozinha do Restaurante Universitário da instituição citada. O objetivo geral é conhecer as trajetórias dessas mulheres na universidade, revelando as relações de trabalho e a importância da presença dessas trabalhadoras para o campo da educação.

Como metodologia, esse estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e pesquisa de campo, tendo como instrumento de coleta de dados as entrevistas abertas, buscando

descrever as percepções das entrevistadas sobre suas autobiografias, experiências profissionais, rotina de trabalho dentro da universidade e desafios enquanto mulheres negras. Como referencial teórico, esse estudo tem como base as contribuições de González (2018), Collins (2019), Silveira (2016) dentre outras autoras e autores que discutem sobre raça, gênero e a presença de mulheres negras como merendeiras e serventes nas escolas e nas universidades públicas.

Como resultados parciais, os contatos com as trabalhadoras ainda estão acontecendo, no qual sete mulheres até o momento foram entrevistadas, e apenas duas destas revelaram de modo nítido que sofreram racismo dentro da universidade. É válido ressaltar que apenas uma das entrevistadas é do quadro efetivo, sendo as demais terceirizadas. Quanto às demais entrevistadas, as que trabalham como serventes na limpeza do campus falaram sobre os desafios do seu cotidiano no tocante à sujeira dos banheiros, aos esforços físicos rotineiros e ao cansaço que sentem. Não obstante, as participantes que trabalham no Restaurante Universitário, em sua maioria, demonstraram maiores resistências em apresentar os desafios em relação ao seu cotidiano de trabalho, até o momento da presente pesquisa.

Conclui-se que esses dados preliminares, notabilizam a relação entre as formas de silêncio com o fenômeno da terceirização, aliada ao capitalismo e ao racismo, reverberando-se no cotidiano de mulheres negras e pobres nas universidades e na sociedade brasileira.

Palavras-chaves: mulheres negras, terceirização, universidade.

REFERÊNCIAS:

CHAVES, Fátima Machado. **Outros olhares em escolas públicas: as relações sociais de trabalho pela ótica das merendeiras e serventes**. Trabalho e Educação, Belo Horizonte, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. **Epistemologia feminista negra**. In: COSTA, Bernardino Joaze; TORRES, Maldonado Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas**, Tese (doutorado), Universidade Federal do Ceará, 2017.

GONZÁLEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia González em primeira pessoa. São Paulo. Diáspora Africana: Editora Filhos da África., 2018.

SILVEIRA, Amanda Mariana et al. **Trabalho e terceirização: contexto dos serviços de limpeza na Faculdade de Direito e Ciências do Estado - UFMG**. Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 187–211, 2016. DOI: 10.35699/2525-8036.2016.5002. Disponível em: *https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e5002*. Acesso em: 31 dez. 2022.

MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA

Alessandra Moreira Aloisio

Bacharel em Direito, Mestra em Ciência,Tecnologia e Sociedade - IFPR.

No âmbito político, as mulheres negras desempenham um papel crucial, combatendo a discriminação e buscando uma representação igual. Por exemplo, no Brasil, sua presença na política cresceu, contudo ainda enfrentam obstáculos como racismo e sexismo. Apesar disso, as mulheres negras têm ocupado posições importantes, como vereadoras, deputadas, senadoras e presidentas, possuindo contribuições significativas para o debate público, enfrentando a violência contra mulheres, as desigualdades sociais e atuando fortemente no combate ao racismo. A importância de demonstrar a desigualdade racial no Brasil e principalmente no meio político foi um fator primordial para essa pesquisa ser realizada, o tema abordado é discutido sempre e aparentemente nada acontece, a única mudança é o nome dos atores envolvidos, as vítimas e os locais de acontecimentos. O tema da inclusão racial hoje está sendo bem discutido pelo fato das pessoas estarem cansadas de tantas injustiças e ódio, as pessoas que sofrem preconceito não estão ficando caladas, estão enxergando o racismo que antes era escondido, velado, não tão perceptivo como hoje. Sabemos que a melhor maneira de conscientização desse problema social é a orientação das famílias, pois a educação vem de casa e isso deve ser pauta dos pais para os filhos, assim as crianças chegam à escola com uma forma diferente de visão das diferenças sociais e de gênero da vida. "A possibilidade de construir uma identidade negra, tarefa eminentemente política, exige como condição imprescindível a contestação do modelo advindo das figuras primarias - pais ou substituto" (Neusa, 2008 p. 88).

A participação da mulher negra brasileira é de extrema importância para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa, uma vez que representa uma parte significativa da população que há muito é marginalizada e excluída do processo político. Apesar

de todos os desafios, as mulheres negras veem lutando muito para garantir seus direitos de participação nos poderes legislativo e executivo. Levantamentos do IBGE (2020) validam que são poucos os municípios que elegem mulheres negras ou pardas para prefeituras e câmaras de vereadores, a grande maioria são homens. Em uma pirâmide de escalas, os homens brancos estão no topo, em segundo vêm mulheres brancas, em terceiro homens negros e pardos e por último entram as mulheres negras. Assim, nas últimas décadas tem se implementado políticas de inclusões raciais e ações afirmativas em todo o país, levando a constatação de que as mudanças do pensamento podem acontecer dentro de casa já na primeira infância, desde cedo mudando a forma de enxergar o outro da criança, com orientação dos pais a respeitar as diferenças ao próximo. "A educação é a única arma com que se pode lutar contra a pobreza e o preconceito" (Grange, 2015, p. 110).

Na pesquisa inicial foram realizadas algumas buscas em importantes meios de informação relacionados à inclusão de mulheres negras na política. O tema abordado é polêmico e chama muito a atenção, pelo fato da grande desigualdade. Étnica nos poderes legislativo e executivo de todo o Brasil e principalmente de gênero que aos poucos vêm demonstrando mudanças significativas.

Palavras-chave: Mulheres. Negras. Política. Inclusão racial.

REFERÊNCIAS:

GRANGE, Z. **Bom dia Sr. Mandela**. São Paulo. Editora: Novo conceito. 2015.p. 10.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Representação política.** Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n 41. Rio de janeiro: 2020. Disponível em: *<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>*. Acesso em: 14 de novembro 2020.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **A violência política contra mulheres negras**. Disponível em: *<https://www.violenciapolitica.org>*. Acesso em: 25 de setembro 2020.

SOUZA, N.S. **Torna- se negro**. Rio de janeiro, 2008.p.88.

O CAMINHO RESPEITOSO DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: NOS PROCESSOS EDUCATIVOS PROMOVENDO DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EJA EM JOINVILLE, SC

Natalia Souza Pereira, Carine Maria Cabral Costa e **Bruna Moraes Battistelli**

- Licenciada em Letras pela UNIVILLE. Representante Quilombola dentro do MN – Maria Laura.
- Pedagoga. Especialista em Psicopedagogia e Educação Digital. Componente de pesquisa no NEAB de Florianópolis e mestranda do curso de pós-graduação em Educação pela UFPR.
- Psicóloga. Mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional.

A educação quilombola no Brasil é uma dimensão fundamental na construção de uma sociedade que reconhece e valoriza a diversidade cultural e histórica das comunidades afro-brasileiras, conforme as diretrizes Nacionais Operacionais para Qualidade das Escolas Quilombolas, relato de Suely Melo de Castro Menezes (2011). Historicamente marginalizadas, as comunidades quilombolas possuem uma rica herança cultural que deve ser preservada e transmitida às novas gerações. Gabriela Almeida relata em seu artigo das Comunidades Quilombolas o entendimento e importância desta rica herança. A formação de professores capacitados para atender às especificidades dessas comunidades é crucial para promover uma educação que respeite e valorize suas tradições, conhecimentos e histórias.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel significativo nesse contexto, especialmente em cidades como Joinville, Santa Catarina, onde há uma presença notável de comunidades quilombolas. No entanto, a EJA enfrenta desafios específicos, incluindo altas taxas de evasão escolar e a necessidade de práticas pedagógicas que realmente considerem a diversidade cultural e promovam a educação antirracista (IMAP, 2023).

A Lei Federal N. 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, é um marco importante nesse esforço. No entanto, sua implementação ainda enfrenta resistência, especialmente em regiões onde a influência europeia é historicamente mais valorizada.

Este projeto de pesquisa visa descrever, analisar e interpretar processos educativos demandados pela Lei 10.639/2003, sobre a educação Quilombola, promovendo diversidade, a inclusão e fomentando a educação antirracista na EJA na cidade de Joinville - SC.

O projeto tem a perspectiva de abordar os seguintes temas principais: a importância da formação de professores para a educação quilombola, a situação atual da EJA em Joinville, as estratégias pedagógicas inclusivas e antirracistas e a implementação da Lei N. 10.639/2003. Através de uma análise crítica e fundamentada em fontes documentais e entrevistas com educadores e gestores das comunidades quilombolas, este estudo pretende contribuir para a construção de uma educação mais justa e inclusiva, que reconheça e celebre a riqueza da diversidade cultural brasileira e sagrada.

Palavras-chave: formação de professores; processos educativos; educação quilombola; diversidade; educação antirracista.

REFERÊNCIAS:

IMAP (2023). **Relatório sobre a EJA em Comunidades Quilombolas**. Instituto Municipal de Administração Pública.

MENEZES, S. M. de C. (2011). **Diretrizes Nacionais Operacionais para Qualidade das Escolas Quilombolas**. Ministério da Educação.

O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: TRAJETÓRIA E FORMULAÇÃO DA LEI 10.639/03 COMO BASE PARA UMA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

Caroline Fortunato

Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná

A trajetória da Lei n. 10.639/03 retrata um importante período na história da luta contra a desigualdade étnico-racial no Brasil. Conforme uma justificativa apresentada na Câmara dos Deputados (1999)1 ao longo dos debates que subsidiaram a proposta de lei, a importância e a urgência na desmistificação do eurocentrismo no Brasil, por meio da construção da Lei n. 10.639/03, precisa ser entendida como parte de um movimento de longa data que possibilitou novos olhares e ações no sentido de se propor um repensar acerca do modelo de sociedade em que não apenas os brancos "existiram", como muitos livros de história insistiram em argumentar ou em ignorar o papel e os lugares ocupados por uma massiva população negra no Brasil ao longo de séculos.

Tendo como objetivo reconstituir o percurso da construção da Lei 10.369/03, procurando resgatar sua trajetória temporal e identificar como ocorreu a sua formulação, propõe-se a realizar uma contextualização acerca da participação do Movimento Negro e outros atores envolvidos na política interna do Brasil no período prévio à promulgação da Lei 10.639/2003. Assim, faz-se importante identificar quais foram os atores de coalizão de defesa relevantes e que estiveram presentes ao longo do processo de criação da Lei. Ainda realizar uma reconstituição da trajetória temporal e identificar como ocorreu o processo da formulação da Lei 10.639/03.

Constatou-se que a lei e suas diretrizes elaboradas e implementadas não podem ser vistas apenas com o intuito de se inserir o conteúdo de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras. Elas devem ser compreendidas como um instrumento que, ao permitir discutir e falar sobre cultura e história afro-brasileira e africana, contribui para reparar as desigualdades sofridas pela população negra que ainda padece de exclusão social e desigualdade econômica no Brasil.

Para nortear a pesquisa, busca-se responder: como se deu o processo de formulação da Lei 10.639/2003? Para tanto, utilizamos a abordagem qualitativa com pesquisa descritiva de documentos do Legislativo, o Projeto de Lei n. 299/1999, a própria Lei 10.639/2003 e a Declaração de Durban. Como ferramenta metodológica, a dissertação se utilizou da pesquisa documental.

Para compreender o processo de elaboração da Lei 10.639/2003, utilizou-se o papel de atores-chave com base no Modelo de Coalizão de Defesa. A criação e promulgação da lei foram viabilizadas graças ao engajamento de atores-chave, como o Movimento Negro e a Conferência de Durban.

O Movimento Negro vem sendo, desde os anos 2000, um destaque como sujeito político, possibilitando debates e mudanças em diversos setores, inclusive no governo. Como traz Gomes (2011), essa luta obteve resultados positivos "como, por exemplo, o processo de implementação de políticas e práticas de ações afirmativas voltadas para população negra" (GOMES, 2011, p. 135). Assim como o Movimento Negro, a Conferência de Durban foi um dos atores-chave no processo de criação da Lei 10.639/2003. A Declaração resultante da Conferência foi assinada pelos diversos países presentes, bem como pelo Brasil com a promulgação da Lei n. 10.639 (BRASIL, 2003), tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira.

Sabe-se que a luta contra a desigualdade racial brasileira não foi solucionada com a criação da lei 10.639/03. Porém, o movimento que proporcionou a sua homologação demonstra que o recontar da his-

tória que destaque e inclua o papel e mazelas enfrentadas pelo povo negro importa e deve ser uma ação permanente que fortaleça a luta contra o racismo, o qual ainda perdura de forma estruturante no país.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <Página Inicial — Planalto (*www.gov.br*)>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Projeto de Lei n. 259**, de 1999.

GOMES, Nilma. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Política & Sociedade. Volume 10- N. 18- abril de 2011.

O PAPEL DO PLANAPIR NAS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA

Sandra Maria dos Anjos

Graduanda de Educação Fisica pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

O projeto trata-se de um resumo da análise crítica às políticas e programas de atenção à saúde integral da população negra segundo objetivos do Planapir. O objetivo foi identificar, sistematizar e analisar criticamente as políticas, programas e ações de promoção da equidade racial étnica em saúde numa perspectiva de gênero e faixa etária, oferecendo subsídios para o debate sobre a construção de uma matriz de indicadores e um modelo de monitoramento a serem utilizados pelo Comitê de Articulação e Monitoramento (CAM) na análise das políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil. O plano previa, além das ações dirigidas à população negra urbana, aquelas voltadas às comunidades de quilombos, povos indígenas, comunidades de terreiro e à juventude, bem como a elaboração de recomendações e indicadores para apoiar o CAM na composição de uma monitoria do Plano Nacional de Promoção de Igualdade Racial (Planapir). Nesse sentido, os dados obtidos mostraram relação com a presença da temática "Saúde da População Negra" nas políticas de saúde e considerando os avanços e desafios em direção à equidade. Se discutirá a importância de garantir a presença da temática racial em documentos estratégicos de gestão da saúde, com metas diferenciadas para a redução das iniquidades raciais

Os instrumentos usados foram os indicadores sociais, que são índices, números, percentuais ou informações quantitativas ou qualitativas, criados para observar e medir algumas realidades. Esse instrumento permite que o estado planeje as políticas e direcione recursos e esforços com base em alguns conhecimentos da realidade na qual se quer intervir. A observação sistemática desses indicadores ao longo do tempo possibilita ao Estado (bem como à sociedade civil interessada) avaliar impacto de suas políticas na realidade atual.

No caso da saúde, os indicadores se converteram em importantes ferramentas já que oferecem dados confiáveis para a tomada de decisão e gestão baseada em evidências, bem como do desempenho do sistema de saúde. A construção de um indicador é um processo complexo e pode variar, desde a simples contagem direta de casos de terminada doença até o cálculo de proporções, razões, taxas ou índices mais sofisticados, como a esperança de vida ao nascer (Ripsa, 2002). O Sistema Único de Saúde desenvolveu diversos indicadores que hoje são importantes para o planejamento e gestão da saúde, agrupados em cinco subconjuntos temáticos - demográficos, socioeconômicos, mortalidade, morbidade e fatores de risco, recursos e cobertura. Muito além de medir desigualdade, os indicadores mostram quando existem disposição e condições políticas, econômicas e sociais para tal.

O racismo é uma poderosa ideologia que orienta comportamentos e desigualdades. Seu impacto pode ser medido por vários indicadores sociais, desde que os sistemas de informações estejam adequados para mensurar e comparar as diferenças. O racismo impacta a saúde da população negra, mas sobre tudo, evidência a ausência de ações governamentais orientadas para o enfrentamento, seja pela "cegueira institucional" (LOPES, 2005), seja pela reprodução cenário - do racismo no cotidiano do setor da saúde – que contribui para a permanência e o agravamento das iniquidades, configurando o racismo institucional. O mesmo pode ser definido como o fracasso coletivo das organizações e instituições em promover um serviço adequado às pessoas devido a sua cor, cultura, raça ou etnia.

A presente análise não prometeu aprofundar de forma exaustiva as políticas de promoção da equidade racial em saúde, mas buscar um olhar que subsidiasse a proposição de indicadores e instituições de sistemas de monitoramento para um melhor atendimento de forma geral em todos os ambientes da saúde pública.

Palavras-chaves: equidade; população; indicadores; saúde; negra.

REFERÊNCIAS:

CARNEIRO, F. **Nossos passos vêm de longe**. In: WERNECK,); MENDONÇA S WHITE, EC (orgs.). O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe, Rio de lanero. Pailas Criola, 2000.p. 22-41.

CUNHA, E M.G.P.da. **Mortalidade infantil por raça/cor**. In: BATISTA, LE.: KALCKMANN,S (org.). I Seminário Saúde da População Negra de São Paulo - 2004. São Paulo: Instituto de 2005.

IACCOUD, L **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial**. In: THEODORO, M. et al. (org.). As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008

OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS OLHARES SOBRE AS POSSIBILIDADES DAS MATERIALIDADES QUE CONTEMPLAM AS CRIANÇAS NEGRAS

Marli de Fátima dos Santos de Quadros

• Graduada em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa-FAEL, com especialização em Educação Especial e Inclusiva e Metodologia da Arte, ambas pela Uninter; especialista em Autismo com base no modelo de Ensino estruturado pela Polis Civitas.

Em uma unidade de ensino de Educação Infantil é onde as crianças começam a se perceber pertencentes àquele lugar ou com aquelas pessoas que ali estão. Por isso, é importante que as práticas pedagógicas contemplem a diversidade de forma positiva, oferecendo às crianças referências positivas a respeito de todos os povos e culturas.

Atuando na Educação há dezoito anos, tenho observado as dificuldades enfrentadas no que tange as questões étnico-raciais em diversos níveis, desde a formação continuada do professor até a organização dos espaços e materiais ofertados para as crianças. Embora a Lei 10.639/2003 já tenha mais de vinte anos, há muito o que percorrer sobre essa temática que emerge dentro das instituições de ensino. Por isso, o objetivo deste trabalho é apresentar algumas materialidades que contemplam crianças negras e que fazem parte das práticas desenvolvidas em um Centro Municipal de Educação Infantil de São José dos Pinhais.

A abordagem utilizada é a qualitativa, tendo em vista que esta forma de pesquisa é utilizada nas ciências humanas, como na educação, por permitir a análise dos dados coletados para além da mera observação deles, ou seja, poderão ser observadas as nuances subjetivas descritas pelos pesquisados. A partir das práticas realizadas, foi feita a análise dos dados, possibilitando algumas conclusões. Dentre as práticas, destacam-se: a confecção de bonecas negras com os/as profissionais da Unidade de Ensino, com as famílias e com as crianças da turma do Pré II e a leitura do livro "Cada um com seu jeito, cada jeito é de um", da autora Lucimar Rosa Dias.

No intuito de referenciar práticas que contemplem a diversidade étnico-racial, evitando trabalhar apenas em dias de alusão a datas específicas, como por exemplo o dia da Consciência Negra, ou mesmo de forma pulverizada, foram acessados alguns referenciais teóricos. Entre eles estão DIAS (2007); legislações como a 10639/2003 e o Parecer 20/2009; GOMES e SOUZA (2023), etc.

Como parte dos resultados da realização destas práticas que contemplam as materialidades, se destacam a sensibilização das profissionais da unidade e das famílias em relação à temática, considerando o fato de existir pouquíssimos materiais que contemplem a diversidade étnico racial de forma positiva na unidade em que as ações foram realizadas. Lá, o assunto não é pauta de formação continuada das profissionais, isto é, professoras, educadoras e equipe diretiva-pedagógica. Com a iniciativa do projeto, foi possibilitada à elas a oportunidade de produzir bonecas diversas; as famílias se sentiram acolhidas; as crianças brincaram com bonecas que representam a diversidade de forma positiva e sem estereótipo, tanto meninos quanto meninas; o livro de literatura foi entendido como uma das materialidades possíveis para que as crianças tivessem contato com personagens negros em situação de protagonismo e mostraram-se felizes em participar das propostas.

Assim, conclui-se que a organização dos espaços na instituição deve trazer materialidades que contemplem também as crianças negras, pois muitas vezes estas não são representadas nos brinquedos, na literatura, nas imagens, fazendo com que não se sintam pertencentes a este espaço, bem como envolver a comunidade CMEI para que possam emergir nas práticas a valorização e o respeito a todos os tipos de diferenças.

Palavras-chaves: educação infantil; diversidade étnico-racial; materialidades.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: *https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm*. Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer 20/2009**. Disponível em: *http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf*. Acesso em: 5 jul. 2024.

DIAS, Lucimar Rosa. **No fio do horizonte: educação da primeira infância e o combate ao racismo**. 2007. 321 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, Cleidiane Colins; SOUZA, Mariana Silva. **Entre risos e afetos: meninos negros na literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira para crianças, desde bebês**. Revista Interinstitucional Artes de Educar, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 452–468, 2023. DOI: 10.12957/riae.2023.73462. Disponível em: *https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/73462*. Acesso em: 5 jul. 2024.

PEDAGOGIAS DA CIRCULARIDADE E O ENSINO DE LITERATURA: POR UMA EDUCAÇÃO EXUÍSTICA

Zima Nzinga de Lima França

Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Acre (UFAC), Pós-graduada em Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena (UFAC), Mestranda em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

O presente tema foi realizado como Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, objetivando-se na experiência de ensino decolonial a partir das respectivas literaturas de cada grupo e/ou povo supracitado. Centrado na seleção de representantes para cada qual, priorizou-se um panorama com autores pouco falados ou disseminados na contemporaneidade, seja dentro ou fora das academias brasileiras. Logo, não foi estabelecido como marco teórico a estratégia colonial da homogeneidade, que dissolve singularidades e particularidades de cada escrita e compactua com a hegemonia política construída pela brancura nos últimos séculos. Prioritariamente, estabeleceu-se um método de ensino literário fomentado a partir das leituras e ensinagens preconizadas em *Pedagogia da Circularidade: Ensinagens de Terreiro (2021)* do professor e pesquisador Tássio Ferreira. A partir das metodologias ancestrais e afro-diaspóricas, ao tratar-se do conhecimento, das trocas de experiências, da partilha e coletividade, busca-se caminhar numa encruzilhada que firma-se na sócio-discursividade do texto, seus atravessamentos históricos, culturais e interseccionalidades. Evoca-se, portanto, o orixá iorubano Exu como base epistemológica/ética/política na estratégia de contrapor-se ao ensino colonizador vigente na realidade brasileira (RUFINO, 2019), posto que o projeto colonial construído e experienciado na contemporaneidade é composto pelo próprio sistema político, econômico e educacional que o gera, retroalimentando-se. A chave para a revolução e completa destruição, jamais manutenção, da estrutura da qual vivenciamos, mostra-se discursivamente potencializada por meio da palavra, da comunicação, da(s) linguagem(s). Os caminhos abertos nesta, permitirão outras encruzilhadas do saber, transdisciplinares e ancestrais, caminhadas de modo a enunciar outros mundos e realidades, para além daquelas forjadas na brancura e dor. Deste modo, especificamente deve-se compreender a diversidade linguística e as múltiplas linguagens, suas características, recortes e atores dessas literaturas, de modo a estabelecer a territorialidade diaspórica como forma de entendimento literário, atendo-se à tradição oral nas literaturas indígena e afro-brasileira.

Em "Pedagogia da circularidade" (2021), o autor Tássio Ferreira evidencia o quanto a instituição "escola" é tomada por ritmos e fluxos de permanência colonial ao desconsiderar a horizontalidade como prática de ensino. Isto é, a constante verticalização do ambiente escolar coopera para a perpetuação da lógica colonizadora como sendo a única forma e produção de saber. Contrapondo-se ao cartesianismo ocidental, prioriza-se as *ensinagens* em detrimento do *ensino* e *aprendizagem*. O primeiro, compromete-se com a responsabilização de cada sujeito para com seu trajeto, selecionando experiências para a sua formação e caminho traçado pelo orí. O segundo, parte da premissa da qual o discente, forjado como ausente de saber, apreende passivamente somente aquilo que é permitido pelo seu mestre. A retomada por uma *educação exuística* deve ser vista como uma encruzilhada. Evoca-se também a imagem das ruas, pois é nestas que se percebe a permanência de entrecruzamentos de caminhos abertos. É nelas que podemos realizar o abandono, jamais o esquecimento, de tudo aquilo que

não nos pertence, das mitologias inventadas em processos de outremização (MORRISON, 2019, p. 43). Somente neste território fértil haverá espaço para os ensinamentos e trocas acerca dos processos educativos que ainda atravessam a realidade brasileira, ao considerar marcadores como gênero e raça. É apenas considerando as subjetividades dos sujeitos/indivíduos envolvidos discursivamente dentro do espaço-tempo que nele residem que a educação se tornará essencialmente emancipatória, revolucionária e política. Reforçando suas trajetórias, percursos e caminhos, o ser aprendiz também participa da construção exuística. Uma encruzilhada jamais é formada por apenas um sentido, ela sempre será mais que dística, dialogal, múltipla. Este apresenta-se como um dos caminhos abertos para uma educação transdisciplinar e epistemologicamente exuística. Tais ensinagens atravessam o texto literário diaspórico e suas discursividades, suas possibilidades contemplativas e desdobramentos políticos, históricos e culturais. *Laroyê, Esú!*

Palavras-chaves: educação; encruzilhada; exu; cultura bantu; ensinagens.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECADI/MEC, out. 2004.

BRASIL. **Documento Curricular Referencial da Bahia para o ensino médio (v. 2)** / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. **Tornar-se Imensurável: o mito Negro Brasileiro e as estéticas macumbeiras na Clínica da Efemeridade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo: 2021.

FERREIRA, Tássio. **Pedagogia da Circularidade: fundamentos de ensino inspirados no Unzó ia Kisimbi ria Maza Nzambi**. Revista Teias, [S. l.], v. 21, n. 62, p. 64–77, 2020. DOI: 10.12957/teias.2020.49511. Disponível em: *https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/49511*. Acesso em: 06 jan. 2024

PEDAGOGIA DAS ENCRUZILHADAS. **Pedagogia das Encruzilhadas** # 6 • Luiz Rufino (Educação montada por Exu), 25 MAR. 2019. Youtube. Disponível em: *https://www.youtube.com/watch? v=DlD_zL-26f7E*. Acesso em: 07 jan. 2024

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PELAS VOZES DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DOS ANOS INICIAIS

Flávia Rodrigues Lima da Rocha

Doutora em Educação. Mestra em Letras: linguagem e identidade. Licenciada em História. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre, onde é docente desde 2007.

Este resumo é um pequeno recorte da pesquisa de doutorado da autora e trata de como as crianças da educação infantil e dos anos iniciais pensam a história e a cultura africana. Sabe-se que desde 2003 a lei 10.639, acrescentou ao artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a exigência do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. A pesquisa objetiva compreender se as crianças estão recebendo este ensino e o que elas têm a dizer sobre isso. A investigação realizou 21 rodas de conversas em 07 escolas de Educação Infantil e 14 escolas dos Anos Iniciais no estado do Acre, com uma média de 25 crianças em cada ação. As rodas de conversa ocorreram baseadas na contação da história de *Zumbi, o pequeno guerreiro*, ao longo das quais as crianças manifestaram seus conhecimentos em educação das relações étnico-raciais.

O reconhecimento de que a África é um lugar que sempre existiu e não está meramente atrelado à escravidão moderna, relacionando a ela, inclusive, o surgimento da humanidade, como mencionou uma das crianças, é de fato um forte indício de que o ensino de história e cultura africana vem sendo tratado de forma para além do tradicional aspecto de pobreza, fome e outros estereótipos que envolvem o continente, limitando-o a um conceito negativo a respeito dele. A ideia das crianças de que na África tem muita riqueza natural foge a este conceito de pobreza que a colonização do saber lhes impôs. Além disso, ouvir de uma criança que ela relaciona a África com cultura também rompe com a tradicional ideia de que em África não há história nem cultura no qual o próprio ser humano se encontra sem cultura ou civilização alguma, conceitos estes forjados pelo eurocentrismo colonial com o qual as práticas pedagógicas decoloniais visam romper.

As crianças que participaram desta pesquisa, em sua maioria, relacionam as pessoas negras a pessoas lutadoras, trabalhadoras, importantes, esforçadas e dedicadas. Ainda que se tenha muito a avançar também

neste aspecto, uma vez que as ideias positivas que as crianças têm sobre a população negra estão muito atreladas ao processo de escravidão ao qual foram submetidas, relacionando esta população sempre ao trabalho, ao esforço e a luta, já é uma grande conquista da educação para as relações étnico-raciais que estas crianças vêm recebendo, tendo em vista que por muito tempo a população negra foi prioritariamente relacionada discursivamente em várias esferas da sociedade com os estereótipos de "ladrão", "malandro", "preguiçoso", dentre outros que muito negativavam a identidade desta população. Por outro lado, através da pesquisa, chegamos à conclusão de que ainda não se relaciona a pessoa negra com profissionais de alto status econômico, intelectual e social como forma de valorização dessa população, o que ainda é uma conquista a ser alcançada tanto de forma concreta na sociedade quanto no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.

Notou-se nas vozes das crianças que elas receberam alguma educação para as relações étnico-raciais em perspectiva com a lei 10.639/2003 e que de alguma forma elas estão sendo envolvidas em práticas pedagógicas que as eduquem para a valorização de suas raízes africanas e de sua identidade afro-brasileira, dando-lhes assim ferramentas para enfrentar o racismo brasileiro.

Palavras-Chaves: Prática Pedagógica; ERER; Crianças.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 09 de janeiro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: *http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm*. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira" e dá outras providências. Disponível em: *http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm*. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília: MEC/Seppir, 2004. Disponível em: *https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_c urriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_ de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf*. Acesso em: 23 mar. 2022.

KAYODÊ. **Zumbi o pequeno guerreiro**. São Paulo: Editora Qilombhoje, 2009. LUZ, Mônica Abud Perez de Cerqueira.

PROFESSORAS NEGRAS E ANTIRRACISTAS: UM ESTUDO EM ANDAMENTO

Kaliny Custodio do Carmo

Especialista em Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Bacharela em História; Discente do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre – Ufac e Membra do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre - Neabi/Ufac.

Este escrito trata-se de um recorte do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre – PPGLI/Ufac, que aborda as contribuições de professoras negras na luta antirracista por meio de suas trajetórias, formação e atuação docente em escolas de Educação Básica do estado do Acre, temática de demasiada importância pois estas sujeitas rompem com os estereótipos que frequentemente lhes são atribuídos e passam a ser protagonistas de suas próprias histórias. Nisto, a formação antirracista é essencial para construir uma identidade valorizada, respeitando as singularidades.

A pesquisa apresenta como objetivo geral analisar as contribuições de professoras negras nas escolas de Educação Básica do estado Acre na luta antirracista por meio de suas trajetórias, formações docente e suas atuações e, como específicos, conhecer as trajetórias identitárias de professoras negras que contribuem na luta antirracista em suas escolas, compreender como e quais formações podem possibilitar uma atuação antirracista nas escolas e apontar quais práticas pedagógicas podem ser desenvolvidas nas escolas que contribuem no enfrentamento ao racismo. Os caminhos metodológicos desta pesquisa seguirão um cunho qualitativo, tendo em vista que as entrevistadas desta pesquisa, por mais que possuam características em comum, suas narrativas são singulares. Também se apoiará na metodologia interseccional, de vertente sistêmica, que enxerga o ordenamento social como primordial na concepção das diferenças.

Pretende-se como técnica para a coleta de dados a entrevista com 04 (quatro) mulheres heteroidentificadas pretas ou pardas, docentes da Educação Básica e atuantes em escolas acreanas com formação continuada na temática étnico-racial. O referencial teórico

desta pesquisa baseia-se nas contribuições de Souza (2021) que aborda a questão da construção da emocionalidade negra como uma quebra das concepções tradicionalistas que definiam o/a sujeito/a negro/a de Gomes (2005), o qual afirma ser primordial o estabelecimento de uma identidade negra como construção histórica, social e cultural que consista na criação de um olhar da população negra sobre si e sobre as relações com os outros. Baseamo-nos também no debate de Gomes (1999) sobre a escola não enquanto um campo neutro, mostrando que a mulher negra enquanto professora, ao adentrar neste universo do ambiente escolar atravessado pela diversidade, continua desenvolvendo seu processo identitário que começa no âmbito familiar e se estende por todos os outros espaços que esta mulher passará.

A referida pesquisa encontra-se em fase inicial, desta forma não possui resultados a serem apresentados, entretanto, espera-se mostrar que docentes que possuem em seu professorado estratégias que valorizem a identidade negra estão contribuindo para a construção de uma escola plural que convive, respeita e valoriza cada sujeito da comunidade escolar e que a formação inicial e continuada destas mulheres professoras infere em suas trajetórias pessoais e em suas atuações docentes enquanto sujeitas que um dia foram formadas e que hoje formam. Sendo assim, estas mulheres tomam para si lugares e fazem-se pertencentes a estes, contribuindo para a formação e transformação daqueles/as que cruzam suas trajetórias, entendendo que nenhum ser humano é vazio de cultura e que, além de aprender, ensina.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Professoras; Formação Inicial e Continuada; Antirracismo.

REFERÊNCIAS:

GOMES, Nilma Lino. **Professoras negras: trajetória escolar e identidade**. In: Cad. CESPUC de Pesquisa. Belo Horizonte. n. 05, p. 55-62, abr. 1999.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações raciais no Brasil uma Breve Discussão**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03 / SECAD: Brasília: 2005. P. 39-61

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

RAÇA E RACISMO NO COTIDIANO BRASILEIRO

Joice Roberta Modesto

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Uma parcela considerável da população brasileira, especialmente aquelas que se alinham com o campo progressista, reconhece de forma franca e aberta a existência de preconceito racial e desigualdade em nossa sociedade. Essa consciência inclui a aceitação de que o tecido social do país está entrelaçado com elementos estruturais de racismo. No entanto, emerge uma contradição intrigante quando se constata que muitos brasileiros, mesmo diante deste reconhecimento, simultaneamente negam se envolver em práticas discriminatórias (Nganga, 2023). Essa aparente contradição aponta para a complexidade do racismo e para a importância de uma análise mais aprofundada de suas raízes, manifestações e impactos. No passado, a ideia de raça foi distorcida e utilizada para justificar a supremacia e a opressão de grupos que eram considerados inferiores (Schwarcz, 1993). Hoje, por outro lado, essa mesma noção é frequentemente mobilizada em discursos que abraçam a identidade e buscam reivindicar a justiça social. Essa dualidade reflete as complexidades intrínsecas das dinâmicas raciais e étnicas em diferentes sociedades (Gonzalez, 2020).

A capacidade de perceber o Brasil como uma nação estruturalmente racista representa um significativo avanço, especialmente quando consideramos o pano de fundo histórico e a influência persistente do mito da democracia racial. A compreensão das fundações enraizadas de práticas racistas, que sustentam e perpetuam as complexas interações sociais no país, adquire um papel crucial. Contudo, um passo subsequente nesse processo implica em examinar de perto a notável disparidade entre a percepção amplamente difundida de que o Brasil incorpora elementos de racismo e, por outro lado, a proporção relativamente diminuta de indivíduos que confessam adotar atitudes racistas (Nganga, 2023). A análise dessa discrepância se erige como um relevante campo de investigação, cuja exploração pode arrojar luz sobre complexas interações socioculturais e mecanismos de autopercepção inerentes a essa temática. A distinção entre a percepção de racismo na sociedade e a percepção de comportamentos discriminatórios individuais destaca a complexidade das atitudes humanas e a intersecção entre percepções coletivas, representações sociais e ações individuais.

O objetivo geral dessa pesquisa é investigar os sig-

nificados e sentidos atribuídos à raça e racismo pela população brasileira. Os objetivos específicos são compreender a forma pela qual a população brasileira apreende os significados de raça e racismo; analisar as formas pelas quais raça e racismo constituem a ideia de brasilidade e investigar como a categoria raça e racismo constituem os sujeitos. O método de pesquisa escolhido é o "campo-tema", que permite que haja a concentração no tema específico, independente de como ele apareça. Isso pode incluir uma variedade de contextos, desde interações sociais cotidianas, eventos, conversas. Nada acontece num vácuo: todas as conversas, todos os eventos, mediados ou não, acontecem em lugares, em espaços e tempos (Spink, 2003). Nesse sentido, a investigação busca explorar significados e sentidos de raça e racismo para os brasileiros. Não apenas examinar as narrativas individuais, mas também contextualizá-las dentro de um quadro mais amplo, buscando entender como fatores culturais, históricos e sociais interagem para moldar essas percepções.

Acredito que este grupo de trabalho proporcionará uma oportunidade valiosa para discutir meu trabalho, pois compreender o que os brasileiros pensam sobre raça e racismo pode ser fundamental para a criação de práticas antirracistas eficazes. Meu estudo se concentra em analisar os sentidos e significados atribuídos à raça e ao racismo pelos brasileiros de diferentes regiões, o que pode revelar insights importantes sobre como essas percepções influenciam comportamentos e atitudes.

Palavras-chaves: raça, racismo, sentidos, significados.

REFERÊNCIAS:

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1. ed. [S. l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020. v. 1

NGANGA, João Gabriel do Nascimento. **Sumário executivo: Percepções sobre o racismo no Brasil**. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: https://percepcaosobreracismo.org.br/.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPINK, Peter. **Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista**. Texto organizado por Spink e membros do Núcleo de Organização e Ação Social. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, 2003.

RUAS VISÍVEIS (2023): UMA PROPOSTA DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Eliana B. Lopes dos Santos e **Patrícia S. De Jesus Felix**

• Autora, professora municipal de Candeias – Bahia, graduada em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia e Educação Especial.
• Co-autora, graduada em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia e Educação Especial, mestranda pela UNILAB –BA.

A população em situação de rua (PSR), na maioria são pessoas negras, reflexo da pós-abolição cruel e intencional que reverbera atualmente com o racismo estrutural fortalecendo as desigualdades no território brasileiro, ofertando a PSR a negação de direitos e a situação de vulnerabilidade, o título desse resumo reflete sobre a necessidade de **promoção de igualdade racial para PSR que** sobrevivem em um contexto discriminatório desumano interferente no desenvolvimento global e na exclusão de oportunidades socias.

Nesse contexto, esse estudo tem o objetivo geral de compreender como o plano nacional Ruas Visíveis (2023) pode contribuir na promoção de igualdade racial para a PSR, tendo como objetivos específicos refletir sobre as ações que favorecem as políticas de igualdade racial para PSR e identificar as ações no Plano Nacional Ruas Vísiveis voltadas para igualdade racial, tendo em vista a problemática: quais os motivos que determinam a necesidade de promoção de igualdade racial para a PSR?

Esse trabalho utilizou como fonte primária e contemporânea o Plano Nacional Ruas Visíveis criado pelo Governo Federal em 2023. A pesquisa documental foi desenvolvida em 2 momentos: 1 - Ações preliminares: definição do tema, escolha do documento, objetivo, problema etc; 2 - Análise do plano: levantamento dos dados, análise e debate focado na 'igualdade racial para PSR' e descrito aqui com sustentação teórica na finalidade de fortalecer o trabalho, seguindo a linha da sociologia na discussão de problemas socias e em uma abordagem qualitativa que defende o conhecimento que não precisa ser quantificado.

Para embasar a nossa pesquisa, selecionamos o autor Sílvio de Almeida que, no seu livro Racismo Estrutural (2019), dialoga sobre a importância de compreender o conceito de raça, racismo no Brasil para identificar o racismo estrutural presente nas organizações econômicas e políticas da sociedade, reproduzindo modos de desigualdades que orientam a vida social contemporânea. Outra fonte foi a Lei no 12.288/2010

- Estatuto da Igualdade Racial que defende no Art. 56. a criação de programas e ações que favoreçam a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra, principalmente na oferta igualitária em educação, emprego e moradia.

O documento analisado é um plano nacional de política pública que promove garantias de direitos para PSR e superação da condição de rua, através de medidas incluídas nos 7 eixos: 1. Assistência social e segurança alimentar, 2. Saúde, 3.Violência Institucional, 4. Cidadania, educação e cultura, 5. Habitação, 6. Trabalho e renda, 7. Produção e gestão de dados, sendo necessário compreender os motivos da permanência nas ruas e a relação com a abolição brasileira, percebendo a situação desigual e desumana como consequências socio-histórica que carecem de reparações através das ações políticas igualitária.

A partir da pesquisa, conclui-se que o plano nacional "Ruas Visíveis para PSR" favorece as ações de política pública de igualdade racial através de garantias de direitos exposto nos 7 eixos que serão desenvolvidos, visto que sabemos que existem diversos motivos que determinam a necessidade de promoção de igualdade racial para a PSR como a exclusão social, a negação de direitos e os preconceitos raciais, catalisadores para um modo de vida indigno.

Palavras-chaves: população, rua, plano, política, igualdade.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial**. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

MINISTERIO DO DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. CIDADANIA: **Governo federal lança "Plano Ruas Visíveis - Pelo direito ao futuro da população em situação de rua" com investimento de cerca de R$ 1 bilhão**. Publicado em 11/12/2023. Atualizado em 11/12/2023. Disponivel em < Governo federal lança "Plano Ruas Visíveis - Pelo direito ao futuro da população em situação de rua" com investimento de cerca de R$ 1 bilhão — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (www.gov.br)> Acesso em 10/06/2024.

NORMAS ABNT. **Artigos e regras ABNT**. Disponível em 27 de dezembro de 2023 <Artigo científico - tipos, estrutura, formatação, modelos (normasabnt.org) .Acesso em 18 de maio de 2024.

VEZEDEK, L. **Sumário executivo de pesquisa [livro eletrônico]: mapeamento, contagem e caracterização da população em situação de rua em Salvador** / [organização e revisão] Lucas Vezedek... [et al.]. - Salvador, BA: Centro Projeto Axé, 2023. Disponível em fevereiro de 2024 < *Sumario--Executivo-de-Pesquisa-Censo-POP-Rua-em-Salvador-FINAL-PDF.pdf*>.Acesso em 27 de fevereiro de 2024.

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO PARANÁ: REFLEXÃO A PARTIR DO GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA.

Nayara Fernanda Santos de Sena

Mestranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos (UNILA). Bacharel em Ciências Sociais (UFRPE). Bolsista de pós-graduação PROBIU UNILA.

A presente pesquisa tem a finalidade de identificar por meio de bibliografias, documentos e dados disponíveis, a importância e contribuição do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, grupo que fez o levantamento dos quilombos no Paraná entre 2005 a 2010, articulado pelo estado paranaense junto a diversos pesquisadores. Com objetivos específicos de refletir sobre a valorização dos territórios quilombolas no Paraná e de perceber as dinâmicas sociais quilombolas enquanto agentes políticos de seus territórios.

A importância da pesquisa se dá na relevância de identificar a contribuição do GTCM aos quilombos paranaenses, devido à pouca importância dada até hoje as comunidades quilombolas no território, e considerando que esses trabalhos contribuem para as comunidades enquanto produz conhecimento junto a elas, para produção de dados para políticas públicas. A pesquisa vem sendo desenvolvida desde 2023, através do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, e está em andamento.

Acerca da metodologia, a pesquisa é de caráter qualitativa e através dela identifico fatores que determinam a ocorrência de fenômenos sociais, aprofundando o conhecimento acerca da realidade estudada, assim como suas causas. A escolha e aplicação da pesquisa documental e bibliográfica se deu para que haja uma fundamentação teórica e conceitual e os documentos e dados sejam submetidos a análise, possibilitando uma interpretação coerente com a realidade.

A pesquisa de campo e entrevista será realizada para estabelecer um diálogo entre o material que propus a analisar e a realidade a ser estudada, identificando relações entre a realidade estudada e o embasamento

teórico.

Refletindo sobre os quilombos, para embasamento teórico, utilizo os autores Beatriz Nascimento e o Abdias do Nascimento, referências brasileiras nos estudos quilombolas; também a Lélia Gonzalez para pensar sobre o território amefricano e sua relação com os quilombolas. Para além, me embaso nos arquivos documentais e relatórios do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM).

Os resultados de pesquisa se encontram em fase inicial. Até o momento, foi realizado o levantamento sócio-histórico do GTCM e dos relatórios e documentos disponíveis do trabalho realizado pelo grupo, com a análise deste material em processo de desenvolvimento. Os apontamentos são que o grupo realizou um extenso levantamento de dados e de que segue contribuindo positivamente para os quilombos do Paraná.

Palavras-chaves: Quilombos, Paraná, Grupo de Trabalho Clóvis Moura.

REFERÊNCIAS:

ALCANTARA, D. M. **A categoria política quilombola na encruzilhada: um olhar possível do encontro das vertentes epistêmicas decolonial e das autoras amefricanas Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez**. FoMerco, Bahia, 2017.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8° ed., Rio de Janeiro: Record, 2004. 107 p.

Grupo de Trabalho Clóvis Moura. **Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura**. 2005-2010. Curitiba–PR. GTCM, 2010. 269 p. Disponível em: *https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/relatoriofinal2005a2010.pdf*. Acesso em: fev. de 2024.

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **Terra e cidadania**. Curitiba–PR, ITCG, 2008. 224 p. Disponível em: *https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/relat20052008itc.pdf*. Acesso: fev. de 2024.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília Minayo (org.); Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes. Petrópolis–RJ. Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos). 6 reim., 2022.

NASCIMENTO, A. 1914-2011. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. Ed., São Paulo. Ed. Perspectiva: Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Org. Alex Ratts. 1 ed. Rio de Janeiro.: Zahar, 2021.

RATTS, A. **Eu sou Atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. Instituto Kuanza. 1 ed., São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. 138 p.

UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE ATLETAS NEGROS EM INSTITUIÇÕES ESPORTIVAS

Laiana Bispo da Silva, Samara Escobar Martins, Maria Eduarda Tomaz Luiz, Gelcemar Oliveira Farias e **Alcyane Marinho**

• Graduanda de Educação Física na Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC.

Discussões sobre questões étnico-raciais são emergentes e urgentes. Passados mais de 500 anos desde a diáspora africana para as américas e para a Europa, ainda temos muito o que melhorar em termos de equidade racial. O racismo é um traço ainda forte no ocidente, influenciando as diferentes dimensões da vida de pessoas negras (DA CONCEIÇÃO et al., 2023). No esporte, não é diferente. Muitos são os casos de racismo sofridos por pessoas negras no universo esportivo. Discussões em torno da presença de atletas negros em instituições esportivas refletem um interesse cada vez maior dentro e fora do cenário esportivo (BRITTO, 2007).

Levantamos, assim, alguns questionamentos: como o racismo influencia, para além dos casos de ofensas diretas relatados na mídia, no cotidiano dos atletas negros em instituições esportivas? Como as relações étnico-raciais são abordadas nos estudos envolvendo esportes? Desta forma, este estudo, por meio de uma revisão integrativa da literatura científica, teve como objetivo investigar questões étnico-raciais em contextos esportivos, com foco na experiência de atletas negros em instituições esportivas. As buscas dos artigos foram realizadas nas plataformas Scientific Electronic Library Online (Scielo), Periódico Capes e Scopus Preview (Scopus). A pergunta balizadora deste estudo foi: como diferentes tipos de trajetórias influenciam na

inserção de atletas negros em instituições esportivas? Os resultados encontrados evidenciam as disparidades sistêmicas que afetam o acesso das pessoas negras a oportunidades equitativas em comparação com outros grupos na sociedade, tanto no âmbito esportivo quanto em outros contextos. As buscas foram realizadas sem recorte temporal e, ao total, foram encontrados 12.960 artigos através dos descritores citados. Na sequência, esses estudos foram importados para a plataforma de revisão Rayyan, Software da web desenvolvido pela Qatar Computing Research Institute (QCRI), que auxilia os pesquisadores no gerenciamento das revisões em equipe (OUZZANI et al., 2016). No software, foram identificados automaticamente 11.722 artigos duplicados. Contudo, após conferência de duplicatas feita por duas pesquisadoras, chegamos a um total de 7.757 artigos duplicados, os quais foram excluídos. Após a exclusão dos textos duplicados, sobraram 5.203 estudos para leitura parcial (título e resumo) e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão.

Esse processo foi realizado por duas pesquisadoras, que utilizaram os seguintes critérios de inclusão: artigos científicos escritos em português, inglês ou espanhol; estudos de investigações no contexto esportivo que fazem análises sobre ou a partir de questões étnico raciais. Foram selecionados 33 artigos para leitura completa pelas pesquisadoras envolvidas e, destes, outros 10 foram excluídos por não responderem à pergunta balizadora. Assim, 23 artigos foram incluídos nesta revisão integrativa de literatura. Os resultados revelam as desigualdades estruturais que impactam o acesso de pessoas negras a oportunidades equitativas em relação ao restante da sociedade, tanto no contexto esportivo quanto em outros. A análise destacou o futebol como a modalidade mais abordada, evidenciando tanto experiências de superação quanto as violências enfrentadas por atletas negros. Além disso, ressaltou-se o papel significativo da mídia na percepção pública dessas questões, enquanto políticas públicas foram identificadas como cruciais para promover a igualdade de oportunidades. Neste sentido, a pesquisa destaca a importância de compreender as dinâmicas raciais no esporte para promoção de políticas mais inclusivas e justas. Ao abordar as relações étnico-raciais no meio esportivo, busca-se identificar áreas de melhoria e superação de desafios, visando a diversidade e a justiça social.

Palavras-chave: racismo; equidade; desigualdade estrutural; organizações esportivas.

REFERÊNCIAS:

DA CONCEIÇÃO, Raiane Cunha; MARTINS, Samara Escobar; CORREIA, Manoela de Sousa, MARINHO, Alcyane. **Lazer e letramento racial em um centro de educação na comunidade do Monte Cristo em Florianópolis**. 3 v, Revista Brasileira de Estudos do Lazer, Belo Horizonte, 2023.

BRITO, Leandro Teofilo de; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. **"É preto, é bicha e que depende de ajuda de custo do clube": intersecções da diferença no contexto do esporte**. 40500 v. Civitas - Revista de Ciências Sociais, Rio Grande do Sul, 2022.

OUZZANI, Mourad; HAMMADY, Hossam; FEDOROWICZ, Zbys e ELMAGARMID, Ahmed. Rayyan — **um aplicativo web e móvel para revisões sistemáticas**. 5 v. Revisões Sistemáticas, 2016.

GT6: Possibilidades e desafios referentes às discussões de gênero, raça e sexualidade na literatura africana e afro-brasileira no contexto educacional

Propositoras: Cleidiane Colins Gomes, Arlane Queiroz Pereira e Ana Lúcia Mathias Fernandes Coelho

O Grupo de Trabalho (GT) tem como objetivo visibilizar um espaço de reflexão, discussão e denúncias a partir de relatos de experiências, saberes, provocações, estudos acadêmico-científicos (em estágios iniciais ou avançados) em relação aos desafios e possibilidades referentes à formação docente inicial ou continuada acerca das dinâmicas de raça, gênero e sexualidade no âmbito da literatura africana e afro-brasileira e também em contextos variados que se atrelam com o objetivo de educar para as relações étnico-raciais (BRASIL, 2003), considerando suas interseccionalidades.

A VISIBILIDADE DAS TRANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR DE UMA ESCOLA CURITIBANA

Eliane Carolina Dias Sobrinho Gonçalves

O presente trabalho deu-se por meio de uma sequência de atividades realizadas no decorrer do 1° trimestre do ano de 2024, com aproximadamente 90 estudantes de três turmas de 3° ano do Ensino Fundamental em uma escola curitibana. A proposta pedagógica foi desenvolvida a partir da temática "Vamos alinhar essa história? Redescobrindo o Brasil".

Todos os anos a escola elabora atividades ao longo do ano, visando trabalhar a Lei 10.639, que tornou o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares obrigatória. A saber, na ocasião da tradicional festa cultural, que acontece anualmente, o trabalho teve uma amplitude maior, pois além de trabalhar no contexto escolar temas tão importantes, esses foram abertos à comunidade local, fazendo com que mais pessoas pudessem refletir sobre o papel de pessoas negras na sociedade.

Trazer para o centro das discussões todo o contexto histórico, a resistência e a herança cultural das tranças às mulheres negras para dentro da sala de aula é de suma importância para que os estudantes negros aprendam a valorizar suas características e os estudantes brancos aprendam a respeitar estas diferenças.

A matéria do Jornal Gazeta do Povo "Escola pune gêmeas por tranças no cabelo e gera debate sobre discriminação" foi usada como ponto de partida. Buscando ampliar o conhecimento dos estudantes sobre essa temática, surgiu a iniciativa de convidar duas professoras, docentes da escola, ambas estudiosas e pesquisadoras sobre as Relações Étnico- Raciais, para fazerem uma breve fala sobre o contexto histórico, a resistência e a herança cultural das tranças para as mulheres negras.

Além destas, outras professoras negras também foram convidadas para relatarem suas experiências. Neste momento, muitas estudantes negras sentiram-se representadas.

A saber, as tranças são sinônimo de cultura, ancestralidade, identidade e pertencimento, trazendo consigo uma bagagem histórica de sobrevivência para os negros durante o período de escravidão, onde as tranças representavam mapas que mostravam o caminho de fuga e escondiam sementes para serem plantadas nos quilombos. Atualmente, este penteado para as mulheres negras, além dos significados que representam, também é uma maneira de proteção e aceitação diante do racismo estrutural, trazendo autoestima para as mulheres de cabelos crespos.

Para potencializar o trabalho, foi convidada uma cabeleireira/trancista que desenvolve um projeto com meninas negras da comunidade em que a escola está inserida. O projeto visa contribuir com a autoestima destas meninas, por meio das tranças, ensinando todos os cuidados que os cabelos encaracolados e crespos devem ter. Ela relata que, mesmo sendo uma mulher branca, ao casar-se com um homem preto e após presenciar os relatos de bullyings que sua filha sofria na escola em relação ao cabelo, percebeu que precisava fazer algo. A trancista passou o dia com as estudantes, trançando os cabelos destas e respondendo perguntas.

Conclui-se que, para que as barreiras do preconceito possam ser rompidas, deve haver uma educação antirracista desde cedo, criando situações de aprendizagem que possibilitem aos estudantes a reflexão, vivência e experiências, construindo uma consciência crítica e reconhecendo que as tranças vão muito além da estética. A metodologia utilizada foi de levantamento de informações pela internet e depois em discussões em roda de conversa, mídias foram utilizadas como meio de divulgação de história e conteúdo antirracista.

Palavras-chave: tranças, cultura, educação antirracista.

REFERÊNCIAS:

Escola pune gêmeas por tranças no cabelo e gera debate sobre discriminação. Gazeta do Povo, 2017. Disponivel em Escola pune gêmeas por trança no cabelo e gera debate sobre discriminação (*gazetadopovo.com.br*). Acesso em 04 jul. 2024.

MENINA PRETA, MULHER PRETA OU TIA PRETA? AFINAL, ONDE NOS ENCAIXAMOS ATUALMENTE?

Denise Guaraciaba Oliveira Cardoso, Ana Lúcia Mathias Fernandes Coelho e **Amanda Salles Marchi**

Nem velho... nem jovem... como diz a canção. Em se falando de mulheres, nada mais desafiador do que a idade "meio" aquela que para os mais velhos são chamadas de "menina" e para os mais novos "tia" e esses rótulos são empregados com muita naturalidade nos diversos segmentos da vida profissional, pessoal, físico e emocional. No contexto das desigualdades sociais no Brasil, considerando o racismo estrutural existente, o fato de envelhecer não nos torna pessoas incapazes ou improdutivas. Para fugir desse contexto, muitas vezes somos forçadas a omitir ou alterar a idade, para

não sofrer com rótulos ou preconceitos. Nessa perspectiva, tomamos como base os autores Caio Prado Jr (1942), Bourdieu (1998), Munanga (2020). Santos (2016), Motta (1999) e Beauvoir (1990), entre outros. Na vida profissional, é um verdadeiro desafio as mudanças encontradas, ou somos colocadas para executar tarefas consideradas apropriadas para nossa idade ou colocadas de lado. Considerando trazer à discussão para o meio acadêmico a fim de contribuir e dar visibilidade para essas mulheres que não aceitam mais os rótulos de "meninas" ou "tias", as mulheres pretas na idade chamada "idade limbo" estão mais propícias às mudanças, buscando sempre o aperfeiçoamento profissional, ou até mesmo uma nova profissão. No aspecto físico, estão cuidando mais da saúde, buscando academias e exercícios que as tornem mais ágeis, e não símbolo sexual da meia idade. Segundo SANCHES, 2018, p. 77, em "texto midiático das dietas, beleza e boa forma", melhorar a alimentação também faz parte dessas mudanças e o emocional passa a ter mais qualidade. O objetivo é tornar possível para as mulheres pretas envelhecer com dignidade e qualidade de vida e sentir orgulho da idade, usufruir desse desejo e se tornar visível na hora de fazer suas escolhas.

REFERÊNCIAS:

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand.1988.60p.

MOTTA, A. B da. **As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento**. Cadernos Pagu, 1999.

SANCHES, R. D. **Corpus Alienum: efeitos do discurso das novas dietas, corpo-projeto e mídia**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia: Processos Culturais e Subjetivação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018. doi:10.11606/T.59.2018.tde-01082018-110612. Acesso em: 08 de jul. de 2022.

SANTOS, N. M. C. **Negras velhas: um estudo sobre seus saberes nas perspectivas de envelhecimento, trabalho, sexualidade e religiosidade**. 2016. Projeto de Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Programa de Pós- graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS OLHARES SOBRE AS POSSIBILIDADES DAS MATERIALIDADES QUE CONTEMPLAM AS CRIANÇAS NEGRAS

Marli de Fátima dos Santos de Quadros

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa-FAEL, com especialização em Educação Especial e Inclusiva e Metodologia da Arte, ambas pela Uninter; especialista em Autismo com base no modelo de Ensino estruturado pela Polis Civitas.

Em uma unidade de ensino de Educação Infantil é onde as crianças começam a se perceber pertencentes àquele lugar ou com aquelas pessoas que ali estão. Por isso, é importante que as práticas pedagógicas contemplem a diversidade de forma positiva, oferecendo às crianças referências positivas a respeito de todos os povos e culturas.

Atuando na educação há dezoito anos, tenho observado as dificuldades enfrentadas no que tange às questões étnico-raciais em diversos níveis, desde a formação continuada do professor até a organização dos espaços e materiais ofertados para as crianças. Embora a Lei 10.639/2003 já tenha mais de vinte anos, há muito o que percorrer sobre essa temática que emerge dentro das instituições de ensino. Por isso, o objetivo deste trabalho é apresentar algumas materialidades que contemplam crianças negras e que fazem parte das práticas desenvolvidas em um Centro Municipal de Educação Infantil de São José dos Pinhais.

A abordagem utilizada é a qualitativa, tendo em vista que esta forma de pesquisa é posta em prática nas ciências humanas, a área da educação sendo uma delas, por permitir a análise dos dados coletados para além da mera observação deles, ou seja, poderão ser observados as nuances subjetivas descritas pelos pesquisados. A partir das práticas realizadas, foi feita a análise dos dados, possibilitando algumas conclusões. Dentre elas, destacam-se a confecção de bonecas negras com os/as profissionais da Unidade de Ensino, com as famílias e com as crianças da turma do Pré II e a leitura do livro "Cada um com seu jeito, cada jeito é de um", da autora Lucimar Rosa Dias.

No intuito de referenciar práticas que contemplem a diversidade étnico-racial, evitando trabalhar apenas em dias de alusão a datas específicas, como por exemplo o dia da Consciência Negra, ou mesmo de forma pulverizada, foram acessados alguns referenciais teóricos: Dias (2007); legislações como a 10.639/2003 e o Parecer 20/2009; Gomes e Souza (2023); dentre outros/as.

Dentre os resultados da realização destas práticas que contemplam as materialidades, se destacam: a sen-

sibilização das profissionais da Unidade e das famílias em relação à temática, pois na unidade em que ações foram realizadas existem pouquíssimos materiais que contemplem a diversidade étnico-racial de forma positiva e o assunto não é pauta de formação continuada das profissionais; professoras, educadoras e equipe diretiva-pedagógica tiveram a oportunidade de produzir bonecas diversas; as famílias se sentiram acolhidas; as crianças brincaram com bonecas que representam a diversidade de forma positiva e sem estereótipo, tanto meninos quanto meninas; o livro de literatura foi entendido como uma das materialidades possíveis para que as crianças tivessem contato com personagens negros em situação de protagonismo e mostraram-se felizes em participar das propostas.

Assim, conclui-se que a organização dos espaços na instituição deve trazer materialidades que contemplem também as crianças negras, pois muitas vezes estas não são representadas nos brinquedos, na literatura, nas imagens, fazendo com que não se sintam pertencentes a este espaço, bem como envolver a comunidade CMEI para que possam emergir nas práticas a valorização e o respeito a todos os tipos de diferenças.

Palavras-chaves: Educação Infantil, diversidade étnico-racial, materialidades.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: *https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm*. Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer 20/2009**. Disponível em: *http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf*. Acesso em: 5 jul. 2024.

DIAS, Lucimar Rosa. **No fio do horizonte: educação da primeira infância e o combate ao racismo**. 2007. 321 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, Cleidiane Colins; SOUZA, Mariana Silva. **Entre risos e afetos: meninos negros na literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira para crianças, desde bebês**. Revista Interinstitucional Artes de Educar, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 452–468, 2023. DOI: 10.12957/riae.2023.73462. Disponível em: *https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/73462*. Acesso em: 5 jul. 2024.

PRÁTICAS EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIVERSIDADE DE GÊNERO E VALORIZAÇÃO NA ERER

Amanda Salles Marchi, Ana Lúcia Mathias Fernandes Coelho e **Claudia Maria de Lima dos Santos**

A educação infantil é uma fase essencial para a formação das bases cognitivas, emocionais e sociais das crianças. Nesse contexto, a abordagem de temas como diversidade de gênero e valorização na Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) torna-se fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa, práticas educacionais que podem ser implementadas para promover esses valores desde a infância. Para isso, é crucial que sejam feitas formações continuadas de estudos para os educadores, garantindo que estejam bem informados e preparados para lidar com a diversidade de gênero e as questões étnicos-raciais. Os profissionais de educação devem estar cientes sobre as legislações e políticas públicas educacionais e ações afirmativas que promovam a inclusão e igualdade. O currículo escolar deve ter formato que se permita refletir e respeitar a diversidade presente na sociedade, para que as atividades propostas e materiais tenham representatividade em diferentes culturas. Nessa perspectiva, abordar uma metodologia qualitativa exploratória, onde podemos dialogar através do contar de histórias, musicalidade, ludicidade, jogos interativos e projetos que celebrem a diversidade, é uma maneira eficaz de ensinar as crianças a valorizar e respeitar as diferenças. O uso de materiais didáticos que apresentem personagens de diferentes etnias e identidades de gênero ajuda a normalizar a diversidade. Esses e outros recursos para fortalecer um ambiente inclusivo sem discriminações, tais como espaço e ambientes acolhedores, devem ser organizados de maneira que promova igualdade de gênero e a inclusão étnico-racial na participação da comunidade, ofertando práticas inclusivas que abordem a história e a cultura de diferentes grupos étnicos, bem como a importância da igualdade de gênero, etc. Adotar políticas claras de tolerância zero contra a qualquer forma de discriminação ou preconceito na educação infantil é essencial para formação de cidadãos conscientes e respeitosos desde a primeira infância.

Palavras-Chave: práticas educacionais, educação infantil, relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS:

MUNDO EDUCAÇÃO. **Diversidade 2018**. Disponível em: *https://mundoeducacao.uol.com.br/educacao/diversidade.htm/* > Acesso em: 27jun.2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1. Companhia das Letras, 2019.

PRETA SIM! AMO MEU CABELO, MINHA BOCA E MEU JEITO DE SER, SOU O QUE EU QUISER SER.

Claudia Maria de Lima dos Santos, Ana Lúcia Mathias Fernandes Coelho e **Amanda Salles Marchi**

A Proposta da pesquisa busca analisar trajetórias e relatos de adolescentes negras durante sua formação na Educação Básica e sua relação entre discentes, docentes e evasão escolar no âmbito da escola pública da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Neste contexto, buscamos identificar no espaço escolar dessas adolescentes se há acolhimento na sua transversalidade, destacando os aspectos como identidade, raça, gênero e formação cidadã. A escola proporciona ações afirmativas, voltadas às políticas públicas educacionais, atividades de Educação das Relações Étnico-raciais (ERER) que possam contribuir com a redução de racismo e evasão escolar das adolescentes negras? Nesta perspectiva, é verificar a trajetória das adolescentes negras nas instituições da rede pública e, como objetivo central, analisar a interseccionalidade, identidade, gênero e raça como cumprimento de uma educação antirracista.

Enquanto metodologia de análise documental, utilizaremos os relatos das narrativas das adolescentes, assim como a valorização da interseccionalidade, identidade, gênero e raça. De acordo com RATUNIASK, SILVA, 2022, as desigualdades que acometem a população negra em fase escolar atingem fortemente as adolescentes negras, facilitando a evasão escolar. Dado o fator, há a importância de valorizar-se a educação das relações étnico-raciais e a valorização da diversidade, como propostas e estratégias no espaço da escola pública. De maneira geral, nos deparamos com a falta de políticas públicas e ações afirmativas em favor de uma educação antirracista. Através de trajetórias e relatos das adolescentes, percebe-se a falta de acolhimento que o sistema educacional não propõe. Conforme nossas observações como professora da rede pública do ensino da educação básica, onde ministramos aulas, há uma significativa presença de pessoas negras, sendo a maioria meninas negras que passam pela invisibilidade em relação a sua identidade, principalmente na cidade de Curitiba, esta que se constitui de uma proposta brancocentrada. Neste contexto, é fundamental nos atentarmos para as relações raciais e sociais, assim considerando a presença de adolescentes negras na escola pública (DARTORA,2017). Para que isso ocorra, é necessário que haja uma rede de apoio e acesso democrático no espaço escolar.

Palavras-chave: adolescentes, gênero, evasão escolar, identidade.

RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DO PROFISSIONAL DA SAÚDE NOS CASOS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA CONTRA MULHER

Selvina Elisa Alberto e **Pauleana Alves**

- Graduanda em Direito pela Universidade São Tomas – USTM-Moçambique.
- Mestranda em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG.

Em Moçambique, uma das questões mais abordadas atualmente nas discussões da sociedade civil e no geral tem sido a proteção dos direitos da mulher e a violência que se perpetua contra ela. Entretanto, para se falar da violência contra a mulher, é necessário que ela conheça os seus direitos, legitimamente tutelados por lei, cuja violação deve ter consequências previstas no direito positivado. A presente pesquisa está subordinada ao tema em epígrafe, e irá analisar o seu contexto social e penal, tendo como base a legislação moçambicana, para compreender qual seria o mecanismo para a responsabilização dos profissionais de saúde envolvidos nestas violências.

A violência obstétrica tende a ser um dos maiores problemas vividos pelas mulheres depois da violência doméstica. E a maior preocupação diante desse primeiro flagelo em particular, baseia-se no fato de ser crescente e frequente, porém pouco abordado ao nível da literatura acadêmica.

Muitas vezes, a violência obstétrica acaba sendo interpretada como erro médico, e especialmente porque as vítimas não têm o conhecimento de que se trata de um crime e pela inexistência de mecanismos legais específicos para a sua punição, o que, até certo ponto, dificulta o acesso à justiça pelas vítimas.

Como objetivo geral, buscamos conhecer a responsabilidade penal do profissional de saúde em caso de cometer a violência obstétrica no exercício ou por

causa dos exercícios das suas funções.

Objetivos específicos:

• Descrever os tipos de maus-tratos sofridos pelas parturientes nas unidades sanitárias;

• Analisar a responsabilidade penal do profissional da saúde no exercício das suas funções.

• Discutir aspetos legais ligados à violência obstétrica no ordenamento jurídico moçambicano;

Esse trabalho fora feito com base na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental, não tendo sido possível realizar entrevistas com as vítimas pelo contexto em que foi escrito o artigo. Entretanto, por existir escassez de literatura local relacionada a essa temática, recorreu-se a relatórios oficiais de organizações da sociedade civil.

Alguns conceitos discutidos no trabalho:

Violência - a violência é uma questão social e, portanto, não é objeto próprio de nenhum sector específico. Segundo MINAYO (2004), ela se torna um tema mais ligado à saúde por estar associada à qualidade de vida; pelas lesões físicas, psíquicas e morais que acarreta.

A OMS (Organização Mundial da Saúde) define violência como: o uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (PINHEIRO, 2003, p.15).

Violência obstétrica - violência obstétrica, por sua vez, é o tipo que agrupa todas as formas de violência e danos originados no cuidado obstétrico profissional, bem como discutir estratégias e ações de prevenção quaternária a serem realizadas pelos médicos de família e comunidade, pelas equipes de atenção primária à saúde e suas entidades associativas (TESSER, 2015)

Uma média de 72% de utentes e usuários do Sistema Nacional de Saúde, em Moçambique, desconhece a existência da violência obstétrica. Ou seja, a maior parte da população moçambicana não está abalizada sobre esta prática que tem vitimado mulheres nos serviços de maternidade.

Em conclusão, constatamos que há a necessidade de se criar mecanismos que ajudem as mulheres a saber quando estão perante a uma violência e ter no seu domínio um dispositivo legal para que as defenda em casos de violência obstétrica.

Palavras-chave: violência obstétrica, responsabilização criminal, direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS:

BAUMAN, Z., (2007).**Tempos líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros, ZAHAR Editor, Rio de Janeiro, p. 11-12.

COELHO, E.M., (2015). **Direito penal parte geral**. 3 Ed. Belo Horizonte, Del Rey.

MOÇAMBIQUE (2004), **Constituição da República de Moçambique, com alterações introduzidas pela lei n. 1/2018, de 12 de Junho** (lei de revisão pontual da constituição) publicado pelo Boletim da República n. 115, I série, 2 suplemento, 12 de Junho de 2018

Lei n. 29/2009 de 29 de Setembro (lei da violência doméstica)

Lei n. 24/2019 de 24 de Dezembro (Código Penal)

Decreto n. 43/2014 de 29 de Agosto (Estatuto dos médicos)

DUDH (resolução 217 A III)

AFONSO, Marta. (2021). **Mais de 20 casos de violencia obstrética foram relatados em Maputo**. Carta de Moçambique, Maputo. Disponivel em *www.cartamz.com/index.php/sociedade/item/9379-mais-de--20-casos-de-violencia-obstetrica-foram-relatados-no-ultimo-trimestre-em-maputo* acesso: 14/02

SILVA, Michelle Gonsalves. (2014). **Violência obstétrica na visão de enfermeiras obstetras**. Disponivel *https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/11479/1/2014_art_mgsilva.pdf*

UM OLHAR INTERSECCIONAL NAS NARRATIVAS INFANTIS "JULIÁN É UMA SEREIA" E "MÃOS"

Cleidianne Colins Gomes e **Arlane Queiroz**

- Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).
- Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O presente trabalho visa abordar como a literatura infantil vem ampliando suas narrativas mediante temas importantes que emergem no sistema educacional, mas ignorados com base em uma normatividade hegemônica em termos de gênero, raça e sexualidade. Para tanto, realizamos o levantamento de obras de literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira, que abordam gênero, raça e sexualidade. Nesse contexto, o âmbito educacional é acionado, pois se configura como um ambiente de produção de subjetividades no qual as diferenças são nomeadas e produzidas mediante inúmeros artefatos, como, por exemplo, os livros didáticos e brinquedos, onde circulam discursos pautados pela lógica binária da cisheteronormatividade branca. Junqueira (2010) relaciona as inúmeras violências escolares diárias, como o racismo e a LGBTfobia, aos currículos formais e ocultos. A literatura infantil também reflete aspectos da normatividade branca, relações de poder e discursos de uma supervalorização da cultura europeia que pode ser constatado nas representações de personagens negras nos livros infantis que circulavam nas livrarias, escolas, bibliotecas públicas e particulares das primeiras décadas do século XX.

Com base nesse panorama, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa bibliográfica ancorada que visa apresentar a importância da literatura nos debates sobre gênero, raça e sexualidade como uma possibilidade de contra-narrativa que representa também uma resistência diante das relações de poder que estruturam as relações humanas e epistemológicas (FOUCAULT, 1976), tendo em vista que todo comportamento em uma sociedade tem uma base que se desenvolve e determina como cada indivíduo deve se posicionar dentro dela. Partimos do arcabouço teórico-metodológico dos estudos de gênero pós-estruturalista e das relações étnico-raciais para a análise das obras "Mãos" de Kiusam de Oliveira (2024) e "Julián é uma Sereia" de Jessica Love (2021). Narrativas que trazem de forma sensível a abordagem de questões étnico-raciais e diversidade de gênero.

A construção da identidade de corpos racializados ocorre por meio da negação de sua humanidade, porque o entendimento que a colonização tentou impor sobre esses corpos foi a partir de discursos que reforçam a objetificação animalesca. Diante disso, faz-se necessário visibilizar experiências de crianças negras dissidentes em histórias infantis como a de Julian e Mãos, este último, por sua vez, narra a história de Orian — menino adotado por um casal homoafetivo — para tornar a escola um espaço de possibilidades (GOMES, 2003). Com as análises das narrativas textuais e imagéticas da obra, podemos constatar um avanço e uma valorização do personagem negro como protagonistas com reconhecimento e afirmação de suas identidades, a qual possibilita educadoras e educadores desenvolverem com os alunos e alunas um relevante trabalho com a diversidade presente no espaço educacional.

Palavras chave: gênero, sexualidade, educação para as relações étnico-raciais, literatura de temática da cultura africana e afro-brasileira, Educação Infantil.

REFERÊNCIAS:

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade do saber**. vol 1. 3a ed. tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e j.a. Guilhon Alburquerque. Rio de janeiro, edições graal, 1976.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Currículo, cotidiano escolar e heteronormatividade em relatos de professoras da rede pública**. Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 9, p. 01-10, 2010.

LOVE, Jessica. **Julían é uma Sereia**. Boitatá; 1. edição, 2021.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Mãos.** Companhia das letrinhas 2024.

GT7: Psicologia e Tecnologia: Mulheres Negras Pautam o Futuro?

Propositoras: Monica Santana, Gabriela Figueiró e Lais Regina Silva Melo

Com base em grupos de desenvolvimento sócio emocional para mulheres negras atuantes na área da tecnologia, Esse GT vai desenvolver as seguintes reflexões: Tendo em vista a estrutura social que intersecciona gênero/classe e raça como fatores de exclusão psciocossociais, cujos dados mostram as mulheres negras como a base da pirâmide social (alvo de violências diversas, recebendo as menores remunerações, etc) qual papel da inclusão digital no processo de inclusão social das mulheres negras para a mudança desse cenário? Como mulheres negras podem colaborar com suas perspectivas múltiplas e diversas de BEM VIVER para o desenvolvimento da tecnologia?

REDE FITOVIDA E AGROECOLOGIA, CONSTRUÇÃO DE SABERES POR MEIO DE PRÁTICAS ANCESTRAIS

Ana Maria Pereira Galliez

Bacharel do curso de Comunicação Social pela Universidade Federal de Viçosa: Cursando III Ciclo de formação Lélia Gonzalez e Pós-graduação em produtos naturais de Plantas medicinais pela FACUMINAS, Ponto de Memória e Cultura Coletivo Serra Cabocla.

A Rede FitoVida de agentes do conhecimento tradicional do Rio de Janeiro foi desenhada a partir da necessidade dos seus criadores. Guardiãs de técnicas ancestrais sobre o manejo, cultivo e desenvolvimento de remédios caseiros e o saber sobre as plantas medicinais objetiva-se construir narrativas sobre a promoção desse conhecimento e sua importância. A pesquisa abrange erveiros da região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Atuam com o ensino prático por meio de encontros de partilha sobre as plantas medicinais. Patrimônio imaterial, a Rede busca liberdade e construção própria no caminho da agroecologia. Temos a pomada Milagrosa, xaropes, tinturas e muita memória biocultural a partilhar. Implementada em 2000, a Rede possui centenas de pessoas envolvidas em seus territórios. Enquanto resultados, temos 3 teses de mestrado, dois livros editados, relatos de cura e a manutenção da prática imaterial de transmissão do saber.

Nos valemos da Metodologia da pesquisa ação para junto aos atores aplicar questionários e rodas de conversas sobre o protocolo utilizado, bem como desenvolver narrativas afetivas sobre a memória coletiva acerca das plantas medicinais. Buscamos também atestar de que maneira se dá a construção do conhecimento e de se o recorte de gênero e raça pode fortalecer a identidade e a promoção de ações afirmativas nesse setor. Para isso faremos pesquisas in loco e visitas aos erveiros para averiguar tais questões, além de recorrer aos estudos já realizados com o grupo.

Enquanto referencial nos valemos dos conceitos trazidos por Ailton Krenak e Antônio Bispo sobre a natureza. Estamos desenvolvendo pesquisas na área, pois muitas vezes encontramos artigos que não relacionam as plantas medicinais com a agroecologia ou mesmo a sabedoria oral como fonte de conhecimento. Buscamos trazer um olhar amerindioafricano para a pesquisa e para isso fazemos uso dos autores afrodescendentes como Bell Books, Djamila Ribeiro e Lélia Gonzalez, além dos povos e comunidades tradicionais e seus saberes.

Analisamos a Rede FitoVida do Estado do Rio de Janeiro com pesquisa qualitativa e quantitativa, através do método de pesquisa ação, buscando as similitudes dos conhecimentos apresentados bem como observamos de que maneira se dá a construção do conhecimento.

Buscamos com essa análise reafirmar a importância de grupos como a Rede FitoVida para a promoção e manutenção do bem viver e da Agroecologia. Ao munirmos de práticas ancestrais de transmissão de conhecimento, valorizamos a vida. Nesse pulsar ativamos a memória e história de nossos ancestrais e promovemos a cultura do cuidado por todas as nossas relações.

Palavras-chaves: Plantas medicinais; Agroecologia; povos tradicionais; oralidade; memoria..

REFERÊNCIAS:

REDE FITOVIDA, **Protocolo biocultural dos agentes do conhecimento tradicional em plantas medicinais** - Rio de Janeiro: Publit, 2017.

GT8: Educação antirracista e pedagogias culturais nos batuques, sambas, carnavais e nas religiões de matriz africana e afro-brasileira

Propositoras: Juliana dos Santos Barbosa e Ana Lucia da Silva

Pretendemos reunir pesquisadoras que se dedicam a investigar expressões culturais fundamentadas em valores de matriz africana, como as variadas vertentes do samba, as diversas expressões carnavalescas, as religiões de matriz africana e afro-brasileira, além de outros "batuques". Partimos do pressuposto que, nos embates assimétricos que marcaram a diáspora africana em terras brasileiras, o povo negro mobilizou estrategicamente a cultura como forma de resistência e (re)existência.

A BATUCADA EM NOSSO QUINTAL

Viviane Penha Prado dos Santos

Embalada pela cadência da bateria do saudoso mestre André, apresento esse trabalho que foi desenvolvido em um CIEP na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Padre Miguel para uma turma de pré-escola com 25 crianças.

O compromisso com a educação antirracista faz com que minhas práticas tenham o foco em apresentar a história afro-brasileira e africana a partir de uma perspectiva potente, alegre e que resgata a força do nosso povo confirmando a narrativa de Chimamanda Ngozi em "O perigo de uma história única" (2019), reafirmando a grandeza do continente africano e todo o seu legado. Neste caminho, convidei a menina moradora do bairro, Elza Gomes da Conceição, para contar como é possível realizar sonhos mesmo que o cenário atual não contribua, pois quem diria que a pequena que até fome passou se transformaria na cantora do milênio, referência na luta contra a violência doméstica, símbolo de força e inspiração para o samba-enredo (2020), mais aguardado pela comunidade da Vila Vintém. A letra que nos conduzia para a história de vida da já então Elza Soares, despertou a curiosidade das crianças e criou debates importantes sobre o racismo, fome, pobreza e realização de sonhos. Embalados pelo clássico "Lata d'água na cabeça", ampliamos o repertório musical e o conhecimento sobre o território, fato que gerou uma aula passeio ao busto do mestre André, famoso mestre de bateria do GRES Mocidade Independente de Padre Miguel e criador da primeira paradinha utilizada num desfile na Marquês de Sapucaí, com a participação das famílias e a conscientização de valorizar a cultura popular e preta. Construímos recursos lúdicos que auxiliaram nas práticas antirracistas e o samba passou a ser o aporte mais utilizado no cotidiano escolar. Rufino, em Pedagogia das Encruzilhadas (2019), fala a respeito das brechas que a educação decolonial precisa aproveitar para desconstruir o currículo eurocêntrico e pautado no desmembramento do corpo e intelecto, que impossibilita a aprendizagem plena e a partir de outros saberes, que não só o imposto pelo colonizador. O corpo que samba, que ginga e que é livre para expressar-se é um corpo potente para entender a capacidade de superação, realização e transformação dialogando com o conceito freiriano de educar para transformar e que Hooks, bebendo da fonte de Freire, nos evidencia em Ensinando a transgredir (2017). Todo este movimento acontecendo na Educação Infantil contribuiu para avanços valiosos do grupo, que incorporou o refrão do samba ao nosso cotidiano e manifestou em uma carta coletiva o amor que desenvolveu por Elza e sua trajetória.

Como diz a letra do samba, "lá vai menina, lata d'água na cabeça/vencer a dor que esse mundo é todo seu...", sigo acreditando que a Educação Infantil é um espaço de maravilhamento e potência capaz de acolher todas as infâncias que nos chegam e mostrar para as crianças que a carne mais barata do mercado não é mais a carne negra. Salve Elza Soares! Salve o samba e toda a sua capacidade de aquilombar os corpos negros livres e que resistem honrando nossos ancestrais.

REFERÊNCIAS:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: paz e Terra, 1974.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: mórula Editorial, 2019.

SAMBA-ENREDO. Elza Deusa Soares. **GRES Mocidade Independente de Padre Miguel**, 2020.

A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E O PROJETO DE EXTENSÃO CONSCIÊNCIA NEGRA O ANO TODO, DE JANEIRO A JANEIRO DA UNIFAL-MG: A OFICINA "MARIA FIRMINA DOS REIS E SUAS ESCREVIVÊNCIAS"

Ana Lúcia da Silva,
Bruna Neves Rodrigues,
Gislene da Silva e
Maria Fernanda Moreira Freitas

As Leis n° 10.639/2003 e n° 11.645/2008 tornaram obrigatório o estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino de nosso país, fomentando a educação antirracista e alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n° 9.394/1996. Considerando essa legislação educacional de ação afirmativa, objetiva-se fazer o relato de experiência sobre o projeto de extensão "Consciência negra o ano todo, de janeiro a janeiro, da UNIFAL-MG", iniciado no 1° semestre

de 2024, apresentando diversas personalidades negras na História do Brasil no contexto da diáspora africana, as relações transatlânticas entre África e Brasil, e (re)pensando o ensino de História na perspectiva da Educação antirracista, estabelecendo diálogos interseccionais raça/gênero/classe. Neste trabalho estará em destaque o relato acerca de uma das oficinas realizadas no Museu da Memória e Patrimônio (MMP) da UNIFAL-MG com estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, da Educação Básica: a oficina "Maria Firmina dos Reis e suas escrevivências". Nessa atividade didático-pedagógica se ressaltou o protagonismo da abolicionista negra, escritora e professora Maria Firmina dos Reis (1822-1917) na sociedade oitocentista, escravagista, racista e machista, por meio da apresentação de sua biografia e escrevivências, ou seja, da trajetória de vida e da produção literária, tais como romance, poesias, contos e composições musicais. Maria Firmina dos Reis defendeu o fim da escravização negra no Brasil ao publicar o romance Úrsula (1859), antes do surgimento do Movimento Abolicionista no século XIX e a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888. Dito isso, pode-se afirmar que Maria Firmina dos Reis foi precursora na defesa da liberdade do povo negro e da humanização de sua gente em suas escrevivências poéticas e políticas. Na oficina, também se expôs que Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Djamila Ribeiro, entre outras personalidades negras da história brasileira, foram homenageadas no enredo e samba-enredo "Empretecer o pensamento é ouvir a voz da Beija-Flor", da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis, carnaval carioca de 2022 - Grupo Especial. Ao ter como público estudantes da Educação Básica de Alfenas e região, durante as visitas mediadas no MMP da UNIFAL-MG, a metodologia de ensino utilizada teve os seguintes percursos: primeiro, a apresentação da exposição permanente do museu de história natural; e posteriormente a realização da oficina em si, contemplando a biografia e as atividades lúdicas sobre Maria Firmina dos Reis e suas escrevivências, assim como expondo o protagonismo negro e feminino no universo da educação e literatura brasileira, além da luta pela liberdade do povo negro escravizado no Brasil Imperial. Assim, nós buscamos construir caminhos para a Educação antirracista e (re) visitar a História do Brasil, combatendo-se o paradigma tradicional e eurocêntrico, o racismo, o machismo e o epistemicídio no ensino de história, dando visibilidade aos grupos subalternizados historicamente, tais como o povo negro, os povos originários, as mulheres, as mulheres negras e indígenas, pobres, trabalhadores e trabalhadoras, entre outros.

Palavras-chave: educação antirracista, projeto de extensão, consciência negra o ano todo, Oficina Maria Firmina dos Reis, escrevivências.

REFERÊNCIAS:

DUARTE, Constância Lima. NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivências: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**/ Maria Firmina dos Reis. Brasília: Edições Câmara, 2019.

SILVA, Ana Lúcia da. SILVA, Ana Lúcia da. **A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrevivências de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da Nova História Política**. 268 f. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa: História Política, Doutorado em História. Universidade Estadual de Maringá - UEM, 2023.

UCPA - União dos Coletivos Pan-Africanistas. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INDÍGENA: O CASO NA ALDEIA ISÃ VAKEVU, TERRA INDÍGENA NUKINI EM MÂNCIO LIMA – ACRE, BRASIL

Francisca Eusilene Carvalho Maneiro Nukini

Universidade Federal do Acre/Rio Branco

Esta pesquisa está inserida no rol das pesquisas qualitativas sobre a prática pedagógica na educação especial e indígena. Trata-se da experiência realizada na Escola de Ensino Fundamental e Médio Pedro Antônio de Oliveira, Aldeia *Isã Vakevu*. Localizada na Terra Indígena Nukini, em Mâncio Lima – Acre, o município mais ocidental do Brasil. A tarefa é relatar e promover, em conjunto com as professoras e professores que atuam no Atendimento Escolar Especial (AEE), da referida escola, um debate acerca das práticas e estratégias do processo pedagógico, junto ao corpo discente, docente, gestores e comunidade em geral. Destaco o processo de ensino e aprendizagem entre alunado in-

dígena com necessidades especiais ou especialidades físico-intelectuais. Pensamos sobre os impasses na gestão e em sala de aula, os principais obstáculos, desafios e acertos do AEE no oferecimento de um ensino público pleno e de qualidade e na inclusão escolar. Nos interessa, particularmente, observar e analisar as práticas pedagógicas de professores(as) indígena. Descrever as metodologias e as práticas de interação entre alunos indígenas com deficiência, no contexto escolar de sala de aula regular. E, identificar estratégias locais no desenvolvimento da aprendizagem desses alunos e alunas com especialidades ou necessidades especiais na aldeia.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Educação Especial Indígena; Prática Pedagógica; Formação Específica.

DESCONSTRUINDO O RACISMO NA ESCOLA: DA TEORIA À PRÁTICA ANTIRRACISTA

Debora Ferreira Pinto, **Marta Ferreira Pinto** e **Michele Ferreira Pinto**

• Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora de Filosofia da Educação Básica na Secretaria de Educação de Estado do Paraná (SEED/PR).
• Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Interfaces entre Língua e Literatura (PPGL) da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)
• Especialista em Educação Especial (CENSUPEG). Professora de Sociologia da Educação Básica na Secretaria de Educação de Estado do Paraná (SEED/PR).

Esta pesquisa traz como tema central a desconstrução do racismo na escola através da práxis antirracista. Sendo assim, o objeto a ser estudado é a própria prática do racismo na escola vivificado por meio dos conceitos e enunciados de cunho racista. Esse trabalho é de fulcral importância, visto que, mesmo após vinte anos da obrigatoriedade da Lei n. 10.639/03, a qual determina que as instituições de ensino básico incluam no currículo o Ensino de História Africana e Afro-brasileira, ainda nos deparamos com a prática do racismo internalizada na relação dialógica entre os estudantes. Nesse contexto, a problemática que orienta esse trabalho é a investigação sobre as interfaces que o racismo se vivifica por meio dos conceitos racistas materializados nas piadas, as quais Moreira (2019) vai chamar de racismo recreativo. Nessa conjuntura, o objetivo principal aqui é colaborar com a luta antirracista na escola; posto isso, o objetivo secundário é relatar uma prática decolonial aplicada através de experiência docente num Colégio Estadual de Ensino Médio localizado na cidade de Ponta Grossa - PR.

A metodologia utilizada fundamenta-se na abordagem qualitativa, na qual, a partir de relato de experiência docente, nesse aspecto, apresentamos aqui nossos próprios relatos colaborativos. Eles buscam apresentar como podemos, enquanto docentes, não ficar só na teoria decolonial, mas vivenciar essa teoria na prática antirracista. A análise de dados será arraigada a partir do diálogo entre a prática docente relatada e os referenciais teóricos que fundamentam a pedagogia antirracista.

Ressaltamos que os referenciais teóricos que norteiam esse trabalho são Hooks (2013), Moreira (2019), Ribeiro (2019) e Carneiro (2011). Os resultados dessa pesquisa se encontram em processo, com os relatos de experiência docente ainda sendo realizados, onde a proposta pedagógica aplicada está centrada na pedagogia engajada de Bell Hooks (2019). Nesse ínterim, a prática pedagógica experienciada foi iniciada a partir da aplicação no colégio do Projeto "Café Literário: Vozes negras", o qual objetiva incentivar os alunos à leitura e consequentemente é um convite para a autorreflexão acerca de como todos os alunos são responsáveis também pela luta antirracista na escola. O primeiro livro trabalhado com os estudantes, foi a obra "Pequeno manual antirracista" de Djamila Ribeiro (2019). Nesse primeiro momento, já foi possível ouvir os estudantes a respeito das percepções que os mesmos possuem sobre o racismo na escola. Vale ressaltar que esse diálogo e reflexão é multidisciplinar, o qual foi baseado na relação entre a narrativa da autora Djamila Ribeiro (2019) e a narrativa dos estudantes a partir das vivências deles sobre o racismo. Pretende-se ainda, como obtenção de resultados, apresentar por meio de Mostra Pedagógica essas estratégias antirracistas, com intuito de expor a docentes da Educação Básica maneiras práticas da aplicabilidade da teoria decolonial como uma estratégia de colaborar na luta por uma educação antirracista.

Em suma, compreendemos que é na transformação da prática docente que podemos de fato obter resultados efetivos no combate ao racismo no ambiente escolar, e o viés da pedagogia decolonial e engajada de Bell Hooks oferece subsídios estratégicos capazes de transformar o ambiente escolar em um ambiente de reflexão vivaz ao que diz respeito a um ensino que trabalha efetivamente em prol da desconstrução do racismo na escola.

Palavras-chaves: racismo, prática antirracista, Bell Hooks, decolonial, educação.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei N. 10639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1993, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília (2003 jan. 10); p.1 *https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm*.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

EXPERIÊNCIA EM FORMAÇÃO DOCENTE: MATERIAL DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Geórgia Pereira Lima

Doutora em História Social (USP/SP, 2014), Pós-doutoramento em Ensino de História (UNIFAP, 2021) e Pós Doutoramento em Ciências da Religião (PUC/SP, 2023). Contribuição com as atividades do NEABI/UFAC.

O que expõe uma experiência na formação docente para relações ético-raciais? Essa é uma questão que nos remete às reflexões de Paulo Freire sobre docência e discência, mas não temos uma resposta única. Contudo, o foco deste trabalho é expor uma experiência docente realizada na disciplina "Material didático e paradidático para a educação das relações étnicoraciais" realizada no Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana, Afro- Brasileira e Indígena (Ufac, 2024).

Descrever a materialização desta formação docente proporcionou pensar que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 1996, p. 21), implicando expor o contexto da experiência desde o planejamento compartilhado e integrado a perspectiva de uma releitura do Currículo de Referência Única (SEE, 2018) a partir de uma discussão teórica para a educação das relações antirracistas (Gomes, 2011).

Nesse sentido, nossa intenção é seguir os contornos de significados e ressignificados do processo de formação docente proposto e realizado para identificar as complexidades (MORIN, 2000 ab) e enfrentamentos em reapresentar aos cursistas que optaram por realizar a disciplina. Este aspecto norteou o processo ensino-aprendizagem de forma a entrever as nuanças da interdiciplinaridade (WALSH, 2001/18) da elaboração e produção dos conhecimentos e suas interlocução com o trabalho coletivo no contexto da disciplina.

A partir desta complexidade exposta pelos cursistas, passamos articular a base objetiva da disciplina, a qual implicava uma práxis docente para promover entre os cursistas as condições teóricas-metodológicas que pudessem distinguir entre material didático e paradidático racista e antirracista, tendo como propósito a) Conhecer diferentes materiais didáticos e paradidáticos de educação para as relações étnico-raciais; b) Compreender o processo de elaboração de materiais didáticos e paradidáticos de educação para as relações étnico-raciais; c) Manusear materiais didáticos e paradidáticos de educação para as relações étnico-raciais.

Assim, partimos do pressuposto teórico-metodológico de Paulo Freire (1996) na aplicação do método ensino-pesquisa (Lima, 2021/23) no contexto das experiências pedagógicas realizadas em âmbito das ações/atividades promovidas numa perspectiva da educação antirracista contextualizada. Estávamos partindo de uma premissa, em nosso entender significativa, de saber como nos encontramos no campo socioeducacional quanto à Educação das Relações Étnico-raciais. Entre os próprios docentes-cursistas, isso serviu como uma estratégia de ensino-aprendizagem para expor as teias dos pré-conceitos em uma possibilidade de iniciar um combate ao racismo e às violências de caráter epistemológico.

Nesta experiência docente, as aulas expositivas dialogadas evidenciaram diversos "clichés" sistémicos do fazer docente-cursista usados como "modelos" para explicar as ideias do uso de materiais pedagógicos. Sobressaindo daí, chega-se na conclusão de três resultados: 1) Conhecimento contextualizado e interculturalidades no contexto do ensino-pesquisa dos diferentes materiais didáticos; 2) A constituição do trabalho individual-coletivo do protagonismo acadêmico, uma releitura de materiais didáticos e paradidáticos e, por fim, 3) A decolonização do conhecimento e a práxis docente.

Importante destacar que a experiência docente da disciplina com o ensino-pesquisa (LIMA, 2021/23) possibilitou, entre as releituras do uso de instrumentos/elementos, uma perspectiva pedagógica didática antirracista no que tange à desenvolvimento de ma-

térias. Os cursistas apresentaram diversas ideias de MDA; entre elas encontram-se as seguintes temáticas: 1) Palmatória: entre histórias de vidas de escravizados; 2) Tambor: ritmos e sons de africanidades; 3) Tokapo: experiência alimentar no contexto Abya Yala.

A partir da pesquisa, infere-se que as habilidades éticas, políticas e técnicas numa perspectiva para formação para as relações antirracistas expõe uma atuação consciente do papel social do educador, uma vez que a escola contemporânea tem exigido a formação de profissionais que tenham competências para desenvolver pedagogias outras, integradoras, inter/transdisciplinaridade e decoloniais.

Palavras-chave: material didático antirracista, ensino-pesquisa, formação docente.

REFERÊNCIAS:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do FREIRE**, Paulo. Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GOMES. Nilma Lino, **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03**, 2011. Disponivel em *https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-a-lei-1063903*.

LIMA, Geórgia, L. I. M. A.; REIS, Marcos Vinicius Freitas. Ensino de história. Fênix-**Revista de História e Estudos Culturais**, v. 20, n. 1, p. 390-415, 2023.

LIMA, Geórgia Pereira, **Relatório de Pós-douramento em Ensino de História**, UnifAp, 2021

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaia. São Paulo: Cortez, 2000a.

MORIN, E. e LE MOIGNE, J-L. **A inteligência da complexidade**. Trad. Nurimar Maia Falci. São Paulo: Peirópolis, 2000b.

WALSH, Catherine. **La educación intercultural en la educación**. Peru: Ministerio de Educación, 2001. Mimeografado;

WALSH, C., Oliveira, L. F.,& Candau, V. M.(2018).**Colonialidade e pedagogia decolonial**: Para pensar uma educação outra. Arquivos Analíticos de Políticaseducativas, 26(83).

ACRE, **Currículo de Referencia Unica do Acre**, SEE/2018.

BRASIL, MEC; Ministério da Educação / **Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**.

Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL, **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/ME, 2004.

NA VILA TAMBÉM SE FAZ SAMBA: A PEDAGOGIA DA ESCOLA DE SAMBA COLORADO

Caroline Glodes Blum

Este trabalho aborda a extinta escola de samba Colorado, nascida no berço do samba de Curitiba, a Vila Tassi, que em 1946 atravessou o trilho do trem rumo à "cidade" com sua rememorada batucada. Com a bateria nota 10, aplaudida por toda cidade e por sambistas célebres, como Cartola e Grande Otelo, a Colorado sempre se destacou pela forte identidade junto à comunidade da Vila Capanema, como indicou João Carlos de Freitas, autor do primeiro e até agora único livro sobre as escolas de samba da cidade intitulado "Colorado: a primeira escola de samba de Curitiba", obra que foi publicada em 2009 pela editora Banquinho.

Frente ao embranquecimento da imagem de Curitiba junto a marginalização da população negra e o apagamento da sua história, a escola de samba Colorado fortaleceu a comunidade e a cultura negra local através de uma prática pedagógica que envolveu uma forma de estar e ver o mundo aproximando-se do que Bell Hooks (2013) caracteriza como uma pedagogia engajada. Através de mestres populares, como Ismael Cordeiro, o Mestre Maé da Cuíca, e outros importantes integrantes da escola como Chocolate, Marlene D'Angola e Soninha, a escola de samba Colorado construiu

um legado de pertencimento e memória preservado por aqueles que vivenciaram e também por aqueles que buscam dar continuidade a essa história de tradição da cultura negra de Curitiba que compartilha os valores civilizatórios afro-brasileiros como indica Azoilda da Trindade (2010). Assim, a partir de pesquisa e vivência da autora desde 2008 com integrantes da extinta escola Colorado, com outras escolas de samba locais e também como integrante do Bloco de Samba Boca Negra, esse trabalho propõe compreender o samba e o carnaval de Curitiba como exemplos de práticas pedagógicas antirracistas em seus territórios e que também sugere uma reflexão ao exercício da própria pesquisa acadêmica ao valorizar o conhecimento popular e o protagonismo da cultura popular para a construção da sociedade.

O ENSINO DE HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: MARIA FIRMINA DOS REIS E SUAS ESCREVIVÊNCIAS, E OS NEGROS NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)

Ana Lúcia da Silva

Doutorado em História na Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Com base nos aportes teóricos da Nova História Política e das epistemologias negras, objetiva-se (re) visitar a história do Brasil Império, ao analisar as escrevivências da escritora negra e abolicionista Maria Firmina dos Reis em Cantos à beira-mar (1871), especificamente os poemas dedicados aos Corpos Voluntários da Pátria que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870), dando visibilidade aos negros.

Propõe-se o estudo da História do Brasil e da história regional, expondo a participação de negros da Província do Paraná nesse conflito bélico ao apresentar a análise de documentos do Arquivo Público do estado. Assim, visa-se empretecer os estudos da História Política brasileira e paranaense, ao apresentar resultados parciais da tese de Doutorado em História, linha de pesquisa: "História Política", defendida em 2023, pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPH) da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Os referenciais teórico-metodológicos que fundamentaram essa análise foram os estudos de biografia, da opinião pública, da literatura negra e do conceito de escrevivências de Conceição Evaristo, estabelecendo o diálogo com a historiografia e as epistemologias negras.

Resultados da pesquisa: Considerando as Leis n° 10.639/2003 e n° 11.645/2008, a Nova História Política e as epistemologias negras, os estudos da História do Brasil Imperial e do Paraná provincial, foi nos permitido repensar a história negra no contexto da diáspora africana, desconstruindo a narrativa tradicional e colonial de um Paraná branco no sul do país.

Palavras-chaves: educação antirracista, história política, Maria Firmina dos Reis, Guerra do Paraguai; história do Paraná.

REFERÊNCIAS:

DUARTE, Constância Lima. NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivências: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Edições Câmara, 2019.

SILVA, Ana Lúcia da. **A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrevivências de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da Nova História Política**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2023. 268 f.

O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985) E NOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - PNLD (2020)

Rafaela Neves Meireles e **Ana Lúcia da Silva**

• Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação pela Universidade Federal De Alfenas (UNIFAL-MG), na linha de pesquisa: Educação e sociedade: sujeitos, ideias e políticas. Sob a orientação da Prof. Dra. Ana Lúcia da Silva. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Alfenas (2020).Especialista em Gestão Educacional com habilidade em Orientação, Supervisão e Inspeção Escolar pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Especialista em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Atualmente é funcionária pública da Prefeitura Municipal de Alfenas, atuando na Educação Infantil.

• Professora Adjunta efetiva do Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL, Departamento de Ciências Humanas - DCH, da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL - MG, campus de Alfenas - MG, atuando na área de Educação e relações étnico-raciais. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), linha de pesquisa: "Educação e sociedade: sujeitos, ideias e políticas", UNIFAL-MG. Doutora em História (2023), linha de pesquisa: "História Política", pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPH), da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Doutora em Educação (2018), linha de pesquisa: "Ensino, aprendizagem e formação de professores", pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Mestrado em História - UEM/UEL. Graduação em História - licenciatura, pela UEM. Integrante dos grupos de pesquisa do CNPq: "Educação, mídia e Estudos Culturais" - UEM, do "Grupo de Pesquisa e Estudo Interdisciplinar Lélia Gonzalez" - FURG e "Brasil Contemporâneo" - UEM. Tem experiência na docência no Ensino Superior e na Educação Básica. Atua e tem interesse nas seguintes áreas/temas: Ensino de História; Educação, formação de professoras e professores; Educação antirracista, feminista e em Direitos Humanos, o racismo e as relações étnico-raciais; História da África e

cultura afro-brasileira; História do Brasil. História Política e movimentos sociais como o Movimento Negro e o Feminismo Negro.

O trabalho aqui apresentado constitui-se como a pesquisa de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Alfenas-MG (UNIFAL-MG), intitulado: "O Movimento Negro Unificado (MNU) na Ditadura Militar (1964-1985) e nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas". A pesquisa tem como objetivo analisar a luta antirracista do Movimento Negro Unificado, no contexto da Ditadura Militar (1964-1985), em uma coleção de Ciências Humanas Sociais e Aplicadas, utilizada no Novo Ensino Médio (com a promulgação da Lei n.13.415/2017), na rede pública de ensino da cidade de Alfenas, no sul de Minas Gerais. Pretende-se investigar as práticas de enfrentamento do Movimento Negro Unificado na Ditadura Militar contra a discriminação racial, às desigualdades sociais, raciais e de gênero, e também a representação desse movimento social na coleção de livros didáticos. Ademais, com essa pesquisa, visa-se analisar em que medida essa coleção apresenta e problematiza a história negra com destaque o MNU, proporcionando aos/às estudantes o questionamento das práticas políticas e de violações de Direitos Humanos ocorridos nesse ínterim.

O estudo torna-se relevante ainda para pensar a Educação brasileira e a sua relação com nosso passado recente. No século XXI, em tempos do capitalismo neoliberal e das tecnologias digitais, da internet, da comunicação em rede mundial, das redes sociais, da ascensão da extrema-direita, da proliferação de discursos de ódio e negacionistas como o discurso de que não existe racismo, desvalorização da Ciência, entre outros temas, é primordial o estudo acerca da atuação do MNU na Ditadura Militar, como o passado se faz presente na contemporaneidade, e isso reverbera nas produções de livros didáticos em nosso país. No Brasil contemporâneo, no governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022), se ampliou a apologia à Ditadura Militar, a negação de violações de Direitos Humanos naquela época e de existência de racismo no Brasil, como também ataques à Ciência, à Educação, entre outras práticas políticas autoritárias.

A pesquisa tem como metodologia a análise documental e das representações do MNU nos livros da coleção PNLD (2020), a fim de compreender como o Movimento Negro Unificado foi representado nessas produções.

Dito isso, com base nos aportes teóricos da Nova História Política (Silva, 2023; Rémond, 2003), das epistemologias do sul global como da intelectualidade negra e da Educação antirracista, busca-se analisar a atuação do MNU na Ditadura Militar e as representações deste nos livros didáticos. Os estudos de Stuart Hall, em seu trabalho *"Cultura e Representação"* (2016) nos permite depreender as representações, os significados e sentidos atribuídos por um indivíduo/e/ou coletividade a determinados fatos em diferentes contextos históricos, possibilitando o debate historiográfico, e também o surgimento de novos métodos de pesquisa, dialogando com outras áreas das Ciências Sociais para História e análise das fontes históricas. Os estudos da intelectual negra Nilma Lino Gomes, *"O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipações"* (2019) nos possibilita compreender que o Movimento Negro Unificado se difere de outras organizações pelo seu papel educacional e emancipatório, através de sua atuação ainda durante os anos de chumbo. Assim, propõe-se empretecer a História Política, ao analisar os livros didáticos do Novo Ensino Médio (NEM), ancorando-se nas epistemologias negras, pois outras histórias e conhecimentos importam.

Palavras-chave: educação antirracista; Movimento Negro Unificado; Ditadura Militar brasileira; livros didáticos.

REFERÊNCIAS:

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Trad. Daniel Miranda e Willian Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri.2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

RÉMOND.R. **Por Uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro. FGV. 2003.

SILVA, Ana Lúcia da. A História Política, o povo negro e as mulheres negras no Brasil: por outras epistemologias. In: SILVA, Ana Lúcia da. SILVA, Ana Lúcia da. **A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrevivências de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da Nova História Política**. 268 f. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa: História Política, Doutorado em História. Universidade Estadual de Maringá - UEM, 2023. p. 34 - 70.

OLHARES SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS DOCUMENTOS CURRICULARES ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM SANTA CATARINA E O CATUMBI COMO EXPRESSÃO CULTURAL

Alessandra Cristina Bernardino

Mestre em Educação - IFC/ Camboriú SC. Formada em Pedagogia, pós-graduada em Psicopedagogia e Especialização em Fundamentos e Organização Curricular.

A presente pesquisa, de cunho bibliográfico e documental, é de abordagem qualitativa, de viés descritivo e interpretativo, através do que corresponde às africanidades, sobre o sistema da educação básica no contexto do Brasil e especificamente em Santa Catarina. Assim, é imprescindível refletir sobre o protagonismo e luta dos negros em nossa sociedade, tanto históricas quanto contemporâneas, com prevalência da herança africana e uma brasilidade não eurocêntrica. Para demonstrar que as pessoas escravizadas não eram passivas, mas indivíduos e coletivos que subverteram o discurso oficial, que estavam em busca de liberdade, fizeram resistência e se situavam no mundo como protagonistas ativos na construção do Brasil.

O contexto desta pesquisa, apresenta a referida experiência pedagógica que teve início no ano de 1999, devido a discriminação racial praticada em sala de aula, do qual um menino branco chamou um menino negro de "macaco" após a aula de Educação Física. A atividade foi realizada com crianças das séries iniciais, incorporada como um projeto educacional na comunidade quilombola de Itapocu.

O objetivo geral da pesquisa buscou compreender como as relações étnico-raciais na educação básica em Santa Catarina são expressas na comunidade remanescente quilombola de Itapocu, como espaço educador, mais especificamente através da manifestação do Catumbi, localizada no município de Araquari SC, na Escola de Educação Básica Titolívio Venâncio Rosa. Nesse cenário, para identificar os entraves e facilitadores das políticas educacionais de combate ao racismo no âmbito da temática da educação das relações étnico-raciais, na educação básica no contexto do Brasil, utilizou-se como objetivos específicos: contextualizar o sistema educacional brasileiro, considerando as temáticas educacionais de fortalecimento da educação das relações étnico-raciais no âmbito da Lei no 10.639/03; descrever como a experiência pedagógica do Catumbi-Mirim, através da cultura do Catumbi, se materializa na prática das iniciativas curriculares na educação básica em Santa Catarina.

A temática eleita para este estudo evidencia a luta dos negros em movimentos sociais, sindicatos, associações, quilombos que, através do currículo, necessita ampliar a discussão das relações étnico-raciais dentro da escola, como afirma Pinheiro (2023), é relevante refletir sobre as práticas pedagógicas construídas a partir das orientações normativas e curriculares exigidas nas escolas brasileiras públicas e privadas no âmbito da legislação 10.639/03 (BRASIL, 2003). Assim, empreender na reeducação das relações étnico-raciais é essencial para contribuir pelo fim da desigualdade social e racial em nosso país, nos quais crianças e jovens dos grupos étnicos, sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento (GOMES, 2012), possam se ver através da representação cultural e ações coletivas, trazendo consigo demandas políticas, valores, corporeidades, agindo como mediador no processo de valorização e difusão da cultura afro-brasileira, por diversos caminhos, em sala de aula, quiçá ela também reflita além dos muros da escola.

Conclui-se que esta pesquisa de dissertação pode contribuir para o campo acadêmico e as diferenciações que este estudo provocará no âmbito da educação, através da pesquisa realizada nos documentos curriculares orientadores do estado de Santa Catarina-Brasil e do Catumbi como expressão cultural das relações étnico-raciais. É relevante compreender que necessitamos de uma educação antirracista e que exige que o pesquisador aponte caminhos, mecanismos e razões, principalmente, para afirmar que a educação produzida até aqui, ainda não promove a diversidade na sua integralidade, dessa forma, buscar compreender a temática das relações étnico-raciais na educação básica, possibilitará em algum grau a superação de exclusões, de desigualdades e a garantia de igualdade de oportunidades na sociedade.

Palavras-chave: educação das relações étnico-raciais, currículo, Educação Básica, Catumbi.

REFERÊNCIAS:

BERNARDINO, Alessandra Cristina. **Na Batida do Tambor: "A História do Catumbi-Mirim"** - Abril Mundo 2012 - A literatura africana e afro-brasileira – PROLIJ/ UNIVILLE – 2012.

GOMES Nilma Lino. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. Currículo sem Fronteiras, n.1, v.12, p. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em *http://www.apeoesp.org.br/* Acesso em 20 fev. 2022.

MEC – Ministério da Educação, **LEI N. 10.639 DE 09**

DE JANEIRO DE 2003 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da Temática "História E Cultura Afro-Brasileira" - Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília DF. Disponível em: *https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/*. Acesso em: 29 maio 2022

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. 4 ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2023

SAMBAS-ENREDO COMO FERRAMENTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA

Aline Silva Ramos

Mestra em Ensino de História pela UFRJ.

O objeto de pesquisa do presente estudo é a utilização dos sambas-enredos das Escolas de Samba do Rio de Janeiro do grupo especial para o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas de educação básica, partindo do seguinte questionamento: em que medida os sambas-enredos das escolas de samba podem contribuir para ampliar os processos de identificação e subjetivação dos estudantes brasileiros nas aulas de história.

Esta pesquisa está ancorada na lei 10.639/ 2003 que obriga o ensino de História da África e cultura afro-brasileira. A promulgação desta lei respondeu as demandas dos movimentos sociais negros no Brasil. Logo, entendo que é preciso combater o eurocentrismo e como ele alimenta o racismo vigente no nosso país.

Sendo assim, os objetivos deste trabalho são: contribuir para um ensino de história antirracista por meio dos enredos e sambas-enredo nas aulas de história, fomentar processos de identificação e subjetivação por meio dos enredos e dos sambas-enredo de escola de samba, demostrar como os sambas-enredo podem ser instrumentos potentes para o ensino de história afro-brasileira.

Como professora, ministro aulas de história na prefeitura de Duque de Caxias. A rede é composta por maioria de crianças e adolescentes negros. Inserida nesta realidade, percebo a importância de um ensino de história que corresponda às demandas identitárias desse grupo.

Escolhi trabalhar com sambas-enredo porque percebi que o samba e as escolas de samba, tais como o GRES Grande Rio, são importantes instituições culturais para o povo de Duque de Caxias. Dessa forma, é possível vislumbrar a potência de usar os enredos e sambas para as aulas de história dessa população.

Foram realizadas atividades pedagógicas com sambas-enredo de 2022, com três escolas de samba: Portela, Salgueiro e Beija-Flor. Escolhi essas agremiações porque vislumbrei as oportunidades de utilizar esses sambas como materiais didáticos para os temas e conteúdos relacionados às minhas turmas de 6º e 7º ano. Assim, trabalhei os conteúdos relacionados a origem do gênero humano na África e os significados mitológicos sobre a árvore Baobá com o samba da Portela de 2022. O samba da Beija-flor associei aos conteúdos sobre as invenções que as civilizações antigas africanas fizeram, como o Império Egípcio e reinos Núbia e Cuxe. Ambos os sambas foram utilizados nas turmas do sexto ano. O samba do Salgueiro de 2022 utilizei nas duas turmas do sétimo para o desenvolvimento do tema Resistência, as diversas formas que os negros resistiram a opressão, seja através dos quilombos, da culinária, da música, da luta.

A perspectiva teórica utilizada foi a decolonial, refletindo também sobre os seguintes conceitos: identidade, memória e enredo. Para a perspectiva decolonial, utilizei o autor Walter Mignolo, pois para ele é preciso romper com a hierarquização da história e de saberes de povos que durante muitos séculos foram calados, subalternizados, desvalorizados. Em relação ao conceito "memória", utilizei o autor Michel Pollak, que diz que a memória é construída. Em relação ao conceito de "identidade", utilizei o autor Stuart Hall que compreende que as identificações dos sujeitos nos tempos atuais estão baseadas em seus papéis históricos dentro da sociedade. Sobre o conceito de "enredo", utilizei o autor Cláudio Pereira Elmir que argumenta que diferentes histórias são contadas de maneiras diferentes, logo os enredos de escola de samba são um exemplo de outras estratégias de contar os acontecimentos históricos.

A pesquisa realizada foi muito proveitosa para o campo de Ensino de História, pois os alunos demonstraram avanços no processo de ensino-aprendizagem ao realizarem atividades de interpretação e pesquisa sobre as temáticas propostas pelos sambas-enredo.

REFERÊNCIAS:

ELMIR. Cláudio Pereira. **"O enredo do como categoria e método de análise"**. In: .MALERBA, Jurandir (org). História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

HALL, Stuart **A identidade cultural na pós-modernidade Stuart Hall**; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro:

DP&A, 2006.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério o ocidental no horizonte da conceitual da modernidade**. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005, pp. 71-103.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **Narrativas de (re) existência e educação antirracista**. In: Pereira, Amílcar Araújo (org). Narrativas de (re) existência: antirracismo, história e educação. Campinas: Editora Unicamp, 2021.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, n. 10, 1992, pp 200- 215.

GT9: Racismo Algorítmico: Relações e desafios étnicos-raciais em sistemas de Inteligência Artificial

Propositoras: Alexandra Miguel Raibolt da Silva e Keu Araújo dos Santos

O crescente estudo e avanço de tecnologias de IA nas últimas três décadas contribuíram para o surgimento do termo conhecido como Racismo Algorítmico. Esse Grupo de Pesquisa visa compartilhar sobre o fenômeno do Racismo Algorítmico, abordando sua atualidade, suas causas, possíveis soluções e impactos na sociedade contemporânea, com o objetivo de elaborar um artigo científico que contribua para o entendimento e enfrentamento desse problema.

EXPLORANDO O RACISMO ALGORÍTMICO ATRAVÉS DA VISÃO COMPUTACIONAL: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA

Keu Araújo dos Santos e **Alexandra Miguel Raibolt da Silva**

• Graduanda em ciências econômica pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) - *kely.santos@ufpr.br*
• Coordenadora do curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO). Doutoranda em Engenharia de Defesa, Instituto Militar de Engenharia (IME) - *raibolt@ime.eb.br*

Com o desenvolvimento das sociedades, foram criados mecanismo para o crescimento socioeconômico no intuito de maximizar o bem-estar da população, todavia analisando o processo histórico de hegemonia racial, deu-se através do processo exploratório e de discriminação social, utilizando-se de ferramentas de poder que cominaram para inovações tecnológicas. Dentre estas, podemos destacar o uso das Redes Sociais e Inteligência Artificial.

Nas últimas décadas, observa-se uma grande demanda por recursos que exigem o uso de reconhecimento automatizado de indivíduos, face, expressões faciais e de objetos. A tarefa de reconhecimento automatizado se dá através de técnicas de Visão Computacional (em geral, em imagens), técnica emergente no campo da Inteligência Artificial.

Em 2021, o Instituto Stanford de Inteligência Artificial Centrada no Humano (em inglês, Stanford Institute for Human-Centered Artificial Intelligence — Stanford HAI) lançou a quarta edição do relatório AI Index (HAI, 2021), edição esta, que conta com a parceria da academia, governo e organizações da indústria. Neste relatório, é indicado que o campo da Inteligência Artificial e suas subáreas ganham cada vez mais notoriedade, através do crescente estudo, devido a amplas aplicações comerciais, tais como: sistema de vigilância, detecção de transtornos mentais, Robótica Assistiva, entre outras. Além disso, na contemporaneidade, evidenciamos cada vez mais a democratização de recursos baseados em técnicas de Inteligência Artificial, popularizando o seu uso cada vez mais por empresas, governo e sociedade civil.

Neste trabalho, a problemática envolve a perpetuação do racismo frente a algoritmos de Visão Computacional e Reconhecimento de Padrões aplicados ao reconhecimento de indivíduos. Dado o destaque das ferramentas de Inteligência Artificial, revelou-se importante o debate sobre racismo algoritmo e a utilização dessas novas tecnologias para o controle e discriminação racial de indivíduos. Ressurge a ameaça de não assegurar os direitos humanos à população em situação de fragilidade social, que historicamente foram condicionados à exclusão social.

O objetivo geral deste trabalho consiste em mapear a produção e disseminação do conhecimento científico através da pesquisa bibliométrica acerca da temática de racismo algoritmo e sua interseção em sistemas de reconhecimento de indivíduos por algoritmos de Visão Computacional. Esta pesquisa será realizada por meio da abordagem metodológica de Revisão Bibliométrica, uma técnica quantitativa e estatística que tem como finalidade medir os índices de produção e disseminação do conhecimento científico (ARAÚJO, 2006). Com intuito de quantificar trabalhos acadêmicos no contexto de racismo algoritmo mediante algoritmos de Visão Computacional.

O termo "racismo algorítmico" não possui uma origem única ou criador específico. Ele emergiu da necessidade de descrever e analisar casos em que algoritmos e sistemas de Inteligência Artificial demonstraram vieses raciais ou perpetuaram práticas discriminatórias (OLIVEIRA E ARANTES, 2024). Entretanto, a canadense Joy Buolamwini em seu livro "Desmascarando a IA: Minha missão de proteger o humano em um mundo de máquinas" (em inglês, Unmasking AI: My Mission to Protect What Is Human in a World of Machines) (BUOLAMWINI, 2023), aponta como as ferramentas de Inteligência Artificial podem gerar vulnerabilidades sociais e raciais.

Já no Brasil, Tarcízio Silva (DA SILVA, 2020) apresenta uma série de aplicações através do uso da Visão Computacional que disseminaram práticas de manifestações racistas, e que se tornaram públicas.

Este trabalho propõe uma extensa pesquisa através da metodologia de Revisão Bibliométrica acerca da temática de racismo algoritmo e sua interseção por meio de algoritmos de Visão Computacional, além de levantar discussões sobre os desafios étnico-raciais em sistemas de Inteligência Artificial. Em trabalhos futuros, pretendemos, através da Revisão Bibliométrica, mensurar artigos ou resenhas que abordam a relação entre racismo, algoritmos e Visão Computacional, utilizando como referência a base Scopus.

Palavras-chave: Racismo Algoritmo; Visão Computacional; Inteligência Artificial; Revisão Bibliométrica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos AA. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Em questão, v.12, n. 1, p. 11-32, 2006.

BUOLAMWINI, Joy. **Unmasking AI: my mission to protect what is human in a world of machi-**

nes. Random House, 2023.

DA SILVA, Tarcízio. **Visão computacional e racismo algorítmico: branquitude e opacidade no aprendizado de máquina**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 12, n. 31, 2020.

DE OLIVEIRA, Jean Carlos; ARANTES, Priscila Almeida Cunha. **Alexa, você é racista? Racismo algorítmico, vieses e intencionalidade**. DAT Journal, v. 9, n. 1, p. 04-16, 2024.

HAI, S. **The AI Index Report Artificial Intelligence Index Stanford HAI:** Stanford Institute for Human-Centered Artificial Intelligence, 2021. Disponível em: <https://aiindex.stanford.edu/report>. Acesso em: 25 jun. de 2024.

PANORAMA NACIONAL DA ADOÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SISTEMA PÚBLICO: RACISMO ALGORITMO E SEUS ASPECTOS BIOPOLÍTICOS

Nayara dos Anjos Nicacio

Graduanda em Sistemas de Informação, Faculdade Santíssimo Sacramento (FSS). *nayaranicacio@hotmail.com*.

Dentre as várias formas de poder, a escolha é a mais valiosa, esse poder se manifesta na sociedade através dos instrumentos de intermediação e concessão de direitos fundamentais. No setor público, ela surge através de seus instrumentos técnicos e tecnológicos, a citar atualmente os sistemas de Inteligência Artificial, que vêm sendo amplamente utilizados. Só no setor de justiça são cerca de 67 programas de Inteligência Artificial espalhados por 47 tribunais (SALOMÃO, 2023), mesmo sem uma legislação específica para o uso de Inteligência Artificial, o Brasil se destaca como maior centro em consumo de aplicações de Inteligência Artificial da América Latina, segundo a revista Exame 2024. Diante disso, conhecer o panorama nacional do uso de Inteligência Artificial pelos setores públicos é fundamental, observando critérios de transparência e análise de impacto social, partindo de marcadores sociais que norteiam um conjunto de estratégias de gestão.

Tendo em mente esses critérios, visamos entender como mitigar o impacto do uso de Inteligência Artificial na vida cotidiana? Nesse sentido, os algoritmos, os dados e as Inteligências Artificiais, são ingredientes que compõem os instrumentos técnicos que orientam as ações de poder, construindo "dispositivos" que quando combinados assumem o caráter de relevância pública, por sua ação performativa e normativa, assim a Inteligência Artificial se destaca como "dispositivo" intensificador e delimitador do poder Comercial, de Estado e Social.

Este artigo movimenta-se por meio de uma análise exploratória comparada da adoção de Inteligência Artificial pelo setor público no Brasil, comparando-a com iniciativas nos Estados Unidos, principal polo de desenvolvimento de Inteligência Artificial, sendo também o principal fornecedor dela. Para isso analisamos quatro cenários estratégicos que adotaram sistemas de Inteligência Artificial, são eles: na saúde, com o sistema Conecte SUS e Projeto EB Saúde; no tribunal de justiça, com sistema Vitor, no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e no sistema de intermediação de mão de obra o (SINE), com o sistema Automated Decision Making ou ADM.

Para desenvolver essa pesquisa utilizamos dados secundários do relatório de Inteligência Artificial e Inclusão na América Latina (BRUNO; CARDOSO; FALTAY, 2021), único relatório produzido no Brasil sobre um sistema implementado no setor público, que avalia não só o SINE, mas a adoção do sistema ADM em três outros países da América Latina por setores distintos. Permitindo analisar as dinâmicas e desdobramentos do uso de Inteligência Artificial, revelando o panorama das áreas de maior impacto social, viabilizando acompanhar sua evolução. No que diz respeito ao conceito de biopolítica vamos nos debruçar sobre o olhar de Deivison Faustino e o livro Colonialismo Digital (FAUSTINO; LIPPOLD, 2023), para contextualizar a ideia de biopolítica ampliando nossa visão em relação às dinâmicas de poder exercidas pelas novas tecnologias. Além destes, utilizamos uma série de investigações promovida pela Propublica e mapeamento trazidos pela organização Develar (SILVA, 2023) conduzida sob o olhar de Tarcízio Silva.

Nossa pesquisa revela que a ausência de legislação específica e falta de transparência nos processos de modelagem podem impactar as dinâmicas sociais, criando ou aumentando as desigualdades. As Inteligências Artificiais, já são responsáveis por intermediar e ou construir as bases das políticas públicas em nosso país, porém ainda não se pode mensurar o impacto social dessa ação, não só pela ausência de instrumentos reguladores do uso dessas tecnologias, mas também pela falta de transparência nos arranjos algoritmos utilizados para inferir os resultados apontados por estas (NICBRVIDEOS, 2023).

A inserção da Inteligência Artificial no setor público

requer cautela para evitar decisões automatizadas sem supervisão humana adequada. O Brasil, atualmente um grande consumidor de Inteligência Artificial na América Latina, precisa investir em pesquisa e desenvolvimento para não ser marginalizado globalmente e para moldar tecnologias que reflitam suas necessidades reais, visando um crescimento econômico sustentável e inclusivo.

Palavras-chave: Racismo Algorítmico; Direitos Fundamentais; Inteligência Artificial; Biopolítica; Sistema Público.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de. **As políticas públicas como concretização dos direitos sociais**. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 6, n. 3, p. 773-794, set./dez. 2019.

Relatório. **Inteligência Artificial e Inclusão**. Disponível em: *https://ia.derechosdigitales.org/wpcontent/uploads/2021/04/CPC_informe_BRASIL.pdf&gt*;

PARENTE, André. **Tramas da Rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2010.SILVA, Tarcízio. Mapeamento de Danos e Discriminação Algorítmica. Desvelar, 2023.

[FIB13] **IA em Decisões Automatizadas: estabelecendo critérios para revisão (humana) art. 20 da LGPD**. Disponível em: *https://www.youtube.com/watch?v=ptDemKJd7B4&gt*. Acesso em: 13 jun. 2024.

GT10: Poéticas negro-brasileiras em debate: textos, oralidades, mídias e visualidades

Propositoras: Amanda Crispim Ferreira, Lariane Casagrande e Débora Maria Proença

Este GT pretende acolher comunicações voltadas às pesquisas ou relatos de experiência que tratem das poéticas negras (oral, verbal e não-verbal) em circulação nos espaços da universidade – graduação e pós-graduação -, nas escolas do Ensino Básico e nos projetos de extensão.

EDITORAS E LIVRARIAS NEGRAS: REFLEXÕES SOBRE UMA HISTORIOGRAFIA NEGRA FEMININA

Lariane Casagrande

Doutoranda em Design (UFPR), Mestra em Comunicação (UEL), Bacharel em Design Gráfico (UEL), com graduação-sanduíche (Rider University - EUA) pelo Programa Ciência sem Fronteiras. Participa do grupo de pesquisa: Teoria, história e crítica do design e atividades projetuais (UFPR). Bolsista CAPES, *larianecasagrande@gmail.com*, ORCID 0009-0006-7526-1776

Minha intenção ao escrever este texto é a de refletir a respeito dos espaços que possibilitaram/possibilitam o livre trânsito de ideias, expressões artísticas e sujeitos situados no cerne da contestação dos modelos instituídos. Sendo as editoras e livrarias negras territórios de disputa e reconexão da negritude, enquanto buscam e acolhem autoras/autores e ilustradoras/ilustradores negros e negros, bem como temáticas que propõem a projeção de vozes destas autoras e autores, a partir de suas próprias experiências.

Nesse sentido, mapear espaços e pessoas que tomam a frente para garantir espaço de produção e circulação de pessoas negras, em um universo editorial onde predominam editoras, autores e ilustradores brancos, me permite retomar aspectos históricos ligados à prática editorial e a história do design no Brasil em uma perspectiva feminista e racializada.

Considerando que pesquisas sobre a história da circulação de livros de autoria negra no Brasil são escassas. Tendo em vista que obras de referência sobre a história do livro, da circulação de livros no Brasil, ou mesmo do circuito denominado "independente", de editoras e livrarias, não registram algo específico sobre essa esfera de circulação, ou eventualmente tangenciam essa história. Mesmo entre trabalhos que estudam movimentos negros, literatura negra, empresariado negro ou ativismo cultural negro no Brasil (Silva, 2024). Me proponho a apresentar neste texto a primeira fase de mapeamento de editoras e livrarias negras brasileiras, bem como a reflexão sobre tais dados.

Para tanto, neste estudo de caráter qualitativo exploratório, a primeira fase do mapeamento de editoras e livrarias negras brasileiras, se deu pela busca via internet (Google) no primeiro semestre de 2024, usando as palavras-chave: editora negra e livraria negra, somadas aos nomes dos estados, e em seguida aos nomes das capitais do Brasil. Posteriormente acessei os sites oficiais de cada estabelecimento encontrado, notícias jornalísticas, entrevistas e artigos científicos (Banco de Teses Capes e Periódicos Capes), a fim de confirmar a auto intitulação de editora/livraria negra, bem como, catalogar dados de contato como: ano de fundação, nome da fundadora/fundador, e-mail, telefone, redes sociais e endereço da sede, quando há.

Para dar suporte às reflexões apresentadas, que perpassam o processo cultural, coletivo e contínuo, no qual o design, suas práticas, artefatos e historiografia estão inseridos, lancei mão do aporte teórico de Beatriz Nascimento (1985) e Lélia Gonzalez (2020).

Tal mapeamento resultou em 17 estabelecimentos, com sedes em João Pessoa, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, tendo fundações majoritariamente femininas. Dos 17 estabelecimentos catalogados, 12 foram fundados por mulheres e 2 foram fundados somente por homens. Sobre os 3 estabelecimentos restantes, não tive acesso a tais dados de fundação até a escrita deste texto. Sendo a Livraria Contexto, de 1972, fundada por Nair Theodoro Araújo, e a Mazza Edições, de 1981, fundada por Maria Mazarello Rodrigues, as editoras negras com fundações mais antigas.

As semelhanças nas trajetórias das duas primeiras editoras mapeadas, fundadas por mulheres com forte conexão ao ativismo político e cultural, somadas a localização geográfica das editoras/livrarias negras, são indícios de locais históricos do ativismo negro brasileiro, e do protagonismo feminino, na prática de estratégias para operar a favor de transformações nas estruturas sociais, como o aquilombamento (Nascimento, 1985).

Palavras-chave: editoras negras; história do design no Brasil; aquilombamento.

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. P**or um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LOBATO, Paula; LAGE, Igor. **Em torno dos livros, para além deles, em comunidade:** Maria Mazarello Rodrigues. Cosmopolíticas Editorias, 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. Afrodiáspora, Rio de Janeiro, n 6/7, 1985.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **Livrarias negras no sudeste brasileiro 1972-2018**. Dados, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, pp. 1-37, 2024. Disponível em: *https://www.scielo.br/j/dados/a/ RdZJYXTMkKFHjNcbSPjyVth/*. Acesso em 12/2023.

PRESENÇA AFROCURITIBANA: UMA CARTOGRAFIA SOBRE A PRESENÇA DA POPULAÇÃO NEGRA NA PRODUÇÃO DA PAISAGEM URBANA NA CIDADE DE CURITIBA

Andrea Vanessa Borges Oliveira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal do Paraná - UFPR, na linha de pesquisa Teoria e História do Design. Bacharel em Desenho Industrial com ênfase em Programação Visual pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Membro do Grupo de Pesquisa em Teoria, História e Crítica do Design (UFPR). *andreaoliveira@ufpr.br*

Nesta proposta de pesquisa, pretende-se entender como a presença da população negra produz a paisagem urbana na cidade de Curitiba, a partir da análise de roteiros histórico-turísticos propostos tanto pela institucionalidade[1] quanto por coletivos autônomos. Trata-se de uma investigação sobre as formas de produção visual do espaço urbano e sua relação com os enquadramentos da memória apresentados na historiografia oficial e nas formas de transmissão da história da população negra.

O conceito de "enquadramento da memória", abordado pelo sociólogo e historiador francês Michael Pollak e enquadradas por diferentes atores sociais e instituições. Esta pesquisa reflete sobre o papel do corpo, a partir do caminhar, e da oralidade como ferramentas na transmissão da memória de populações marginalizadas na formação das cidades. O objetivo é investigar o cruzamento entre os diferentes modos de enquadramento da memória e a produção da paisagem urbana, com foco na materialidade do espaço e sua visualidade. Além disso, busca-se identificar iniciativas, práticas de resistência, resgate da memória e contribuições da comunidade afro-curitibana na produção do espaço urbano da cidade de Curitiba.

Nesta abordagem, pretende-se utilizar como metodologia a pesquisa de campo, em suas práticas de observação, entrevistas, processos cartográficos e diários de campo. Como aporte teórico, serão utilizados os trabalhos de Michael Pollak (1989) a memória e seus enquadramentos; Michel de Certeau (2001) espaços de enunciação; Milton Santos com a produção do espaço urbano; Beatriz Nascimento (2022) a presença do corpo no espaço social e Stuart Hall (2016) cultura e representação. Considerando o contexto e o foco da pesquisa, espera-se que esta investigação contribua para a compreensão das dinâmicas de resistência, do resgate da memória, e das contribuições da comunidade afro-curitibana na produção do espaço urbano da cidade de Curitiba.

Palavras-chave: Memória; População negra; Produção do espaço; Paisagem urbana; Design.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2016.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **O negro visto por ele mesmo** / Maria Beatriz Nascimento; org. por Alex Ratts. São Paulo: UBU Editora, 2022.

NASCIMENTO, G. P. de. **A racialização do espaço urbano da cidade de Curitiba-PR**. Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 25, e24, p. 1-32, 2021.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

"PARA QUE AMANHÃ NÃO SEJA SÓ UM ONTEM" AFRODESCENDÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DE UMA POÉTICA VISUAL

Larissa de Souza Fagundes Leonardi

Graduada em Licenciatura em Artes Visuais (UNESPAR). *lassdesign@gmail.com*

Esta pesquisa discorre sobre minha prática como artista visual, que se dá com o estudo, pesquisa e criações artísticas a partir do uso de fotografias. Neste trabalho, apresento minhas produções artísticas e analiso aspectos históricos e teóricos sobre racismo, pertencimento e afrodescendência, fundamentais para o desenvolvimento de minha poética artística. Abordando questões relativas ao colorismo, ao papel da mulher negra na sociedade atual e às interrelações do cenário atual com o passado escravocrata brasileiro.

Dentro deste processo de pesquisa, fiz um retorno às memórias pessoais, mas também fui ao encontro de histórias de tantas outras mulheres que passaram por situações semelhantes. A construção de narrativas com fotografias de mulheres negras escravizadas me fez explorar uma obra artística ficcional que, paralelamente, permite produzir a voz de mulheres que não puderam estar aqui para expressar seus sentimentos. Usar a arte como suporte para este resgate e, ao mesmo tempo, questionar preconceitos raciais foi um dos objetivos da minha pesquisa e criação artística.

As técnicas de produção artística que pesquisei durante esta jornada têm relação intrínseca com meu processo criativo e de autoconhecimento. Assim, o fa-

1. Linha Turismo é um percurso que faz parte do Instituto Municipal Curitiba Turismo, autarquia municipal criada para atender exclusivamente as questões do setor de Turismo, dada a sua relevante importância econômica, social e cultural que a atividade representa no Município, além de contribuir significativamente na geração de emprego e renda. Informação disponibilizada no site: *https://turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/quem-somos/3*

zer artístico me ajudou a curar dores e foi responsável pelo encontro com a minha ancestralidade, encontro este que reverencio no título do meu trabalho, "Para que amanhã não seja só um ontem". Ressignificar histórias encontrando seu propósito entre as linhas, curvas, entre o preto e o branco, o branco e o preto. Assim, esta pesquisa foi sendo tecida, bordada, retratada entre dobras, recortes, linhas e curvas; realizada num tempo que se desdobra em passado, presente e futuro e se encontra em uma fusão de todos eles. Fazendo da prática artística e da apreciação dela pelo espectador também uma prática de questionamento.

Ao final deste percurso, percebi que não houve só um processo de se reencontrar com memórias, sensações, mas também o encontro de técnicas artísticas e processos criativos. Diante das imagens dos meus familiares negros e de fotografias históricas, percebi que ali também se encontrava a história da minha família. Entendi parte do passado escravocrata e fiz dele não só pertencente à minha busca, mas também testemunho. Percebi que nas minhas criações, além de minhas memórias, havia também toda uma história daquelas e daqueles que não puderem ter suas vozes ouvidas.

Orientada pela noção de Escrivivência de Conceição Evaristo, minhas produções incluem referências da minha vivência como mulher negra de pele clara, mas agregam: pesquisa histórica, social. O fazer artístico tem este papel de aprimorar e me aproximar da arte, da história, do conhecimento e do descontentamento. Através da minha arte, espero inspirar diálogos, desafiar percepções e promover uma compreensão mais profunda das camadas da experiência afrodescendente na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Afrodescendência; Ancestralidade; Cianotipia; Poética Artística.

REFERÊNCIAS

ANTONACCI, Célia Maria. **Apontamentos da arte africana e afro-brasileira contemporânea: políticas e poéticas**. São Paulo. Invisíveis produções, 2021.

BENTO, Cida. **O pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

COSTA, L. B. da. **Cartografia: uma outra forma de pesquisar**. Revista Digital do LAV, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 066–077, 2014.

COSTA, L. B. da. **A cartografia parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa**. Paralelo 31, p. 10–35, 10 dez. 2020.

CONCEIÇÃO, Francis Willams Brito da. **Feminismo negro e interseccionalidade na canção "Mulher do fim do mundo" (2015) interpretada por Elza Soares**. Criação & crítica, n. 31, p., dez. 2021.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. Sao Paulo:P&B, 2021.

FLECHTER, Kanitra. In: **Redução de danos: a resistência visual de mulheres negras dentro e fora do Brasil**. PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (orgs.). História das mulheres, histórias feministas: antologia. São Paulo: MASP, 2019.p.458-469

EMICIDA, **Amarelo**. Intérprete: Emicida. Compositores: Felipe Vassão /DJ Duh/Emicida /Belchior. Gravadora: Laboratório Fantasma. 2019

O MANHOSO JEITO E SENTIR AS RELAÇÕES HUMANAS: A CONTADORA DE HISTÓRIAS MARIA DA CONCEIÇÃO EVARISTO DE BRITO EM HISTÓRIAS DE LEVES ENGANOS E PARECENÇAS

Rafaella Oliveira e **Amanda Crispim Ferreira**

• Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL). Especialista em Alfabetização e Letramento pelo Centro Universitário Internacional- UNINTER. Especialista em Educação Infantil e Tecnologia pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER. Graduada em Letras- Português pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. Graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil. UNIBRASIL. E-mail: *rafaella.sr.oliveira80@gmail.com*. Lattes: *http://lattes.cnqp.br/1888197274373163*. ORCID: *https://orcid.org/0009-0008-5746-1728*

• Doutora em Letras (UEL). Professora adjunta do curso de Letras-Português da UTFPR Curitiba. E-mail: *amacrispim@utfpr.edu.br*

O negro conta histórias com o seu corpo. Para Vanda Machado, o africano é um contador de histórias e ela aponta que "contar histórias é uma ação fundamental para a tessitura dos fatos e acontecimentos vivenciais, histórias de vida, histórias interligadas e histórias presenciais". (Machado, 2013, p. 93). Esse recorte em literatura negra se deu após uma frase da Conceição Evaristo "de muitas histórias já sei, pois vieram das entranhas do meu povo. O que está guardado em minha gente, em mim, dorme um leve sono." (Evaristo, 2017, p.17).

Partindo dessa abordagem, a pesquisa se debruça sobre o tema A linguagem performática da narradora/contadora presente na obra *Histórias de leves, enganos*

e *parecenças* (2017), de Conceição Evaristo. Sendo assim, justifico meu trabalho com base na revisão literária que desenvolvi sobre a produção acadêmica relacionada ao meu objeto de pesquisa, já que temos uma antologia inovadora e consideravelmente recente que data de 2017, ou seja, há muito o que ser explorado pela perspectiva do negro como protagonista.

A pesquisa visa alcançar o objetivo geral de articular a estética da escrita da obra *Histórias de Leves enganos e Parecenças* (2017) de Conceição Evaristo, com a arte milenar dos contadores africanos de histórias. Dessa forma, os objetivos específicos se delimitaram em identificar a temática dos 12 contos e da novela *Sabela*, interpretar a estética da linguagem escrita da narradora/contadora de histórias presentes nos textos e, por fim, verificar se a narração performática da autora é pertinente com a performance de um contador de histórias africano.

Metodologicamente a pesquisa será de perspectiva exploratória e bibliográfica, com análise qualitativa de cunho interpretativo, a fim de compreender os processos de produção escolhidos pela narradora/ contadora que ao produzir os contos e a novela, promoveu uma relação de aproximação com a estética utilizada pelos contadores de histórias africanos para contar essas histórias.

A partir desse posicionamento, para contemplar as discussões sobre Literatura Negra serão os apontamentos do intelectual negro contemporâneo Luiz Silva, conhecido também pelo pseudônimo de Cuti e Florentina da Silva Souza, professora da Universidade Federal da Bahia. Para as reflexões sobre resistência, os estudos terão base Édouard Glissant, com suas percepções sobre uma poética da diversidade; Maria Beatriz Nascimento e Abdias Nascimento, com o quilombo como ponto de resistência ao sistema escravagista e a escritora Conceição Evaristo, com sua produção poética.

Nessa direção, temos as cooperações de Edmilson de Almeida Pereira, com os estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil. Além desse aporte teórico, o estudo se valerá da estética de escrita escolhida e definida por Conceição Evaristo de Escrevivência e da teoria do realismo animista com as pesquisas do escritor de poesia Harry Garuba e do professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Silvio Ruiz Paradiso.

Para tanto, é possível inferir que, os resultados esperados, sejam de que através da sua estética de escrita, a escritora Conceição Evaristo, dotada de sabedoria ao fazer uso das técnicas de contação de histórias, faça do seu texto escrito elaborado pelas bases da oralidade, um instrumento de luta e resistência pelo combate ao silenciamento cultural imposto ao seu povo.

Diante do exposto, a pesquisa se faz relevante pelo seu recorte. Optar por uma escritora que inspira resistência e se veste de luta, como Conceição Evaristo é dar as mãos a uma escrita negro-feminina que transforma textos literários em discursos de representatividade coletiva de resistência.

Palavras-chave: Literatura-negra; Oralidade; Escrevivência; Realismo animista; Resistência.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, Edimilson Almeida de. **Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil**. Mazza Edições, 2010.

EVARISTO, Conceição. **Histórias de leves enganos e parecenças**. 5.ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira**. Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Mazza, p. 132-142, 2010.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. **A Tradição Viva**. In: KI-ZERBO, Joseph. (org.). História Geral da África: Metodologia e Pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 8, p.167-212.

O ENCONTRO DAS CRIANÇAS COM OS SÍMBOLOS DE RESISTÊNCIA AFRODIASPÓRICA ATRAVÉS DO LIVRO O MARIMBONDO DO QUILOMBO

Hiully Thainá Andrade Oliveira

Graduanda em Letras-Português pela Universidade Federal do Paraná, campus Reitoria - *hiully@ufpr.br*

A lei 10.639, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, pode tornar os estudantes conscientes das violências sofridas pelo povo negro, o que é necessário, mas também é importante que eles conheçam que o povo negro brasileiro representa resistência e luta, o que os levou a alcançar melhorias de vida. Dessa forma, esta pesquisa analisa o livro infantil "O marimbondo do quilombo", de Heloísa Pires Lima, sob a ótica dos estudos sobre a resis-

tência negra no Brasil, a fim de compreender como a obra permite o letramento racial e literário das crianças. Nesta análise, serão identificados os elementos de resistência afrodiaspórica, bem como analisados os aspectos literários verbais e não verbais do livro, de forma a compreender de que forma esse livro pode exercer influência nas crianças.

A proposta é fazer uma pesquisa bibliográfica, utilizando os estudos de literatura infantil negra e de resistência negra, para que seja possível identificar elementos do livro que simbolizam a resistência afrodiaspórica e entender a importância do contato das crianças com esses símbolos.

Dentre os estudos importantes para esta pesquisa, está o livro Uma história feita por mãos negras, de Beatriz Nascimento (2021), que traz o conceito de quilombo e a resistência cultural negra, a obra O genocídio do Negro Brasileiro, de Abdias Nascimento (2016) e a pesquisa A tessitura de personagens negros na Literatura Infantojuvenil Brasileira, de Maria Anória de Jesus Oliveira (2017).

Esta é uma pesquisa em estágio inicial, então ainda não há resultados de fato, mas é esperado que as simbologias presentes no livro "O marimbondo do quilombo" sigam influências da resistência negra, que poderão ser observadas através das teorias da literatura infantil negra, entendendo-o, assim, como uma obra relevante para que crianças conheçam alguns dos símbolos afrodiaspóricos, que podem ser de muita importância para o letramento racial delas, sejam elas negras ou não.

Até o presente estágio da pesquisa, foram observadas algumas simbologias de resistência negra no livro, mas que ainda precisam ser cruzadas com a bibliografia referencial. Com a exposição desse trabalho, a intenção é de fomentar a pesquisa acerca da literatura infantil negra e mostrar o quanto essa literatura pode ser um fator influente na vida das crianças, levando em consideração que muito tempo a história negra brasileira foi contada de uma forma em que as pessoas negras não eram vistas como pessoas que lutam e resistem.

Palavras-chave: Literatura infantil negra; resistência afrodiaspórica; símbolos de resistência.

REFERÊNCIAS

LIMA, Heloisa Pires. **O marimbondo do Quilombo**. Barueri, SP: Manole, 2010.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. **A tessitura de personagens negros na Literatura Infantojuvenil Brasileira**. Literafro, Minas Gerais. Disponível em: *<http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-criticos/120-maria-anoria-de-jesus-oliveira-a-tessitura-dos-personagens-negros-na-literatura-infantojuvenil-brasileira>* Acesso em: 30 jul. 2024.

"DOCUMENTÁRIO PARA OS VINDOUROS": O LEGADO DE CAROLINA MARIA DE JESUS NA ORGANIZAÇÃO DE ESCRITORAS NEGRAS BRASILEIRAS

Selminha Ray

Escritora e graduada em Letras – Português/Literaturas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Multidisciplinar (UFRRJ - IM). É pesquisadora no grupo ITAN – Mapeamento das Narrativas Negro-Diaspóricas pela mesma instituição. *selminha.ray@gmail.com*.

Este trabalho visa apresentar a influência do legado de Carolina Maria de Jesus na organização de escritoras negras brasileiras na contemporaneidade. Busca-se levantar o debate a respeito das formas de resistência das mulheres negras frente ao campo literário, tendo como ponto de partida o movimento de insubmissão iniciado por Carolina, no século XX, diante dos interesses do mercado editorial e da literatura enquanto instituições que reforçam o racismo estrutural e a discriminação de gênero na sociedade brasileira presentes ainda hoje no século XXI.

Como método de análise para essa pesquisa, são utilizados os textos que apresentam as duas edições já publicadas dos diários de Casa de Alvenaria, de Carolina Maria de Jesus, assim como antologias organizadas por escritoras negras brasileiras, da qual a autora deste estudo participa. O conceito de escrevivência cunhado pela escritora e doutora em literatura, Conceição Evaristo, direciona nosso olhar para a produção de escritoras negras que têm por objetivo escrever suas próprias histórias e apresentar as experiências negras de forma complexa, sem estereótipos, que valorizam os saberes ancestrais e de ascendência africana.

Dessa forma, a apropriação da escrita como tecnologia ancestral por parte dessas mulheres negras é uma forma política de inserção no mercado editorial, a ponto de forjar iniciativas que potencializam a organização dessas escritoras. Com isso, enfatiza-se a importância das obras de Carolina para a literatura brasileira de modo a transpor o seu projeto literário para uma tradição literária que incorpora sujeitas negras no meio

literário e nos espaços de produção de conhecimento, os quais ainda hoje não oferecem amplo acolhimento a escritoras negras brasileiras.

Os estudos de Evaristo (2020), Miranda (2019) e Silva (2013) fundamentam esta pesquisa a fim de entendermos as articulações da literatura brasileira e negro-brasileira em torno da produção, recepção e crítica dos textos literários de escritoras negras brasileiras, tendo como ponto de partida a trajetória de Carolina Maria de Jesus. A proximidade com a temática se dá pelo fato da autora do estudo ser também uma escritora negra, que experiencia os obstáculos vivenciados pelas escritoras negras, e ter forte influência da tradição literária de Carolina Maria de Jesus, sendo, inclusive, pesquisadora da escritora em questão e transcritora de seus manuscritos publicados em livros pela editora Companhia das Letras.

Por se tratar de um trabalho que faz um panorama do século XX até o tempo presente, ainda se encontra em andamento, contudo revela-se como um estudo importante para a construção de reflexões no campo da crítica literária ao levantar o debate a respeito do lugar em que escritoras negras brasileiras são colocadas e se colocam na literatura brasileira.

Palavras-chave: Escritoras Negras Brasileiras; Literatura Negro-Brasileira; Mercado Editorial Brasileiro; Carolina Maria de Jesus.

REFERÊNCIAS

Carolinas: a nova geração de escritoras negras brasileiras / organização Julio Ludemir ; ilustração Thais Linhares. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo: Flup, 2021.

EVARISTO, Conceição. **A Escrevivência e seus subtextos**. In: Escrevivência: a escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo / Organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes; ilustrações Goya Lopes. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria, volumes 1 e 2**. - 1a ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MIRANDA, Fernanda. S**ilêncios prescritos: estudos de romance de autoras negras brasileiras (1859-2006)**. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2019.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **A descoberta do insólito:** literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000). - 1.ed. - Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

ENTRE PRESENÇA E AUSÊNCIA DA FELICIDADE EM A PRETA SUSANA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Bianca Lima de Arruda e **Milene Rodrigues de Lima**

• Graduada em Letras-Português pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) *biancalimaarruda@gmail.com*
• Graduada em Letras-Português pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI). *milene.lima@sou.ufac.br*.

A felicidade é um conceito difícil de se definir, ela sempre foi uma temática fortemente presente nos textos literários da literatura de cunho europeu, ou seja, na escrita da população branca. Dito isso, este trabalho compreende como tema "Entre presença e ausência da felicidade em A preta Susana, de Maria Firmina dos Reis". Entendemos necessário pensar que, ao analisar textos escritos por pessoas negras, sobretudo em contexto histórico de escravização, a representação da felicidade reverbera de modo diferente, já que não é mais um sentimento idealizado associado à natureza, grandes conquistas heroicas ou ao amor.

Na literatura afro-brasileira, é mais comum perceber a felicidade como um sentimento marcado pela ausência, às vezes citada como uma breve lembrança de momentos antes da violência do homem branco para com o povo negro, isto é, um sentimento passageiro que não tem permissão de ser expresso, pois se configura por uma breve experimentação em meio ao contexto de uma vida de sofrimento e violências ao corpo e a alma. Essa felicidade figura de formas diferentes, como se pode notar no capítulo nono da obra Úrsula, A Preta Susana, de Maria Firmina dos Reis.

Sendo assim, a problemática deste trabalho concentrou-se em investigar a seguinte questão: Como a felicidade é figurada em A Preta Susana? Defendendo a hipótese de que a narrativa do capítulo simboliza um pouco como o povo negro vivenciava a felicidade durante o contexto histórico em que o texto está inserido. Partindo disso, o objetivo geral deste trabalho centrou-se em analisar como ocorre a figuração da felicidade no capítulo. Quanto aos objetivos específicos, foram elencados apenas dois: I) Analisar como Preta Susana e Túlio experimentam a felicidade; II) Evidenciar como essa felicidade está relacionada com a liberdade.

A metodologia pode ser descrita como uma pesquisa bibliográfica. O enquadramento teórico-metodológico baseou-se principalmente em: Freud (1930) com

considerações sobre a felicidade e o seu aspecto centralizado pela busca da libertação do sofrimento, Fanon (1968) que trata da questão da desumanização no âmbito do colonialismo, DU BOIS (2021) com o foco no trabalho da dupla consciência, e como isso poderia explicar os obstáculos que negros e negras enfrentam na luta pela felicidade, dentre outros teóricos como Almeida (2019) e Gomes (2017) que dialogam sobre os conceitos de raça, racismo e racismo estrutural.

O estudo revelou que os personagens, Preta Susana e Túlio, vivenciam durante o capítulo a felicidade de maneira multifacetada, ora relacionada com a liberdade, ora ligada com um reflexo das lembranças do passado, mas nunca a sensação completa, apenas resquícios daquilo que nunca poderiam vivenciar por completo devido às circunstâncias do período marcado pela opressão, violência e exploração racial. Por fim, concluiu que a felicidade está figurada como uma presença, mas também marcada por sua ausência.

Palavras-chave: Felicidade; Liberdade; Escravidão; Racismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo, Pólen, 2019.

DU BOIS, W. E. B. (1868-1963). **As almas do povo negro / W. E. B. Du Bois**.Tradução de Alexandre Boide. Ilustração de Luciano Feijão. Prefácio de Silvio Luiz de Almeida. – São Paulo: Veneta, 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FREUD, S. (1930 [1929]). **O mal-estar na civilização**. ESB, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis–RJ. Editora Vozes Limitada, 2017.

QUEM NÃO É VISTA, NÃO É LEMBRADA: UM OLHAR PARA AS OBRAS DE MADALENA SANTOS REINBOLT

Aline Reis Chiarelli

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo. Orientação: Profa. Dra. Denise Dias Barros.

O conhecimento das obras de Madalena Santos Reinbolt (1919 – 1977) está restrito a um pequeno circuito de colecionadores, acervos de museus de arte em São Paulo, curadores e pesquisadores da arte afro-brasileira. Suas obras formam um rico conjunto entrelaçado a partir da visão de mundo da artista, deixadas de lado pela historiografia da arte no Brasil, assim como outras produções artísticas de mulheres negras do mesmo período. Madalena Santos Reinbolt (1919 – 1977), nasceu no campo, em Vitória da Conquista, Bahia, onde aprendeu a bordar e costurar com sua mãe. Trabalhou como empregada doméstica em São Paulo e no Rio de Janeiro, até se estabelecer como cozinheira em Petrópolis, em 1949, na casa de Lota Macedo Soares (1910 – 1967) e Elizabeth Bishop (1911 – 1979).

Começa a pintar a partir do incentivo das empregadoras, que em um primeiro momento se colocam como descobridoras de uma artista "primitiva" e posteriormente nota-se, a partir de cartas de Bishop (1911-1979), o incomodo racista com a atividade artística de Reinbolt (1919 - 1977), já que isso supostamente atrapalharia a artista em exercer plenamente seu trabalho como empregada doméstica. Embora Madalena tenha iniciado sua prática artística com a pintura, são suas tapeçarias que chamam mais atenção entre o legado artístico.

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre a linguagem artística de Santos Reinbolt, de que maneira seu processo de criação se constitui como outra forma de produção de conhecimento, de rompimento estético e uma visualidade criadora de outros imaginários de mundo. Para tanto, serão analisados os trabalhos de Madalena Santos Reinbolt, buscando identificar na obra produzida por ela, além de processos do fazer artístico, noções de tempo e memória. O método de análise será construído a partir da revisão bibliográfica sobre a produção artísticas de mulheres negras brasileiras (1950-1970), o mapeamento das obras da artista, entrevista com os colecionadores particulares e consulta aos acervos e documentações disponíveis no Museu Afro Brasil, Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e Pinacoteca do Estado de São Paulo. Na fase inicial da pesquisa, as bases teóricas se apoiam

nos trabalhos de Renata Felinto, Audre Lorde e Leda Martins.

O que se espera encontrar nesse processo inicial, através da documentação disponível nestas instituições de custódia, são registros da circulação e aquisição das obras de Madalena nos últimos 20 anos, mas também tentar compreender o seu período de "desaparecimento" aos olhos do mundo, pois a artista falece em 1977 e por meio de Lélia Coelho Frota (1910 – 1938), antropóloga, curadora e escritora, tem uma participação na Bienal de Veneza em 1978. Depois disso, só volta a ter sua obra exposta na exposição A Mata, realizada no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC/USP) em 1981.

Outra questão que seria relevante alcançar, além de pensar os períodos de visibilidade de suas obras, através do fio temporal das exposições em que suas obras são expostas e os períodos de invisibilidade, é refletir sobre sua maneira de grafar a memória e o tempo em seu trabalho. Para tanto, a mobilização do conceito de oralitura desenvolvido por Martins (2021), poderá sustentar a hipótese de que a artista desenvolve outra prática de inscrição do pensamento e, por consequência, outro método de produção de conhecimento.

Palavras-chave: Arte afro-brasileira; Mulheres negras; Visualidades; Imaginário; apeçaria.

REFERÊNCIAS

LORDE, Audre. **A transformação do silêncio em linguagem e ação**. In: Irmã Outsider: Ensaios e Conferências. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: Poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

SANTOS, Renata Aparecida Felinto dos. **A construção da identidade afrodescendente por meio das artes visuais contemporâneas: estudos de produções e de poéticas**. (Doutorado em Artes) - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Instituto de Artes. São Paulo, p. 331. 2016.

Madalena Santos Reinbolt (1919 – 1977) Sem título, 1969-77. Museu Afro Brasil, São Paulo. Fonte: CARNEIRO, Amanda (Org.). Madalena Santos Reinbolt: uma cabeça cheia de planetas. Catálogo da exposição. MASP, 25.11. 2022 – 26.2.2023.

Madalena Santos Reinbolt (1919 – 1977) Sem título, 1969 - 77Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo. Fonte: CARNEIRO, Amanda (Org.). Madalena Santos Reinbolt: uma cabeça cheia de planetas. Catálogo da exposição. MASP, 25.11. 202

GT11: Enfrentamento à branquitude hegemônica e ao racismo epistêmico na produção do conhecimento

Propositoras: Andressa Ignácio da Silva, Andréa Maila Voss Kominek e Sofia Castro Teixeira

O GT pretende acolher trabalhos que abordem a temática da branquitude no Brasil e como o racismo, em especial o racismo epistêmico, contribui para a constituição da visão hegemônica da produção de conhecimento no Brasil. Consideramos que a ignorância da ciência disfarçada de neutralidade, imparcialidade e objetividade é um desafio teórico e político a ser enfrentado no campo acadêmico.

RACISMO EPISTÊMICO NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

Karina Francine Marcelino

Doutoranda em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB/UDESC. Membra da Cátedra Antonieta de Barros: Educação para a Igualdade Racial e Combate ao Racismo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) - CP n. 48/2021.

O racismo epistêmico trata-se da recusa em reconhecer que a produção de conhecimento de algumas pessoas seja válida ou porque não são brancas ou porque envolvem repertório e cânones que não são ocidentais acarreta uma epistemologia hegemônica que controla a produção de conhecimento e que exclui outras epistemologias (Nogueira, 2015).

Os principais periódicos de Administração Pública, por exemplo, na Austrália, Brasil, Canadá e Estados Unidos, apresentam uma produção acadêmica conservadora (Oldfield;

Candler; Johnson, 2006). Além disso, "os estudos brasileiros em Gestão e Organizações seguem as tendências historicamente dominantes e globais do campo, ou seja, ignorando a diferença racial como um tópico significativo de estudo e prática organizacional" (Araújo; Faria; Santos; Srinivas, 2023, p. 3).

Diante desse contexto, questiona-se: como o racismo epistêmico é compreendido por pesquisadores da área de Administração? A partir desta problemática, este estudo visa compreender o racismo epistêmico a partir das percepções de pesquisadores da área de Administração.

Entender esta problemática é fundamental, pois ao incorporar no campo científico conhecimentos e sujeitos outros, reconhece-se, propõe-se e sugerem-se outras possibilidades, sujeitos, autores, intelectuais e epistemes. Nessas epistemes, todas as humanidades estão entrelaçadas e são importantes na construção do nós, todas as humanidades são igualmente importantes na construção e existência de cada sujeito.

Além disso, é necessário que se reconheça a diferença racial como um tópico significativo de estudo e prática organizacional e que se rompa com a hegemonia de visões, promovendo uma educação e formação antirracista na qual estimula mudanças e discussões.

Para alcance deste objetivo, adotou-se uma estratégia qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas junto a pesquisadores da área de Administração, vinculados a Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Administração das Universidades Públicas do Estado de Santa Catarina. Ao todo, 22 pesquisadores foram entrevistados entre abril de 2023 e julho de 2023. Os dados foram analisados por meio das técnicas de análise de conteúdo, análise descritiva e análise interpretativa, aplicadas em conjunto.

O objetivo da análise de conteúdo foi examinar os dados das entrevistas por meio de codificação e categorização. Paralelamente, a análise descritiva foi utilizada para descrever as características do racismo epistêmico. E a abordagem interpretativa foi utilizada considerando-se três aspectos: a) resultados do estudo, b) embasamento teórico e c) experiência pessoal da pesquisadora.

A partir do embasamento teórico, tem-se que o racismo epistêmico relaciona-se com o termo criado por Santos e Meneses (2010), para explicar o processo de invisibilidade e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo 'saber' ocidental. Além de que, no processo do colonialismo, a construção do negro, a razão e a ontologia do negro são construídas a partir do não ser, é uma racionalidade chamada de denegação, subjetividade atravessada pela desumanização humana, pela incompletude humana. O negro passa pelo processo do colonialismo pela construção do não ser, da denegação, da incompletude (Fanon, 2008).

Como resultado/análise dos dados, obtiveram-se subcategorias que representam a compreensão do racismo epistêmico sob a perspectiva dos pesquisadores do campo da Administração: (1) racismo na construção do conhecimento científico; e (2) confusão conceitual/desconhecimento. Alguns pesquisadores compreendem o racismo epistêmico a partir do reconhecimento de que há correntes científicas predominantes em detrimento de outras. Outros sujeitos desconhecem o termo racismo epistêmico ou, por meio de uma confusão conceitual, confundem com um pré-julgamento.

As evidências retratam a perspectiva hegemônica-ocidental presente na área da Administração. Observa-se que a racionalidade e a ontologia neste campo são construídas a partir do processo de exclusão de outras epistemes. Não há o reconhecimento de outras ideias, possibilidades, sujeitos, autores, intelectuais e epistemes que são igualmente importantes na construção dos nós.

Palavras-chave: Racismo epistêmico; Administração; Universidades Públicas.

REFERÊNCIAS

NOGUEIRA, R. **Afroperspectividade: por uma filosofia que descoloniza**. 2015.

OLDFIELD, K; CANDLER, G; JOHNSON, R. G. **Social Class, Sexual Orientation, and Toward Proactive Social Equity Scholarship**. The American Review of Public Administration. 2006

ARAÚJO, C. C. S. de; FARIA, A.; SANTOS, J. N.; SRINIVAS, N. **Debatendo a escravidão negra nos estudos em gestão e organização a partir de perspectivas decoloniais e afrodiaspóricas**. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 3, p. e2023–0100, 2023. DOI: 10.1590/1679-395120230100. Disponível em: *https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/89319*. Acesso em: 15 maio. 2024.

SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do sul**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 637 p.

FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

ENTRE SUJEIÇÕES E RESISTÊNCIAS: DIÁLOGOS COM LÉLIA GONZALEZ E SAIDIYA HARTMAN

Taynara Ap. Ferreira da Silva

Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob orientação da Prof. Dra. Renata Senna Garraffoni. Bolsista PROEX-CAPES. Membra externa do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó, SC.

Este trabalho pretende realizar um movimento de aproximação entre duas autoras, Lélia Gonzalez e Saidiya Hartman, a partir das noções de raça e gênero no contexto do cativeiro. O texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, de Lélia Gonzalez, e a obra *A sedução e as artimanhas do poder*, de Saidiya Hartman serão os fios condutores desta reflexão.

As categorias de violência, sexualidade, agência, consentimento, subjetividade e vontade serão questões centrais neste diálogo, bem como os diagnósticos de que o estado, as leis, o direito e o ocidente tem operado seletivamente quando se trata da humanidade das mulheres negras, especialmente nos desdobramentos violentos que atravessam as temporalidades e permanecem sendo atualizados no presente.

O conceito de gênero, como apontado por Leticia Nascimento em seu livro *Transfeminismo*, é um conceito em disputa, especialmente porque "para se constituir enquanto sujeita dos feminismos, é necessário vivenciar experiências de mulheridades e feminilidades" (Nascimento, 2023), as quais são complexas em sua própria definição, já que propõem deslocamentos discursivos e políticos, tensionados pelas dimensões históricas, culturais e sociais. No caso das mulheres negras, em diálogo com o célebre discurso proferido por Sojouner Truth em 1851, se evidencia que as experiências de feminilidades e mulheridades, são percebidas e operadas de diversas formas, destruindo, portanto, uma narrativa que se pautava na universalidade e na homogeneidade acerca da categoria *mulher*.

Ao considerarmos o contexto do cativeiro, Lélia Gonzalez caracteriza a função da mulher negra escravizada no sistema produtivo, o qual se articula precisamente com a prestação de serviços sexuais. Lélia aponta que o escravagista, por disputar com homens negros no terreno do amor, "partia para a apelação, ou seja, para a tortura e a venda dos concorrentes" (Gonzalez, 2020). Nesse sentido, Lélia constata haver um engendramento da mulher negra transfigurada na figura da mulata e da doméstica, a partir do racismo à brasileira respaldado pelo mito da democracia racial.

Para Lélia e Hartman, esse discurso, tanto de suavização e harmonia entre escravagistas e escravizados, proposto pelo mito da democracia racial, no caso brasileiro, quanto o discurso que confunde consentimento e coerção, sentimento e submissão, intimidade e dominação, o qual Hartman chama de discurso da sedução no direito escravista estadunidense, buscam omitir o caráter de violência extrema da escravidão e sua dívida negligenciável e impagável, causando uma desresponsabilização de um grupo que historicamente tem se beneficiado com os privilégios oriundos dessa exploração.

É importante mencionar que a própria noção de gênero no contexto do cativeiro passa por uma instabilidade, pois a violência sexual também era manifesta sem distinção contra os corpos escravizados, a partir de rituais violentos como a castração e o estupro. A violência também se dava na negação dos contratos que diferenciavam as relações entre sujeito e propriedade nos contextos de parentesco, já que se reconhecia a constituição de uma família branca, com o legado da posse desses herdeiros gerados, ao contrário do parentesco negro, que só era reconhecido na medida em que tal questão criminalizasse os sujeitos escravizados.

Tal debate, a partir deste diálogo, viabiliza formas de explorar não apenas as dimensões históricas e teóricas das violências raciais e de gênero, mas também nos instiga a imaginar futuros possíveis a partir das vozes e experiências das mulheres negras, em uma narrativa que traga outros horizontes além da dor e das lágrimas. Ao interligar as análises de ambas, proponho uma ação que, embora dolorosa, acredito ser fundamental para a abertura de novos caminhos e de transformações de forma teórica e prática.

Palavras-chave: Mulheres negras; gênero; raça.

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: RIOS, F.; LIMA, M. (orgs.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 75-93.

HARTMAN, Saidiya. **A sedução e as artimanhas do poder: o ventre do mundo - uma nota sobre os trabalhos das mulheres negras**. 1. ed. [S. l.]: Crocodilo, 2022.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. 2. ed. São Paulo: Jandaíra, 2023. 192 p.

O AQUILOMBAMENTO ENQUANTO PRÁXIS CONTRACOLONIAL

Yasmin Cristina Gomes da Silva

Graduanda em Licenciatura em Filosofia, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular (NUPEP). Contato: *yasmin.cristinas@ufpe.br*

O quilombo, enquanto território de resistência dos corpos negros e não brancos, foi, ao longo da história do Brasil, distorcido pelo discurso da branquitude no que diz respeito ao seu potencial político emancipatório (NASCIMENTO, 2021). De tal maneira, ao longo dos séculos até hoje, o "conhecimento oficial" sobre as pessoas negras é descrito a partir de uma lógica racista que coloca a pessoa negra sempre no lugar de inferioridade. "Nessas descrições reforçam-se as noções dos negros como seres primitivos, malfeitores e irresponsáveis, e dos quilombos como bandos destituídos de caráter político" (NASCIMENTO, 2021).

Não à toa, a historiografia oficial é contada pelo viés racista, pois a história do negro no imaginário social brasileiro, sustentada por tal discurso, posiciona a pessoa negra como 'um mal a ser combatido'. A exemplo disso, a ideia de quilombo foi escrita com o propósito de reforçar os estereótipos da pessoa negra no século XVII e consequentes. Pois a organização dos negros a partir dos quilombos no Brasil se mostrou uma forte ameaça à ordem da colonização. Apesar da tentativa de extermínio do povo negro, no sentido físico (corporeidade), linguístico, político e filosófico, é imprescindível mencionar a grande insurgência desses corpos no território brasileiro.

Por meio de estratégias e táticas de sobrevivência, os corpos negros e aquilombados não somente resistiram ao sistema escravagista, mas continuam ao longo da história do Brasil, ressurgindo, fortalecendo e criando a identidade quilombola afro-brasileira. Dito isto, esta pesquisa tem em vista analisar, através da história e vivências em quilombos de Pernambuco, o quilombo enquanto espaço-território de resistência e construção da experiência e identidade étnico-racial.

Nesse sentido, utilizaremos uma bibliografia escrita por mãos negras, especialmente da historiadora Beatriz Nascimento, cujo legado filosófico ainda precisa ser retomado, onde, através da história de quilombolas e aquilombados, planejamos analisar a construção da identidade quilombola afro-brasileira. De tal maneira, o ponto central que defendemos é que a experiência do quilombo aponta para uma compreensão da política como contraponto à posição hegemônica dominante. A política de resistência dos quilombos contra as ordens impostas pelo poder dominante cria um espaço de possibilidade das formas de insurgência negra. Na mesma direção, defendemos que o Aquilombamento tem o seu sentido ideológico e político, observando outra forma de "fazer política" enquanto aponta para uma experiência radicalmente comunitária da política. Com isso, trazemos à roda o filósofo quilombola Nêgo Bispo e o conceito por ele cunhado, para falar de um movimento contra hegemônico, sendo este o movimento "contracolonial".

Nesta pesquisa, mediante uma metodologia prática e teórica, visamos compreender como os modos e significações dados ao quilombo podem ser lidos como uma forma outra de fazer política que conduz um sistema alternativo de sociedade. De tal maneira, quando falamos de comunidades, o fazer política é uma ação coletiva que considera signos e simbologias, isto é, linguagem e prática.

Isto posto, a metodologia é norteada pelos seguintes eixos: 1) Pesquisa e coleta de dados através da bibliografia; 2) Leituras interpretativas e fundamentos; 3) Sistematização do curso de aperfeiçoamento para educação escola quilombola em Pernambuco); e 4) Vivência e experiência dialógica em quilombos pernambucanos.

Dito isto, busca-se pensar a práxis contracolonial como práxis política. Bem quanto, o aquilombamento enquanto práxis do quilombo e práxis contracoloniaL.

Palavras chave: Quilombos; Aquilombamento; Identidade; Práxis; Contracolonial.

REFERÊNCIAS

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatino-americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião ne-**

gra. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

O PAPEL DO PLANAPIR NAS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA

Sandra Maria dos Anjos

Graduanda em Educação Física Bacharelado, (UDESC) Universidade do Estado de Santa Catarina

Resumo da análise crítica às políticas e programas de atenção à saúde integral da população negra segundo os objetivos do Planapir. Teve como objetivo foi identificar, sistematizar e analisar criticamente as políticas, programas e ações de promoção da equidade racial étnica em saúde numa perspectiva de gênero e faixa etária, oferecendo subsídios para o debate sobre a construção de uma matriz de indicadores e um modelo de monitoramento a serem utilizados pelo Comitê de Articulação e Monitoramento (CAM) na análise das políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil.

O Plano previa, além das ações dirigidas à população negra urbana, aquelas voltadas às comunidades de quilombos, povos indígenas, comunidades de terreiro e à juventude, bem como a elaboração de recomendações e indicadores para apoiar o CAM na composição de uma monitoria do Plano Nacional de Promoção de igualdade Racial (Planapir). Nesse sentido, os dados obtidos mostraram relação com a presença da temática saúde da população negra nas políticas de saúde e considerando os avanços e desafios em direção à equidade. Se discutirá a importância de garantir a presença da temática racial em documentos estratégicos de gestão da saúde, com metas diferenciadas para a redução das iniquidades raciais.

Os instrumentos usados foram os indicadores sociais, sendo índices, números, percentuais ou informações quantitativas, ou qualitativas, criados para observar e medir algumas realidades. Esse instrumento permite que o estado planeje as políticas e direcione recursos e esforços com base em alguns conhecimentos da realidade na qual se quer intervir. A observação sistemática desses indicadores ao longo do tempo possibilita ao Estado (bem como à sociedade civil interessada) avaliar o impacto de suas políticas na realidade atual.

No caso da saúde, os indicadores se converteram em importantes ferramentas, já que oferecem dados confiáveis para a tomada de decisão e gestão baseada em evidências, bem como do desempenho do sistema de saúde. A construção de um indicador é um processo complexo e pode variar desde a simples contagem direta de casos de terminada doença, até o cálculo de proporções, razões, taxas ou índices mais sofisticados, como a esperança de vida ao nascer (Ripsa, 2002). O Sistema Único de Saúde desenvolveu diversos indicadores que hoje são importantes para o planejamento e gestão da saúde. Agrupados em cinco subconjuntos temáticos-demográficos, socioeconômicos, mortalidade, morbidade e fatores de risco, recursos e cobertura. Muito além de medir desigualdade, os indicadores mostram quando existem disposição e condições políticas, econômicas e sociais para tal.

O racismo é uma poderosa ideologia que orienta comportamentos e desigualdades. Seu impacto pode ser medido por vários indicadores sociais, desde que os sistemas de informações estejam adequados para mensurar e comparar as diferenças. O racismo impacta a saúde da população negra, mas sobre tudo, evidência a ausência de ações governamentais orientadas para o enfrentamento, seja pela cegueira institucional"(Lopes, 2005), seja pela reprodução cenário-do racismo no cotidiano do setor da saúde, contribui para a permanência e o agravamento das iniquidades, configurando o racismo institucional: O mesmo pode ser definido como o fracasso coletivo das organizações e instituições em promover um serviço adequado às pessoas devido a sua cor, cultura, raça ou étnica.

A presente análise não prometeu aprofundar exaustivamente as políticas de promoção da equidade racial em saúde, mas buscar um olhar que subsidiasse a proposição de indicadores e instituições de sistemas de monitoramento para um melhor atendimento de forma geral em todos os ambientes da saúde pública.

Palavras-chave: Equidade; População; Indicadores; Saúde; Negra.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, F. **Nossos passos vêm de longe**. In: WERNECK,); MENDONÇA S WHITE, EC (orgs.). O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe, Rio de lanero. Pailas Criola, 2000.p. 22-41.

CUNHA, E M.G.P.da. **Mortalidade infantil por raça/cor**. In: BATISTA, LE.: KALCKMANN,S (org.). I Seminário Saúde da População Negra de São Paulo - 2004. São Paulo: Instituto de 2005.

IACCOUD, L. **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção a igualdade racial**. In: THEODORO, M. et al. (org.). As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008

BRANQUITUDE E PIGMENTOCRACIA: UMA ABORDAGEM DAS PRÁTICAS SEMI-IMOBILIZANTES DA POPULAÇÃO NEGRA

Marcia de Mattos Fonseca e **Jonathan Felipe Espigiorin de Oliveira**

• Assistente Social. Servidora Pública, atua com mulheres em situação de violência doméstica. Especialista em Gestão de Pessoas e Projetos Sociais, Centro Universitário Bagozzi. Integra o Níucleo de Estudos Críticos sobre Branquitude, Racialidade e Tecnologia prof. Cida Bento (NEBRACI) e Grupo de Pesquisa Trabalho e Gênero prof. Cleci Elisa Albiero. E-mail: *mciafonsecapr@gmail.com*.

• Bibliotecário e Historiador. Especialista em Gestão Escolar e em Educação a Distância. Atualmente, é mestrando da UTFPR - PPGTE na linha de pesquisa Tecnologia e Trabalho, membro do grupo de estudos NEBRACI: Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia prof. Cida Bento e GETEC: Núcleo de Gênero e Tecnologia. E-mail: *jonathanfelipe@alunos.utfpr.edu.br*

Esta pesquisa tem por objetivo analisar, elencar e compreender a partir da pesquisa e revisão bibliográfica, tecnologias sociais desenvolvidas para diminuir ou dirimir as possibilidades de integração igualitárias de grupos afrodescentes a partir de uma construção do discurso da branquitude hegemônica que categorizou "cientificamente" a população a partir do colorismo onde há o branco e as divisões de não branco. A pigmentocracia (TELLES; SILVA, 2021) é um fenômeno social que se caracteriza pela estruturação de poder e privilégios com base na cor da pele dos indivíduos em uma sociedade. Este conceito reflete um sistema de hierarquia racial onde pessoas com tons de pele mais claros são frequentemente favorecidas em relação às de tons mais escuros, resultando em disparidades significativas no acesso a recursos, oportunidades educacionais, empregos e justiça.

A partir de uma análise crítica sobre como as ideias de mestiçagem e branqueamento têm sido historicamente utilizadas para perpetuar hierarquias raciais no Brasil, Munanga (2020) argumenta que a mestiçagem foi promovida como um mito de harmonia racial–democracia racial-enquanto, na prática, serviu para marginalizar e invisibilizar a identidade negra. Esse processo reforça a pigmentocracia ao valorizar e privilegiar traços e características associadas à branquitude, enquanto relega as características negras à posição de inferioridade. Pautando a operação de tecnologia social, há a construção de três conceitos elaborados a partir de prismas diferentes, mas que se tornam complementares para a análise do objeto, sendo eles: pacto da branquitude, dispositivo de racialidade e contrato racial. A partir dos conceitos supracitados, são exemplificadas não apenas mediante práticas discriminatórias explícitas, mas também por meio de narrativas ideológicas que perpetuam a hegemonia branca e marginalizam a identidade negra no contexto brasileiro. A compreensão do conceito da branquitude e de seu pacto, proposto por Cida Bento (2022), descreve um acordo social não explícito entre pessoas brancas para manterem e reproduzirem privilégios baseados na sua própria racialidade, sustentando assim o conceito da pigmentocracia. Esse pacto envolve a negação ou minimização das desigualdades raciais, a naturalização de benefícios e o silenciamento das vozes e experiências das pessoas racializadas.

De forma complementar, o dispositivo de racialidade (CARNEIRO, 2023) analisa como as relações de poder e dominação racial são estruturadas e perpetuadas via dispositivos e mecanismos que reforçam a hierarquia racial onde há enfoque na interseção entre gênero, raça e classe na formação de identidades e na produção de subalternidades, alguns dos dispositivos e mecanismos abordados são o biopoder, interdições ao sujeito e assassinato moral. Por sua vez, o contrato racial, conceito desenvolvido por Charles Mills (2023), refere-se ao pacto implícito entre indivíduos brancos que estabelece a base para a estruturação política e econômica de sociedades racialmente estratificadas. Argumentando que este contrato perpetua a exploração e subordinação de grupos racializados, preservando os privilégios e benefícios dos brancos e moldando as instituições e normas sociais para manter a supremacia branca, especialmente economicamente, ligando o capital às estruturas de poder.

As concepções apresentadas delineiam a estrutura racial e as dinâmicas resultantes das tecnologias utilizadas pela branquitude hegemônica, que opera a partir de suas posições de poder. Portanto, através da análise das tecnologias sociais discutidas, evidencia-se a complexidade das estruturas de poder e privilégios baseados na cor da pele. Essas ferramentas conceituais, como o pacto da branquitude, dispositivo de racialidade e contrato racial, revelam não apenas as práticas discriminatórias explícitas, mas também as narrativas ideológicas que sustentam a hegemonia branca e perpetuam a marginalização da identidade negra no con-

texto brasileiro. Compreender esses conceitos é essencial para desafiar e transformar as dinâmicas raciais injustas que continuam a influenciar profundamente as oportunidades econômicas e sociais dos grupos afrodescendentes.

Palavras-chave: Pigmentocracia. tecnologias sociais. contrato racial. pacto da b ranquitude. dispositivos de racialidade.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MILLS, Charles W. **O contrato racial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

TELLES, Edward; SILVA, Graziella Moraes. **Pigmentocracias: etnicidade, raça e cor na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

AQUILOMBAMENTOS INSTITUCIONAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA PERIFÉRICA NOS CAMPOS DA ARQUITETURA E URBANISMO

Maria Laura dos Santos Sebastião

Formação da(s) autora(s): Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CAPES. Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Este trabalho visa contribuir com o que podemos denominar um letramento racial do campo da arquitetura e urbanismo e, mais concretamente, subsidiar uma nova geração de políticas de ações afirmativas provenientes das redes e territórios nos quais as universidades estão presentes. Para tanto, efetuamos uma revisão de literatura que se estrutura nos seguintes passos. No primeiro, identificamos operadores teóricos (conceitos, argumentos e teses) que contribuem com novas camadas explicativas para a periferização urbana brasileira, reconhecidamente marcada pela segregação, pela autoconstrução e descaso estatal, pela discriminação e violência institucional, mas também pelo forte agenciamentos comunitários/associativismo comunitário, que resultaram em formas específicas de sobrevivência cotidiana, de produção de cultura e identidades coletivas.

No segundo, tratamos dos conceitos de "mito da democracia racial" como formulado sobretudo por Abdias Nascimento (sua primeira formulação) e Lélia Gonzalez (a que mostra o "lugar do negro" na cidade) e, ainda, do conceito de "racismo estrutural" de Silvio Almeida. Por fim, abordamos as ideias de "letramento racial", "bairros negros" e do "aquilombar" nas universidades, isto é, o "aquilombamento universitário". Dito de outro modo, o objetivo desta revisão é mostrar que as periferias são sintomas mais gritantes e expressão concreta do mito da democracia racial, mas são também estes bairros negros um grande acervo de possibilidades ao letramento racial das cidades e universidades. Deve-se argumentar que as referências críticas mais clássicas dos estudos urbanos foram necessárias para evidenciar múltiplas camadas da desigualdade brasileira, do ponto de vista da distribuição de riquezas, da segregação socioespacial e da espoliação cotidiana.

Já as pesquisas recentes conseguem aprofundar especificidades estruturantes do racismo brasileiro, ao mostrar que "o lugar do negro" na cidade envolvem conflitos interseccionais entre raça, classe e gênero, conflitos ligados à distribuição de bens, à classificação desumanizante de grupos sociais e a produção de ônus espaciais cotidianos. Por esta via, mantêm-se mais próximos às opressões e às lutas, as ausências e os potenciais transformadores. Isso porque a nova geração de operadores explicativos toca o vivido dos sujeitos e sujeitas ligadas a tais conflitos, ou dito de outro modo, oferecem modos de ler a realidade e constituir força coletiva. Visa-se pelo menos duas contribuições. A primeira, mais geral, é dar subsídios a um letramento racial do campo da arquitetura e urbanismo através do denominado aquilombamento universitário. A segunda, mais específica, é dar subsídios a uma nova geração de políticas de ações afirmativas provenientes das redes e territórios nos quais as universidades estão presentes.

A partir do aquilombar/aquilombamento universitário e do fomento às ações de letramento racial e políticas de ações afirmativas no campo da arquitetura e urbanismo, é possível auxiliar pessoas que habitam nos espaços mais periféricos e com menos infraestrutura. Diante disso, é viável formar estudantes e consequentemente profissionais mais conscientes em relação às qualificações urbanas nos ambientes periféricos,

cidades e bairros negros. Ademais, o planejamento e as políticas urbanas podem ser implementados pluralmente, considerando todas as pessoas, independente de raça, classe e gênero.

Por fim, é crucial que as pessoas negras ingressem nas universidades e que sua permanência seja facilitada para haver a produção de um conhecimento diverso e afroperspectivado. O letramento racial é uma prática que pode, juntamente com o sistema educacional, auxiliar a implementação da Lei 10.639/03 de forma consistente e antirracista, principalmente nos campos da arquitetura e do urbanismo. Assim, será possível que mais docentes e discentes negros deem aulas e ingressem nas universidades, colaborando com o aquilombamento universitário, com a produção de conhecimento negro na academia, destituindo o epistemicídio. Por consequência, pode haver uma mudança substancial das epistemes hegemônicas construídas dentro e fora das instituições públicas.

Palavras-chave: mito da democracia racial, bairros negros, letramento racial, aquilombamento universitário, racismo estrutural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JUNIOR, H. **Bairros negros: a forma urbana das populações negras no Brasil**. Revista ABPN, v. 11, p. 287-314. Abr. 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

EDUCAR PARA A LIBERDADE: UMA HISTÓRIA ESCRITA E ENSINADA DO POVO NEGRO

Mariluce Sotero

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Segundo a historiadora Beatriz Nascimento, a "história da raça negra ainda está por fazer, dentro de uma história do Brasil ainda a ser feita". E apesar de inúmeras pesquisas e debates a respeito da participação negra na história do Brasil, tal produção não se encontra esquematizada historiograficamente para ecoar na educação escolar. Nesse sentido, nasce o projeto de fazer falar os atores dessa questão, os educadores, os pesquisadores, os ativistas, e relacionar suas demandas com o que tem sido produzido em termos de história dos negros pelos negros. Por meio de um documentário audiovisual, se objetiva visibilizar a produção histórica e de luta dos sujeitos negros para promover uma conexão entre os agentes do processo de ensino-aprendizagem e os principais interessados, levantar, através da história oral, saberes e fazeres dos professores, dos pesquisadores e ativistas do movimento negro e relacionar os ditos saberes e fazeres com a produção intelectual negra sobre raça.

Esquematizar a visibilidade dos sujeitos da História Negra com a contribuição intelectual e de luta da população negra para a História do Brasil e do RS. Proponho um esforço em pensarmos, a partir das reflexões do povo negro a respeito de si, quais serão as problemáticas centrais para se pensar uma possível sistematização. Beatriz Nascimento (2021) discorre sobre a exclusão de narrativas não-brancas, a recusa dos intelectuais brancos em abordar a realidade racial do ponto de vista do negro e a perpetuação de teorias que não tem ligação com nossa experiência, que fazem negros e brancos acreditarem que se nos esforçarmos individualmente para alcançar a autossuficiência, seremos capazes de burlar essa prática institucional de exclusão. Mas esse é um problema coletivo, estruturado e mantido pelo branco que se beneficia, por isso, é essencial, processos de responsabilização na discussão para a superação.

As instituições de ensino são imprescindíveis nessa construção. Por tempos, compactuaram com a falta de seriedade no estudo de raça (Nascimento, 2021). Embora muitos avanços tenham sido feitos, as pesquisas mais antigas ainda são atuais: muito do que se questionava permanece imutável. As ações afirmativas, a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, o racismo como

crime inafiançável foram passos decisivos para superar os efeitos do racismo e, para Nilma Lino Gomes (2017) são efeitos da organização, da tensão e do debate construído pelo MN. Mas ainda há um caminho a ser percorrido para que se reconheça o protagonismo da população negra na História e Formação do Brasil.

Para embasamento metodológico, valho-me da história oral, segundo, entre outros autores, Meihy e Salgado (2011), para pensar o lugar da história oral em movimentos sociais e outras associações da sociedade. As fontes serão entrevistas guiadas com educadores da cidade de Rio Grande e depoimentos de historiadores negros e ativistas atuantes no MN. Para tanto, os conceitos de colonialismo e colonialidade, segundo Maldonado Torres, são o último essencial para entender o processo de invisibilidade das produções intelectuais pela academia, que esconde atrás da métrica, da excelência, da impessoalidade o racismo. Quijano (2005) explora outra baliza desse trabalho, a colonialidade do poder, que remete à invasão do imaginário do outro e à rejeição de narrativas históricas não-europeias. É urgente uma História negra, escrita e ensinada. É urgente refletir sobre as histórias que ensinamos, sobre os documentos que selecionamos. É, também, sobre isso que se propõe este trabalho que tem o intuito de dialogar com educadores e estudantes a respeito do ativismo do Movimento Negro Brasileiro e Rio-grandense, e da educação para a liberdade da população negra.

Palavras-chave: Historiografia negra; Educação étnico-racial; Movimento negro.

REFERÊNCIAS

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SALGADO, Suzana L. **Guia prático de História Oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

TORRES, Nelson Maldonaldo. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar; 2007.

PLURIVERSALIDADE, DIVERSIDADE DE EPISTEMOLOGIAS E UBUNTU: CONTRIBUIÇÕES DE MOGOBE RAMOSE

Andressa Ignácio da Silva e **Andréa Maila Voss Kominek**

• Doutoranda em Tecnologia e Sociedade pela UTFPR sob orientação da Prof. Dr. Andréa Maila Voss Kominek, Mestre em Sociologia pela UFPR, Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais, Licenciada em Pedagogia. Professora da rede municipal de Curitiba/PR. E–mail: *andressaignacio@gmail.com*

• Professora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca - Espanha, Mestra em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná. Realiza pesquisas nas áreas de Filosofia, Sociologia, Tecnologia, Gênero, Relações Raciais, Políticas Afirmativas e Branquitude Crítica. E-mail: *amvkominek@gmail.com*

O presente trabalho é fruto de reflexões e revisões teóricas realizadas para pesquisa de doutorado em andamento sobre branquitude normativa no campo CTS no Brasil. A pesquisa tem por objetivo evidenciar o silenciamento sobre a questão racial e o epistemicídio factual em um campo que se constitui como crítico à ciência hegemônica. A pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa, analisa teses produzidas nos últimos 5 anos, com intuito de identificar como a temática racial é abordada ou não nestes estudos. O quadro teórico da tese em produção é afrocentrado (Asante, 2009), destacando-se a produção do filósofo sul-africano Mogobe Ramose (2009, 2011, 2013), sintetizado neste trabalho.

O conceito de pluriversalidade é central no pensamento do referido autor e se opõe ao conceito eurocêntrico e colonial de universalidade; que pressupõe a imposição de valores dominantes. Em oposição à universalidade, Ramose (2009) assevera que a pluriversalidade abarca a coexistência de múltiplas epistemologias enraizadas em diferentes contextos culturais, reconhecendo e celebrando a diversidade. Uma vez que a realidade não é homogênea, mas um pluriversal e composto de várias realidades e formas de vida. E que cada cultura tem sua própria maneira de entender e interagir com o mundo, e essas diferentes perspectivas devem ser respeitadas e valorizadas. Neste sen-

tido, o pensamento de Ramose pode ser compreendido como uma crítica ao colonialismo epistêmico e ao epistemicídio patente não apenas no campo CTS, mas na produção intelectual e acadêmica de modo geral.

Conclui-se que o pensamento de Ramose, aponta para uma abordagem mais inclusiva, que incorpora diferentes tradições intelectuais e formas de conhecimento. Segundo Ramose (2013), o conceito ubuntu central na filosofia africana exemplifica a pluriversalidade, tendo em vista que enfatiza a interdependência entre os seres humanos, em oposição à perspectiva racionalista e individualista ocidental.

Concluo no esteio do que assevera Nogueira (2012) que o conceito de pluriversalidade, conforme articulado por Mogobe Ramose, é uma poderosa ferramenta para promover a justiça, a igualdade e o respeito pela diversidade cultural. Enquanto desafia a hegemonia do universalismo e do colonialismo epistemológico, oferecendo uma visão de mundo que celebra a multiplicidade e a riqueza das diversas culturas e tradições intelectuais. Sendo assim, a abordagem epistêmica pluriversal se constitui como uma forma de enfrentamento teórico, político e epistêmico empreendida na produção da pesquisa de doutorado em andamento.

Palavras-chave: Epistemologia. Filosofia Africana. Pluriversalidade. Ubuntu

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi K. **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar**. In: NASCIMENTO, Elisa L. (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93 -110.

NOGUERA, Renato. **Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade**. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação, Brasília, DF, n. 18, p. 62-73, maio/out. 2012. Disponível em: *https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4523* Acesso em: 24 jan 2024.

RAMOSE, Mogobe B. **Globalização e Ubuntu**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do sul. Edições Almedina, Coimbra – Portugal, 2009, p. 135-176.

RAMOSE, Mogobe Bernard. **Sobre a legitimidade e o estudo da Filosofia Africana**. Tradução de Dirce Eleonora Nigro Solis, Rafael Medina Lopes e Roberta Ribeiro Cassiano. Revista Ensaios Filosóficos, v. 4, p. 6-23, out. 2011. Disponível em: *http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf* Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOSE, Mogobe B. **A ética do ubuntu**. Tradução para uso didático de: RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, p. 324-330, por Éder Carvalho Wen, 2013.

INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NA PRÁTICA CLÍNICA DE PSICOLOGIA

Paulo Eduardo Lopes da Silva, Maeli Pereira de Souza, Maraiza Nayara Mancio e **Priscila Maria Pires Coelho**

- Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)
- Graduanda em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)
- Graduanda em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)
- Graduanda em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

O mito da democracia racial e o racismo, como modelos de controle social, acentuam o sofrimento e contribuem para a invisibilidade, o silenciamento e a opressão da população negra, afetando sua saúde mental. Apesar de a população brasileira ser composta majoritariamente por negros, a literatura sobre racismo e saúde mental desta população no Brasil é escassa, especialmente na contribuição da psicologia clínica. O objetivo geral é verificar como as implicações do racismo contribuem para a invisibilidade da população negra na prática clínica de psicologia. E os objetivos específicos de avaliar os processos que levam à invisibilidade da população negra em decorrência do racismo no atendimento psicoterapêutico individual e evidenciar os efeitos do racismo na saúde mental da população negra.

A pesquisa foi realizada com 08 participantes autodeclarados negros (pretos/pardos) que realizaram psicoterapia individual por, no mínimo, seis meses. Utilizou-se a Hermenêutica da Profundidade de Thompson para análise dos dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas na modalidade online. O foco analisou como as formas simbólicas atuam na manutenção e reprodução das relações desiguais de poder e suas estratégias de sustentação ideológica.

A pesquisa é fundamentada em teorias que discutem o racismo, a invisibilidade social e a saúde mental, com destaque para autores como Damasceno e Zanello (2018), Martins, Lima e Santos (2020), e Silva et al. (2017). A análise crítica considera a interseccionalidade de raça, gênero, classe e outros marcadores sociais.

Os conceitos de mito da democracia racial e ideologia do embranquecimento também foram utilizados para contextualizar a situação da população negra no Brasil. Autores como Grada Kilomba (2019), Frantz Fanon (2008) e Cida Bento (2003) são importantes contribuições teóricas sobre os impactos do racismo na saúde mental e na construção da subjetividade da população negra.

As entrevistas revelaram temas como a construção da consciência racial, racismo cotidiano, dificuldades no acesso à psicoterapia e interseccionalidades de gênero, classe, nível educacional e orientação sexual. Observou-se que a identificação entre psicólogos negros e pacientes negros facilitou a criação de um espaço terapêutico mais acolhedor e empático. A preferência de negros por psicólogos negros é baseada na identificação com sua negritude, no autorreconhecimento, e os fatores que envolvem essa predileção são a forma de acolhimento, a sensação de proteção e a confiança para falar sobre questões raciais.

A formação baseada em teorias hegemônicas não fornece ao psicólogo clínico as ferramentas necessárias para escutar e compreender vivências que não sejam da população branca, devido à falta de um aporte teórico específico sobre questões raciais. Ao não considerar as diferenças, legitima uma clínica que não qualifica as desigualdades e torna-se uma perspectiva pautada na visão de igualdade do sofrimento sem considerar as especificidades implicadas. Urge a necessidade de mudar o cenário de escassez de pesquisas sobre a preparação de profissionais da psicologia para atender uma população que representa mais da metade do país. Além disso, ressalta-se a importância do estudo de questões étnico-raciais no processo de formação do psicólogo, para que esses profissionais estejam preparados para lidar com a diversidade e as especificidades das demandas da população negra.

Palavras-chave: Saúde mental; Racismo; Acolhimento terapêutico; Relações Étnico-Raciais; Psicoterapia.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. Em Carone, Iray & Bento, Maria Aparecida Silva. (Orgs.) Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: vozes. 2003. p.25-27.

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L.. **Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 38, n. 3, p. 450–464, jul. 2018.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTINS, T. V.; LIMA, T. J. S. DE .; SANTOS, W. S.. O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 7, p. 2793–2802, jul. 2020.

INTELECTUALIDADE DISSIDENTE E A LUTA PARA CONSTRUÇÃO DE CORPOS DESCOLONIZADOS

Renildes Costa

Mestranda no Programa de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Pedagogia Universitária (NEPPU), sob orientação do Professor Dr. Pedro Paulo Souza Rios.

Este resumo faz parte de um dos capítulos da minha dissertação em Educação, ainda em andamento pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), cujo objeto pesquisado é o circo na perspectiva educativa. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, construída a partir das experiências de vida de mulheres circenses. Mas não se trata de qualquer mulher. Me refiro a mulheres que o grande público não enxerga, que as grandes companhias não contratam, mas são extremamente atuantes em outros circos, nos circos periféricos, nos circos sem lona, nas comunidades, nos projetos sociais ou espaços alternativos. Me refiro a mulheres negras, sejam elas cisgênero ou travesti, cujos corpos rompem com os padrões coloniais, subvertendo a lógica estética da branquitude através das suas produções intelectuais circenses.

O objetivo deste ensaio é compreender como são tecidos os caminhos da pesquisa circense negra dissidente, a fim de questionar como se constrói a intelectualidade. O método utilizado para a construção da pesquisa foram as narrativas autobiográficas (Mignot e Souza, 2015), que denomino de conversas, com quatro circenses que realizam trabalhos independentes na Bahia, e neste capítulo serão tecidos os caminhos para a construção dos seus processos criativos. As narrativas foram gravadas individualmente, entre os meses de abril e maio do ano de dois mil e vinte e quatro. O convite para a participação da pesquisa se deu pelo *WhatsApp*, e os encontros ocorrem presencialmente em local escolhido pelas sujeitas da pesquisa. No momento do convite, foram esclarecidos os objetivos

da pesquisa e, no dia das entrevistas, outras dúvidas foram esclarecidas, momento em que assinaram o Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento.

(TCLE) que será arquivado no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Pedagogia Universitária (NEPPU) da UEFS, local o qual a pesquisa está ancorada. Para problematizar os estudos, trago para o centro do picadeiro a Grada Kilomba, a fim de discutir sobre Princípio da Ausência, que visa invisibilizar as produções existentes e minimizar as potencialidades das intelectuais negras no decorrer da carreira, trazendo a desobediência poética, como caminhos para subverter o colonialismo (Kilomba, 2020, 2024) que possui tripla dimensão e se manifesta através do poder, do saber e do ser (Coutinho, Oliveira e Arruda,2023), por isso a necessidade de vigilância e controle dos corpos subordinados, (Foucault, 2023).

Ao final do capítulo, terei em vista compreender a relação da academia com as produções intelectuais dissidentes. Seria o academicismo um aliado na tentativa de descolonizar a arte e promover uma educação a partir de corpos livres, ou mais uma agência de controle para invalidar as produções intelectuais de circenses negras?

Palavras-chave: mulheres circenses; colonialismo; intelectualidade.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, G. D. S.; OLIVEIRA, T. D.; ARRUDA, D. D. O.. **Insubordinações críticas da intelectualidade negra brasileira: um olhar a partir da atuação do NEABI**/CPII. Educação em Revista, v. 39, p. e41586, 2023

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

KILOMBA, G. **Fanon, existência, ausência: Prefácio**. In: FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. São Paulo: Ubu, 2020.

_____, G. **O Colonialismo é a política do medo**. É criar corpos desviantes e dizer que nós temos que nos defender deles. Jornal El País. Oliveira, Joana. São Paulo:2019

MIGNOT, A. C.; SOUZA, E. C. de. **Modos de viver, narrar e guardar: diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 10 – 33, set./dez. 2015.

A AUTOESTIMA DA MULHER NEGRA INSERIDA NO CONTEXTO DE ENSINO SUPERIOR, FRENTE AOS PADRÕES DE BELEZA IMPOSTOS PELA BRANQUITUDE

Sandra Regina Gomes Constante

Graduada em Psicologia pela Unifatec-PR, Tecnóloga em Logística (UP), Bombeira Militar (PR), *sandrargconstante@gmail.com*

Essa pesquisa se ocupa em descrever como a autoestima da mulher negra, afetada pelos padrões de beleza impostos pela branquitude, impactam a vivência de estudantes negras no ensino superior. Como aspecto fundamental na constituição da saúde mental, a autoestima está intimamente conectada ao bem-estar individual, que sofre influência de como o sujeito se enxerga e se relaciona com os outros. Diante disso, essa pesquisa visa trazer um apanhado histórico sobre a construção objetiva e subjetiva de padrões de beleza impostos pela branquitude[1] e como ela afetou e continua a afetar a constituição da autoestima da mulher negra no contexto do ensino superior. A escritora Kilomba (2019) retrata que o fato da mulher negra não se reconhecer como uma mulher de valor é consequência do processo de colonização. É herança do processo colonizador uma estrutura social racista, que se fundamenta basicamente a partir das *diferenças*, entre o considerado *superior* e *inferior*. Assim sendo, tem-se o objetivo de investigar os desafios enfrentados pela mulher negra no ensino superior em relação à sua autoestima, explorando de que forma os padrões de beleza impostos pela branquitude influenciam sua autopercepção e atravessam sua vivência acadêmica. Inquestionavelmente, esse tema é importante tanto no meio acadêmico, como no meio social, por ser um tema multifacetado que envolve questões de identidade, representatividade e justiça social. Porque cumpre um papel revelador/denunciador de cenários traumáticos, agressivos, segregadores, hostil e racista para as mulheres negras. A representatividade é um componente essencial na construção de identidade e de agenda política que represente a mulher negra em suas especificidades (Pinheiro, 2023). Além disso, essa pesquisa tem também como objetivos: identificar quais padrões sociais de beleza impostos pela branquitude influenciaram na constituição da autoestima da mulher negra estudante; escrever quais são os prejuízos psicológicos que esses fatores acarretaram durante a permanência na universidade e esclarecer como esses prejuízos influenciaram na construção da identidade racial, na conexão com a negritude e na vivência universitária. A metodologia adotada será uma abordagem qualitativa de natureza aplicada, fundamentada em referências bibliográficas, preferencialmente de au-

1. Branquitude se traduz no movimento de padronização de funcionamento em um formato homogêneo. Onde as relações hierárquicas de dominação pouco se alteram (BENTO, 2022).

toras negras, e pesquisas de campo com grupos focais para coleta de dados.

É importante reafirmar a escolha metodológica por produções de mulheres negras por estarem em seu lugar de fala e para que as leitoras se sintam aqui representadas e acolhidas em suas potências, questões e vulnerabilidades. O desejo é de *aquilombar*[2] todas essas e outras mulheres negras que amam e as que são convidadas a amar a negritude. Afinal, como diz Davis (2016), quando uma mulher negra se movimenta, toda a sociedade se movimenta também.

Nesse sentido, o objetivo é despertar a consciência racial e promover a autonomia das mulheres negras estudantes, incentivando sua maior participação e protagonismo nos espaços acadêmicos. Espera-se que, por meio desse trabalho, mulheres negras estudantes não validem e não sucumbam aos ataques e apelos feitos pela indústria cosmética e pelas mídias para se automutilarem a fim de se enquadrarem em um padrão discriminatório, segregador, profundamente racista, que tem adoecido mentalmente milhares de mulheres negras.

Palavras-chave: Mulher negra; Autoestima; Padrão de beleza; Ensino superior.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

DO SILENCIAMENTO À MORTE: O OCULTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES NEGRAS

Gabrielle Fernanda Rocha Pinto e **Sofia Castro Teixeira**

• Bacharela em Serviço Social. Residente Técnica de Serviço Social. Especialista em Políticas Públicas e Direitos Sociais do Centro Internacional Universitário (UNINTER). Especialista em Direitos Humanos e Movimentos Sociais (UNINTER). Pós-graduanda em Relações de Gênero, Raça e Etnia (UNINTER) e pós-graduanda em inovação, transformação digital e egov da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: *gabriellefernandapr@gmail.com*

• Assistente Social. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pós-graduanda em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Integra o Núcleo de Estudos Críticos sobre Branquitude, Racialidade e Tecnologia Prof. Cida Bento (NEBRACI) e o Comitê de Assistentes Sociais na Luta Antirracista do Conselho Regional de Serviço Social do Paraná (CRESS/PR). E-mail: *sofiacastro.teixeira@gmail.com*

A violência contra as mulheres é compreendida no contexto dos determinantes sociais de saúde. Esses determinantes são definidos como fatores sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população" (Buss; Pellegrini Filho, 2007, p. 78). A partir dessa compreensão, o presente resumo visa apresentar a emergência da utilização da ferramenta analítica, a interseccionalidade, como um instrumento técnico para a construção de políticas públicas. Utiliza-se do conceito teórico construído por Patrícia Hill Collins (2021) para analisar a realidade social das políticas de saúde, principalmente focada nas tratativas das mulheres negras vítimas de violência sexual, bem como a partir de análise de dados apontados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), busca-se compreender a partir da conceituação de Cida Bento (2002) como a branquitude hegemônica silencia o caráter corrosivo das tensões raciais no Brasil, ocultando principalmente a violência sofrida por mulheres negras.

Conforme aponta Cida Bento (2002) o pacto narcísico da branquitude é entendido a partir das tecnologias utilizadas para perpetuação dessa como hegemônica, nesse sentido as particularidades das ações individuais (in)conscientes de pessoas brancas são utilizadas para defesa e permanência de seus iguais no poder. Sendo assim, a partir do entendimento da universalidade em relação à trativa da violência sexual, sem o entendimento de onde é sua latência, desvela-se o processo de silenciamento das políticas de saúde, com relação à interseccionalidade dessa violência. A partir disso, compreende-se a necessidade desse conceito para apreender as diversas realidades dessa questão social. Nesse sentido, Lugones (2014) aponta

1. Assume o sentido de reunião e construção de pertencimento e identidade entre pessoas negras.

que a violência sexual está profundamente enraizada na estrutura social caracterizada por desigualdades de gênero e sociais.

A violência sexual é uma herança da colonização, decorrente da colonialidade como um instrumento de opressão e promoção de desigualdades entre classes, etnias e gêneros. Com isso, Bell Hooks (2015), em sua análise, destaca que a mulher negra é o único grupo que não foi socializado para explorar e oprimir, mas apenas para ser explorado e oprimido, devido a fatores de gênero, raça e classe. Em contrapartida, se faz importante analisar que mulheres brancas e homens negros podem vivenciar ambas as condições, porém nota-se a partir de dados apontados pelo Fórum Nacional de Segurança Pública (2023), que entre o percentual de mulheres que sofreram violências, mulheres negras representam 65% dessas, mulheres brancas 29%, seguida por 3% de mulheres indígenas e 2,3%.

Quando analisado dentro desse percentual, mulheres negras foram as que vivenciaram formas mais agravadas de violência, dentre essas a sexual, sendo 29,9%. Dados como esse, revelam o quanto raiz histórica do racismo e do sexismo continuam arraigados na realidade social, Lélia Gonzalez (2021) ao afirmar as raízes históricas coloniais e racistas do Brasil, revela o quanto a visão violenta da Mucama, ainda se faz presente na sociedade, e essa permite com que sejam normalizadas diversas violências contra as mulheres negras, principalmente a sexual, a partir da objetificação de corpos negros.

Palavras-chave: Violências; Interseccionalidade; Políticas Públicas; Saúde Pública.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Ap. Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Ap. Silva (orgs.). Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

BUSS, Paulo Marchiori. PELLEGRINI FILHO, Alberto. **A Saúde e seus Determinantes Sociais**. Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.17, n.1, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil** 4. edição - 2023. Sumário executivo. Ficha Técnica do Projeto Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 4. edição – 2023. Disponível em *<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-sumario-executivo.pdf>* Acesso em 15 de Jun. 2024.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial.** Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: *https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755*. Acesso em: 17 jun. 2024.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, 2016.

GUERRA ÀS DROGAS NA REALIDADE BRASILEIRA: A TRAJETÓRIA DO FRACASSO PROIBICIONISTA

Melissa Ribeiro Gaiovis, Márcia de Mattos Fonseca e **Fernanda Severo dos Santos**

• Assistente Social. Especialista em Estratégias de Enfrentamento à Violência pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Pós Graduanda em Trabalho com Famílias e Sociabilidade no Centro Universitário Internacional (UNINTER). Integra o Núcleo de Estudos Críticos sobre Branquitude, Racialidade e Tecnologia prof. Cida Bento (NEBRACI). E-mail: *melribeirogaiovis@gmail.com*.

• Assistente Social. Especialista em Gestão de Pessoas e Projetos Sociais Centro Universitário Bagozzi. Integra o Núcleo de Estudos Críticos sobre Branquitude, Racialidade e Tecnologia prof. Cida Bento (NEBRACI) e Grupo de Pesquisa Trabalho e Gênero, prof. Cleci Elisa Albiero. E-mail: *mciafonsecapr@gmail.com*.

• Graduanda em Design pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Bolsista do Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social – Pesquisa e Extensão (PIBIS) da Fundação Araucária. Integra o Núcleo de Estudos Críticos sobre Branquitude, Racialidade e Tecnologia prof. Cida Bento (NEBRACI). E-mail: *fsantos.2015@alunos.utfpr.edu.br*.

Diante da comprovada ineficiência da abordagem repressiva que resultou no agravamento da violência, no aumento desenfreado do encarceramento e nas constantes violações de direitos humanos, este trabalho propõe uma análise crítica da política de drogas brasileira (Lei 11.343/2006) sob a ótica da branquitude hegemônica e das necropolíticas por ela perpetradas, as quais visam a morte e exclusão sistemáticas de corpos específicos. O objetivo geral é demonstrar como a branquitude hegemônica articula suas intervenções no enfrentamento de combate às drogas vinculadas ao racismo estrutural.

Os objetivos específicos se dão da seguinte forma: estudar a Lei 11.343/2006 que dispõe sobre a política de enfrentamento às drogas no cenário brasileiro; identificar as intervenções estatais, buscando demonstrar que estas estão alinhadas às narrativas ide-políticas de eliminação sistemática de corpos negros e periféricos; criar debate a partir do Serviço Social na luta

antiproibicionista e antirracista. A discussão parte de uma pesquisa exploratória nos campos de estudos étnico-raciais e da legislação brasileira vigente sobre a política de drogas no campo da ciência do direito, com o objetivo de aproximar essas diferentes áreas para demonstrar um forte viés no entendimento e na aplicação desta política de enfrentamento.

Como base da produção do artigo, foram utilizados os seguintes autores: Almeida (2018) para auxiliar na compreensão do racismo estrutural e suas diversas facetas; Brites (2018) que adentra sobre a política de drogas, trazendo provocações acerca da realidade social e o papel da (o) assistente social enquanto resistência a essa lógica proibicionista; Carneiro (2023) aprofunda a questão da desumanização da população negra, utilizando Heidegger para refletir sobre a redução do ser negro em sua dimensão ôntica. Além disso, a autora realiza exercício de aplicação dos conceitos de dispositivo e biopoder de Foucault. Mbembe (2018) apresenta uma reflexão sobre o conceito de necropolítica efetuada pelo Estado como "o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer" (2018, p. 5).

Desse modo, entende-se que a violência está ligada à estrutura que organiza as relações sociais, reproduzindo-se no cotidiano dos diversos grupos e, aqui especificamente, no cotidiano da população negra. Em relação à análise de dados, os resultados parciais demonstram os efeitos da implementação do regime internacional de controle de drogas, enquanto tecnologia da branquitude para normalizar o racismo institucional e o encarceramento em massa. Contudo, evidencia-se que o indica o retrocesso no enfrentamento das violações de direitos da população negra e habitante das zonas periféricas. Além disso, constata-se que quando se fala em Serviço Social e as lutas antiproibicionistas e antirracistas, torna-se uma exigência ética imprescindível para o enfrentamento da barbárie cotidiana que confronta as possibilidades de afirmação do projeto ético-político, reproduzidas pela branquitude hegemônica.

Palavras-chave: Violências, Necropolítica, Racismo Estrutural, Política de Drogas.

REFERÊNCIAS

ARGUELLO, K. **Drogas, proibição e alternativas: repensando a política de guerra às drogas no Brasil**. In: CREMASCO, M.F.G; MENZ, (Orgs.). Formação em Política sobre Drogas. Curitiba: Ed.: UFPR, 2019. p.154.

FORNAZIER, T.; GONÇALVES, G.; FAVARO, T.. **"Em passos firmes, linha reta"**: lutas antirracistas e o trabalho profissional de assistentes sociais. Serviço Social & Sociedade, v. 146, n. 1, p. 118–138, 2023.

Instituto Sou da Paz. **Apreensões de Drogas no Estado de São Paulo: Um raio-x das apreensões de drogas segundo ocorrências e massa**. São Paulo, maio de 2018. Disponível em: *<https://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/analises-e-estudos/diagnosticos/apreensao-dedrogas/?show=documentos#2442-3>* Acesso em: junho/2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad.: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. Em: Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003. p. 76–97.

DAS UTOPIAS DE SI, DO CORPO PEÇA A CELEBRAÇÃO DO CORPO: VISLUMBRANDO METODOLOGIAS E CONCEITOS PARA CRIAÇÃO EM DANÇA E PERFORMANCE PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE ARTISTAS E PROFESSORES INSERIDOS NO CAMPO DAS ARTES CÊNICAS

Gabriela Souza da Rosa (Rita Rosa)

Mestra em Artes Cênicas e doutoranda em Artes Cênicas UFRGS através do Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas (PPGAC/UFRGS), bolsista pela agência de fomento CAPES. Membro da GRACE- Grupo de Estudos em Arte, Corpo e Educação. Rita Rosa é seu nome artístico, é assim que prefere ser chamada/mencionada.

O campo de pesquisa em artes cênicas no Brasil ainda carece de uma investigação imersiva e minuciosa sobre como se formaram as bases e as estruturas sociais, no que tange às dimensões de raça, gênero e sexualidade. E no que tange à grande ausência da inserção de ERER (Educação para as relações étnico raciais) nos cursos de licenciatura e nos cursos de Bacharelado de Dança e de Teatro, especificamente. Com vistas a reconhecer a relevante urgência em abordar a temática desta pesquisa para o campo da criação cênica, trago as seguintes questões a serem pensadas a partir das palavras-chave que norteiam a pesquisa: como se dá e qual o lugar e o papel do corpo racializado para a história das Artes cênicas no Brasil e algumas outras localidades do mundo? E como figuras racializadas compreendem a criação ou refeitura de epistemologias que deem conta da velocidade das demandas atu-

ais, quando atreladas às perspectivas da criação para a cena e às relações de raça, gênero e sexualidade?

Vislumbra-se uma educação para as práticas em dança que consigam firmar e estabelecer valores civilizatórios que nos são negados, partindo do princípio do legado ancestral africano. Para perceber que tais práticas visam compreensões descoloniais sobre a construção da autoimagem do corpo.

A composição dessas vias tem o intuito de restabelecer, de maneira genuína, caminhos metodológicos para criação de saberes contemporâneos em performance e dança.

Para tanto, apresentam-se três conceitos operatórios, os quais nomeio da seguinte maneira: Utopias de Si: apresenta-se enquanto fuga das realidades distópicas presentificadas na estrutura social em vigência, buscando criar paisagens ideais que fujam das violências diárias. Tal conceito está fundamentado a partir do pensamento das professoras e intelectuais da dança, Inaicyra Falcão dos Santos, em "Corpo e Ancestralidade" (2006) e "Corpo Tela" de Leda Maria Martins (2021).

Como segundo conceito operatório, temos o Corpo PEÇA: vislumbra-se o resgate de histórias de corpos mutilados, os quais histórica e diariamente sofrem pelas agressões do colonialismo. Para esse conceito, as ideias de Aimé Césaire em"Discursos sobre o colonialismo" (2006), serão guias. Por fim, o conceito operatório que nomino Celebração do Corpo: prática em dança fundamentada a partir da movência do quadril, embasada nos pensamentos de Audre Lorde em "o uso do erótico enquanto ferramenta de poder" (2020) e "política sexual negra" em Patrícia Hill Collins (2022). Esses três conceitos são lentes que movimentam a metodologia da pesquisa, para a realização das investigações prático/performativas.

Como exemplo disso, enquanto dados, trago a primeira ação de campo da pesquisa de tese desenvolvida para a CIA Sansacroma de São Paulo–SP no primeiro semestre de 2024 sobre a boa aceitação das metodologias aqui apresentadas. Os resultados possíveis saem de oficinas como essa, vislumbrando capacitar pessoas em espaços de investigação, de modo a desenvolver, de forma crítica e teórico/prática, estratégias para pensar o corpo a partir das questões de raça, sexualidade e gênero para a criação em performance assentando uma pesquisa em arte antirracista. Por fim, a partir dessas investidas, o trabalho está sendo realizado, na busca por identificar fatores históricos dentro do campo das artes cênicas, que estejam relacionados a corpos racializados.

Palavras-chave: Artes Cênicas; Educação; Relações étnico- raciais; sexualidade.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patrícia Hill. **Política Sexual Negra: Afro Americanos, gênero e o novo racismo**. Via Verita, 2022.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. In: Discurso sobre el colonialismo.Madrid, Spain: Akal, 2006.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Autêntica. Belo Horizonte. 2020.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

SANTOS, Inaicyra Falcão dos. **Corpo e Ancestralidade: uma proposta pluricultural de dança-arte-educação**. 2. Edição. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

GT12: Sa(benças) e afroepistemologias femininas de axé

Propositora: Patrícia Silveira da Silva

O GT se propõe a repensar e questionar, a partir de saberes de terreiro, principalmente de mulheres negras, o que é ciência e epistemologia. Assim, baseado nas sa(benças) ancestrais, esse GT tem o propósito de dar vazão e visibilidade aos saberes que contra-demandem (Rufino, 2021) as narrativas coloniais nas ciências sociais e humanas, destacando, sobretudo, os seus potenciais emancipatórios.

"FIO, SE SUNCÊ PRECISAR"[1]: PRETAS-VELHAS E MODOS DE CUIDADO NA UMBANDA

Ifáolàdémolà Yohana Cristina dos Santos Rosa

Nome de iniciação no culto de Ifá, o qual antecede o nome de registro. O nome de registro dá-se como, Yohana Cristina dos Santos Rosa, é Bacharela em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), campus dos Malês, São Francisco do Conde, Bahia. Atualmente, está como mestranda no Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (PÓSAFRO) na Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob a orientação da Profa. Dra. Miriam Rabelo, com a pesquisa intitulada "Templo de Oxalá: pessoas, entidades e modos de cuidado".

Esse resumo são considerações que advém do meu trabalho de dissertação em andamento, o qual reflete sobre o conceito de cuidado ante a diferentes atores sociais, no caso, entidades espirituais e pessoas nas religiões afro-brasileiras, em específico, na umbanda. Nisso, considero que este resumo irá refletir com maior proximidade as relações de cuidado entre pessoas e espíritos, especialmente, a partir das pretas-velhas. Levando em consideração, a interação e incidência cotidiana e religiosa que essas entidades exercem na vida dos familiares, devotos e pesquisadoras, como também, pensar em conjunto com os pretos-velhos, como se dá a umbanda na contemporaneidade paranaense.

O método para essa pesquisa foi realizado por intermédio de levantamento bibliográfico, acesso a periódicos, entrevistas semi-estruturadas, conversas informais e a interpelação do invisível e/ou espíritos para a construção textual, e das narrativas. Vinciane Despret (2023) ao pensar sobre o agenciamento dos mortos, espíritos e imaterial diante ao cotidiano dos vivos menciona que "a voz volta e insiste" (DESPRET, 2023), ante a escolha sobre prosseguir ou não para determinada situação. Com isso, refletindo, é possível utilizar as vozes do plano insondável, imaterial, invisível, dos mortos para a fabricação de histórias e produção de conhecimento?

Ao que tangencia o referencial bibliográfico, essa apresentação está circunscrita por Miriam Rabelo (2014), Blanes e Santo (2014) e Lukondo-Wamba e Fu-Kiau (2017), e Adilbênia Machado (2019), os quais abrem caminhos para a interação entre cuidado, comunidade, espíritos e rito.

Durante o trabalho de campo realizado no Templo de Oxalá, terreiro de umbanda localizado na Fazenda Rio Grande, Paraná, nota-se as relações de cuidado entre a preta-velha Vovó Maria Conga, a saudosa Mãe Neli de Oxalá e a comunidade religiosa. Tendo em consideração, que a comunidade foi fundada mediante ao pedido da Vovó Maria Conga, a qual, até os dias atuais, determina os modos de ação e de ordenamento do terreiro.

Sendo considerações de uma pesquisa em andamento, esse trabalho destina-se para investigações que derivam de outros lugares ontológicos e epistemológicos para pensar as dimensões de cuidado, e interações cotidianas entre espíritos e pessoas. Em especial, considerar a centralidade dos espíritos para a manutenção das religiões afro-brasileiras, bem como, a multiplicidade sobre o *cuidado* presente nos terreiros de umbanda em Curitiba e Região Metropolitana. Por fim, tendo os diferentes marcadores sociais e raciais para interpretar o candomblé e a umbanda no Paraná, destacar que, do passado ao presente do Templo de Oxalá, suas lideranças são mulheres negras.

Palavras-chaves: Cuidado; Umbanda; Espíritos; Curitiba; Pretos-velhos.

REFERÊNCIAS:

BLANES, Rui; SANTO, D. E. Introduction: On the Agency of Intangibles. In: **The social life of spirits**. University of Chicago Press: Chicago. 2014.

DESPRET, Vinciane. **Um brinde aos mortos**: Histórias daqueles que ficam. São Paulo: n-1 edições; Edições Sesc São Paulo, 2023. 176p.

FU-KIAU, Kimbwandende kia Bunseki; LUKONDO-WAMBA, A.M. **Kindezi**: a arte Kôngo de cuidar de crianças. Rede Africanidades, 2017.

MACHADO, Adilbênia. Filosofia africana: ética do cuidado e de pertencimento ou uma poética do encantamento. **Problemata**: R. Intern. Fil. V. 10. n. 2 (2019), p. 56-75 ISSN 2236-8 612 doi:http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v10i2.49118.

RABELO, Miriam C.M. **Enredos, feituras e modos de cuidado:** dimensões da vida e da convivência no candomblé. Salvador: EDUFBA, 2014. 296p.

MAPEAMENTO DAS CASAS RELIGIOSAS DE MATRIZ AFRICANA EM SARANDI-PR

Eduarda Beatriz Beltramin

Graduanda em História pela Universidade Estadual de Maringá. Fundação Araucária PIBIC. HCIR/UEM.

A presente comunicação é derivada do Projeto de Iniciação Científica intitulado "Mapeamento das casas religiosas de matriz africanas em Sarandi-PR", vinculado ao grupo História das Crenças e das Ideias Religiosas (CNPQ/UEM), sob coordenação da Professora Vanda Fortuna Serafim, onde busca-se relatar os ca-

1. Cantiga para preta-velha Vovó Maria Redonda, determinada canção participou do vinil do "7° Festival Nacional de Cantigas de Umbanda" que ocorreu em 1979.

minhos até o presente momento percorridos, bem como apontar para as possibilidades que se vislumbra cobrir para continuar o trabalho. Inicialmente pretende-se relatar as observações coletadas em centros religiosos, e o contato com a religiosidade experimentada pelos indivíduos frequentadores dessas cerimônias.

Situada na linha historiográfica de Religiões mediúnicas e afro-brasileiras, que procura desenvolver estudos capazes de constituir referenciais teóricos para o campo das religiões mediúnicas afro-brasileiras, a análise pretende evidenciar um mapeamento das casas religiosas de matriz africanas em Sarandi-PR. Ampliando desta forma, a extensa área de estudos acerca do tema. Posteriormente, delimita-se o objeto de pesquisa a um terreiro específico, o Kwe Vodun Badagri, de onde se obtém as informações sobre a liturgia religiosa e elabora-se através deste o Calendário Litúrgico do Kwe Vodun Badagri ao qual ainda está em andamento. Por meio deste Calendário se observa as datas de giras, características principais da família de santo, características ritualísticas e o protagonismo negro dentro deste terreiro.

Partindo do conceito de decolonialidade proposto por Joaze Bernardino Costa, direciona-se o olhar aos diversos atravessamentos que constituem e impactam a vivência de uma família de santo e seus componentes. Buscar registrar e discutir os aspectos relevantes que fazem parte do seu cotidiano, assim como os elementos religiosos vinculados às suas práticas e tradições, é a finalidade desta investigação, considerando os limites de tempo e espaço pertinentes aos contextos assuntados. Os saberes e fazeres remontam a um passado histórico rico da casa que contribui para o município de Sarandi.

Nesse sentido, a pesquisa de campo, em conjunção com a revisão bibliográfica das produções existentes, constituem um importante recurso metodológico para esta pesquisa.

Palavras-Chaves: Sarandi; Decolonialidade; crenças afro-brasileiras; pesquisa participante.

REFERÊNCIAS:

BERNARDINO-COSTA, J., & GROSFOGUEL, R. **"Decolonialidade e perspectiva negra"**. Soc estado [Internet]. 2016Jan;31(1):15–24. Available from: https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002

BRANDÃO, C. R. (Org.).**Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CERTEAU, M. A **Escrita da história**/ tradução de Maria de Lourdes Menezes;*revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

ELIADE, M. "**O sagrado e o profano**"; tradução Rogério. Fernandes. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GONZAGA, G. M. "Memórias, notícias e espaços a presença das religiões afro-brasileiras em Maringá-PR". (2000 - 2014). 2018. 157 f. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

MORAÑA, M.; DUSSEL, E.; JÁUREGUI, C. (Eds.). **Coloniality at large**: lat in american and poscolonial debate. Durhan; London: Duke University Press, 2008.

OJIMA, R.; MARANDOLA Jr., E.; MORAES PEREIRA, R. H.; SILVA, R. B. "**O estigma de morar longe da cidade**: repensando o consenso sobre as "cidades-dormitório" no Brasil Cadernos Metrópole", vol. 12, núm. 24, julio-diciembre, 2010, pp. 395-415 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, Brasil

PESSANHA, E. A. de M. "**NECROPOLÍTICA & EPISTEMICÍDIO**: AS FACES ONTOLÓGICAS DA MORTE NO CONTEXTO DO RACISMO". / Eliseu Amaro de Melo Pessanha; orientador Wanderson Flor do Nascimento; Brasília, 2018. 98 p.

PESSOA, G. (2022). "**A construção do negro enquanto um não-ser na Modernidade**: a fábrica de sujeitos raciais e suas implicações para as engrenagens do capitalismo no ontem e no hoje. Germinal: Marxismo E educação Em Debate", 14(2), 107–130. [*https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49502*]

PORTELLI, A.; JANINE RIBEIRO, T. M. T.; RIBEIRO FENELÓN, R. T. D. O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 14, 2012.

RIBEIRO, D. "**O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RODRIGUES, RN. "**Os africanos no Brasil** [online]". Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p.

SILVA, C. da. E. **Melhores crônicas de Cidinha da Silva**. São Paulo: Kuanza Produções, 2019.

MEMÓRIAS DE TERREIROS DE MATRIZ AFRICANA: A PARTICIPAÇÃO HISTÓRICA DE MÃE MALVINA NA TRAJETÓRIA DA UMBANDA EM FLORIANÓPOLIS

Aisha Gabriella de Matos Gonçalves, Carol Carvalho e **Elisa Martins Saes**

A pesquisa tem como objetivo apresentar elementos que constituem o projeto de extensão Repositório Terreiros de Matriz Africana na Grande Florianópolis, coordenado pela Profa. Dra. Cláudia Mortari, vinculado ao Programa de Extensão Olhares, vozes e memórias: saberes africanos e indígenas do AYA Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais presente na Universidade do Estado de Santa Catarina (AYA/UDESC).

A demanda de construção do Repositório de Religiões de Matriz Africana parte de uma mulher negra envolvida nos movimentos sociais e educacionais catarinenses: Profa. Ma. Jeruse Romão, onde trouxe a necessidade de enfatizar os terreiros enquanto espaço de construção de saberes e epistemes. Portanto, o projeto objetiva arrolar documentações históricas e materiais imagéticos, sonoros, audiovisuais e escritos que envolvam os terreiros de matriz africana da região de Grande Florianópolis que se constituíram durante os séculos XX e XXI.

O projeto pretende compreender as trajetórias de mães, pais, babalorixás e yalorixás dos terreiros da Grande Florianópolis, indagando os caminhos traçados dentro da religião, as relações da casa de santo e a comunidade, e a construção de propostas teórico metodológicas que partem dos terreiros e dialogam com a sociedade. Frente ao exposto, a pesquisa pretende pensar mais especificamente a trajetória de Mãe Malvina, importante mãe de santo da Grande Florianópolis, na qual contribuiu para a formação histórica e religiosa de diversos terreiros da região. Observamos que o nome de destaque de Mãe Malvina enquanto uma pioneira dos terreiros de matriz africana apareceu diversas vezes na construção da história desses espaços e se faz presente na memória de uma grande parcela da comunidade religiosa, sendo importante elemento para compreensão das trajetórias dos terreiros de umbanda na Grande Florianópolis.

Assim, tendo como referência a pesquisa desenvolvida por Beatriz Pereira da Silva em 2016 e intitulada "Trajetória de luz e encanto: discursos e narrativas sobre Mãe Malvina (1970-2016, Florianópolis/SC,)" e em diálogo com as entrevistas realizadas pelo projeto até o presente momento com pais de santo e comunidade na qual ela estava presente, pretende-se a partir do Projeto do Repositório de Terreiros de Matriz Africana e de pesquisas anteriores dialogar a importância histórica da figura de Mãe Malvina com sua representação para a construção de epistemologias femininas que evidenciam seu papel na luta social pelo combate ao racismo religioso.

Palavras-chave: Umbanda; História; Mãe-de-santo.

REFERÊNCIAS:

LEITE, Ilka Boaventura; ALENCAR, Alexandra Eliza Vieira. **O axé dos territórios religiosos em Florianópolis e municípios vizinhos**. vol. 2. Florianópolis. Edições do Bosque UFSC/CFH/NUPPE; Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas - NUER, 2020. Disponível em: *<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/218617>*. Acesso em: 15 de Jan. de 2024

SILVA, Beatriz Pereira da. **Trajetória de luz e encanto: discursos e narrativas sobre Mãe Malvina** (1970-2016, Florianópolis/SC,). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. 2016.

TRAMONTE, Cristiana. **Religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis: origens históricas e afirmação social**. Esboços: Histórias Em Contextos Globais, 17(23), p.79–106. 28 jun. 2010. Disponível em *<https://doi.org/10.5007/2175-7976.2010v17n23p79>*. Acesso em: 15 de Jan. de 2024

OMODE AYO: O ESPAÇO ESCOLAR E A COSMOPERCEPÇÃO DE MATRIZ AFRICANA PELA VOZ DAS CRIANÇAS DE AXÉ

Isabella Sacramento da Silva

Doutoranda em Antropologia na Universidade Federal do Paraná, mestra em Educação das Relações étnico raciais e Pedagoga formada na mesma instituição. Técnica em planejamento na Assessoria de Promoção da Igualdade Racial na Prefeitura de Curitiba.

A pesquisa em andamento tem como objeto as crianças de terreiro com identidade construída pela cosmopercepção[1] (Oyewùmí, 2002). Com o objetivo de relatar suas vivências no espaço escolar, tem como proposição identificar o racismo religioso nesse espaço, os avanços e dificuldades em implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais na perspectiva da cultura dos terreiros. Essa discussão traz à luz situações até então veladas porém constantes na escola, pois trata-se de em território onde a cultura de matriz africana é silenciada, desrespeitada, invisibilizada e es-

1. O termo é utilizado nas pesquisas da pesquisadora Nigeriana Oyèrónké Oyewùmí que defende a cosmopercepção como uma forma mais inclusiva de descrever o aprendizado na perspectiva dos povos iorubás os quais não privilegiam sentidos associados apenas aos visuais, e sim uma combinação de sentidos.

tereotipada, fomentando o preconceito e o discurso de ódio – o que afeta diretamente o desenvolvimento das crianças que pertencem a essa etnia.

Por meio de pesquisa etnográfica em terreiros de candomblé, as crianças[2] serão escutadas e os dados discutidos na perspectiva da psicologia diferencial observando as relações entre grupos que estabelecem hierarquia através das diferenças (Leite, 2008). Na segunda etapa, as professoras serão entrevistadas nas escolas para análise das práticas e as dificuldades para promover o enfrentamento ao racismo religioso.

As oportunidades de aprendizado em uma casa de candomblé acontecem no cotidiano. As crianças convivem e aprendem com demais integrantes por meio de danças, cantigas, saberes e aromas que despertam um sentimento de pertença e de identidade (Macedo et al., 2014). Em contrapartida, a educação formal constituída por uma cosmovisão judaico-cristão marginaliza qualquer cultura que confronte com a hegemonia branca. E as escolas são os principais espaços onde esses conflitos ideológicos acontecem e práticas racistas se reproduzem. Respaldado por um suposto "mito de democracia racial" é geralmente composta por uma equipe docente ensinada por uma educação eurocentrada e excludente com relação aos outros grupos étnicos.

Os omodés se deparam com o espaço escolar de forma marginal, precisando silenciar e omitir sua pertença religiosa diante de práticas excludentes e invisibilidade para se protegerem das situações cotidianas de discriminação (Caputo, 2012). E a escola que tem como finalidade criar valores para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, ainda é composta por profissionais que possuem muita dificuldade em implementar elementos afro-brasileiros que perpetuam estratégias para continuar reforçando desigualdades e afeta a autoestima, o desenvolvimento escolar, cognitivo e motor das crianças.

Existe atualmente no âmbito legal uma preocupação em garantir o direito à pluralidade religiosa, porém as escolas ainda perpetuam uma educação que ainda não assumiu seu papel de enfrentamento ao racismo religioso. As fragilidades na implementação dessas leis resultaram em um dos maiores problemas com relação à integração dos assuntos afro-brasileiros ao currículo escolar: limitar as culturas dos terreiros ao ensino religioso. Pois não se trata apenas da prática ritualística, é uma filosofia de vida, é uma busca constante em se conectar com a própria ancestralidade que ensina e educa – princípio básico da cultura africana e afro-brasileira.

Palavras-chaves: Racismo religioso; Educação das Relações Étnico-Raciais; Comunidade de terreiro

REFERÊNCIAS:

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros e como a escola se relaciona com crianças de candomblé**. Pallas 1. ed. Rio de Janeiro.2012.

JAGUN, Márcio de. **Omolu e Obalúwáiyé**. In: SANT ' ANNA, Cristiano. Xirê epistemológico: Roda, Ancestralidade, Educação. Autografia. 1 Edição.Rio de Janeiro. 2022 p129-146.

LEITE, Moreira Leite. **Psicologia Diferencial e estudos em educação**. Editora Unesp. São Paulo, 2008.

MACEDO, Yuri Miguel; MAIA, Cláudia Braga; SANTOS, Mariana Fernandes dos. **Pedagogia de terreiro: pela descolonização dos saberes escolares**. Vivências, V. 15, n. 29, p. 13-26, Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: *http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/50*. Acesso em: 18/ 01/ 2023

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **Visualizando o corpo: Teorias Ocidentais e Sujeitos Africanos**. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 391-415. Tradução para uso didático de Wanderson Flor do Nascimento.

2. As crianças que farão parte da pesquisa, relatarão suas vivências durante faixa etária de 5 a 10 anos, equivalente ao Ensino Fundamental I visando entender como a formação no magistério, sem especialização específica, interfere no ensino da Educação dos Direitos Humanos e Diversidade.

GT13: Literatura negra para as infâncias: narrativas insubmissas

Propositoras: Sara da Silva Pereira, Lucimar Rosa Dias e Samara Rosa da Costa

O objetivo deste grupo de trabalho é difundir pesquisas e relatos que utilizem a literatura negra para as infâncias como mote, possibilitando às participantes a ampliação de referenciais e o reconhecimento de narrativas plurais. Por isso, convidamos pesquisadoras de diferentes níveis de atuação, professoras da Educação Básica, líderes de movimentos sociais e demais interessadas em discutir temáticas voltadas a questões interseccionais que imbricam a literatura, as infâncias e as relações raciais.

IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTOJUVENIL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POSITIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS E INDÍGENAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ

Ilda Aparecida de Souza

Professora na Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

A literatura infantojuvenil desempenha um papel crucial na formação da identidade de crianças e adolescentes negros e indígenas, especialmente em contextos educacionais. No estado do Paraná, essa importância foi evidenciada através de atividades desenvolvidas em 2023 no Colégio Estadual Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz, em Campo Mourão, e em 2024, no Colégio Estadual Cívico-Militar Ipê Roxo, em Foz do Iguaçu. Essas iniciativas demonstram como a literatura pode ser uma ferramenta poderosa na construção de uma identidade positiva entre os jovens.

A literatura infantojuvenil oferece uma vasta gama de benefícios cognitivos e emocionais. Ao se envolverem com histórias, personagens e narrativas, os alunos ampliam o vocabulário e capacidade de expressão. Mais importante ainda: essas histórias permeadas pela valorização dos conhecimentos ancestrais, frequentemente abordam temas de empatia, resiliência e moralidade, ajudando os jovens a entenderem e processarem suas próprias emoções e experiências.

Nos colégios Dr. Osvaldo Cruz e Ipê Roxo, a faixa etária dos alunos nas duas escolas é de 10 a 16 anos, ensino fundamental II e ensino médio. A leitura de obras literárias tais como: Meu crespo é de rainha, A pele que eu tenho, Infância na Aldeia, Amoras, Com qual penteado eu vou? Conhecendo os Orixás de Exu a Oxalá, O Pequeno Príncipe Negro, Amor de Cabelo, Quanta África tem no dia de alguém? Os Dengos na Moringa de Voinha, Vidas que Inspiram: Carolina Maria de Jesus, Ei, você! Orgulho de ser negro, Meninas negras, Joaquim, Negra sim! foi utilizada como uma forma de os alunos refletirem sobre suas próprias vidas e experiências.

A identificação com personagens e situações permite que os jovens vejam suas próprias lutas e triunfos refletidos nas histórias que leem. Isso não apenas valida suas experiências, mas também proporciona modelos de comportamento e reflexões que podem servir como possíveis soluções para problemas enfrentados, tanto no âmbito emocional quanto no mundo material.

A literatura infantojuvenil também é uma ferramenta vital para promover a diversidade e a inclusão. Ao expor os alunos a diferentes culturas, perspectivas e realidades, as escolas ajudam a construir uma compreensão mais ampla e empática do mundo. Nos colégios mencionados, foram selecionadas obras que abordam questões de diversidade étnica, social e cultural, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso. Para ter efetividade o trabalho proposto é contínuo, sendo acrescentadas novas obras que atendam os objetivos do trabalho que é a construção positiva de identidades negras e indígenas que foram invisibilizadas no decorrer da história.

No contexto específico do Paraná, a literatura infantojuvenil também pode fortalecer a identidade cultural dos alunos. Obras que abordam a história, os mitos e as tradições locais ajudam os jovens a se conectarem com suas raízes e a valorizarem sua herança cultural e que respeitam a diversidade humana. Isso é particularmente importante em um estado com uma rica diversidade cultural, como o Paraná.

A literatura infantojuvenil é uma ferramenta essencial na construção de uma identidade positiva entre crianças e adolescentes negros e indígenas. As atividades desenvolvidas nos colégios estaduais cívico-militares Dr. Osvaldo Cruz em 2023 e Ipê Roxo em 2024 são exemplos claros de como a literatura pode ser utilizada para promover o desenvolvimento cognitivo e emocional, a reflexão pessoal, a diversidade, a inclusão e o fortalecimento da identidade cultural. Ao investir em programas literários, as escolas públicas do Paraná estão não apenas melhorando as habilidades acadêmicas dos alunos, mas também contribuindo para a formação de indivíduos mais empáticos, confiantes e culturalmente conscientes.

REFERÊNCIAS

BRAZ, Júlio Emílio. **Na ponta de meus dedos** / Júlio Emílio Braz; ilustrações de Soud. São Paulo: Saberes e Letras, 2023.

FATIMA. Ana. **Os dengos na moringa de voinha; ilustrações de Fernanda Rodrigues**. 1. ed. São Paulo: Brinque-Book, 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Editora Vozes, 2004.

SANTOS, A. **Diversidade Étnico-Racial na Escola: Práticas e Reflexões**. Editora Pedagógica, 2021.

OLIVEIRA, J. **Cultura Indígena e Educação: Caminhos para a Inclusão**. Editora Acadêmica, 2019.

AQUILOMBANDO INFÂNCIAS: NARRATIVAS AFETIVAS EM LIVROS INFANTIS COM PROTAGONISMO NEGRO

Helen Vanessa Couto Silva

Mestranda em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Bolsista CAPES.

A literatura infantil tem um papel fundamental na formação das identidades e na construção do imaginário das crianças. No entanto, a representatividade negra ainda encontra dificuldades para chegar a espaços educacionais, apesar do aumento na produção de obras nessa vertente, o que pode levar a uma lacuna significativa na percepção das crianças negras sobre si mesmas. Este resumo pertence a uma pesquisa extraoficial[1], que está em andamento e visa observar relações afetivas familiares em livros infantis. A partir das obras *Os Dengos na Moringa de Voinha* (Santos, 2023), *As Tranças de Minha Mãe* (Santos, 2021), *Mesma Nova História* (Bertucci; Oliveira, 2021) e *A Mãe que Voava* (Carvalho, 2018), aspiramos entender a importância de narrativas que promovam o protagonismo negro e como elas contribuem para a construção de uma identidade positiva e empoderada.

Livros infantis com protagonistas negros são ferramentas poderosas para combater o racismo estrutural e promover a inclusão e a diversidade desde cedo e ao investigar a presença e o impacto dessas narrativas, espera-se contribuir para a ampliação do repertório literário infantil e fortalecer o movimento de aquilombamento, que busca resgatar e valorizar a cultura afro-brasileira.

O planejamento dessa pesquisa foi traçado com um roteiro de análise em etapas. A primeira etapa consiste em realizar uma revisão extensa da literatura para contextualizar o tema e identificar lacunas existentes. Algumas áreas a serem exploradas incluem estudos sobre representatividade negra na literatura infantil, o impacto de narrativas afetivas na formação da identidade na infância, e conceitos e teorias sobre "aquilombamento" e sua aplicação na educação e literatura. Os livros que foram escolhidos apresentam protagonistas negros, publicações que enfatizam narrativas afetivas, e obras de autores autores negros. Também pretendemos utilizar a análise de conteúdo para examinar os textos e ilustrações dos livros selecionados. Aspectos a serem considerados incluem a representação dos protagonistas e outros personagens, as temáticas abordadas e como elas se relacionam com a experiência negra.

A partir da leitura da obra *Os Dengos na Moringa de Voinha* notamos que são retratados, com delicadeza e profundidade, aspectos da cultura e das relações afetivas no ambiente familiar, especialmente entre avós e netos. O livro conta a história de uma neta que relembra os ensinamentos e as histórias contadas por sua avó, carinhosamente chamada de Voinha. A moringa, um objeto simples do cotidiano, torna-se um símbolo de cuidado, afeto e memórias compartilhadas. É notável que é possível trabalhar temas como a valorização da oralidade e tradições culturais, fortalecimento dos laços familiares, empatia e afeto, simbolismo e significado em objetos cotidianos e a educação emocional e resiliência.

Sendo assim, para sustentar a nossa pesquisa estamos utilizando as pesquisas de hooks (2019; 2024; 2024). Além dela, usaremos também, como referencial para apoiar nossa investigação pela literatura infantil, as pesquisas de Rosa (2017), Menezes (2007), Araújo (2018), Freitas (2014), Dos Santos; Adorno; Souza (2021) e Colomer (2017). E estamos considerando, para as questões de raça, as pesquisas de Fanon (2008), Gomes (2005), Hall (2006), hooks (2013) e Ribeiro (2019).

Este trabalho é uma parte da nossa pesquisa ainda em andamento e que tem como pretensão de conclusão uma síntese dos principais achados e sugestões para futuras pesquisas e práticas educativas, que consideramos ser o próximo passo. É fundamental ressaltar a relevância de promover a representatividade negra na literatura infantil e oferecer recomendações para autores, educadores e formuladores de políticas públicas sobre como apoiar e divulgar obras que promovam narrativas afetivas e inclusivas.

Palavras-chave: Afetividade; Ancestralidade; Literatura Infantil; Literatura Afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. E**ducação, identidade negra e formação de professores: um olhar sobre o corpo negro**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

1. Com "pesquisa extraoficial" queremos dizer que a pesquisa oficial é aquela que estamos produzindo no mestrado, entretanto a pesquisa que compõe esse resumo foi pensada a parte, apesar da mesma vertente.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

"PROFESSORA, DEIXA EU FAZER UM CARINHO NA AUTORA? ELA É LINDA, IGUAL EU!": PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS COM A OBRA DE LITERATURA NEGRA PARA AS INFÂNCIAS "CADA UM COM SEU JEITO, CADA JEITO É DE UM!"

Joana Marques de Lima Saar Xavier, Leocardia Cristina Reginaldo da Cruz e Cristina dos Santos Nascimento

• Professora da Educação Infantil. Especialista em Educação Para as Relações Étnico-raciais pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco-AC.
• Coordenadora Pedagógica dos Anos Iniciais. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação, pela Universidade de Araraquara - UNIARA Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Araraquara – SP
• Graduanda de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Vínculo Institucional: UFAC.

Este trabalho tem a intenção de compartilhar práticas pedagógicas antirracistas realizadas com a obra de literatura infantil "Cada um com seu jeito, cada jeito é de um!" da professora doutora Lucimar Rosa Dias. Como forma de romper com a história única (Adichie, 2019), com o racismo estrutural (Almeida, 2019), transformar percepções estereotipadas relacionadas à identidade negra e compartilhar obras que trazem a beleza que há na diversidade foi que escolhemos o livro "Cada um com seu jeito, cada jeito é de um!" para trabalhar com um grupo de crianças. As práticas aconteceram nas unidades educativas de Educação Infantil Creche Sagrado Coração de Maria de Rio Branco-Acre e de Anos Iniciais EMEF Dona Lúcia Mariana Romania Berti do município de Araraquara – São Paulo e estavam em conformidade com as alterações que as Leis n°10.639/2003 e n° 11.645/2008 trouxeram à Lei n° 9.394/1996 (LDBEN) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Os objetivos foram: destacar a importância de obras de literatura negra infantil para a (re) construção da identidade das crianças; ampliar o repertório das crianças para a diversidade étnico-racial e valorizar a história e a cultura africana e afro-brasileira. Como aporte teórico, utilizou-se: Brasil (1996), Dias (2012), Gomes (2012), Adichie (2019) e Pereira e Dias (2019). Para alcançar os objetivos, utilizamos como metodologia: rodas de leitura, rodas de conversas e de escuta, além de cantinhos com bonecas (os) que apresentam a diversidade fenotípica e outros brinquedos que trazem a beleza que há nas diferenças. A obra foi bastante apreciada e bem recebida pelas crianças das turmas da Educação Infantil e dos Anos Iniciais.

Entre os resultados obtidos, citamos: ampliação do repertório das crianças para a diversidade étnico-racial; crianças passando a gostar de suas cores, seus cabelos e outros fenótipos (principalmente as crianças negras); autopercepção; afeto; afro-amor (que é o amor entre as crianças negras); autoestima; identificação das crianças negras com a autora; conhecimento de África como berço da humanidade, das Ciências e das Tecnologias e crianças ampliando o modo de perceberem a si mesmas e aos outros, respeitando a si e aos outros e valorizando os seus pertencimentos, as suas ancestralidades, as suas identidades, as suas famílias e os seus modos de vidas.

A partir das experiências realizadas e os resultados observados, afirmamos que, além de melhorar a convivência no ambiente educativo e na sociedade, as literaturas com ênfase na história e na cultura africana e afro-brasileira contribuem com a (re) construção das identidades das crianças, com o pleno desenvolvimento das infâncias e colaboram para meninas e meninos crescerem em um mundo com justiça social e respeito às diferenças étnico-raciais, culturais e sociais.

Palavras-chave: Educação Para as Relações Étnico-raciais; Infâncias; Literatura negra; Literatura Infantil; Antirracismo.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.394/1996**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em *http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm* acessado em 28.06.2024

DIAS, Lucimar Rosa. **Cada um com seu jeito, cada jeito é de um!** Campo Grande: Editora Alvorada, 2012.

GOMES, Nilma Lino (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei n. 10.639/03**. Brasília: MEC; Unesco, 2012.

PEREIRA, Sara da Silva; DIAS, Lucimar Rosa. **Entre colos e afetos: a hora e a vez dos bebês na literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira.** Revista da Associação Brasileira

de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 33, p. 178-196, ago. 2020. ISSN 2177-2770. Acessado em: 28 jun. 2024.

A LITERATURA CENSURADA NA ESCOLA E A CULPA É DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Clarice Martins de Souza Batista e **Lucimar Rosa Dias**

• Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora na linha de Educação e Relações Étnico-Raciais, membra do grupo de estudos ErêYá que compõe o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEABUFPR. E-mail: *claricemsbatista@gmail.com*

• Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da USP (2007). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Diversidade étnico-racial, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil, relações raciais, formação de professores, educação básica e políticas públicas. Coordenadora do grupo de estudos ErêYá que compõe o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEABUFPR, da linha de Educação e Relações Étnico-Raciais. E-mail: *lucimardias1966@gmail.com*

O objetivo deste trabalho é relacionar a censura recente dos livros de literatura para as infâncias e o Movimento Escola Sem Partido (ES?P). A censura a livros, encabeçada pelo ES?P, especialmente literários, prejudica a educação antirracista. O ES?P já dissemina campanhas contra livros, materiais pedagógicos e filmes há bastante tempo. Na tese de doutorado de Clarice Martins de Souza Batista, intitulada *Raça e classe na perspectiva do Movimento Escola Sem Partido (ES?P)* e seus efeitos nas práticas de docentes em escolas públicas brasileiras esta realidade é apontada, pois a estratégia do ES?P não é nova.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de tipo exploratória, que por meio da etnografia realiza coleta de dados. A constituição do corpus da pesquisa ocorreu por levantamento documental, consulta em redes sociais e entrevistas com profissionais da educação. A organização dos dados foi realizada por meio da técnica Análise Crítica de Narrativas e Atribuição de Sentidos (ACNAS) (Dias, 2020) e a análise foi realizada com suporte na Análise do Discurso (ACD) de Van Dijk (2015), Orley José da Silva, um de seus representantes possui um *blog chamado* "De olho no livro didático, políticas educacionais e ocorrências de doutrinação nos materiais didáticos, literários e pedagógicos"[1].

Os casos recentes de censuras a livros literários podem ser compreendidos como consequências do conservadorismo que o ES?P trouxe para a educação. O objetivo por trás da censura é questionar a luta do Movimento Negro que vem conquistando espaços sociais importantes, como o campo da literatura. Sabemos que ela é um vetor importante de valores e construção de imaginários e o ES?P está mirando justamente na literatura com personagens negras protagonistas e valorizadas. Três casos recentes servem para refletirmos como o foco é raça. Em março de 2018, tivemos o caso do livro de literatura infantil: "Omo-Obá: histórias de princesas", de Mazza Edições, 2009, escrito por Kiusam de Oliveira, que após avaliado foi escolhido pela Gerência de Educação Básica do Sesi Volta Redonda- RJ. Observa-se que além de selecionada pelo PNBE 2011, foi recomendado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ).

Outro livro censurado no início de 2024 foi o livro "O avesso da pele" da Companhia das Letras, romance escrito por Jeferson Tenório, publicado em 2020. Obra vencedora do Prêmio Jabuti em 2021. A censura começa no Rio Grande do Sul, após publicação de um vídeo de uma diretora de escola que criticava o vocabulário, depois os estados de Goiás, Paraná e Mato Grosso aderiram. E o caso mais recente, ocorreu com o livro de literatura infantil "Menino Marrom" do consagrado escritor Ziraldo, de 1986, retirado de escolas de Minas Gerais em maio de 2024. Neste caso, alguns familiares consideraram partes do livro "perigosas".

Apesar dos argumentos ocultarem a questão racial, usando como desculpas outras motivações, fato é que em todas as obras a questão racial está presente, mesmo com as normativas legais antirracistas estamos precisando de a justiça atuar para garantir que livros sobre diversidade étnico-racial permaneçam na educação. Felizmente, as censuras não estão sendo bem-sucedidas, pois há uma reação contundente da sociedade brasileira em torno deste tipo de estratégia. Nossa preocupação é que nem todos os casos ganham publicidade em escala, por isso precisamos ficar atentas a este tipo de artimanha que vem crescendo no Brasil e acompanha a censura que ocorre em maior medida nos EUA quando estados de lá estão proibindo os currículos orientados pela Teoria Racial Crítica (TRC) que se assemelha à ERER e a História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena nas escolas. Concluímos que pretendem o branqueamento do LD de todos os materiais escolares.

Palavras-chave: Escola sem Partido; Censura; Perseguição Literária; Literatura Infantil; Racismo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Clarice Martins de Souza. **Raça e classe na perspectiva do Movimento Escola Sem Partido (ES?P) e seu efeito nas práticas de docentes em escolas públicas brasileiras**. Tese (Doutorado em Educação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba, 2023.

1. Disponível em *www.deolhonolivrodidatico.blogspot.com*. Acesso em: 2018.

DIAS, Lucimar Rosa. Análise Crítica de Narrativas e Atribuição de Sentidos (ACNAS): **uma metodologia para análise de conteúdos em construção no grupo ErêYá**. No prelo. 2020.

KOZINETS, Robert V. (2014). **Netnografia**: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2015.

CAROLINA MARIA DE JESUS: VALORIZAÇÃO DE TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS

Ana Paula Vieira da Silva, Suzane Veríssimo Valério e **Valéria Pereira da Silva**

• Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), vinculada à linha de pesquisa Linguagem, Corpo e Estética na Educação (LiCorEs). Membro do grupo de pesquisa Labelit - Laboratório de estudos em educação, linguagem e teatralidades, da Universidade Federal do Paraná (UFPR/CNPq) e grupo de estudos e pesquisa ErêYá, da Universidade Federal do Paraná (UFPR/CNPq). E-mail: *anapaula_vs@yahoo.com.br*

• Especialista em Neuropsicopedagogia (2019) pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER. Professora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Curitiba - RME. Integrante do Grupo de Estudos em Educação para as Relações Étnico-raciais - Erêya – UFPR. E-mail: *suverissimov@gmail.com*

• Mestre em Educação (2022) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), concentrando-se na linha de pesquisa diversidade, diferença e desigualdade social em educação. Integrante do Grupo de Estudos em Educação para as Relações Étnico-raciais - Erêya – UFPR. E-mail: *valeriasilvapedagoga@gmail.com*

Esse trabalho é resultado da proposição de um projeto educativo interdisciplinar que pretende articular as obras literárias e biográficas da artista Carolina Maria de Jesus para a prática de uma educação antirracista. A ser realizado em uma Unidade de Educação Integral em Tempo Ampliado da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, que desenvolve atividades de maneira integrada com aproximadamente 300 estudantes de quatro escolas distintas, de 1° a 5° ano do Ensino Fundamental I.

Este projeto visa explorar as contribuições de Carolina Maria de Jesus para a literatura brasileira e destacar a sua relevância como mulher negra na luta contra a desigualdade de raça, gênero e classe, pensando na importância de dialogar sobre a diversidade e de apresentar aos estudantes uma literatura que encoraje as meninas negras, e que contribua com a formação das crianças não-negras, na perspectiva da construção de um pensamento crítico e de uma consciência social.

O desenvolvimento dessas ações foi realizado com base nos referenciais teóricos sobre infâncias (Araújo, 2015) e juventudes (Souza, 2011), nos estudos culturais (Hall, 2013), como nas epistemologias das intelectualidades negras sobre a Educação das Relações Étnico-raciais (ERER), literatura infantil e juvenil (Cuti, 2010; Debus, 2017) e relações raciais.

Algumas sugestões de metodologia são: nas Práticas de Língua Portuguesa, leitura de trechos importantes do livro Quartos de Despejo; diários escritos pelas crianças; análise das letras das músicas compostas por Carolina Maria de Jesus. Já nas Práticas Artísticas, explorar o Grafite, o Rap, o Samba e/ou Jongo. Para a Prática de Movimento, conhecer mais sobre o Hip hop e/ou Capoeira. Práticas de Ciência e Tecnologia podem explorar a disparidade entre o centro da cidade e as favelas, localizando esses espaços no entorno da unidade escolar; pesquisando a história do bairro onde a escola está inserida, procurando responder sobre a composição racial dos moradores, a taxa de criminalidade e migração.

Nas Práticas de Matemática, propor uma visita à cooperativa de recicláveis, pensando juntos sobre as medidas e valores dos materiais recicláveis, o sistema monetário brasileiro e educação financeira, podendo levá-los a atividades de armazenamento doméstico com a comunidade. Práticas de Educação Ambiental contariam com roda de conversa com mulheres negras da comunidade que trabalham na reciclagem; comparar paisagens humanizadas e naturais e questões de infraestrutura e saneamento básico; além da montagem de um cantinho da leitura com materiais recicláveis.

Assim, conclui-se que é possível propormos uma educação antirracista articulada à realidade da escola e de seus estudantes. Entretanto, ainda esbarramos na problemática de profissionais que não se veem responsáveis, individual e coletivamente, por uma prática que valorize, respeite e dialogue com a diversidade presente nos espaços, nem mesmo se tratando de uma lei federal.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus, Educação Antirracista, Literatura.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Benedito. **O ensino da literatura hoje**. PUC – SP: Revista Fronteira Z, n. 14, 2015.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira", e dá outras providências. Disponível em: *http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639*.

htm. Acesso em: 05 mai.2024.

CARVALHO, Rosângela Tenório de. **Literatura afro-brasileira, currículo e ensino**. In: Literatura e educação [recurso eletrônico]: temas em interface / organizadora: Lívia Suassuna. – Recife: Ed. UFPE; São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

JESUS, Michael Dias de. P**ráticas pedagógicas antirracistas: Vida e obra de Carolina Maria de Jesus como conteúdo curricular na aplicação da lei 10.639/03**. São Paulo. 2023. (Dissertação - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Paulo). São Paulo, 2023.

SOARES, Magda. **A escolarização da literatura infantil e juvenil**. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (organizadoras). Escolarização da leitura literária. 2. ed., 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA EM ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DA LITERATURA EM UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Carine Maria Cabral Costa, Natáli Souza Pereira e **Bruma Moraes Battistelli-UFPR**

• Pedagoga. Especialista em Psicopedagogia e Educação Digital. Componente de pesquisa no NEAB de Florianópolis e mestranda do curso de pós-graduação em Educação pela UFPR. E-mail: *k-rine1@hotmail.com*

• Licenciada em Letras (UNIVILLE). Representante Quilombola dentro do MN – Maria Laura. Email: *nsp.hello.nati@gmail.com*

• Professora da Universidade Federal no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da linha de pesquisa Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação. Mestre e Doutora em Psicologia Social e institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Grupo de Pesquisa bell hooks na UFRGS. E-mail: *brunabattistelli.ufpr@gmail.com*.

O presente artigo tem por objetivo abordar aspectos relacionados a prática de implementação de um projeto escolar, com o público-alvo voltado para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que inclui o desenvolvimento de um plano de atividades que integrará a mala de leitura ao cotidiano das crianças, incluindo momentos de leitura, discussões em grupo, atividades artísticas e dramatizações. O conteúdo da mala será adaptado para estar alinhado com os objetivos pedagógicos da Educação Infantil e com a Lei 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

A Educação Infantil é a primeira fase da Educação Básica que tem como intuito promover o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, oferecendo oportunidades únicas para explorar, interagir e celebrar diversas culturas e suas identidades. Para esse nível educacional, que apresenta uma identidade própria ao utilizar a ludicidade como instrumento mediador, faz-se necessária a busca das representatividades territoriais que serão reverberadas nos espaços escolares. Geograficamente, esse projeto foi pensado a partir de uma análise etnográfica que revela que a cidade de Araquari possui uma pluralidade cultural étnico-racial, aproximando-se de comunidades indígenas e quilombolas. Hooks (2021) enfatiza a importância de proporcionar desde a primeira infância a construção da autoestima mediante narrativas literárias que valorizem a identidade negra (quilombola) e indígena.

O projeto "Mala de Leitura Ancestral" visa integrar práticas educacionais que valorizem e transmitam a rica herança cultural ancestral às crianças desde os primeiros anos de vida. Reconhecemos a importância de apresentar às crianças uma história verdadeira. Nosso objetivo é entrelaçar as experiências com a "escrevivência" de Adichie (2019), que relata as experiências que teve enquanto criança, onde a falta de representatividade negra fez com que sua identidade fosse negada e sua ancestralidade silenciada.

Os impactos da implementação da Mala de Leitura Ancestral estão alinhados com as ideias de Luiz Rufino (2019) em "Pedagogia da Encruzilhada", que destaca a importância de integrar saberes ancestrais com os pensadores já reconhecidos na sociedade. A metodologia inclui a realização de avaliações contínuas de todos os envolvidos no processo, durante a implementação do projeto, para identificar pontos fortes e áreas de melhoria, utilizando métodos como observações, entrevistas e questionários.

Ao final do projeto, será conduzida uma avaliação com todos os segmentos envolvidos, abrangente para medir o impacto das atividades sobre as crianças, os educadores e a comunidade, analisando aspecto como o engajamento das crianças, o desenvolvimento da autoestima e o fortalecimento da identidade cultural. Para o projeto "Mala de Leitura Ancestral", a metodologia proposta garantirá a eficácia e a relevância das atividades, desde a seleção criteriosa de materiais até a implementação e avaliação do projeto. Essa metodologia será organizada em várias etapas: Pesquisa e Seleção de Materiais, Desenvolvimento da Mala de Leitura, Formação de Educadores, Implementação nas Escolas, Envolvimento da Comunidade, Avaliação e Monitoramento, e por fim resultados obtidos.

Palavras-chave: Literatura Infantil; Ancestralidade; Identidade Étnico-Racial; Autoestima.

REFERÊNCIAS

ADICHIE Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

DO BERÇÁRIO À VIDA ADULTA: A INFLUÊNCIA DO PROJETO "CRESPOS E NEGRITUDE" NA PROMOÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA EM BRUSQUE

Shayene Ferreira de Jesus

Mestranda em Comunicação pelo PPGCOM/UFPR e pesquisadora do COMPA: E-mail: *shayimprensa@gmail.com*

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos do projeto "Crespos e Negritude" na promoção da autoestima e da valorização da cultura africana e afro-brasileira entre crianças e adultos no município de Brusque, no estado de Santa Catarina. Os objetivos específicos deste projeto consistiram em: I) investigar como as oficinas de cuidados com cabelos crespos contribuem para a autoestima; II) examinar a eficácia das práticas educativas antirracistas implementadas pelo projeto; III) avaliar o papel dos artefatos culturais de matriz africana, como as capulanas, na educação infantil e na promoção da diversidade cultural; IV) analisar relatos de experiências dos/das participantes do projeto para compreender seu impacto na comunidade local.

O projeto, contemplado pela Lei Paulo Gustavo, Lei Complementar n. 195/2022, abrange uma ampla faixa etária, envolvendo desde crianças matriculadas em berçários de instituições educacionais até adultos de 40 anos, e se concretiza por meio de oficinas de cuidados com cabelos crespos, contação de histórias e uso de artefatos de matriz africana e afro-brasileira como ferramentas educativas. A metodologia adotada incluiu a análise documental e as observações diretas das atividades realizadas com as crianças e adultos.

O referencial teórico do projeto "Crespos e Negritude" fundamenta-se por meio das contribuições de pesquisadores como: Silvio Almeida (2019), que discorre sobre racismo estrutural; Marlina Oliveira Schiessl (2023) que apresenta o conceito de Artefatos Culturais de Matriz Africana e Afrobrasileira (ACMAB); Ana Cláudia Pinto da Silva (2022), que discorre sobre práticas pedagógicas antirracistas; e Sara da Silva Pereira (2019), que pesquisa sobre literatura infantil afro-brasileira e de temática da cultura africana e afro-brasileira.

Os resultados indicam que o projeto promoveu uma maior valorização da identidade negra, melhorando a autoestima das crianças e adultos participantes e educando a todos sobre a importância da diversidade cultural. A conclusão destaca a necessidade de incentivos contínuos à cultura e à educação inclusiva, reforçando a eficácia de leis como a 10.639/2003 e a Lei Paulo Gustavo na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Racismo; Educação; Cultura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

PAULA, Camila Ramos de. **Empoderamento, autoestima e autoafirmação: o discurso sobre o cabelo ruim e o bom no contexto da transição capilar**. 2022. 76 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cascavel, 2022. Disponível em: *<https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/6083/5/Camila_Paula2022.pdf>*. Acesso em: 15 jun. 2024. Acesso: 07 ago. 2024.

PEREIRA, Sara da Silva. **A literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira, com a palavra as crianças: "eu so peta, tenho cacho, so linda, ô!"**. 2019. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: *<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/65927/R%20-%20D%20-%20SARA%20DA%20SILVA%20PEREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>*. Acesso em: 15 jun. 2024.

SCHIESSL, Marlina Oliveira. **Artefatos culturais de matriz africana e afro-brasileira no cotidiano da educação infantil: uma análise da produção científica (2003-2021)**. 2023. 1 recurso online: PDF. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2023. Disponível em: *<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/85810/R%20-%20T%20-%20MARLINA%20*

OLIVEIRA%20SCHIESSL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SILVA, Ana Cláudia Pinto da. **O cabelo crespo como fio condutor do processo de pertencimento étnico-racial de meninas negras no ambiente escolar**. 2022. 108 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação Básica) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <*https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/17898/2/Dissertação%C3%A7%C3%A3o%20-%20Ana%20Cl%C3%*>. Acesso: 15 jun. 2024.

LER E CONTAR, TECER E ENCANTAR NO UNIVERSO DA LITERATURA INFANTIL

Genecir dos Santos Barreto Josviak e **Wivian Graciela Meneguetti de Souza**

• Professora e atualmente na rede municipal de São José dos Pinhais compõe a equipe de assessoramento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, no Departamento de Educação Infantil da Rede Municipal de São José dos Pinhais, Mestranda em Educação -UFPR, Pós-graduanda do curso de Pós-Graduação ANE4 - UFPR - Litoral. E-mail: *genecbarreto@gmail.com*

• Professora e atualmente compõe a equipe de assessoramento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, no Departamento de Educação Infantil da Rede Municipal de São José dos Pinhais, Pós-graduanda do curso de Pós-Graduação ANE4 -UFPR -Litoral. E-mail: *wivianmeneguetti2020@gmail.com*

O objetivo deste trabalho é apresentar possibilidades de práticas educativas de leitura e contação de histórias como alternativa de ampliar e promover de forma respeitosa e afetiva a temática étnico-racial e Indígena. O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa maior que desenvolvemos no curso de especialização Alternativas para uma Nova Educação (ANE) 4, ofertado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR - Litoral, cujo projeto é Leitura e contação de história em espaços formais e não formais.

Utilizamos a abordagem qualitativa para realizar a pesquisa de campo e coletamos dados a partir das avaliações e depoimentos feitos pelos participantes dos encontros que promovemos. Como estratégias, trazemos em evidência a promoção da equidade racial, a inserção e construção de espaços inclusivos que contemplem a diversidade étnico-racial nos espaços formais e informais no Município de São José dos Pinhais. A diversidade e a equidade racial foram introduzidas em todas as apresentações por meio de Artefatos Culturais de Matriz Africana e Afrobrasileira (ACMAB) como: livros de literatura infantil, instrumentos musicais, tecidos, bonecas entre outros objetos. Para tanto, utilizamos como aporte teórico: Schiessl (2023); Pereira (2019), Reyes (2014), Brasil (2018).

Até o momento, foram realizados seis encontros, nos períodos da manhã e tarde, em diferentes espaços: Espaço de Equoterapia, Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), Escola Municipal, Centro Comunitário da Associação de Moradores e espaços ao ar livre, como parques e praças, atendendo a um público de aproximadamente 450 participantes no total. Dentre os resultados podemos citar que, inicialmente, a proposta chamou a atenção e despertou a curiosidade dos participantes; a organização do espaço e os elementos de composição atraiu o público, que se aproximava e permanecia até o final de cada apresentação. A literatura, além de um direito de bebês, crianças e adultos, amplia a percepção de mundo e nos convoca a transformá-lo com imaginação e afeto. Nesse sentido, ler e contar, tecer e encantar são ferramentas essenciais nesse universo da literatura, portanto pensamos no projeto como possibilidade de ampliar e promover, de forma respeitosa e afetiva, a temática étnico-racial por meio da contação de histórias.

A partir das práticas realizadas, foi possível observar e constatar, por meio das devolutivas orais e escritas dos participantes, o encantamento e envolvimento de cada grupo em querer mais momentos como o que vivenciaram. Outro aspecto observado, foi o interesse em querer saber mais sobre o tema relacionado à diversidade étnico-racial, trazendo em evidência a necessidade de se efetivar de forma prática as Leis 10.639/03 e 11645/08 em todos os contextos.

Palavras-chave: Práticas educativas; leitura e contação de histórias; diversidade étnico-racial; literatura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 9 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Leitura e Escrita na Educação Infantil: Linguagem oral e linguagem escrita na Educação Infantil: práticas e interações**. Brasília: MEC, 2018.

REYES, Yolanda. **Ler, brincar, tecer e cantar**. 1. ed. São Paulo: Pulo do Gato, 2014.

PEREIRA, Sara da Silva. **A literatura infantil de temática da cultura africana e afrobrasileira,**

com a palavra as crianças: "eu so peta, tenho cacho, so linda, ó! ". 2019. 206f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SCHIESSL, Marlina Oliveira. **Artefatos Culturais de Matriz Africana e Afro-brasileira no cotidiano da Educação Infantil:** uma análise da produção científica (2003-2021). Tese (Doutorado), 169 f., Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

COORDENADORA PEDAGÓGICA E A MEDIAÇÃO A DA LITERATURA INFANTIL NEGRA NO ESPAÇO ESCOLAR

Leocardia Cristina Reginaldo da Cruz

Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação – Universidade Araraquara Uniara. Idealizadora do Grupo de Estudos Práticas Pedagógicas e do Canal Práticas Pedagógicas.

O presente trabalho tem a intenção de compartilhar os resultados obtidos na dissertação "Análise de experiências de rodas de conversa sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais por meio de Rodas de Conversa de alunos do Ensino Fundamental I" (Cruz, 2018), nas observações realizadas durante a experiência profissional como professora dos anos iniciais e na escrevivência na área da coordenação pedagógica, entre 2016 a 2024, em uma escola pública do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, localizada no interior do Estado de São Paulo.

Trata-se de um relato de experiência inspirado nas rodas de conversa mediadas por livros de literatura infantil negra, entendidas como práticas sociais que, vistas aqui além dos seus objetivos pedagógicos, são também importantes recursos para a formação humana dos/das alunos/as, negros e não negros, cujo foco, neste caso, é combater as práticas racistas, promover o respeito ao outro, com acolhimento, valorizar as diferenças e a diversidade étnica no espaço escolar.

Tem como objetivo compartilhar sugestões de práticas pedagógicas planejadas pelo/a coordenador/a pedagógico/a para colaborar para a viabilização do trabalho pedagógico-didático e na implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais por meio da educação literária, conforme orienta Brasil (2017). O aporte teórico que norteia o estudo conta com o apoio teórico de Brasil (2004), Cruz e Justino (2020), Silva (2011), Schiessl e Dias (2023).

Nesta direção, como atividades pedagógicas desenvolvidas pela coordenadora pedagógica, pode-se citar: a parceria entre coordenação pedagógica e professoras/es ; a escuta ativa das crianças, das/dos professoras/es e das famílias , a curadoria dos livros infantis, a leitura deleite; as rodas de conversa online e presencial; as aulas expositivas, as atividades orais e escritas, o contato com as autoras, a organização do cronograma das atividades virtuais e presenciais com as autoras, alunas/os e professoras/es, a formação das/dos professoras/es no horário de trabalho coletivo, organização dos diferentes ambientes da escola, (Cruz, 2018).

Assim, para as leituras deleite e a apreciação dos livros de literatura infantil negra, foram selecionadas as obras de: Carmen Lucia Campos, "Meu avô africano" (2010); Cintia Almeida da Silva Santos, "Minha mãe usa touca de cetim" (2021); Heloisa Pires Lima, "História de Preta" (2008); Kiusam Oliveira, "Com qual penteado eu vou?" (2021); Lupita Nyongò, "Sulwe" (2019); Madu Costa, "Emborando Palavras" (2014); Neide Graça, "O Menino pirilampo" (2019); Otávio Júnior, "Da minha Janela" (2019); Rodrigo França, "Pequeno Príncipe Preto" (2020-2021).

Mas afinal, o que ensinam e o que aprendem as crianças a partir das rodas de conversa fomentadas pelo/a coordenador/a pedagógico/a a partir da literatura infantil negra? Diante dos resultados obtidos, pode-se afirmar que as obras literárias infantis com personagens negras e negros protagonistas na narrativa e nas ilustrações contribuem para a construção das identidades das crianças de maneira positiva; os livros infantis com temas que valorizam as vivências cotidianas de crianças negras por textos com narrativa verbais positiva estimulam o autoconhecimento, a sensação de pertencimento e as diferentes linguagens; as obras que abordam as questões raciais, as culturas afro-brasileira e africana escritas por autoras/es negras/as estimulam o respeito à diversidade. Logo, para que esse trabalho se torne efetivo é necessário aumentar os acervos de obras escritas por autoras/es negras/os e que a temática seja contemplada no Projeto Pedagógico da escola.

Palavras-Chave: Educação das Relações Étnico-Raciais; Ensino Fundamental I; Educação Literária; Coordenadora Pedagógica; Literatura Infantil Negra

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:*http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao-final_site.pdf*. Acesso em 29/06/2024.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, Secreta-

ria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004, 35 p.

CRUZ, Leocardia Cristina Reginaldo. **Análise de experiência de rodas de conversa sobre a educação das relações étnico-raciais por meio da perspectiva de alunos do ensino fundamental I**, 2018. 146f. Dissertação (Mestrado em Processo de ensino, Gestão e Inovação) – Universidade de Araraquara, Araraquara, 2018.

SCHIESS, Marlina Oliveira; DIAS, Lucimar. **Os caminhos (nada suaves) para a implementação de uma educação antirracista: experiência em uma rede municipal catarinense**. Interfaces da Educação, Paranaíba, vol. 13, n. 39, p. 172-190, 2023. Disponível em *https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5468*. Acesso em 29/06/2024.

SILVA, P.B.G.S. **Entre Brasil e África: Construindo conhecimento e militância**. Belo Horizonte: Mazza Editora, 2011, 174 p.

LITERATURA NEGRA PARA AS INFÂNCIAS: PORQUE ESPERANÇAR É PRECISO

Sara da Silva Pereira e **Lucimar Rosa Dias**

• Doutoranda em Educação e Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas ErêYá e do NEABI/UFAC.
• Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, professora na Universidade Federal do Paraná, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas ErêYá.

Decorridos mais de 20 anos da alteração da Lei n. 9394/1996 pela promulgação da Lei n. 10639/2003 a qual acrescenta, em seu artigo 26-A, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na rede de ensino, houve uma ampliação da literatura destinada às infâncias que apresenta personagens negros e negras. No entanto, o aumento da produção nem sempre vem acompanhado da qualidade, pois o mercado editorial ainda edita livros que reproduzem estigmas e estereótipos em relação à população negra.

Por isso, o objetivo deste trabalho é discutir conceitualmente a literatura para as infâncias produzida por autores/as negros/as, destacando critérios de qualidade relacionados a estas obras. Utilizamos como metodologia a pesquisa de abordagem qualitativa do tipo bibliográfica e de natureza interpretativa. Por meio da leitura de artigos, documentos, editais, livros, teses e dissertações, analisamos o protagonismo e a autoria negra no livro: O mar de Manu, de autoria de Cidinha da Silva e ilustrado por Josias Marinho, obra que classificamos como literatura negra para as infâncias.

O aporte teórico utilizado perpassa por pesquisadores/as que discutem a produção literária para as infâncias com recorte étnico-racial. Dentre eles/elas destacamos: Rosa (2021); Pereira (2019); Oliveira (2020); Debus (2017); Cuti (2010), Pereira, Dias (2019) dentre outros/as. Os resultados indicam que a literatura produzida por autores e autoras negros e negras tem sido fomentada por políticas de ações afirmativas, sendo nomeada de diferentes formas pelos pesquisadores/as da área tal como: literatura negro-afetiva, literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira, literatura negra para as infâncias, literatura negro-radical, dentre outros nomes. Em relação à análise da obra selecionada, constatamos que apresenta qualidade estético-literária, com ilustrações que valorizam os aspectos fenotípicos dos/das personagens negros/as e ausência de estereótipos e hierarquias entre personagens brancos/as e negros/as, dentre outros aspectos positivos.

Assim, concluímos que essa discussão conceitual acerca da nomenclatura da literatura com especificidades negras é importante, pois além de dar luz às pesquisas da área, divulga um título considerado de qualidade em relação ao tratamento das ilustrações e da narrativa, contribuindo com uma percepção positiva da negritude.

Palavras-chave: Literatura negra; Lei n.°10.639/2003; Literatura Infantil, Infâncias negras

REFERÊNCIAS

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DEBUS, Eliane. **A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens: lendo Joel Rufino dos Santos, Rogério Andrade Barbosa, Júlio Emílio Brás, Georgina Martins**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Literatura Negro-brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil**. ABATIRÁ – Revista de Ciências Humanas e Linguagens. Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XVIII, V 1: n.1 Jan : Jun: 2020, p. 1- 460.

PEREIRA, Sara da Silva. **A literatura infantil de temática da cultura africana e afro-brasileira, com a palavra as crianças: "eu so peta, tenho**

cacho, so linda, ó!". 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Curitiba, 2019.

ROSA, Sonia. Literatura negro afetiva para crianças e jovens. **Revista África e Africanidades**, Ano XIV, Ed. 39, Ago-Out de 2021, p. 6-22.

DIVERSIDADE É A REGRA, NÃO A EXCEÇÃO

Sinnara Moura Santos Lopes do Amaral

Especialista em Educação Especial.

Em resposta à Lei Federal 10.639/2003, que prevê a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira" na educação básica, este estudo apresenta uma proposta de trabalho antirracista a partir do emprego de literatura infantil como suporte de representatividade em uma turma de anos iniciais de Ensino Fundamental. Com objetivo de desenvolver e ampliar a percepção sobre diversidade étnico-racial na escola a partir da autopercepção de identidade racial com crianças, este trabalho tem como público-alvo estudantes de uma turma do 2° ano do Ensino Fundamental. O estudo tem como motivador o constante questionamento das/dos estudantes acerca de suas características físicas, gerando frequentemente uma negação, por parte das crianças, de seus fenótipos negros na produção de autorretratos e na autoidentificação em pesquisas escolares.

Com base em pressupostos metodológicos da pesquisa qualitativa, a investigação se inicia com a leitura e exploração da obra "O Pequeno Príncipe Preto-para pequenos", do autor Rodrigo França; a partir da leitura, um diálogo sobre as impressões de cada um sobre a história e os personagens iniciamos a reflexão. Após o momento de conversa, as crianças receberão fotografias suas em preto e branco para poderem colorir de acordo com sua autopercepção de cor, nos tons disponíveis na paleta de lápis cor de pele; as fotos coloridas pelas/os estudantes ficarão expostas no mural da turma ao lado de fotografias de celebridades negras e negros considerados/as reis e rainhas na sociedade brasileira. Assim, como na história de Rodrigo França, a realeza é negra e, para as crianças, descobrir quem são os reis e rainhas da nossa sociedade traz impactos significativos para sua autopercepção.

Este trabalho é finalizado com o debate em grupos sobre a contribuição de mulheres negras para a formação social, política e econômica do Estado do Paraná, entre elas: Enedina Alves Marques, Maria Nicolas e Laura Santos. As/os estudantes, divididos em grupos, são estimulados/as a produzirem cartazes sobre cada personalidade para comporem um mural da história de nosso Estado contada a partir de personalidades negras. Com base na função social da escola, bem como o papel de professoras/es que devem ter o olhar atento às/aos estudantes, o desenvolvimento dessa proposta tem em vista perceber se as crianças compreendem a pluralidade de tons de pele e como pessoas negras são importantes e fazem a diferença em nossa sociedade. A partir disso, é possível enaltecer a representatividade negra na escola e fomentar a reflexão sobre como uma educação antirracista tem como base a autopercepção racial e o sentimento de pertencimento a um grupo racial com reis, rainhas e personalidades que constroem grandiosidades sociais.

Palavras-chave: Diversidade; Educação Antirracista; Representatividade.

REFERÊNCIAS

CURITIBA, Secretaria Municipal de Educação. **Currículo de Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC**. Curitiba, 2022.

CURITIBA, Secretaria Municipal de Educação. **Plano de Ação 2023** - Escola Municipal Dona Lulu. Curitiba: Secretaria Municipal de Educação, 2023.

BRASIL, **Lei n 10.639, de 9 de Janeiro de 2023**. Disponível em: *https://www.planalto.gov.br/* Acesso em: 01/04/2024.

FRANÇA, Rodrigo. **O pequeno príncipe preto - Para pequenos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

ESTUDOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE POSITIVA DA CRIANÇA NEGRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD 2024 PARA O INFANTIL 4-5

Solange Máxima da Silva Carvalho e **Adão Aparecido Molina**

• Mestranda em Ensino pela Universidade Estadual do Paraná – Unespar, campus de Paranavaí. e-mail: *solmaximocar@gmail.com*
• Doutor e Pós-Doutor em Educação. Professor do Mestrado em Ensino e do colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Paranavaí. e-mail: *adao.molina@unespar.edu.br*

No Brasil, o racismo ainda é insistentemente negado no discurso do brasileiro, todavia ele permanece nos sistemas de valores que regem o comportamento humano na nossa sociedade, e se expressa por meio de diferentes práticas sociais (Gomes, 2005). Na per-

cepção de Almeida (2020), no Brasil, o racismo é estrutural e estruturante das relações, por isso nem as crianças estão anistiadas de sofrerem violências físicas e simbólicas perpetradas pelo racismo. Desse modo, desde pequenas, as pessoas negras estão sujeitas a sofrerem com o racismo, em especial no ambiente escolar.

Por essa razão, faz-se necessário analisar se as práticas educacionais contribuem para uma educação antirracista, que, na visão de Cavalleiro (2000), possibilita a promoção da consciência crítica, valoriza a diversidade, desconstrói estereótipos e capacita a ação coletiva contra a discriminação racial. Não obstante, a formação antirracista pode contribuir para a construção da identidade positiva da criança, uma vez que a educação é um processo amplo e complexo da construção de saberes culturais e sociais, e é na educação infantil que, de acordo com Lima (2005), são formulados os primeiros embriões dos valores humanos.

Por conseguinte, esse trabalho é parte da pesquisa que está em andamento no Programa de Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar - PPIFOR da UNESPAR, tendo como campo de discussão a importância da representatividade positiva da cultura afro-brasileira na educação infantil, conforme determina a Lei 10.639/2003. Para a análise propomos uma investigação das práticas educacionais voltadas para a promoção da diversidade cultural e étnico-racial na educação infantil, utilizando como objeto de estudos os livros didáticos distribuídos para os Centros de Educação Infantil em Paranavaí–PR, no ano de 2024, pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

As discussões serão fundamentadas na abordagem teórica da psicologia histórico-cultural de Vygotsky, que destaca a influência das interações sociais e culturais no desenvolvimento infantil. A metodologia adotada será de revisão bibliográfica e de análise documental, com enfoque qualitativo, visando a compreender a presença e a qualidade dos conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira nos materiais didáticos educacionais.

A educação infantil é de extrema importância para a construção dos valores humanos, por essa razão, a fim de combater o racismo estrutural da nossa sociedade, faz-se necessário incluir referências étnico-culturais positivas na formação das crianças, especialmente, das afrodescendentes desde a infância. Todavia, nos deparamos com o despreparo dos profissionais da educação para lidar com a diversidade étnico-racial e a importância de práticas pedagógicas antirracistas. Assim, essa pesquisa tem em vista contribuir para o reconhecimento e a valorização da identidade das crianças negras, promovendo a inclusão e a igualdade no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Infantil; Lei n.10.639/03; Racismo na Infância.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

CAVALHEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Educação e Poder; racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil**. São Paulo: Summus, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação**. In. KABENGELE, Munanga (Org.). Alfabetização e diversidade. Brasília: MEC/SEC, 2005.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens Negros: Um breve Perfil na Literatura Infanto-Juvenil. In. KABENGELE, Munanga (Org.). **Superando o Racismo na escola**. Alfabetização e diversidade. 2. ed. Brasília: MEC/SEC, 2005.

GT14: Mulheres Negras e o Acesso à Educação: Uma Discussão acerca da Interseccionalidade, Políticas Públicas e Oportunização

Propositoras: Luana Stephanie Aparecida Gomes Costa, Mariamo Lopes Alberto Camacho e Cristiana de Oliveira Gomes

Sendo as proponentes desse trabalho três mulheres negras que possuem seu percurso educacional em países diferentes (Brasil, Moçambique e Portugal) e experienciando elas, em parte também, a realidade migrante, pretende-se abordar as Políticas e Ações Afirmativas voltadas para a comunidade negra no campo da Educação nos supracitados países e em um viés comparativo e instigador. A intenção é refletir acerca do acesso feminino negro aos espaços formativos (com ênfase ao Ensino Superior) e perceber como isso impacta a mobilidade social e o reconhecimento da existência dessas sujeitas em diferentes pontos do globo pós diáspora africana.

ENFRENTAMENTO FEMININO: CONQUISTAS E DESAFIOS DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO

Adelzita Valéria Pacheco de Souza

Profa. Do Magistério Superior / UFAC. Doutora em Linguística Aplicada – Interação e Discurso. Pós Doutora em Psicologia. Arteterapêuta, Psicopedagoga & Pedagoga OE.

Educação, direito social que se constitui em emblema de desenvolvimento humano na escala social. Cada vez mais pessoas tomam consciência da necessidade de aumento de escolarização, embora ainda seja baixo o índice de desenvolvimento humano do Brasil (0,760), estando longe do ideal global, ocupando 89º posição em 2022, dentre 193 nações. Ao olharmos para os princípios da educação estampados no texto constitucional, nos damos conta de que a educação deve propiciar igualdade de acesso e permanência na escola. No entanto, quando vemos as diferenças existentes na sociedade atual, na lente da inclusão social, percebemos que nem todos os que acessam a educação conseguem permanecer no seu percurso educacional e obter êxito até a conclusão de suas diferentes etapas. Há diversas nuances que permeiam as relações no contexto educacional, que devemos ampliar nosso olhar.

Os índices de evasão apontam aumento significativo dentre as classes menos favorecidas, existindo prevalência de afrodescendentes e gênero feminino. Visto que, condição social e inúmeras atribuições que perpassam o universo feminino permeiam os desafios para acesso, permanência e ampliação educacional. Neste estudo, objetivamos identificar, compreender e destacar conquistas e desafios da mulher negra, evidenciando enfrentamentos na realização de percursos educacionais na educação superior.

A metodologia evocada está aportada em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, tendo como local a Universidade Federal do Acre, localizada no município de Rio Branco-Acre, Brasil. Convertendo-se o Acre em importante estado devido à rica diversidade cultural, inserido em área amazônica de tríplice fronteira, Brasil, Bolívia e Peru. Tendo como público-alvo mulheres afrodescendentes, acadêmicas das licenciaturas da UFAC.

Na pesquisa bibliográfica utilizamos como arcabouço teórico textos que tratam das políticas educacionais (Constituição Federal, LDBEN, dentre outros); das representações sociais, nos aportando nos textos de Moscovici (2015), Sá (2015) e Jodelet (2022), bem como sobre o feminino utilizando textos de Beauvoir (1960), dentre outros. Também foi realizado levantamento de estudos sobre o tema, disponíveis no portal de periódicos CAPES.

Neste estudo em andamento, identificamos, na pesquisa bibliográfica e no levantamento realizado no portal de periódicos CAPES, bem como na legislação educacional, que a educação é um direito de todos. Os resultados apontam que mulheres negras desprendem maior esforço para ter êxito no seu percurso formativo e/ou dar continuidade à formação ao nível elevado e suas diferentes etapas. A legislação educacional por si só garante o direito de acesso à educação para todos, inclusive aqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria. (Brasil, 1988). Esse direito a todos, no entanto, abrange as etapas obrigatórias concernentes à educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). No entanto, o acesso à educação superior ainda não se configura em direito subjetivo, o que dificulta ainda mais a mulher negra o acesso, permanência e a continuidade dos estudos neste nível de educação, ficando ainda mais desafiador acessar as suas diferentes etapas como a especialização, o mestrado e/ou o doutorado.

Palavras-chave: Educação; Inclusão Educacional; Gênero Feminino; Igualdade Racial.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BRASIL. **Constituição Federal, 1988**. Brasília: Casa Civil. Disponível em *http://www.planalto.gov.br/ccivil_03*. Acesso em: 04 de outubro de 2011.

JODELET, Denise. Disponível em: (1) **Dialéctica entre pensamiento y acción a nivel individual, social y colectivo** | **Denise Jodelet** - Academia.edu

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

SÁ, Celso Pereira de. **Estudos de Psicologia Social do Racismo: História, comportamento, representações e memória**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

RACISMO NO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO EVIDÊNCIAS POR MEIO DA ANÁLISE DE UM *MEME*

Clarice Martins de Souza Batista e **Lucimar Rosa Dias**

• Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestrado em Educação Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Especialista em Gestão Educacional. Licenciada em Pedagogia pela UFMS. Pedagoga da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Professora da Rede Municipal de Curitiba- Paraná. Pesquisadora na linha de Educação e Relações Étnico-Raciais, membro do grupo de estudos ErêYá que compõe o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEABUFPR. E-mail: *clarice_batista@hotmail.com*

• Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da USP (2007). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1997). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1989). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Diversidade étnico-racial, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil, relações raciais, formação de professores, educação básica e políticas públicas. Coordenadora do grupo de estudos ErêYá que compõe o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEABUFPR, da linha de Educação e Relações Étnico-Raciais. E-mail: *lucimardias1966@gmail.com*

Neste resumo, apresentamos reflexões oriundas da pesquisa de doutorado intitulada: "RAÇA E CLASSE NA PERSPECTIVA DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO (ES?P) E SEU EFEITO NAS PRÁTICAS DE DOCENTES EM ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS", defendida no ano de 2023 no Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Usamos a sigla com ponto de interrogação para explicitar e denunciar a falsa neutralidade que o movimento advoga para si (Dias, Batista, 2020).

Neste resumo, trazemos a problematização sobre os modos como o Movimento Escola Sem Partido representa a educação pública, por meio da imagem de uma professora negra e gorda. A partir da leitura de imagem do *meme* publicizado pelo movimento, é possível compreender o caráter classista, racista e gordofóbico deste movimento. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a perspectiva do Movimento Escola Sem (?) Partido e seus efeitos sobre as práticas de professores/as que trabalharam temas relativos à raça e à classe social, com o propósito de compreender o caráter racista e fascista do ES?P. A pesquisa foi qualitativa, de tipo exploratório, e teve como base teórica os estudos culturais e pós-coloniais.

O corpus foi constituído por levantamento documental, consulta em redes sociais e entrevistas com profissionais da educação. Para discutir o tema, ancoramo-nos nos estudos de Penna (2017), Gomes (2017) e Frigotto (2017). Para análise dos dados, foi utilizada a técnica Análise Crítica de Narrativas e Atribuição de Sentidos (ACNAS), em diálogo com a análise de discurso de Van Dijk (2015). Por meio de divulgação de *memes*, prints de livros didáticos, entrevistas, publicações de artigos em jornais e nas redes sociais, o principal interlocutor do ES?P, Miguel Nagib, espalha mensagens de ódio aos professores/as de modo geral e às professoras negras e estudantes negros/as de modo particular. O *meme* é definido por Frigo (2017, p. 22) como "um fenômeno caracterizado pela rápida difusão de ideias, brincadeiras, jogos, piadas, comportamentos e conceitos entre os usuários da rede, isto é, a circulação viral de informações que se repetem de determinada maneira". Assim, a análise que ora apresentamos trata-se de discutir o *meme* que foi muito difundido pelo Movimento e encontramos na página dos professores contra o movimento escola sem partido.

Não é coincidência que eles escolhem a imagem de uma mulher negra assim identificada pelo cabelo crespo e gorda para representar a escola pública que eles consideram um espaço onde as crianças correm perigo, pois são "presas" ingênuas de pessoas maldosas, violentas, animalizadas. A produção do *meme* dialoga com o imaginário racista que continua ativo na sociedade brasileira. Pessoas negras são cotidianamente comparadas a animais e ao grotesco. O ES?P revela seu preconceito de classe também quando traz no jaleco da professora uma estrela que faz referência ao símbolo do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, a imagem que por si só provoca uma rejeição imediata à figura da professora, pois a representa como um ser desumanizado e abusador.

Figura 1. Insulto à professora negra representada pelo ES?

Fonte: professores contra o escola sem partido (2015).

A palavra sexo escrita por 17 vezes com a fonte aumentada gradativamente cria a ideia de que na escola isso é o mais importante. De acordo com Gomes e Matos, o *meme* é um dispositivo e, em diálogo com

1. Disponível em: *https://profscontraoesp.org/2016/06/03/o-odio-aos-professores/*. Acesso em: 31 mar. 2023.

Sueli Carneiro (2005), este *meme* faz parte do dispositivo de racialidade com o qual opera o ES?P. Tais práticas se enquadram na pós-democracia e articulam-se com a produção de movimentos que opera com processos de dessimbolização que podem induzir à barbárie social.

Palavras-chave: Escola sem Partido; Racismo; Professora Negra. *Meme*.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DIAS, L. R. **Análise Crítica de Narrativas e Atribuição de Sentidos (ACNAS): uma metodologia para análise de conteúdos em construção no grupo Erêyá**. No prelo. 2020

DIAS, L. R.; BATISTA, C. M. de S. **O movimento escola sem (?) partido, práticas pedagógicas e a educação das relações étnico-raciais**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 16, n. 39, p. 180-198, 2020. DOI: *10.22481/praxisedu.v16i39.6365*. Disponível em: *https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6365*. Acesso em: 9 jun. 2024

FRIGO, R. G. **Memes políticos do Facebook**. [s. l.: s. n.], 2017. Disponível em: *https://memespoliticosdofacebook.wordpress.com/*. Acesso em: 29 dez. 2018.

FRIGOTTO, G. **A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação**. In: FRIGOTTO, G. (Org.) Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 17-34.

GOMES, N. L **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, A. S. T., & MATOS, A. S. de M. C. (2019). **Memes políticos e dessubjetivação: o ocaso da phoné na política contemporânea brasileira**. Veritas (Porto Alegre), 64(3), e34035. *https://doi.org/10.15448/1984-6746.2019.3.34035*.

PENNA, Fernando. 2015. **O ódio aos professores**. Professores contra o Escola Sem Partido. Disponível em: *https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores/* publicado em 3 de junho de 2016.

PENNA, F. de A. **O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional**. In: FRIGOTTO, G. Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 35-48.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2015.

PESQUISADORA? INTELECTUAL? POSSUIDORA DE CAPITAL CULTURAL? COMO ASSIM? PRETUGUÊS, ESCREVIVÊNCIAS, SUBJETIVIDADES DE MULHERES NEGRAS EM ESPAÇOS DE CONHECIMENTO E CULTURA

Solange Aparecida Rosa

Formanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em educação mesma universidade. Integrante do Coletivo bell hooks.

Duas mulheres pretas, estudantes de graduação, estavam usando um espaço comum, o banheiro da universidade, quando entrou uma professora da mesma universidade. A mesma olhou para as estudantes e perguntou: "vocês sabem onde está o papel higiênico?". Elas responderam — Não sabemos! A professora respondeu — Ah, desculpa, achei que vocês fossem dos serviços gerais". Diante desta história comum à experiência de muitas mulheres negras, nos questionamos: quais são os espaços eleitos para as mulheres negras na produção de conhecimento?

Deste modo, o objetivo deste trabalho é problematizar, tencionar e desmistificar o lugar "cativo" historicamente relegado às mulheres negras, apostando na potência acadêmica, intelectual e artística de mulheres-intelectuais que transgrediram, transgridem e transgredirão as normas e as barreiras impostas social e academicamente. Mulheres negras nesses espaços são muitas vezes e/ou sempre estigmatizadas, subestimadas e preteridas. Elas nunca são enxergadas como mulheres possuidoras de saber/capital cultural e intelectual, mesmo em lugares e espaços que se consideram desconstruídos. Isso compõe a estrutura do racismo enfrentado por elas cotidianamente em diferentes espaços.

Esse ensaio visa dialogar com a ideia de deslocar e sair desse lugar que se espera que as mulheres negras estejam (cozinha, serviço braçal — a senzala) para um lugar de produtora do próprio discurso e prota-

gonismo de fato. Dialogando e se fortalecendo, numa posição também de autocuidado, que muitas autoras e pesquisadoras negras apontam como Chimamanda Adichie (2009), bell hooks (2019), Conceição Evaristo (2016), Lélia Gonzalez (Marques, 2021), Beatriz Nascimento (Ratts, 2006), bell hooks (2019), Grada Kilomba (2019), Megg Rayara (2017), Nilma Lino Gomes (2019), Sara Ahmed (2019) e Sueli Carneiro (2005). É possível a partir dessas autoras ressignificar e realocar o lugar preparado para a mulher negra, pois além de nos inspirar, elas nos abrem os caminhos das pedras. Essa é uma das premissas desse ensaio.

Por isso, conclui-se que as escrevivências femininas negras carecem de maiores pesquisas, ao poderem ser fonte de estudos para além da construção de identidade, mas para construção da cosmovisão do que é ser mulher negra numa sociedade de negação e desapropriação constantemente.

Palavras-chave: mulher negra; subjetividades; escrevivência; produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

AHMED Sara. **Viver uma vida feminista**. 1. ed. São Paulo, Ubu, 2022.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz:** Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades)

hooks, bell. **Olhares Negros:** Raça e Representação. 1. ed. São Paulo, Elefante, 2019.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 9. ed. São Paulo, Ática, 2007. KILOMBA, Grada.

MARQUES, Christinne Nascimento. **Lélia Gonzalez**: relações étnico-raciais e lugares de (re) existências [recurso eletrônico] / Organização: Amanda... [et al.]. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2021. Link: *http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/educacao/lelia-gonzalez-relacoes-etnico-raciais-e-lugares-de-re-existencias/catalogo-leliagonzalez-dg-6.pdf*

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r) existência de gays afeminadados, viados e bichas pretas na educação**. 1. ed. – Curitiba: editora Prismas, 2017.

RATTS, Alex. **Eu Sou Atlântica:** Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento. Imprensa Oficial: São Paulo, 2006.

VOZES NEGRAS NA EDUCAÇÃO: ESCREVIVÊNCIAS E VIVÊNCIAS DE PROFESSORAS NEGRAS NA REDE PÚBLICA

Andrea Sousa Silva (UFPR) e **Gesualda Santos Rasia**

• Professora da rede pública de ensino do Paraná, área de Língua Portuguesa. Mestranda no PPGletras da UFPR.
• Doutora em Letras pela UFRGS, professora da UFPR, PPGLetras. Bolsista produtividade Nível 2 – CNPQ. Vice-Coordenadora do GrPesq CNPQ "Teorias do Texto e do Discurso.

Este trabalho visa registrar o relato da trajetória de professoras negras em Colégios Estaduais de Curitiba–PR e região metropolitana, destacando a escassa presença dessas profissionais na Educação Básica local. Com base no conceito de "escrevivência" de Conceição Evaristo, analisamos essas experiências sob a ótica da interseccionalidade de raça e gênero na rede pública de ensino. A discussão é sustentada pelos conceitos de silenciamento e resistência, conforme a Análise do Discurso (AD). Para a coleta de dados, foram entrevistadas doze professoras pretas e pardas, localizadas após um chamamento via Instagram, devido à dificuldade de encontrá-las por meio de dados oficiais.

As entrevistas foram realizadas em um encontro presencial, onde as professoras compartilharam suas vivências por meio de relatos orais e escritos, respondendo a perguntas semiestruturadas. As narrativas, atualmente em fase de análise, já revelam a complexidade das experiências dessas educadoras e a importância do letramento racial. Durante o encontro, discutimos estratégias para promover uma educação mais inclusiva e equitativa, conforme a Lei 10.639/03, e debatemos a implementação de Ações Afirmativas para enfrentar o racismo estrutural. Embora a pesquisa ainda esteja em andamento, percebe-se que as narrativas contribuem para a reconstituição de uma memória que revela espaços de silenciamento e apagamento, mas também de resistência e resiliência das mulheres negras.

As participantes enfatizaram a importância do apoio mútuo, da formação familiar e da troca de experiências entre professoras, mulheres negras e pardas, como forma de fortalecimento e empoderamento. Nesse sentido, durante o encontro foi criado um grupo de WhatsApp. Atualmente ativo, ele é um espaço de partilha de informações, formações e textos relevantes, mantendo viva a voz e a presença desse grupo de professoras negras. Essa iniciativa reflete a relevância de reconhecer a trajetória das mulheres negras na educação brasileira, sempre marcada por desafios e

restrições, espelhando uma longa história de negação no acesso à educação e na desvalorização de seus conhecimentos.

O estudo visa valorizar as narrativas dessas professoras, fornecendo informações valiosas sobre suas vivências e práticas, enriquecendo o conhecimento acadêmico sobre diversidade étnica na educação. Um objetivo secundário é fornecer subsídios para políticas públicas afirmativas, oferecendo perspectivas que beneficiem a equidade na educação, dando visibilidade às vozes das professoras negras, permitindo um olhar mais abrangente sobre a realidade educacional na rede pública de Curitiba. A abordagem qualitativa foi fundamental para coletar narrativas que analisam a constituição das relações sociais e identidades raciais e profissionais dessas educadoras, identificando os desafios e apoios encontrados em seu trabalho docente.

A coleta de dados ocorreu em um encontro no dia 23 de março de 2024. Os resultados parciais ressaltam a interseccionalidade de raça e gênero, letramento racial, silenciamento e apagamento, apontando para a necessidade de promover uma educação inclusiva e equitativa, além de estimular o debate sobre justiça social e igualdade de oportunidades no contexto educacional brasileiro. Inicialmente, a seleção das participantes seria baseada em dados da Secretaria de Estado da Educação (SEED), mas devido à imensa burocracia e dados imprecisos, isso não foi possível. Assim, organizou-se um encontro, proporcionando um ambiente de escuta e troca de experiências, utilizando perguntas semiestruturadas. Esse encontro contou com a presença de doze professoras, permitindo investigar as complexidades de suas experiências e fornecer percepções valiosas para a pesquisa.

As narrativas foram estimuladas por um roteiro semiestruturado e por adinkra (símbolo africano) elaborado para que as participantes se sentissem acolhidas e seguras em um ambiente orientado para a escuta, preservando a discrição e a privacidade das envolvidas. Esta pesquisa qualitativa, ao utilizar a coleta de histórias de vida, revelou-se pertinente para investigar as vivências das professoras negras e fornecer subsídios para futuras políticas públicas que promovam a inclusão e equidade na educação. Em suma, o trabalho destaca a importância de valorizar as vozes das professoras negras, oferecendo um novo olhar sobre a diversidade étnica na rede estadual de ensino e contribuindo para a justiça social e igualdade de oportunidades no Brasil.

Palavras-chave: Professoras negras; Escrevivência; Interseccionalidade; Letramento racial. Análise do discurso.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: *<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>*. Acesso em: 19 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Portal Geledés, 06 mar. 2011, online. Disponível em: *<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>*. Acesso em: 19 jun. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face**. Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora, v. 05, p.219-229. Liane Schneider; Nadilza Martins de Barros Moreira (Org.) João Pessoa: Ideia, Editora do CCTA, 2020. Disponivel em: *<https://www.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/letras-1/mulheres-no-mundo-etnia-marginalidade-e-diaspora-2a-edicao/vol-05-mulheres-no-mundo-final.pdf>*. Acesso em: 19 jun. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra**. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, v. 9, p. 38–47, 2002. Disponível em: *<https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912>*. Acesso em: 19 jun. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011. Disponível em: *<https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?format=pdf&lang=pt>*. Acesso em: 19 jun. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Brasil. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/2003, p. 39-62. Brasília, DF: MEC/Secad, 2005.

GOMES, J. B. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas**. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (Orgs.). Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora

da UNICAMP, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

PENSAR UMA MODA COM PROPÓSITO: DEMOCRATIZANDO A EDUCAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE NA MODA

Cynthia Mariah

Pesquisadora do Estúdio Consciente e do Núcleo de Pesquisas em Modas Africanas e Afro diaspóricas

A moda, frequentemente vista como um campo elitizado, opera num sistema capitalista que precisa ser transformado para promover uma visão mais inclusiva e pluralista. A necessidade de democratizar e pluralizar o ensino de moda é urgente, especialmente ao buscar uma representação ampla e inclusiva das diversidades reais. O objetivo deste estudo é analisar como a inclusão de corpos plurais nas ilustrações de moda pode promover uma mudança significativa nas percepções estéticas e no próprio mercado de moda. Especificamente, pretende-se: (1) explorar a necessidade de representatividade na moda, (2) discutir a importância de um ensino inclusivo e (3) examinar os impactos das práticas de ensino de desenho de moda sobre a percepção dos alunos.

Este estudo baseia-se na experiência prática de ensinar desenho de moda focado em corpos plurais ao longo de dez anos. As aulas foram ministradas em diversos espaços e para diferentes faixas etárias, enfatizando a observação direta e a desconstrução de estereótipos estéticos. A abordagem metodológica incluiu a aplicação de exercícios práticos de observação e desenho, bem como a análise das percepções dos alunos sobre suas próprias representações corporais.

O referencial teórico inclui conceitos de estudiosos como Nilma Lino Gomes (2017) e Sueli Carneiro (2023), que abordam os desafios de contrapor padrões estéticos hegemônicos, e Gilles Lipovetsky (1989), que discute a moda e seu impacto nas sociedades modernas. A teoria crítica da moda e a inclusão de perspectivas eurocêntricas também são elementos centrais deste referencial.

Os resultados indicam que a prática do desenho de moda com foco em corpos plurais ajuda os alunos a desenvolverem uma visão mais inclusiva e personalizada da moda. A desconstrução de estereótipos estéticos permitiu aos alunos enxergar a beleza em diferentes tipos de corpo, promovendo uma autoaceitação e uma criatividade livre de padrões rígidos. O estudo também revelou que essas práticas podem funcionar como uma terapia de moda, auxiliando os alunos a se conectarem mais profundamente com suas próprias identidades.

A inclusão de corpos plurais nas ilustrações de moda não só enriquece a experiência educativa, mas também tem o potencial de transformar o mercado da moda em um espaço mais inclusivo e representativo. Esta abordagem desafia as normas estabelecidas e oferece uma visão mais democrática e diversificada da beleza. A continuidade e expansão dessas práticas educativas são essenciais para promover uma moda mais justa e representativa.

Palavras-chave: Inclusão; Moda; Corpos Plurais; Representatividade; Educação.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**." 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero: A Moda e seu Destino nas Sociedades Modernas**." Companhia das Letras, 1989.

AÇÕES AFIRMATIVAS E O PERCURSO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Genecir dos S. Barreto Josviak-UFPR Litoral e **Bruna Moraes Battistelli-UFPR**

• Professora e atualmente na rede municipal de São José dos Pinhais compõe a equipe de assessoramento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, no Departamento de Educação Infantil da Rede Municipal de São José dos Pinhais, Mestranda em Educação -UFPR, pós-graduada do curso de Pós-Graduação ANE4 - UFPR -Litoral. E-mail: *genecbarreto@gmail.com*

• Professora da Universidade Federal PPGE da linha de pesquisa diversidade, diferença e desigualdade social em Educação,M.Dr.Em Psicologia - UFRS, Coordenadora do Grupo de Pesquisa bell hoks UFRS. E-mail: *brunabattistelli.ufpr@gmail.com*

O título desse projeto diz muito daquilo que se planeja pesquisar: As Ações Afirmativas e o Percurso dos profissionais do magistério da Rede Municipal de São José dos Pinhais. O objetivo deste projeto é se debruçar sobre questões das políticas de ações afirmativas e suas implicações na vida dos/as docentes negros/as. Para além de compreender de forma prática como se efetiva essa política pública, torna-se necessário compreender como se dá o ingresso de tais profissionais no município e compreender os efeitos das ações afir-

mativas nas vidas desses professores.

O objetivo geral da pesquisa é fazer um recorte temporal para otimizar a coleta de dados, portanto se pretende identificar e analisar a trajetória de vida dos profissionais que ingressaram com docentes em São José dos Pinhais entre os anos de 2010 a 2020. Os objetivos específicos são: Identificar os/as docentes (magistério) que é se autodeclaram como negros/as; entender o impacto do racismo na história de vida do/as profissionais docentes entrevistados; investigar a trajetória de acesso como profissional do magistério no município. A pesquisa visa identificar e dialogar com esses profissionais, buscando compreender seu percurso de acesso, possibilidades e desafios que possibilitaram estar nesse lugar como protagonista. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e autobiográfica, utilizaremos uma metodologia que acolhe as histórias de vida dos/as professores/as negros/as.

Segundo Clandinin (2011), além do olhar para si, as relações que se constroem e estabelecem com o outro e com o mundo num movimento dinâmico. Clandinin e Connelly (2011) complementam dizendo que as relações não se dão no vazio, mas são imbuídas de significação e representação das próprias experiências das pessoas interlocutoras, traduzidas por meio da narrativa, do exercício do contar, recontar e reviver. Para aprofundar as análises e discussões, utilizaremos também outros aportes teóricos que dialogam com a pesquisa: Conceição Evaristo (2017); bell hooks (1997) e outros.

Embora a pesquisa ainda esteja em andamento e não haja resultados concretos para serem compartilhados, a expectativa é que ela forneça uma compreensão abrangente e detalhada das experiências dos professores negros/as no contexto das políticas de ações afirmativas. Através da análise das trajetórias de vida e do impacto dessas políticas, espera-se contribuir significativamente para o debate sobre inclusão racial e educação no Brasil, por meio dos resultados da pesquisa.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Trajetória de vida. Professores/as negros/as.

REFERÊNCIAS

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011. 250 p.

CRESHAW, Kimberlé.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002.In:Babiuk,

ALVES Graciele. Políticas de Ações afirmativas para acesso à pós-graduação. **Perfil e Narrativas auto biográfica de mulheres negras concluintes do Curso de formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR (pré-Pós)**/Graciele Alves Babiuk-Curitiba, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Pallas Editora, 2017.

hooks, Bell. from Bone Black: Memories of girlhood. **Critical Quarterly**, v. 39, n. 3, p. 80-83, 1997.

O IMPACTO DA EDUCAÇÃO NA IDENTIDADE DAS ESTUDANTES NEGRAS

Giovanna Barros Gomes

• Doutoranda em Antorpologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra e Bacharel em Antropologia pela mesma instituição. Bolsista CNPQ da Cátedra Antonieta de Barros.

Este resumo situa uma reflexão sobre o trabalho de conclusão de curso em Antropologia desenvolvido pela autora em 2019, referente sua trajetória pessoal enquanto antropóloga paulista negra estudante de antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e sua relação com as interlocutoras: estudantes negras de ensino médio e estudantes mulheres do terceiro ano de formação em Magistério em escola pública da Grande Florianópolis. Utilizando a metodologia etnográfica e de "escrevivência" proposta por Conceição Evaristo, os objetivos da pesquisa foram de entender as trajetórias de estudantes negras no ambiente escolar, buscando compreender como suas vivências de violências racistas e sexistas as levam a conscientizarem-se de sua identidade enquanto mulheres negras e a produzir reivindicações no espaço escolar e resistências em diferentes aspectos de suas vida.

Além de trazer suas experiências enquanto oficineira de oficinas vinculadas ao Projeto de Extensão Ebó Epistêmico da Universidade Federal de Santa Catarina, a partir de reflexões relacionadas a pesquisa de conclusão de curso realizada em 2019 em diálogo com debates trazido por estudantes em oficinas que ocorreram anos depois em outros ambientes escolares.

Relacionando a escuta destas estudantes, perceptível o processo de identificação com modelos positivos de mulheres negras nos espaços de formação que frequentam, assim como relacionado ao que é aprendido

no ambiente escolar a partir do ofertado por docentes a partir da lei 10.639/2003. Deste modo, como é demonstrado pelo campo, há falta de conhecimento de alguns professores em relação a materiais para aplicação da lei em suas respectivas disciplinas, debatido em momentos pontuais como em datas comemorativas. A partir da pesquisa realizada pela autora, é perceptível o impacto da ausência de aplicação da lei na subjetividade e consciência de si de estudantes negras.

Palavras-chave: Educação; 10.639/2003;Ebó ; Consciência de si.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **"Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero"**. In: Ashoka empreendimentos sociais; takano cidadania (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Soc. estado. [online]. 2016, vol.31, n.1, pp.99-127.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011 FERREIRA, Dina Maria Martins. Discurso Feminino e Identidade Social. 2. Ed. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Fator, Rio de Janeiro, 1980> Acesso em: 22 jul. 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por un feminismo afrolatinoamericano**. Santiago, Revista Isis International. Vol. IX, junio, 1988a, Chile, MUDAR/DAWN, p. 133-141

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós modernidade**. 11. Ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Lobo. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE GAVIÃO

Leilane Santos Jorge

• Mestranda em Estudos Étnicos e Africanos - UFBA

O presente trabalho, intitulado "Educação Escolar Quilombola: Um olhar sobre a Educação de Jovens e Adultos da Comunidade Quilombola de Gavião" é fruto do projeto de dissertação de mestrado, ainda em andamento e visa identificar e discutir os motivos do analfabetismo na Comunidade Quilombola de Gavião, sendo reconhecida enquanto Comunidade Quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 2011. A comunidade está localizada na cidade de Antônio Cardoso–BA. A realização da presente pesquisa surgiu a partir da necessidade de incluir os adultos e idosos da comunidade no sistema escolar. Ambos, frutos de uma realidade regada de desafios e dificuldades, foram afastados do direito de estudar no tempo regular e, atualmente, ainda com todos os avanços, os mesmos continuam afastados da escola.

> Quando analisamos dados sobre desigualdades educacionais no Brasil, percebemos que ainda estamos em uma construção lenta rumo à superação dos distanciamentos, e os reflexos entre negros e brancos aparecem facilmente. A falta de uma educação mais plural reflete na realidade do acesso à educação (Silva. et al. 2021, p. 46).

Ademais, o trabalho visa compreender a relação do déficit educacional da comunidade com o processo de escravidão e exclusão do negro do sistema escolar. Uma vez que, desde o início da escravidão, o negro foi impedido de estudar, tendo consequentemente recaído e refletido no processo educacional de pessoas negras atualmente.

> Cabe destacar, contudo, que a garantia constitucional dos direitos educacionais voltados à população negra, em sua diversidade, não assegura sua efetividade. No Brasil, ainda se vê a população negra ter acesso extremamente desigual à educação e às políticas públicas. O racismo está estruturalmente presente em nossa sociedade, e isso reflete também na implementação e no acesso às políticas públicas (Silva, et al. 2021, p. 44).

A Comunidade Quilombola de Gavião, anteriormente conhecida como Fazenda Gavião, carrega traços, lembranças e sobretudo, a herança cultural advinda de toda luta e resistência construída por aqueles que, após muitas batalhas, conseguiram a tão sonhada liberdade. A Comunidade Quilombola de Gavião não surgiu do nada, existe um nome muito forte por trás da formação da mesma.

Para que o objetivo central da pesquisa possa ser alcançado, será crucial adotar alguns objetos específicos: identificar criticamente o que provocou o alto índice de analfabetismo total na Comunidade Quilombola de Gavião e quais prejuízos geraram nos sujeitos envolvidos. Mapear a faixa etária mais atingida pela não abertura de turmas para EJA na comunidade. Analisar a historicidade da comunidade.

A pesquisa, possui natureza qualitativa e para dar conta dos objetivos, utilizamos como procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica das categorias centrais do trabalho, a fim de reunir as informações e aprofundar nosso conhecimento sobre a temática proposta; a análise documental, para realizar a identificação das pessoas não alfabetizadas; e uma entrevista narrativa, que deverá ser o principal instrumento de coleta de informações. Com ela, objetivamos ouvir as narrativas apresentadas pelos/as sujeitos/as da pesquisa, para reconstruir acontecimentos sociais relevantes para as pessoas e a comunidade a partir da perspectiva das pessoas participantes, que nos auxiliarão na construção dos dados. O grupo de sujeitos/as a serem ouvidos/as será formado pelas pessoas. Como categorias de análise central trabalharemos com Escolarização, Educação de Jovens de Adultos, na perspectiva de Dantas e Santos (2020); Educação Escolar Quilombola a partir de Silva (2021) e dos documentos legais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e autores de referência na área.

Palavras-chave: Escolarização; Educação Escolar Quilombola; Educação de Jovens e Adultos; Comunidade Quilombola de Gavião.

REFERÊNCIAS

CNE/CEB, Resolução. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília, 2012.

SILVA, Givânia Maria da. et al. **Educação Escolar Quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DANTAS, Tânia; SANTOS, Carla Liane. **Processos de Afrobetização e Letramento de (Re) Existências na Educação de Jovens e Adultos**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 1, 2020.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE UMA MULHER NEGRA E MÃE SOLO NA CARREIRA ACADÊMICA EM FÍSICA E NA BUSCA PELO CAMPO DA MEDICINA NUCLEAR

Marielli Meireles de Vasconcelos

• Graduanda da Universidade Federal do Paraná - UFPR
marielesouza182@gmail.com

A trajetória acadêmica de mulheres negras, mães solos, é permeada por inúmeros desafios e barreiras que refletem a interseccionalidade das opressões de gênero, raça e condição socioeconômica. Este trabalho visa analisar as dificuldades enfrentadas por uma mulher negra, mãe solo, nascida no interior do Brasil (Rondônia), que atualmente reside no Paraná e cursa física na Universidade Federal do Paraná (UFPR), com especial interesse no campo da medicina nuclear. Além disso, busca-se discutir as políticas institucionais de apoio à diversidade e inclusão na academia, destacando as necessidades específicas de mães solo e mulheres negras na ciência.

A presença de mulheres nas ciências exatas, especialmente em áreas de pesquisa como a física, ainda é minoritária, e quando se trata de mulheres negras, essa representação é ainda inferior. A literatura aponta que questões de gênero, raça e maternidade adicionam camadas de complexidade às experiências dessas mulheres no ambiente acadêmico (Santos, 2020; Silva, 2019).

Contexto Social e Acadêmico: O Brasil possui uma história marcada por profundas desigualdades sociais e raciais que se refletem nas instituições de ensino superior (Carneiro, 2005). Mulheres negras encontram-se na interseção de múltiplas opressões, enfrentando preconceitos que vão desde o acesso à educação até a inserção e permanência em cursos considerados de alta complexidade, como a física. Desafios específicos de uma mãe solo na universidade: a maternidade, especialmente à maternidade solo, é frequentemente vista como um impedimento à carreira acadêmica. Estudantes mães, enfrentam a falta de suporte institucional, horários inflexíveis e a ausência de políticas que permitam conciliar a vida acadêmica com as responsabilidades maternas (Ferreira, 2018).

O Campo da Medicina Nuclear: A medicina nuclear é uma área de crescente importância na saúde pública, oferecendo diagnósticos e tratamentos avançados. Contudo, o acesso a essa especialização por mulheres negras é limitado pelas barreiras já mencionadas. A falta de representatividade e de apoio institucional exacerba as dificuldades de entrada e progresso nesse campo (NUNES, 2021) É crucial que universidades e

instituições de pesquisa adotem políticas inclusivas e de apoio que reconheçam e abordem as necessidades específicas de mulheres negras e mães solo. Isso inclui a criação de programas de mentoria, apoio financeiro, flexibilidade acadêmica e a promoção de um ambiente acolhedor e livre de preconceitos.

Palavras-chave: Mulheres negras na ciência; Maternidade solo; Inclusão acadêmica.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. In: As mulheres e a questão racial no Brasil.2005.

FERREIRA, M. S. **A difícil jornada da maternidade solo na academia: desafios e estratégias**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 18, n. 2, p. 45-64. 2018.

NUNES, T. R. **Desafios na formação de mulheres negras na medicina nuclear**. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 3, p. 1-15.2021

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. Cortez Editora.2020.

SILVA, J. M. Interseccionalidade e desigualdades de gênero e raça na academia. **Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, p. 1-19. 2019.

GT15: Moda e Decolonialidade – Perspectivas interseccionais

Propositoras: Alexandra Eliza Vieira Alencar, Greg Alexandre Malaquias e Jutyara Mendes da Rosa

Nosso grupo de trabalho busca enfatizar pesquisas corporificadas e situadas problematizando o estatuto da Moda ao considerar raça, etnia, gênero, classe, sexualidade, nacionalidade, geração como dispositivos que influenciam na sua construção discursiva, de modo que seja possível refletir a importância de um pensamento interseccional nos estudos sobre processos de subjetivação e sua relação com a Moda, perspectivas decoloniais nas práticas do ensino em Moda, estudos sobre moda e cultura brasileira, modas afro-brasileiras, expressões têxteis na América Latina.

OS VENTOS DO NORTE NÃO MOVEM MOINHOS: MEMÓRIAS PRETAS EM FORMAÇÃO, SUJEITOS INVISÍVEIS E O ENSINO DE MODA BRASILEIRO

Jutyara Mendes da Rosa e **Adriana Cardoso Pereira**

• Bacharel em Moda da Universidade do Estado de Santa Catarina.
• Adriana Cardoso, professora colaboradora no Departamento de Moda do Centro de Artes, Design e Moda da Universidade do Estado de Santa Catarina

Esse resumo coloca em pauta a discussão do ensino de moda monocultural encontrado nas universidades públicas brasileiras. A partir disso, centraliza a pesquisa na perspectiva de estudantes pretes e suas formações dentro desse ensino tradicional. Apoiando-se na teoria decolonial e do ensino antirracista, realizaram-se entrevistas com três estudantes negras dos anos finais do curso de moda das seguintes universidades: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Estadual de Goiás (UEG). A partir da coleta dos relatos, buscou-se identificar indícios de possíveis impactos do ensino monocultural de moda, analisando aspectos educacionais, relacionais e subjetivos. Através das entrevistas foi possível identificar experiências similares entre as formações e experiências vivenciadas pelas entrevistadas que exprimem lacunas no ensino de moda para monopolizar o ensino formal somente na perspectiva de ensino do Norte Global e não absorver a subjetividade de estudantes pretes, ou outros grupos minorizados socialmente, que se fazem presentes nesses espaços.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de natureza qualitativa através do método de entrevista semiestruturada, o roteiro da entrevista aplicado contemplou três eixos temáticos: A) universidade, vida universitária e disciplinas; B) ensino monocultural; C) questões raciais e de relacionamentos. Todos os temas foram abordados de modo a considerar a subjetividade das entrevistadas como ponto de partida, de forma que as narrativas compartilhadas seriam os indícios experimentais para este estudo, ao todo foram 8 (oito) perguntas, que rendeu ao total 01:87:22 de entrevista.

A teorização da discussão foi embasada na escola decolonial, usando autores que pesquisam esse campo da descolonização do saber, como, por exemplo, Kilomba (2019). Clemêncio (2019), Santos (2020), assim como em hooks (2020) com sua subversão e amor em "Ensinando a Transgredir", seguido por Bernadino-Costa; Maldonato-Costa; Grosfoguel (2018) com sua sabedoria decolonial compartilhada em "Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico", entre outros autores.

Os indícios resultados da primeira levam de perguntas, contemplado pelo eixo temático A) universidade, vida universitária e disciplinas, mostrou que o curso de moda nessas instituições de ensino, aparentam estar fora dessa esfera da universidade pública, compreendendo o curso de moda como elitista. Seguindo para o próximo eixo, B) ensino monocultural, as respostas foram bem claras, ou melhor, escuras, sobre esse ponto. Parece um consenso entre as pessoas entrevistadas que o ensino de moda continua preso na ideia colonial do que pode ser considerado digno de ser ensinado como moda em uma sala de aula. O terceiro e último eixo temático, C) questões raciais e de relacionamentos, novamente houve um consenso que em vários momentos da graduação das estudantes negras entrevistadas, foi preciso se aquilombar para suportar o ensino monocultural de seus cursos.

Ter a chance de conhecer como o ensino de moda monocultural atravessou a formação das entrevistadas a partir de suas subjetividades enquanto estudantes negras, possibilitou observar que a colonialidade se faz presente no ensino de moda, seja na região Sul, Nordeste ou Centro-Oeste do país, seguindo o mesmo padrão de racismo sutil e uma branquitude confortável em seu privilégio de raça.

O ensino de moda está dentro dessa lógica colonial, e acaba perpetuando a colonialidade na formação de seus futuros profissionais, refletindo no sistema de moda. Carvalho (2018), defende que o espaço universitário não pode enxergar um binarismo entre sociedade e o meio acadêmico. Para ele, a sociedade está na universidade e, portanto, propor um ensino decolonial trata de garantir que o antirracismo chegue nesses novos profissionais para que assim se possa quebrar com a perpetuação do racismo e de outras colonialidades na sociedade. No caso do artigo escrito, uma revisão no ensino e afins.

Palavras-chave: Ensino de moda; Ensino decolonial; Antirracismo; Ações afirmativas; Sujeito.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Jorge de. **Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (org.). Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 79-107.

CLEMÊNCIO, Maria Aparecida. Considerações sobre

currículo, diversidades e ações afirmativas no espaço acadêmico. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, [S.L.] Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 149-159, 28 nov. 2019. Universidade do Estado de Santa Catarina. http://dx.doi.org/10.5965/25944630332019149. Disponível em: *<https://www.revistas.udesc.br/index.php/ensinarmode/article/view/15207>*. Acesso em 16 mar. 2023.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** educação como prática da liberdade. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2020. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. São Paulo: Cobogó, 2019. 249 p. Tradução de: Jess Oliveira.

ANTROPOLOGIA DA MODA: A POTÊNCIA POLÍTICA DA ESTÉTICA NEGRA

Marília Gabriela Fechio e **Cláudia Pereira Ferraz**

• Mestranda no curso do PPGCOM Comunicação e Práticas de Consumo e pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq Juvenália: questões estéticas, geracionais, raciais e de gênero na comunicação e no consumo, e-mail: *mariliaggf@gmail.com*

• Pós doutoranda em Comunicação pela ESPM. Mestre em Antropologia e doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP. Membro do grupo de estudos inscrito no CNPQ Juvenália: questões estéticas, geracionais, raciais e de gênero na comunicação e consumo.

Este resumo é uma proposta de apresentação da pesquisa, em andamento, que investiga os referenciais político-culturais da moda, dando margem para a reflexão em torno da simbologia de enaltecimento às raízes negras e resistência à imposição colonial, comunicadas por meio da estética. Tem como objetivo verificar a potência política na imagem anticolonialista através dos símbolos políticos intrínsecos às vestimentas que remetem às comunidades negras e povos originários. Neste sentido, o artigo tende a se concentrar na simbologia presente na composição da identidade como mecanismo de identificação e comunicação sócio-política.

No intuito de atingir tal objetivo, a metodologia se dá a partir de um trabalho etnográfico multi situado nos campos das redes sociais. A seleção de páginas e personalidades em redes sociais, as quais compõem suas identidades, a partir de referenciais étnicos, serão importantes para a criação de um banco de dados, onde, através da coleta e registro de lifestyle, analisaremos a potência política da indumentária dos mesmos. Não descartará a possibilidade de entrevistas online Ferraz (2019) visando entender a composição estética dos interlocutores da pesquisa, quando fazem da imagem, um mecanismo de comunicação social e política.

Para isso, apresentação vai ter o suporte teórico de estudos que abordam o adorno e a arte desde o regime de escravidão no Brasil (Araujo, 2013) entre outros que destacam os usos modernos dos adereços e indumentárias dos povos originários (Souza, 2022), em vista de coletar dados que possam aprofundar o conhecimento sobre a simbologia na moda de toda a comunidade negra em contraposição aos valores coloniais que ainda se fazem bastante reluzentes, principalmente, com os avanços das extremas direitas na contemporaneidade. Neste sentido, também contará com autores clássicos que analisaram as entranhas das relações de poder, como Foucault (2016) e Fannon (2009).

Os resultados das análises desta presente proposta irão colaborar para entendermos como a moda pode acionar os sujeitos de modo a se comunicarem politicamente através da imagem. Neste caso, os dados apresentarão, através da composição da imagem de referências étnicas, um desejo de transformação não apenas de caráter individual, bem como social. Tal estudo apresentará a composição da imagem de si, como identidade que desperta diferentes sentimentos e impactos, passíveis de profundas reflexões, as quais podem gerar identificações potentes contra a massificação, a homogeneização e a docilidade dos corpos.

Portanto, para concluir esta proposta, destacamos que o artigo faz parte do repertório do curso que criamos sobre a Antropologia da Moda, cujo objetivo é aprofundar o caráter político e cultural da moda. Principalmente, quando ela serve como resistência contra a massificação mercadológica da indústria fashion e contra a homogeneização da cultura ocidental, além de muitas outras formas de opressão que, historicamente, silenciam as identidades e estéticas não brancas.

Palavras-chave: Moda; Estética Negra; Antropologia; Política.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanoel. **Arte, adorno, design e tecnologia no tempo da escravidão**. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2013.

FERRAZ, Cláudia Pereira. **A etnografia digital e os fundamentos da antropologia para estudos qualitativos em mídias online**. Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política, v. 12, n. 35, p. 46-69, 2019. Disponível em *https://revistas.pucsp.br/aurora/article/*

download/44648/pdf. Acesso em: 4 jul. 2024.

FANON, Frantz. **Piel negra, máscaras blancas**. Ediciones Akal, 2009

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SOUZA, Daiani Freitas de. **Um trajeto pela moda ocidental-deslocamentos para a moda indígena**. 2022. Disponível em: *https://bdm.ufmt.br/handle/1/2522* . Acesso em: 3 jul. 2024.

ARTESANIA TÊXTIL NA AMÉRICA LATINA: SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DOS SABERES MANUAIS

Maria Eduarda Corrêa dos Santos

Formação da(s) autora(s): Bacharel em Moda e Mestranda em Design de Vestuário e Moda pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC).

O presente resumo visa apontar estratégias para a valorização de saberes manuais da artesania têxtil na América Latina e elucidar suas formas de expressões culturais e identitárias. Na esfera da moda, pode-se dizer que uma das principais formas de expressão cultural de um povo consiste nas artes manuais têxteis que, além de serem repositórios da memória e da história, materializam a identidade dos sujeitos e dos locais envolvidos no contexto. Ademais, ao observar a construção da história da América Latina, é visto que, o processo de colonização levou ao apagamento dos saberes artesanais ancestrais e a sua desvalorização, sobretudo, pelas manualidades têxteis estarem atreladas a corpos subalternizados socialmente, como mulheres, indígenas e negros escravizados.

As artes têxteis se manifestam como uma forma de expressão que, além de ser social e cultural, revela signos artísticos e estéticos que refletem a identidade e cosmovisão daqueles que as criaram. Composta de tradição e manualidade artesanal, os têxteis possuem o papel de exprimir simbolicamente a história e memória de um povo em uma dada época, que por meio de suas criações refletem modos e costumes culturais e sociais, como exemplo, as manifestações dos povos originários e andinos, com seus saberes tradicionais.

Outrora, a sustentação do trabalho aborda duas perspectivas: (I) contribuição acadêmica; (II) relevância social. Acerca da primeira justificativa, cabe ressaltar que o trabalho pode contribuir com a comunidade acadêmica, enquanto esclarece como países e políticas salvaguardam a memória de suas artes têxteis. Adicionalmente, a pesquisa pode incentivar futuros estudantes a explorarem o campo da artesania e das manualidades relacionadas com a América Latina. Por último, a segunda justificativa envolve a sociedade. Com esta pesquisa, espera-se estimular a expansão da cosmovisão dos leitores ao serem descortinados elementos culturais por meio dos quais os sujeitos-cidadãos se reconhecem, veem-se e se entendem no mundo. Isso significa dizer que, ao compreenderem sua cultura e identidade, esses indivíduos podem exercê-las com distinção e orgulho.

Como critério de seleção das obras que compuseram o referencial teórico deste trabalho, utilizou-se a indicação de professores e uma leitura preliminar de fontes que tratavam sobre aspectos culturais relacionados à artesania. Nesse processo, a pesquisa esteve orientada pelo método científico indutivo, com foco na fenomenologia da questão e em uma postura epistemológica interpretativistas. Como eixo condutor do trabalho, recorrem-se a autores como Galeano (1970), Krenak (1987), Cavalcante (2014), Fonseca (2021), entre outros.

Assim, este artigo visa apontar estratégias para a valorização dos saberes manuais da artesania têxtil na América Latina, buscando a preservação dos saberes artesanais e da memória autóctone dos povos, buscando o fortalecimento e pertencimento dos sujeitos latinos. As artes têxteis latino-americanas resistem em meio à destruição de sua identidade e à imposição da cultura dos opressores estrangeiros, e nesse âmbito, urge a necessidade de se assegurar a diversidade e especificidade artística daqueles que foram os primeiros a estar no continente, verdadeiramente.

Palavras-chave: Artes Têxteis; América Latina; Povos Originários.

REFERÊNCIAS

FONSECA, S. M. da. **De prenda à resistência: a tradição cultural da arte têxtil como práxis transformadora no Brasil e no México**. 2021. 241 f. Tese (Doutorado) —Curso de PósGraduação em Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: *https://bit.ly/3prlVGd*.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. Uruguai: L&PM, 1970. Tradução de Sergio Faraco

LIMA, E.; ABDALLA, N. **Mapeamento Urdume**. In: INSTITUTO URDUME (org.). Artes manuais têxteis na América Latina: o perfil autodeclarado de artesãos,

artistas, profissionais e pesquisadores que trabalham com as manualidades têxteis. 8.ed. Curitiba: Instituto Urdume, 2021. p. 13-63. Disponível em: *https://bit.ly/3pvY08t*. Acesso em: 12 fev. 2023.

SCHADEN, E.; MUSSOLINI, G. **Povos e trajes da América Latina**. São Paulo: USP, 1972.

CONTRIBUIÇÕES DAS VISUALIDADES DA PLATAFORMA *UMTOK* PARA VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS NEGRAS NAS PERIFERIAS DO RIO DE JANEIRO

Cristiany Soares dos Santos e **Daniela Novelli**

- Mestre em Design de Vestuário e Moda, Universidade do Estado de Santa Catarina *soarescrisf@gmail.com*.
- Doutora em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina e École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/CAPES/COFECUB 8854/12- 2), *daniela.novelli@udesc.br*.

O conjunto de visualidades sociais geradas nas áreas periféricas brasileiras é permeado por símbolos frequentemente construídos negativamente quando associados a seus moradores, refletindo o legado de uma sociedade escravocrata que tende a estruturar histórica e culturalmente suas relações com base em hierarquias destinadas a relegar esses espaços à invisibilidade, ignorando suas múltiplas potencialidades. As periferias e seus territórios, caracterizados por sua expressão criativa, desafiam as percepções conservadoras, remodelando-as e inspirando os agentes sociais a conceberem novas dinâmicas de representação espacial que transcendam as fronteiras convencionais, questionando noções estabelecidas de centralidade em contraposição às margens.

Nesse contexto, a plataforma digital *UmTok* surge como um ciberespaço ativista que visa destacar e valorizar as manifestações culturais negras presentes nos espaços periféricos do Rio de Janeiro, oferecendo um potencial significativo para reposicionar visualidades negras como protagonistas no sistema comunicacional da moda. Por meio de produções fotográficas e audiovisuais, a plataforma captura nuances de diversidade, criatividade e resistência desses espaços ao desafiar estereótipos e oferecer uma visão mais ampla e construtiva das culturas ali produzidas, como, por exemplo, o funk, o partido alto, os bate-bolas, o reflexo alinhado, as barbearias e os seus diferentes cortes de cabelos. É importante destacar que o papel das visualidades produzidas pela equipe criativa da plataforma criada por Rafaela Pinah vai justamente de encontro à celebração desses territórios e sobretudo da construção de uma identidade estético-visual carioca guiada pelas corporeidades negras.

O presente estudo, parte integrante de dissertação de mestrado profissional, tem como objetivo compreender como elementos estéticos culturais negros e periféricos do Rio de Janeiro contribuem para a afirmação das visualidades negras no campo da moda a partir das mensagens visuais presentes nas imagens produzidas pela *UmTok*. Nesse sentido, identificou-se como a plataforma digital auxilia as territorialidades e os seus habitantes no compartilhamento de suas narrativas e expressões estético-culturais, uma vez que seu propósito é pautado em bases ativistas.

A base teórica da pesquisa pautou-se principalmente nos escritos de Villaça (2010, 2012); Hall (2016, 2006); Certeau (2002); Bourdieu (2003, 2011); Nascimento (2019); Fanon (2007); Quijano (2005) e Novelli (2009, 2014). Metodologicamente, a pesquisa realizada se classificou como básica, qualitativa e descritiva; para desenvolver os procedimentos técnicos de coleta de dados, desenvolveu-se as pesquisas bibliográfica e documental e para a interpretação das mensagens visuais utilizou-se a abordagem semiótica de interpretação dos signos plásticos, icônicos e linguísticos de Martine Joly (1994). A partir das análises realizadas, foi possível afirmar que as imagens de moda produzidas pela *UmTok* atuam enquanto (re)existência estético-política sob o imaginário visual do Rio de Janeiro.

Finalmente, reitera-se a importância de estudos acadêmicos no campo da moda que girem em torno do reconhecimento de espaços periféricos e de seus protagonistas enquanto produtores de visualidades potentes e significativas, que devem ressignificar o imaginário social. Ou seja, pesquisas focadas em estéticas que emergem das periferias do Rio de Janeiro respondem à necessidade de produção de um conhecimento com perspectiva decolonial nesse campo específico. Assim, a moda pode ser interpretada como uma ferramenta política capaz de enaltecer expressões de corpos que se vinculam às culturas negras e periféricas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século - Edições Sociedade Unipessoal Lda, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HALL, Stuart. **Cultura e Representações**. Rio de

Janeiro: Editora Apicuri, 2016. 246 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da Pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Dp&A Editora, 2006. 102 p.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Papirus editora, 1996.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NOVELLI, Daniela. **A branquidade em Vogue (Paris e Brasil): imagens da violência simbólica no século xxi.** 2014. 345 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universiade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: *https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123183*. Acesso em: 12 jul. 2024.

NOVELLI, Daniela. **Juventudes e imagens na revista Vogue Brasil (2000-2001)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UDESC: Florianópolis, 2009. Área de Concentração: História do Tempo Presente.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

VILLAÇA, Nizia. **Mixologias: comunicação e consumo**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010. 239p. Silva.

POR UMA ESTÉTICA AFETADA POR SUBJETIVIDADES NEGRAS

Greg A. Malaquias

• Mestranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFSC) e bacharel em Moda (UDESC). Pesquisadora associada ao NEAB-UDESC, pesquisadora na Rede de Estudos de Moda e Decolonialidade (ReDeM) e NUER (Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas (UFSC).

O racismo ambiental (FERDINAND, 2022) afeta, além do que compreendemos e apreendemos por ambiente, nossas construções e nossas subjetividades, de modo a contaminar nossas percepções, reverberando em nossas perspectivas estéticas, sobretudo ao considerarmos subjetividades negras e a importância da estética como reflexão de nossas corporeidades. O que ouvimos, o que falamos, o que sentimos, o que vemos, o que tocamos, constroem nossa experiência estética; nosso pensamento estético. O que vestimos, os locais que frequentamos, os textos que lemos, o que dançamos, o que comemos. Isso tudo contribui para a nutrição e fortalecimento da estética enquanto experiência sensível e enquanto pensamento crítico (hooks, 2021); KILOMBA, 2019) na constituição de nossas subjetividades.

Como diria Jup do Bairro, "o que pode um corpo sem juízo"? A partir da problemática do corpo, seus sentidos e a constituição de subjetividades, bem como sua relação com a dimensão estética, consideramos a potencialidade e necessidade de evocar reflexões corporificadas e situadas (KILOMBA, 2019; HARAWAY, 1995) ao relacionarmos moda, corpo e estética. Logo, estética constrói nossas subjetividades, faz parte de nossos processos de subjetivação. E nada mais importante que a experiência e, por que não, escrevivências? (EVARISTO, 2020) na construção das noções de estética.

Sendo assim, partimos de uma perspectiva decolonial (LIMA, 2022; VILELA, 2022; CURIEL, 2020; VERGUEIRO, 2015) que contribua para a descolonização do "corpo [negro]" (VILELA, 2022) tensionando a lógica da branquitude (BENTO, 2002) e da cisgeneridade (VERGUEIRO, 2015), ao acionar subjetividades negras e processos de subjetivação afirmativos, considerando tanto ancestralidade, como a possibilidade de compreender sentidos de produção de existência nas avenidas identitárias (AKOTIRENE, 2019) de raça, etnia, classe, identidade de gênero, sexualidade, e ainda, nacionalidade, geração e entre outras possam marcar tais subjetividades.

Assim, as movimentações de mulheres negras lembram que nossas subjetividades são resistência e constroem resistência; nossa estética é resistência. Resistência sobretudo a um sistema que produz vidas e mortes, que escolhe quem vive e quem morre. Neste sentido, as considerações de corpo-documento de Beatriz Nascimento se tornam imprescindíveis, recriando e reelaborando percepções de corpo [negro], corporeidades negras, sobretudo se afastando do lugar de outridade produzido pela branquitude, que contribui tanto para a manutenção de estereótipos hooks, 2019; KILOMBA, 2019; FANON, 2008; CARNEIRO, 2003; GONZALEZ, 1984). Estes que, além de produzir imagens de controle (COLLINS, 2019), ao considerarmos relações de poder, produzem ainda o epistemicídio e genocídio da população negra (CARNEIRO, 2023; 2005). Mais uma vez, o que pode um corpo sem juízo?

Com isso, num diálogo que estética e política se tornam indissociáveis (GADELHA, 2019) para tratarmos das relações entre estética, corpo e moda, consideran-

do seu caráter modativista (LIMA, 2022), propomos percepções que tornem afirmativas a importância de subjetividades negras para pensarmos esteticamente para além do mundo branco (GADELHA, 2019; FANON, 2008; CUNHA, 1986), contribuindo para modos de ser e estar, fazer mundo a partir de nós, pessoas pretas em nossa pluralidade, aprofundando a importância da nutrição de nossos modos de produzir existências.

Palavras-chave: Subjetividades negras; Estética; Corpo; Moda; Decolonialidade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. 169 p.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 03 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019[2000].

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider whithin: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, jan./abr.p. 99-127, 2016.

CUNHA, Marlene de Oliveira. **Em busca de um espaço: a linguagem gestual do candomblé de Angola**. Dissertação de Mestrado do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, defendida em 1986.

CURIEL, Ochy. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial**. In: Hollanda, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 121-139.

EVARISTO, Conceição. **A Escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância Lima. NUNES, Isabella Rosado (org.). Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-47.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERDINAND, Malcolm. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GADELHA, José Juliano. **O Sensível Negro: rotas de fuga para performances**. Revista Brasileira Estudos da Presença, Porto Alegre, v. 9, n. 4, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223 – 244, 1984.

HARAWAY, Donna. S**aberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. cadernos pagu, Campinas, n.5, p. 07-41, 1995.

hooks, bell. **Olhares Negros: Raça e representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Caroline Barreto de. **Modativismo: práticas feministas e antirracistas em processos criativos decoloniais**. 2022. 293 f. Tese (Doutorado) Disponível em: *https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38070*. Acesso em: 30 jan. 2024.

VERGUEIRO, Viviane. **Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial**. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VILELA, Verdi Lazaro Alves. **Moda afro-brasileira e a arte de (re)existir: mapa de ativismo e aquilombamento no desenvolvimento de marcas antirracistas**. 2022. 1 recurso on-line (239 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Design e Moda, Mestrado em Design de Vestuário e Moda, Florianópolis, 2022.

TENDÊNCIAS VIRAIS: A MANUTENÇÃO DO CORPO [BRANCO] DA MODA NO MEIO VIRTUAL

Jutyara Mendes da Rosa

Artigo apresentado na Disciplina Moda e Cultura Visual do semestre 24.1 do Programa de Pós-Graduação em Moda da Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduada em Moda pela Universidade do Estado de Santa Catarina; estudante especial do Programa de Pós-Graduação em Moda.

Este resumo é resultado de uma breve pesquisa sobre como tem sido o comportamento da moda ocidental, frente às novas tendências contemporâneas que surgem do ciberespaço. A temática parte da percepção da autora de como a moda ocidental, influenciada pelo avanço do capitalismo, não se utiliza do fenômeno da novidade característicos do ethos moda para legitimar outros corpos como difusores de moda, provocando uma manutenção do corpo da moda; o corpo branco.

A pesquisa veio à luz para colaborar com as discussões já iniciadas sobre o impacto da colonialidade na moda, por meio da investigação de forma qualitativa das tendências contemporâneas no contexto da cibercultura, e a manutenção do corpo branco nesse meio.

Através da decolonialidade de Heloisa Helena de Oliveira Santos (2020), Verdi Lazaro Alves Vilela (2022), Sueli Carneiro (2005) e Walter D. Mignolo (2017), veremos as sutilezas que a modernidade ocidenal emprega na moda. E com o auxílio de Aliana Aires (2019), Helena Katz (2011) e novamente Carneiro (2005), que entenderemos como podemos encontrar o conceito de biopolítica de Foucault nessas sutilezas da moda. Para entender a conceituação do corpo branco na moda, Daniela Novelli (2014) contribui referenciando essa demarcação estética, e a presença dos estudos de André Lemos (2003) sobre as configurações do meio virtual.

Seria ainda a branquidade uma tendência de fundo? A tecnologia digital está consideravelmente inserida na vida das pessoas na contemporaneidade, que acabou criando um novo espaço de ocupação e disputa de narrativas, Lemos (2003) traz o conceito de cibercultura, que demarca a cultura nesse novo espaço. A moda ocidental encontrou nessas ciberculturas novos difusores de moda, que diferente do que a democracia virtual tenta vender, legítima neste novo espaço um corpo específico como corpo da moda, já citado aqui.

A consagração deste corpo branco nada mais é do que fruto de um plano colonial empregado pela Europa Ocidental, o projeto pode ser reconhecido como Modernidade Ocidental, modernidade para eles - Europa - e violência para quem não se parece com eles. Este corpo branco se projeta como soberano, que Mbembe (2018) define como "exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder", dentro da modernidade ocidental, quais vidas exercem a "manifestação do poder"?

Compreendendo que a colonialidade é um projeto civilizatório, e Modernidade Ocidental é um sinônimo, Mignolo (2017) afirma que uma não existe sem a outra, portanto, "não há modernidade sem colonialidade", sendo a moda ocidental uma ferramenta desse modus operandi, é possível enxergar o poder político que tendências, revistas, bens de consumo, propagandas, redes sociais, influencers, marcas e todo ecossistema constituído pela moda ocidental pode exercer sobre um corpo.

Portanto, a moda ocidental, dentro do ciberespaço, segue condicionando as manifestações de moda na lógica de qual corpo merece aparecer e qual não, encontrando nos algoritmos das plataformas, uma forma de reter a difusão de tendências dentro de sua binariedade colonial. É muito comum encontrar semelhanças entre difusoras e usuárias de tendências contemporâneas, a branquidade e a localização geográfica no hemisfério norte são os principais presentes. Reforçando a soberania exercida pela moda através da modernidade ocidental e seus desdobramentos.

Palavras-chave: Biopolítica, Decolonialidade, Tendências virais.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção Do Outro Como Não-Ser Como Fundamento Do Ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LEMOS, André; CUNHA, Paulo (Orgs.). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MIGNOLO, Walter D. **COLONIALIDADE: o lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [S.L.], v. 32, n. 94, p. 01, 2017. FapUNIFESP (SciELO). *http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017*.

NOVELLI, Daniela. **A Branquidade Em Vogue (Paris E Brasil):** imagens da violência simbólica no século xxi. 2014. 345 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SANTOS, Heloisa Helena de Oliveira. **Uma análise teórica- política decolonial sobre o conceito de moda e seus usos**. Moda palavra, Florianópolis, v. 28, n. 13, p. 164-190, 31 mar. 2020.

VILELA, Verdi Lazaro Alves. **Moda Afro-Brasileira E A Arte De (Re)Existir:** mapa de ativismo e aquilombamento no desenvolvimento de marcas antirracistas. 2022. 239 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós- Graduação em Design de Vestuário e Moda, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

MODA, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES: MULHERES NEGRAS EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

Maria Laura dos Santos Sebastião, Maria Eduarda Corrêa dos Santos, Karen Christine Ferreira Santos e **Hayani Rafael Martins**

• Formação da(s) autora(s): Arquiteta e Urbanista e Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CAPES. Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC).
• Formação da(s) autora(s): Bacharel em Moda e Mestranda em Design de Vestuário e Moda pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC).
• Formação da(s) autora(s): Graduanda em Moda pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista do Programa Memorial Caminhando com Antonieta de Barros do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC).
• Formação da(s) autora(s): Graduanda em Moda pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista do Programa Memorial Caminhando com Antonieta de Barros do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC).

Este trabalho trata de uma parceria articulada com duas ações de extensão universitária alocadas no Centro de Educação a Distância (CEAD) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) articuladas ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UDESC): o Programa Permanente Memorial Antonieta de Barros e o Programa de extensão e cultura Caminhando com Julia Chrispina do Nascimento: Patrimônio Cultural, Memórias e Ancestralidades. A partir desses projetos são realizados estudos sobre as relações étnico-raciais e o protagonismo de mulheres negras na sociedade, seus modos de resistência e de viver. Aliás, em meio a essas pesquisas é abordada a temática da interseccionalidade entre raça, classe e gênero, e, nessa escrita, enfatizam-se os marcadores sociais: mulheres negras periféricas, lésbicas e desfeminilizadas.

De modo geral, se analisa a relação entre esses corpos, suas vestimentas periféricas e a discriminação proferida a esse grupo em diversas áreas consideradas centrais dos municípios nacionais. É visto que a construção das cidades brasileiras é fundamentada em uma organização totalmente hetero-patriarcal e seus espaços refletem esse sistema de forma hegemônica e, por consequência, excludente. Realmente, esses modelos de projetos urbanos são importados e eurocêntricos, como se um planejamento europeu fosse ser adaptável à realidade da América Latina e das cidades brasileiras. Certamente, tal pensamento de referenciar-se nesse continente advém do processo colonial, onde se considera que tudo que se espelha na branquitude é bom e civilizado, desconsiderando, dessa forma, as condicionantes, déficits e potencialidades do território nacional. Outrossim, a vestimenta periférica surge a partir de um território marginalizado e longe dos grandes centros, ocasionando a sua discriminação territorial e estética.

Pensando a moda como uma ferramenta de expressão dos sujeitos-cidadãos, a estética periférica se consolida como uma afirmação política desses corpos que ocupam a periferia e as margens da cidade, e utilizam a indumentária como símbolo estético que reafirma suas identidades e autorrepresentações. Esses corpos e a habitação da estética suburbana são compostos majoritariamente por pessoas não-brancas e de classe social baixa, evidenciando o recorte interseccional perpassado por esses indivíduos, constituído de opressão, marginalização e estigmatização estrutural. Em paralelo a isso, compreendendo a identidade lésbica como ação da corporeidade, da resistência e de suas representações simbólicas e materiais, apoia-se na teoria política do lesbofeminismo antirracista e sua proposição de enfrentamento ao racismo, ao classicismo e às políticas neoliberais para repensar moda, gênero e sexualidade com base na enunciação de lugares, vivências e existências lésbicas que não se limitem apenas à reivindicação de uma identidade lésbica universalizada, elitista e reprodutora do racismo recreativo.

Com auxílio da interseccionalidade, estende-se aos estudos das relações étnico-raciais pelas quais perpas-

sam raça, classe e gênero, a migração, a nacionalidade e as noções de territorialidade quanto ao acesso de corpos lésbicos às diferentes espacialidades, considerando principalmente as situadas no sul global. Aos espaços urbanos que dizem respeito à moradia, ao trabalho e ao fenômeno moda em si, busca-se destacar: os conflitos gerados pelo não-pertencimento e pela exclusão; o racismo institucional e a lesbofobia, produtores das menores taxas de empregabilidade às mulheres lésbicas, do controle e da imposição da feminilidade por meio de códigos de vestimenta normativos; e a coerção das subjetividades lésbicas e suas expressividades.

Palavras-chave: Moda Periférica; Corpo Lésbico Desfiminilizado; Estética; Bairros Negros; Interseccionalidades

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

JUNIOR, H. **Bairros negros: a forma urbana das populações negras no Brasil**. Revista ABPN, v. 11, p. 287-314. Abr. 2019. Disponível em: *https://abpnrevista.org.br/site/article/view/683*. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRUNETTO, DAYANA; TAGIALEMENTO, GRAZIELLE. (Org.). **Arco-íris para quem? (In)visibilidades lésbicas e sapatônicas**. Curitiba: UFPR, 2021,189 p.: il. color.

PICHARDO, Rosa Inés Ochy Curiel. **A aposta teórico política do lesbofeminismo antirracista decolonial**. [Entrevista realizada em 05 de outubro de 2020]. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 32, e0302. jan./abr. 2021.

GUEDES, Claudiane Aparecida. **Só os kit chave: um estudo sobre moda e estética funk das quebradas paulistanas**. 2022. 93 f. TCC (Graduação) - Curso de História da Arte, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2022.

Realização e apoio

UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SIPAD
SUPERINTENDÊNCIA DE INCLUSÃO, POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DIVERSIDADE

NEAB
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFPR

NuCA
Núcleo de Políticas de Comunicação, Tecnologias de Acessibilidade Digital e Pedagógica da SIPAD

Edufac

Neabi
Ufac

Pretas Acadêmicas

Rede
Mulheres Negras
do Paraná

CAROL DARTORA
DEPUTADA FEDERAL

APP
SINDICATO
Em defesa da escola pública

UTFPR
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

INSTITUTO AFRO BRASIL DO PARANÁ
IABR-PR . Curitiba . Paraná

FEIRA AFRO DA ZUMBI
Praça Zumbi dos Palmares . Curitiba . Paraná

Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia e Sociedade